

ACOMPANHAMENTO DAS
REALIZAÇÕES DO
MINISTÉRIO
DA INFRAESTRUTURA

MINISTÉRIO DA **INFRAESTRUTURA**

MAPA ESTRATÉGICO MINFRA

MISSÃO

PROPORCIONAR INFRAESTRUTURA VIÁRIA INTEGRADA E CONFIÁVEL PARA MOBILIDADE SEGURA E EFICIENTE DE PESSOAS E BENS, COM VISTAS AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE NACIONAL

VISÃO

TORNAR-SE LÍDER DA AMÉRICA LATINA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Atributos de Valor:

- Respeito à vida
- Eficiência logística
- Excelência institucional
- Responsabilidade Socioambiental
- Planejamento e integração territorial



COMPETITIVIDADE



SEGURANÇA



SATISFAÇÃO

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE



MELHORAR A COMPETITIVIDADE DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NACIONAL

PROMOVER A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DAS VIAS E BENS TRANSPORTADOS

MELHORAR O NÍVEL DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES E DE TRÂNSITO



INovação e DESBUROCRATIZAÇÃO



EFICIÊNCIA LOGÍSTICA



SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

FOCO DE ATUAÇÃO



APERFEIÇOAR PROCESSOS, NORMATIVOS E MARCOS REGULATÓRIOS

• • •

FORTALECER A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM OS ATORES DO SETOR

CONSOLIDAR O PLANEJAMENTO INTEGRADO DO SETOR TRANSPORTE E DE TRÂNSITO

• • •

OTIMIZAR A DISTRIBUIÇÃO DOS MODOS DE TRANSPORTES NA MATRIZ VIÁRIA BRASILEIRA

• • •

ASSEGURAR A QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR

• • •

OTIMIZAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO SETOR

PROCESSOS INTERNOS



GOVERNANÇA

APRIMORAR A GOVERNANÇA, O COMPLIANCE E A GESTÃO CORPORATIVA



INFORMAÇÕES

APRIMORAR A DISPONIBILIDADE, QUALIDADE E A INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES



INFRAESTRUTURA CORPORATIVA

PROVER INFRAESTRUTURA CORPORATIVA TECNOLÓGICA E SUPORTE LOGÍSTICO INTEGRADOS, SEGUROS E DE ALTO DESEMPENHOS



PESSOAS

DESENVOLVER COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS COM FOCO NO DESEMPENHOS INSTITUCIONAL

| MISSÃO

Proporcionar infraestrutura viária integrada e confiável para mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional.

| VISÃO

Tornar-se líder da América Latina em infraestrutura de transportes.

| VALORES

- Respeito à vida.
- Eficiência logística.
- Excelência institucional.
- Responsabilidade Socioambiental.
- Planejamento e integração territorial.

| ÍNDICE

SECRETARIA EXECUTIVA

| | |
|---|-----|
| - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA ----- | 08 |
| | |
| - SUBSECRETARIA DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE - SGI ----- | 54 |
| | |
| - SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO - SGEI ----- | 66 |
| | |
| - SUBSECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÕES - SGAD ----- | 78 |
| | |
| - OUVIDORIA ----- | 120 |
| | |
| SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – SAC ----- | 128 |
| | |
| SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – SNPTA ----- | 190 |
| | |
| SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – SNTT ----- | 330 |
| | |
| SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS – SFPP ----- | 442 |

Presidente da República: Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Infraestrutura: Tarcísio Gomes de Freitas

- **Secretário-Executivo:** Marcelo Sampaio Cunha Filho

- **Secretária-Executiva Adjunta:** Viviane Esse

- **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração:** Nerylson Lima da Silva

- **Subsecretaria de Governança e Integridade:** Fernanda Costa de Oliveira

- **Subsecretário de Gestão Estratégica e Inovação:** Fernando André Coelho Mitkiewicz

- **Subsecretário de Gestão Ambiental e Desapropriações:** Mateus Salomé do Amaral

- **Secretário Nacional de Aviação Civil:** Ronei Saggioro Glanzmann

- **Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários:** Diogo Piloni e Silva

- **Secretário Nacional de Transportes Terrestres:** Jamil Megid Júnior

- **Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias:** Natália Marcassa

I INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é tornar-se mais uma fonte segura e de fácil e rápido acesso pelos servidores, usuários, autoridades e cidadãos às informações referentes às realizações do Ministério da Infraestrutura. Depois deste exemplar, passaremos a publicar novas edições contendo os feitos deste Ministério, trimestralmente.

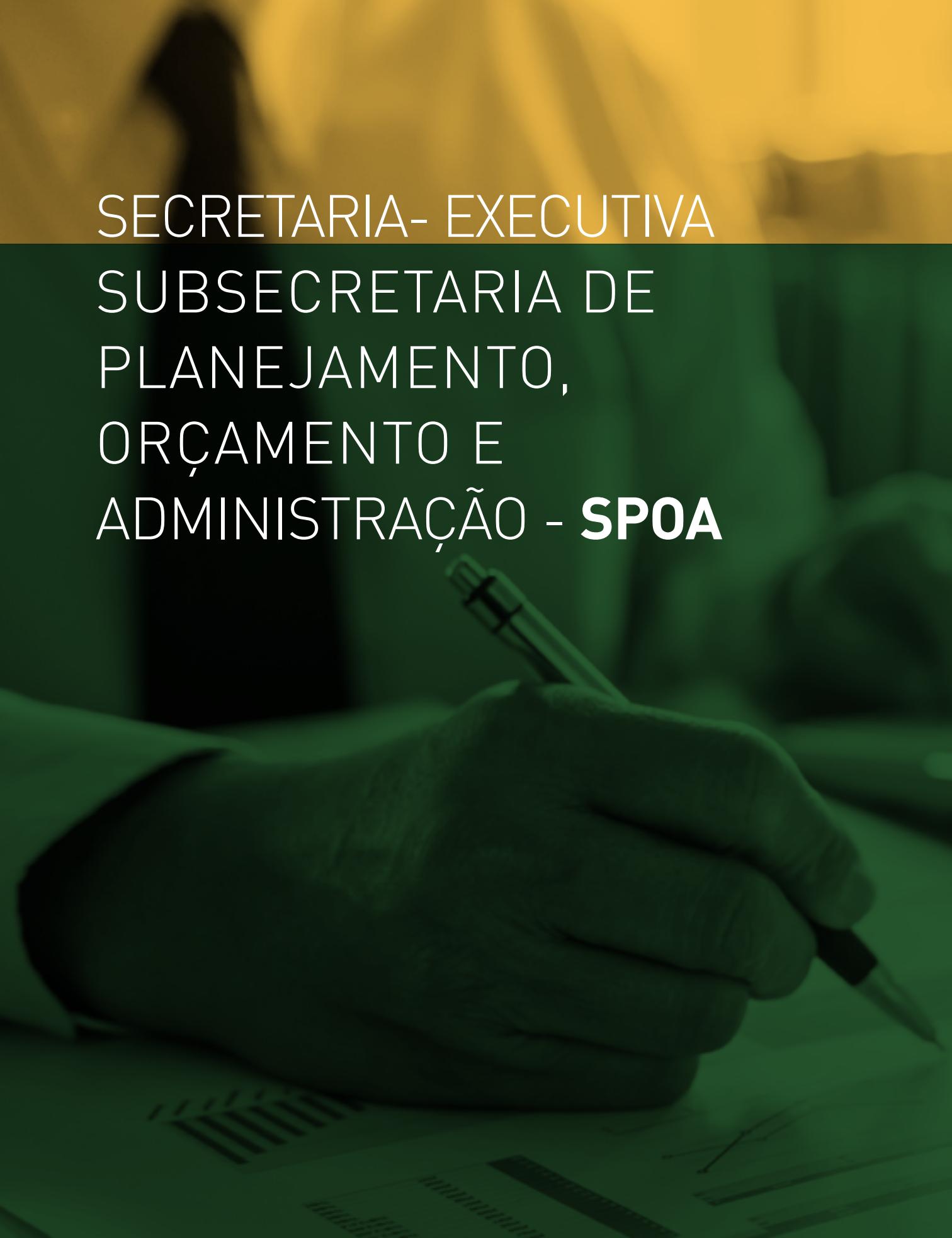
O Presidente Jair Bolsonaro assumiu o Governo com uma série histórica de investimentos em infraestrutura nos últimos vinte anos, em menos de 2% do Produto Interno Bruto, quando o mínimo necessário para manter o estoque existente de infraestrutura seria de, pelo menos, mais 4% do PIB.

Diante dessa realidade e da importância do Ministério da Infraestrutura para a retomada do crescimento econômico brasileiro, por CONECTAR O BRASIL POR RIO, TERRA, CÉU E MAR, propiciando a circulação de toda riqueza produzida, esta Pasta trabalha firme para mudar a história do transporte e da logística brasileira, ampliando seus investimentos, em sintonia com a missão institucional e estratégica de “PROPORCIONAR INFRAESTRUTURA VIÁRIA INTEGRADA E CONFIÁVEL PARA A MOBILIDADE SEGURA E EFICIENTE DE PESSOAS E BENS, COM VISTAS AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE NACIONAL”.

As realizações deste Ministério no primeiro semestre da atual gestão, como consta deste documento, demonstram de forma concreta o ritmo que pretendemos estabelecer nos próximos anos, e deixa clara a dimensão do desafio do setor de infraestrutura, para atrair capital e viabilizar os investimentos necessários.

Além de bons projetos, o MINFRA estruturou as Instâncias de Governança que atuam na orientação da mitigação de riscos e no monitoramento de seus controles, ações estas que envolvem desde o Ministro de Estado, os Secretários, os Subsecretários, as Unidades Gestoras até os Gestores Individuais de todos os processos da Pasta, para a adoção das melhores práticas de governança, compreendendo gestão de riscos, integridade, compliance, controle interno, transparência e ética.

SECRETARIA- EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE
PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO - **SPOA**





COORDENAÇÃO DO PASSE LIVRE INTERESTADUAL - SPL/SPOA-SE

| NOME DA AÇÃO

Integração da Base de dados do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência - SPL/SPOA-SE.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Por meio do acesso à Base de Dados do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, pretende-se diminuir as exigências para aquisição do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência, medida extremamente desburocratizante para os beneficiários do Benefício de Prestação - Continuada BPC, qualificados como pessoas deficientes e comprovadamente carente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Coordenação do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência - CPL/SPOA/SE/MINFRA, localizada no Edifício sede do DNIT, SAN Quadra 3 Bloco N/O térreo - CEP 70.040-976 - Brasília (DF).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Os primeiros seis meses de acesso à Base de Dados do BPC serão gratuitos e a partir do sétimo mês sairá pelo custo mensal aproximado de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

| DATA DA ENTREGA

Segundo semestre de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Redução significativa da burocracia para aquisição do benefício do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dispensa da documentação comprobatória da renda e da deficiência, igualmente exigida para aquisição dos Benefícios de Prestação Continuada e do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência, tornando a solicitação 100% (cem por cento) eletrônica. O público alvo da ação são os beneficiários do BPC, aproximadamente 2.610.538 (dois milhões seiscentos e dez mil, quinhentas e trinta e oito) de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) enquadrados com o código B87, [Fonte – INSS (BPC)-2018].

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Discussão para definição do instrumento contratual com os órgãos envolvidos na gestão, manutenção e utilização da Base de Dados em voga, notadamente o Ministério da Cidadania, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.

COORDENAÇÃO- GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO - CCGAA/SPOA-SE

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de Série Histórica referente aos Empreendimentos do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC – 2007 a 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Divulgação de informações orçamentárias e financeiras (Liquidação e Pagamento) referentes aos Empreendimentos do PAC.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica. Os empreendimentos do PAC estão presentes em todos os Estados do Brasil.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Atualização Mensal. As informações são alimentadas até o dia 15 do mês subsequente.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação tempestiva de informações orçamentárias e financeiras, inclusive àquelas solicitadas via Serviço de Informação ao Cidadão.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Aumento da transparência e divulgação de informações para a tomada de decisões. PÚBLICO ALCANÇADO: Sociedade em Geral e Técnicos da área.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Capacitação e utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de Série Histórica referente aos Investimentos e Inversões Financeiras – 1995 a 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Divulgação de informações orçamentárias (Liquidação) referentes aos Investimentos e inversões financeiras.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica. As ações estão presentes em todos os Estados do Brasil.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Atualização Mensal. As informações são alimentadas até o dia 15 do mês subsequente.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação tempestiva de informações orçamentárias e financeiras, inclusive àquelas solicitadas via Serviço de Informação ao Cidadão.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Aumento da transparência e divulgação de informações para a tomada de decisões. Públco Alcançado: Sociedade em geral e Técnicos da área.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Capacitação e utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

| NOME DA AÇÃO

Análise, monitoramento e liberação de empenho, via Sistema de Acompanhamento do PAC - SisPAC, de todos os empreendimentos do PAC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Análise e monitoramento dos valores totais dos empreendimentos, dos pagamentos realizados até o ano subsequente e das previsões de execução orçamentária e financeira dos empreendimentos do PAC.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica. Os empreendimentos são executados em todos os Estados do Brasil.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Atualização Diária. As informações eram analisadas e monitoradas sempre que havia necessidade de solicitação de liberação de empenho. A ação, via SisPAC, não é mais realizada desde fevereiro de 2019. No entanto, ainda é realizado acompanhamento das execuções orçamentárias e financeiras, via Plano Interno – PI, mensalmente ou quando houver solicitação.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atendimento ao Decreto 6.025/2007.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Monitoramento dos empreendimentos do PAC e subsídio para tomada de decisões. Públco Alcançado: Técnicos da área.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

| NOME DA AÇÃO

Participação na elaboração do Caderno de Transportes.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Encaminhamento das informações orçamentárias e financeiras referentes a todos os empreendimentos executados pelo Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica. Os empreendimentos são executados em todos os Estados do Brasil.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

15 de janeiro de cada ano.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atendimento de demanda da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias deste Ministério da Infraestrutura.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Aumento da transparência e divulgação de informações para a tomada de decisões. PÚBLICO Alcançado: Sociedade em Geral e Técnicos da área.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2020-2023.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. A elaboração, que ocorre no primeiro ano do novo governo, define os programas, objetivos, metas e indicadores que irão compor o PPA 2020-2023, no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não orçamentário.

| DATA DA ENTREGA

31/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Alem de ser uma exigência constitucional, existe a necessidade de um planejamento governamental, pois é por intermédio deste planejamento, que as políticas públicas são definidas e só assim será possível atender às necessidades da população e fazer entregas que contribuirão para a construção de um Brasil melhor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Maior efetividade das políticas públicas de infraestrutura.
Público Alcançado: Usuários dos sistemas de transporte e trânsito brasileiro e a sociedade em geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O maior desafio está sendo elaborar um PPA para todo o ministério com apenas três programas compostos por um único objetivo, meta e indicador para cada programa, haja vista a dimensão e a diversidade dos modais que estão sob a responsabilidade do MInfra. Outro desafio tem sido a escassez de tempo para maturação do planejamento. Um dos pontos fortes é a integração entre os setores de planejamento do Ministério.

| NOME DA AÇÃO

Prestação de Contas da Presidência da República - PCPR.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A Prestação de Contas da Presidência da República- PCPR consiste em um relatório anual, a ser encaminhado pela Controladoria Geral da União [CGU] ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV, do art. 84, da Constituição Federal. No âmbito do Ministério da Infraestrutura, este documento é elaborado nesta Coordenação em conjunto com o Controle Interno.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Consiste na elaboração de documento contendo informações sobre as ações governamentais do ano anterior, bem como o que se pretende realizar no ano vigente, no âmbito do MInfra. Este documento subsidiará a elaboração da Mensagem Presidencial a ser encaminhada ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não orçamentário.

| DATA DA ENTREGA

31 de janeiro de cada ano.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de prestação de contas do exercício anterior conforme Art. 24, inciso X, da Lei 10.180/01.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal Benefício: Transparência nas contas públicas.

Público alcançado: Órgãos de controle, agentes políticos e a sociedade em geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Levantamento das informações junto aos órgãos finalísticos com precisão e agilidade.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de documento contendo informações para compor Mensagem Presidencial.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Consiste na elaboração de documento contendo informações sobre as ações governamentais do ano anterior, bem como o que se pretende realizar no ano vigente, no âmbito do MInfra. Este documento subsidiará a elaboração da Mensagem Presidencial a ser encaminhada ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não orçamentário.

| DATA DA ENTREGA

20/01/2019. Normalmente, o processo de elaboração se inicia em outubro de cada ano, sendo encaminhado para a Casa Civil no final de novembro. O documento retorna para o MInfra para atualização das informações até o início de janeiro do ano seguinte. Porém, em 2019, em função da mudança de governo, houve necessidade de revisão completa do texto.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Comunicação à sociedade do estado financeiro, econômico, político e social do país e apresentação das políticas públicas que o Governo irá priorizar ao longo do ano.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principais Benefícios: Transparência governamental.

Público alcançado: Congresso Nacional e sociedade em geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Levantamento das informações junto aos órgãos finalísticos com precisão e agilidade, adaptação do texto ao padrão determinado pela Casa Civil.

COORDENAÇÃO - GERAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE - CGFC/SPOA-SE**NOME DA AÇÃO**

Processo de atuação como Órgão Setorial do Sistema Federal de Administração Financeira - SIAF e do Sistema Federal de Contabilidade-SFC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Planejar, coordenar, orientar e executar as atividades do Sistema de Programação Financeira dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Dentro desse sistema, a principal atividade é analisar os cronogramas anuais de desembolso financeiro das unidades e propor as cotas de liberações financeiras mensais em conformidade com os limites de pagamento atribuídos por decreto do Executivo, bem como manter o controle e o monitoramento do volume de pagamento para que não ocorram excessos desses limites. Após, propor os remanejamentos de limites de pagamento entre as unidades de forma a otimizar os recursos disponibilizados.

Até junho de 2019, os limites de pagamento de despesas discricionárias, Demais Ações – RP2, e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC RP3, totalizaram R\$ 4.330,8 milhões dos quais foram pagos R\$ 3.744,0 milhões, o que representa 86,5% dos limites disponibilizados até junho. Coordenar, orientar, acompanhar e executar as atividades do Sistema Federal de Contabilidade na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, como setorial contábil de Órgão e de Órgão Superior, com o objetivo de atuar na intenção de reduzir o registro de restrições contábeis nas Unidades Gestoras vinculadas, por meio de mensagens no SIAFI, contatos telefônicos, e-mails e ofícios.

A rotina dessa setorial perpassa pela análise dos auditores (Consulta de Desiquilíbrio de Equação de Auditor - CONDESAUD, Consulta de Demonstrações Contábeis - CONDEMCON), contas no SIAFI, conformidades de registro de gestão, análise do balancete, de Notas Explicativas trimestralmente no SIAFIWEB, Relatório de Gestão anualmente, dentre outras. Dentre outras atividades dessa setorial realizadas até junho, podemos citar:

- a) Conforme Portaria. nº 1.200, 08 de Abril de 2019, foram transferidos os saldos contábeis da extinta Inventariança da Rede Ferroviária Federal – RFFSA para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, por meio de NS-Saldo.

b) Foram transferidos todos os saldos no montante de R\$ 250.813.562,20 referentes à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA para a para a Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração- SPOA (Unidade Gestora 390002), após a alteração do Dec. 9.676, de 02 de janeiro de 2019, no qual altera as atribuições da SNPTA.

c) Transferência dos Saldos dos empenhos de Restos a Pagar da SNPTA referente à liquidação da Companhia Docas do Maranhão

- CODOMAR para a Coordenação Geral de Recursos Logísticos (unidade Gestora 390004). No montante de R\$ 33.879.956,37.

d) Conforme MP 882, de 03 de maio de 2019, no qual alterou as atribuições do DNIT e Extratos de Sub-rogação nºs 1, 2 e 3, de 21 de junho de 2019, ocorreram as transferências de saldos da SNPTA para o DNIT, conforme: Obras em Andamento – R\$ 367.863.723,99; Adiantamento TED – Termo de Execução Descentralizada – R\$ 87.851.296,89; Restos a Pagar – R\$ 374.766.155,49; Fianças a Executar – R\$ 73.771.866,00; Seguro-Garantia a Executar – R\$ 37.581.528,54; Contratos de Serviços em Execução – R\$ 736.214.446,04; e, Convênios e Instrumentos congêneres – R\$ 317.988.393,28.

e) Foi realizada a baixa dos Créditos a Receber, no Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, da Tarifa de Embarque Internacional - TEI após a comprovação das Guias de Recolhimentos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-INFRAERO. No montante de R\$ 228.442.188,13.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério da Infraestrutura (órgão 39000) sendo atualmente 82 unidades.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Análise e indicação de cancelamento de Restos a Pagar empenhados em favor das Companhias DOCAS no montante de R\$ 125.003.057,85.

| DATA DA ENTREGA

Os controles financeiros são feitos diariamente e o ciclo de entrega é concluído no encerramento do exercício. Quanto aos controles contábeis, citamos abaixo:

f) Em 30 de abril: foram entregues as Notas Explicativas de Órgão e de Órgão Superior referente ao 1º Trimestre.

O segundo trimestre está em processo de elaboração para ser entregue em 26 de julho.g) Data do cancelamento dos Restos a Pagar: 14 de maio de 2019.h) Transferência dos Saldos do AFAC da SNPTA para a SPOA: 14 de março de 2019. i) Transferência de Restos a Pagar da SNPTA para a CODOMAR: 11 de março de 2019.j) Transferência dos saldos após Sub-rogação de Contratos, Convênio e instrumentos congêneres da SNPTA para o DNIT: 11 de julho de 2019.k) Baixa dos Créditos a Receber da TEI na FNAC: 29 de janeiro de 2019.

ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

No Sistema Federal de Administração Financeira, ao disponibilizar o cronograma de cotas mensais de liberação financeira a cada unidade previamente, possibilitou que essas unidades fizessem um melhor planejamento dos seus pagamentos evitando problemas de fluxo de caixa, mesmo se tratando de despesas discricionárias.Quanto à Setorial de Contabilidade: Atividade: Analisar as contas, balanços, balancetes e as demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas e solicitar providências quanto às regularizações das impropriedades percebidas nos registros contábeis.Risco: Deixar de monitorar e orientar ajustes e lançamentos contábeis no SIAFI dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério sob pena de restrição contábil da Secretaria do Tesouro Nacional.Ação mitigadora: Acompanhar diariamente as atividades dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério e, quando necessário, cobrar das unidades a regularização.

Atividade: Realizar cadastro de usuários nos sistemas Senha Rede e Siafi e manter o devido controle.Risco: Não cadastrar ou mudar as senhas da rede SERPRO e do sistema SIAFI, quando solicitado pelos usuários, impossibilitando as atividades dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.Ação mitigadora:

Disponibilizar um cadastrador sempre presente e disponível para gerir as senhas.Atividade:

Orientar os órgãos subordinados quanto à elaboração das notas explicativas e inclusão no SIAFI, além de produzir as próprias notas enquanto órgão superior, para compor o Balanço Geral da União.Risco:

Não realizar a orientação de notas explicativas, a cada trimestre, que compõem o Balanço Geral da União sob pena de restrição da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Ação mitigadora: Planejar previamente a extração de dados para a adequada e tempestiva realização, orientação e inclusão de notas explicativas.Atividade: Realizar o registro de conformidade contábil de

UG (referente à SPO), de Órgão (das unidades diretas), e de Órgão Superior (das entidades vinculadas). Risco:

Não realizar o registro de conformidade contábil de órgão superior, de órgão e de unidade gestora que podem acarretar restrição da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Ação mitigadora:

Realizar o registro dentro do prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Na ação do Sistema Federal de Administração Financeira, os benefícios alcançados foram melhoria no planejamento da programação financeira, onde as unidades solicitam apenas até os valores das cotas previamente estabelecidas. O público alcançado pela ação são internos e externos:

Ordenadores de despesas e gestores envolvidos, e os credores prestadores de serviços que têm seus recebimentos garantidos após cumprimento das suas entregas.

Quanto à Setorial de Contabilidade, esta preza pela fidedignidade dos registros dos atos e fatos da administração pública federal apresentados no Balanço Geral da União.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio enfrentado, no que tange ao Sistema Federal de Administração Financeira, é adequar os escassos recursos estabelecidos pelo Decreto de Programação Financeira às demandas das unidades.

COORDENAÇÃO- GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI/SPOA-SE

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Inteligência Artificial - AI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A ação de Inteligência Artificial está sendo tratada como um projeto e visa dar ao Cidadão mais facilidade no relacionamento do Cidadão como Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Abrangência Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Há uma previsão de desembolso pelo Ministério de R\$ 600.000,00 para aquisição de solução de Chat Bot, Machine Learning e Soluções de Integração Corporativa do WhatsApp.

| DATA DA ENTREGA

Por ser algo muito novo em Governo, a primeira entrega está prevista até 30/11/2019, a parte de chat bot, que será a base do Atendimento Inteligente do Ministério, que está sendo conduzido pela Ouvidoria.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Cidadão tem dificuldade em falar com o Ministério. Os canais de atendimento são difusos e sem script padrão de atendimento. Os Gestores tem dificuldade na busca de informações estratégicas e a Inteligência Artificial vem para facilitar este acesso à Informação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Concentração da Informação, agilidade na busca e disponibilização da informações por meios convencionais. O Público-Alvo: Cidadão, Gestores e Parlamentares.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Recursos Financeiros, Equipe com domínio em Inteligência Artificial, Bases de Dados Equalizadas e Tempo.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Business Intelligence - Painel do SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A ação de Business Intelligence visa munir o Ministério da Infraestrutura de Painéis Gerenciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Público Interno exceto vinculadas.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O Power BI (Business Intelligence) faz parte da Suíte Microsoft, que o Ministério fez aquisição recentemente, e serão necessários serviços técnicos especializados para montar os painéis de cada Secretaria, Diretoria e Coordenações Gerais, mensurados em Unidade de Serviço Técnico - UST, no valor estimado de R\$ 250.000,00.

| DATA DA ENTREGA

30/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Cidadão, Gestores e Servidores tem dificuldade em visualizar o status do processo no Ministério, com quem está e quais serão os próximos passos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Transparência na informação. O Público-Alvo: Cidadão, Gestores, Parlamentares e Servidores.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Bases de Dados equalizadas.

| NOME DA AÇÃO

Serviço de Peticionamento Eletrônico Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

É um serviço disponibilizado ao cidadão para protocolar documentos digitais diretamente, por intermédio do módulo “Peticionamento Eletrônico”, pertencente ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do Ministério da Infraestrutura (Minfra). O serviço serve tanto para novos processos quanto para anexar documentos aos já existentes.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O Serviço de Peticionamento Eletrônico - SEI foi implementado pela Equipe da COPS/CITI/SE/MINFRA.

| DATA DA ENTREGA

02/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Cidadão tinha dificuldade em requerer demandas ao Ministério. Os canais de atendimento nem sempre estavam disponíveis ou próximos dos requerentes, consequentemente, o tempo com deslocamento era alto e muito custoso.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Flexibilidade: O cidadão pode peticionar a qualquer hora do dia ou da noite. Comodidade: O cidadão não precisa se deslocar até uma unidade organizacional do Ministério. Basta ter acesso à internet. O acesso pode ser realizado remotamente. Autosserviço: O cidadão não necessita de um intermediário para registrar suas demandas. Celeridade: O tempo gasto com deslocamentos foi eliminado. Sustentabilidade: Diminui substancialmente o uso do papel. Economicidade: Diminui os gastos com recursos para impressão, assim como o tempo gasto para que as demandas fossem解决adas. O Público-Alvo: Cidadão, Procuradores Legais e Advogados.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não houve.

| NOME DA AÇÃO

Serviço de Pesquisa Pública no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A consulta a processos e a documentos ostensivos, produzidos ou custodiados pelo Ministério pode ser realizados por intermédio do Serviço de Pesquisa Pública SEI, por tempo indeterminado. A pesquisa permite a geração de versões de arquivos em formato PDF e a impressão do documento. São considerados ostensivos os processos e os documentos que não possuam nenhum tipo de restrição legal de acesso.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O Serviço de Pesquisa Pública SEI foi implementado pela Equipe da COPS/CITI/SE/MINFRA.

| DATA DA ENTREGA

02/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Assegurou o direito fundamental de acesso à informação, em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Transparência, agilidade e baixo custo. Proporcionou acesso as informações do Ministério da Infraestrutura, em consonância com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso a Informação - LAI. Público-Alvo: Cidadão e Gestores em Geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não houve.

| NOME DA AÇÃO

Sistema de Consulta Externa ao Passe Livre - SCEPL.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Serviço de Consulta às informações do Passe Livre (gratuidade nas viagens interestaduais de ônibus, barco ou trem, para pessoas comprovadamente carentes com deficiência física, mental, auditiva, visual, doença renal crônica ou ostomia), com o propósito de melhorar a usabilidade e estabilidade no atendimento aos beneficiários do programa pelas Empresas de Transportes Terrestres e Aquaviários Interestaduais.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O custo com o desenvolvimento do SCEPL foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), via contrato da Fábrica de Software.

| DATA DA ENTREGA

28/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proporcionou maior segurança para as Empresas de Transportes Terrestres e Aquaviários Interestaduais na hora da verificação do real beneficiário(a) da gratuidade nas viagens interestaduais de ônibus, barco ou trem.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Benefícios: Melhorar a usabilidade e estabilidade no atendimento aos uso do benefício do Passe Livre. Público-Alvo: Empresas de Transportes Terrestres e Aquaviários Interestaduais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não houve.

COORDENAÇÃO- GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP/SPOA-SE

| NOME DA AÇÃO

Transferência de inativos do Ministério da Infraestrutura para o Ministério da Economia.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atendimento do Decreto Nº 9.498, de 10 de setembro de 2018, o qual estabelece a transferência da competência de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social a cargo deste Ministério da Infraestrutura para o Ministério da Economia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O valor estimado de economia na folha de pagamento do Ministério da Infraestrutura com a migração das aposentadorias e pensões será no importe de 50 milhões de reais.

| DATA DA ENTREGA

A data limite para conclusão dos trabalhos relacionados à migração será em setembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Entraves na comunicação operacional do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE entre o órgão setorial e o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Concentrar as demandas de pessoal ao órgão central SIPEC do Poder Executivo, gestor do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, a fim de otimizar o fluxo de trabalho das concessões e bem como aqueles que ingressam em nossa estrutura por nomeação em Cargo Comissionado ou Função de manutenções de benefícios e, consequentemente, proporcionar melhor atendimento aos inativos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A migração da folha de pagamento, atualmente com 54.994 inativos, bem como a transferência das rotinas de trabalho atualmente estabelecidas no Minfra.

| NOME DA AÇÃO

Implementação de Formulários e Requerimentos Sistema de Gestão de Acesso - SIGAC e Sistema Integrado de Gestão Pública- SIGEPE

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Adesão aos formulários (Alteração de Dados Bancários, cadastro de Servidor, Cadastro/Alteração de Dependente , rendimentos Extra Sistema Integrado de Atos de Pessoal - SIAPE , opções de Função Comissionada Técnica - FCT, Cargo de Direção Superior - DAS, Cargo de natureza Especial - NES e remuneração de Ministro de Estado) .

Implementação de Formulários e Requerimentos na plataforma digital SIGAC/ SIGEPE, ação onde os formulários/requerimentos, até então protocolados fisicamente ou no sistema SEI.

Solicitações de benefícios, declarações , cadastro de servidor, autorizações de acesso , alteração de dados bancários, cadastro/alteração de dependente, rendimentos extra SIAPE, opções FCT,DAS,NES e remuneração de Ministro de Estado , passaram a ser produzidos e geridos digitalmente na plataforma online do sistema SIGAC/SIGEPE.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Constante e diária, observada a periodicidade do Sistema SIAPE.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Mais celeridade nos processos; segurança tanto para o servidor (usuário) quanto para o operador (gestor SIAPE) no retorno das operações.

Ademais, minimizou o uso de formulários físicos, consequentemente o gasto com papel, bem como reduziu o prazo para inclusão dos dados no sistema SIAPE.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O público alvo são os servidores/empregados públicos já pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Infraestrutura, bem como aqueles que ingressam em nossa estrutura por nomeação em Cargo Comissionado ou Função de confiança.

A referida ação gera grandes benefícios ao desenvolvimento das rotinas diárias da área de Gestão de Confiança. A referida ação gera grandes benefícios ao desenvolvimento das rotinas diárias da área de Gestão de Pessoas, tais como:

Agiliza o processo de recepção e inclusão em folha de pagamento dos servidores nomeados para Cargo em Comissão ou Função de Confiança; Gera maior segurança na recepção e guarda das informações pessoais/funcionais; Maior confiabilidade nos dados, tendo em vista o banco de dados já armazenado nos referidos sistemas; e mais célere a análise e resposta ao requerente (servidor/ empregado).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Conscientização e a mudança de costumes junto aos servidores/empregados envolvidos, bem como a adequação das novas ferramentas nas unidades internas do órgão.

| NOME DA AÇÃO

Palestras de capacitação de gestores.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Palestras de alto nível que visam capacitar gestores fazendo com que as organizações produzam melhores resultados.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília /DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 31.680,00.

| DATA DA ENTREGA

25/06; 30/07; 20/08; 26/09; 22/10 e 25/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de capacitação de gestores na tomada de decisão, liderança, gestão de equipe e inovação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Capacitação de alta qualidade para gestores do MInfra.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Capacitação de Servidores.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Execução de 29 (vinte e nove) cursos de capacitação.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DF e outros Estados.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 125.574,74.

| DATA DA ENTREGA

De 14/03/2019 a 25/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de capacitação e desenvolvimento de competências de servidores e gestores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Capacitação de servidores do MInfra.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Campanha de Vacinação.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Aplicação de vacinas contra influenza em Servidores deste Ministério.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DF e outros Estados.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 10.140,00.

| DATA DA ENTREGA

26/06; 27/06 e 04/07.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Grande ocorrência de infecção por influenza neste período do ano.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Imunização de 338 servidores, sendo 300 em Brasília e 38 nos Estados.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Demora no processo de contratação das vacinas, o que levou muitos servidores a buscar a vacinação fora do Ministério.

30

TRI
MES
TRE

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO- CGAA

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de Série Histórica referente aos Empreendimentos do PAC – 2007 a 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Divulgação de informações orçamentárias e financeiras (Liquidação e Pagamento) referentes aos Empreendimentos do PAC.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica. Os empreendimentos do PAC estão presentes em todos os Estados do Brasil.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Atualização Mensal. As informações são alimentadas até o dia 15 do mês subsequente.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação tempestiva de informações orçamentárias e financeiras, inclusive àquelas solicitadas via Serviço de Informação ao Cidadão.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Aumento da transparência e divulgação de informações para a tomada de decisões. Públco Alcançado: Sociedade em geral e Técnicos da área.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Capacitação e utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de Série Histórica referente aos Investimentos e Inversões Financeiras –1995 a 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Divulgação de informações orçamentárias (Liquidação) referentes aos Investimentos e Inversões Financeiras.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica. As ações estão presentes em todos os Estados do Brasil.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Atualização Mensal. As informações são alimentadas até o dia 15 do mês subsequente.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação tempestiva de informações orçamentárias, inclusive àquelas solicitadas via Serviço de Informação ao Cidadão.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Aumento da transparência e divulgação de informações para a tomada de decisões. Públco Alcançado: Sociedade em geral e Técnicos da área.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Capacitação e utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2020-2023.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. A Elaboração, que ocorre no primeiro ano do novo governo, define os Programas, Objetivos, Metas e Indicadores que irão compor o PPA 2020-2023, no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não orçamentário.

| DATA DA ENTREGA

20/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Além de ser uma exigência constitucional, existe a necessidade de um planejamento governamental, pois é por intermédio deste planejamento, que as políticas públicas são definidas e só assim será possível atender às necessidades da população e fazer entregas que contribuirão para a construção de um Brasil melhor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Maior efetividade das políticas públicas de infraestrutura.

Público Alcançado: Usuários dos sistemas de transporte e trânsito brasileiro e a sociedade em geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O maior desafio está sendo elaborar um PPA para todo o ministério com apenas três programas compostos por um único objetivo, meta e indicador para cada programa, haja vista a dimensão e a diversidade dos modais que estão sob a responsabilidade do MINFRA. Outro desafio tem sido a escassez de tempo para maturação do planejamento. Um dos pontos fortes é a integração entre os setores de planejamento do Ministério.

| NOME DA AÇÃO

Divulgação, às Secretarias finalísticas do Ministério, de informações orçamentárias e financeiras referentes aos empreendimentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Consiste na divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos empreendimentos do Ministério, sempre que solicitado pelas Secretarias finalísticas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não orçamentário.

| DATA DA ENTREGA

Sempre que houver solicitação.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação tempestiva de informações orçamentárias e financeiras, referentes aos empreendimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Subsídio para tomada de decisões. Público Alcançado: Técnicos da área.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Capacitação e utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

| NOME DA AÇÃO

Participação de Sala de Situação referente aos empreendimentos do Modal Rodoviário.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Consiste na participação mensal em sala de situação para discutir a evolução da execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos prioritários referentes ao Modal Rodoviário.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não orçamentário.

| DATA DA ENTREGA

Última semana de cada mês (a convocação é realizada pela SNTT).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação tempestiva de informações orçamentárias e financeiras, referentes aos empreendimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Principais Benefícios: Monitoramento dos empreendimentos e subsídio para tomada de decisões. PÚBLICO Alcançado: Técnicos da área.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Capacitação e utilização de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação.

CGTI/COPSI/SPOA**| NOME DA AÇÃO**

Criação de um Sistema para Relacionamento com Investidores e Parceiros (CRM) - SIRIP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Sistema (banco de dados) é alimentado por meio de uma página para cadastro de investidores e parceiros (o formulário padrão – inclui Company Profine e Survey - já foi elaborado pela AESINT e está anexo ao e-mail). Ao realizar o cadastro online os dados de investidores e parceiros são organizados num banco de dados para futuros usos múltiplos, como, por exemplo: - Envio de informações/notícias via mailing list (e-mail marketing); - Divulgação de informação semanal de Pipeline de Projetos; - Envio de informações periódicas FOLLOW-UP (após eventos, reuniões e Road shows); - Emissão de Relatório online (customizados) para a tomada de decisão e gestão de relacionamento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

WEB (<https://sirip.infraestrutura.gov.br/inicio>).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 14.539,93 (Fase 1).

| DATA DA ENTREGA

03/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Relacionamento com Investidores e Parceiros

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atrair investimento na Infraestrutura do Brasil e, consequentemente, geração de renda e empregos para o País.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Entendimento do Negócio.

| NOME DA AÇÃO

Adaptação Sistema Agatha – Sistema de Gestão de Riscos .

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Necessidades do usuário: Alterar as tabelas onde aparecem Presidência da Republica para Ministério da Infraestrutura; Excluir a palavra Transferir na tabela de Causas da aba de resposta aos riscos; Alterar o nome objetivo de controle na aba de Plano de Ação. Verificar as possibilidades para alterar o organograma. Pois atualmente a tabela do SIORG esta desatualizada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Web (<https://riscos.infraestrutura.gov.br/usuario-nao-autenticado>).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 11.631,94.

| DATA DA ENTREGA

26/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Análise de Riscos das Ações do Ministério da Infraestrutura.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Mitigar possível riscos no investimento do Ministério da Infraestrutura.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Tecnologia defasada da aplicação.

| NOME DA AÇÃO

Sistema de Gestão de Agenda.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Necessidade de Gestão de Agenda das autoridades do Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Web (<http://sga-dev.okd.infraestrutura.gov.br/inicio>) – Em desenvolvimento.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 46.000,00.

| DATA DA ENTREGA

26/10/2010 - PREVISÃO.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Conflito de Agendas

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Organizou a agenda da autoridade do Ministério.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Tempo de desenvolvimento apertado.

| NOME DA AÇÃO

Criação de Arquitetura DEVOPS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Para aumentar as entregas e novos projetos e sistemas a Coordenação a Arquitetura DEVOPS do MINFRA, contendo:

- a. Barramento de Serviços;
- b. Infraestrutura Inteligente;
- c. Ambiente de Conteiners;
- d. Novo SSO (Sngle Sing On);
- e. Novo Design System;
- f. Novo Modelo de Desenvolvimento de Software;

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Barramento de Serviços: (<https://cardapio-hom.okd.infraestrutura.gov.br/store/>)

Ambiente de Conteiners: <https://okd.infraestrutura.gov.br:8443/>

Novo SSO (Sngle Sing On): <http://auth.homolog.infraestrutura.gov.br>.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 150.000,00 (Fase 1 e 2).

| DATA DA ENTREGA

19/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Possibilita a entrega mais rápida e eficiente de novos projetos de software.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhora na competitividade do Brasil ao adotar tecnologias que inovam.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Profissionais com mindset DEVOPS; Mudança de Cultura; Serviços para o Barramento; Pensamento em Conteiner.

| NOME DA AÇÃO

Integração do Sistema Passe Livre ao BPC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Para aumentar a eficiência na análise da concessão do benefício do Passa Livre, fez-se necessário a integração com a base de dados da DATAPREV, incluindo os campos referentes ao BPC na Análise de 2º Nível da solicitação do benefício.

- a) BPC Informado;
- b) BPC Consultado.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não existe link de acesso após a consulta ao BCP é realizado internamente pela a aplicação do Sistema de Gestão do Passe Livre. (SGPL).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Somente 6 meses após publicação em produção das consultas ao BPC deverão ser contabilizados definitivamente os quantitativos de consulta, conforme informado pela DATAPREV. Até seis meses o contrato de consulta ao BPC prevê um período de degustação sem ônus para o Ministério da Infraestrutura.

| DATA DA ENTREGA

17/09/2019. (a integração com o BPC entrará em produção após a publicação da Portaria do Ministério da Infraestrutura.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Possibilita a entrega mais rápida e eficiente de novas solicitações de benefícios do Passe Livre.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Todo o Cidadão carente com deficiência e que tem direito à gratuidade no Transporte Coletivo Interestadual. O maior benefício foi a agilidade na concessão do benefício.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Mudança na cultura interna de análise da concessão do benefício.

COORDENAÇÃO- GERAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE - CGFC/SPOA

| NOME DA AÇÃO

Processo de atuação como Órgão Setorial do Sistema Federal de Administração Financeira.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Planejar, coordenar, orientar e executar as atividades do Sistema de Programação Financeira dos órgãos e entidades vinculados ao Ministério. Até setembro de 2019, os limites de pagamento de despesas discricionárias, Demais Ações – RP2, e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC RP3, totalizaram R\$ 6.122,1 milhões dos quais foram pagos R\$ 5.874,3 milhões, o que representa 96,0% dos limites disponibilizados até setembro.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades Gestoras vinculadas ao ministério da Infraestrutura (órgão 39000)sendo atualmente 82 unidades.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

(quando aplicável): Análise e indicação de cancelamento de Restos a Pagar empenhados em favor das Companhias DOCAS no montante de R\$ 125.003.057,85.

| DATA DA ENTREGA

Os controles financeiros são feitos diariamente e o ciclo de entrega é concluído no encerramento do exercício.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

No Sistema Federal de Administração Financeira, ao disponibilizar o cronograma de cotas mensais de liberação financeira a cada unidade previamente, possibilitou que essas unidades fizessem um melhor planejamento dos seus pagamentos evitando problemas de fluxo de caixa, mesmo se tratando de despesas discricionárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Na ação do Sistema Federal de Administração Financeira, os benefícios alcançados foram melhoria no planejamento da programação financeira, onde as unidades solicitam apenas até os valores das cotas previamente estabelecidas. O público alcançado pela ação são internos e externos: ordenadores de despesas e gestores envolvidos, e os credores prestadores de serviços que têm seus recebimentos garantidos após cumprimento das suas entregas.Quanto à Setorial de Contabilidade, esta preza pela fidedignidade dos registros dos atos e fatos da administração pública federal apresentados no Balanço Geral da União.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio enfrentado, no que tange ao Sistema Federal de Administração Financeira, é adequar os escassos recursos estabelecidos pelo Decreto de Programação Financeira às demandas das unidades. Quanto ao Sistema Federal de Contabilidade, é a falta de tempestividade no atendimento das orientações pelas Unidades Gestoras.

| NOME DA AÇÃO

Processo de atuação como Órgão Setorial do Sistema Federal de contabilidade.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Dentre outras atividades dessa setorial, realizadas de julho a setembro, destacamos as principais: a) Criação de CNPJ filial, perante a Receita Federal do Brasil, para a Unidade Gestora Executora 390042 da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias; b) Processo de criação de CNPJ matriz, perante a Receita Federal do Brasil, para a unidade gestora do FUNSET e posterior e criação de CNPJ filial para a unidade gestora do DENATRAN (em andamento); c) Providências quanto ao uso da Certificação Digital do Órgão junto ao Secretário Executivo e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA; d) Acompanhamento dos processos no SEI que envolvem esta Pasta e a Italplan Engineering, Environment e Transportes S.p.A com relação às descentralizações de crédito realizadas, à época, pela antiga SPO à AGU, para custeio da representação judicial da República Federativa do Brasil em foro italiano. Atualmente, a VALEC é a responsável pela descentralização de crédito para AGU pelo TED nº 690538; e) Conforme art. 2º da Portaria GM/Minfra nº 547, de 06/09/2019, DOU de 09/09/2019, no qual alterou as atribuições do DNIT, e anexos I e II da referida portaria, ocorreram as transferências de saldos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, conforme: Convênios e Instrumentos Congêneres R\$ 920.330.156,39 e Termo de Execução Descentralizadas – TED R\$ 46.796.100,14.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades Gestoras vinculadas ao ministério da Infraestrutura (órgão 39000) sendo atualmente 82 unidades.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Quanto aos controles contábeis, citamos : a) Em 30 de abril foram entregues as Notas Explicativas de Órgão e de Órgão Superior referentes ao 1º Trimestre. Em 31 de julho foram entregues as Notas Explicativas de Órgão e de Órgão Superior referente ao 2º Trimestre. No terceiro trimestre, as notas estão em processo de elaboração para serem entregues no dia 25 de outubro; e b) Transferência dos saldos após Portaria GM/MInfra nº 547/2019, Convênio e instrumentos congêneres e TED da SNPTA para o DNIT: 13 de setembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Nas ações relacionadas à análise das contas, balanços, balancetes e Das demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas, solicitamos providências quanto às regularizações das impropriedades percebidas nos registros contábeis. A ação de realizar cadastro de usuários nos sistemas Senha Rede e SIAFI proporciona o devido controle, assim, disponibilizamos cadastradores sempre presente e disponível para gerir as senhas. Destacamos, também, a ação de Orientação aos órgãos subordinados quanto à elaboração das notas explicativas e inclusão no SIAFI, além de produzir as próprias notas enquanto órgão superior, bem como à realização do registro de conformidade contábil de Órgão (das unidades diretas) e de Órgão Superior (das entidades vinculadas) evitando restrição da Secretaria do Tesouro Nacional.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Quanto à Setorial de Contabilidade, esta preza pela fidedignidade dos registros dos atos e fatos da administração pública federal apresentados no Balanço Geral da União.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio enfrentado, no que tange ao Sistema Federal de Administração Financeira, é adequar os escassos recursos estabelecidos pelo Decreto de Programação Financeira às demandas das unidades.

COORDENAÇÃO- GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS -COGEP

| NOME DA AÇÃO

Transferência de Inativos do Ministério da Infraestrutura para o Ministério da Economia.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atendimento do Decreto Nº 9.498, de 10 de setembro de 2018, o qual estabelece a transferência da competência de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social a cargo deste Ministério da Infraestrutura para o Ministério da Economia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O valor estimado de economia na folha de pagamento do Ministério da Infraestrutura com a migração das aposentadorias e pensões será no importe de 50 milhões de reais.

| DATA DA ENTREGA

Outubro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Entraves na comunicação operacional do SIAPE entre o órgão setorial e o órgão central do SIPEC.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Concentrar as demandas de pessoal ao órgão central SIPEC do Poder Executivo, gestor do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, a fim de otimizar o fluxo de trabalho das concessões e manutenções de benefícios e, consequentemente, proporcionar melhor atendimento aos inativos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A migração da folha de pagamento, atualmente com 54.994 inativos, bem como a transferência das rotinas de trabalho atualmente estabelecidas no Minfra.

| NOME DA AÇÃO

Implementação do Férias Web.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Implementação de requerimento de férias pela plataforma digital SIGAC/SIGEPE.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Outubro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Mais celeridade nos processos; segurança tanto para o servidor (usuário) quanto para o operador (gestor SIAPE), inclusão na era digital.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O público alvo são os servidores/empregados públicos já pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Infraestrutura, bem como aqueles que ingressam em nossa estrutura por nomeação em Cargo Comissionado ou Função de Confiança. A referida ação gera grandes benefícios ao desenvolvimento das rotinas diárias da área de Gestão de Pessoas pois torna mais célere o processo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Adequação da ferramenta.

| NOME DA AÇÃO

Palestras de capacitação de gestores.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Palestras de alto nível que visam capacitar gestores fazendo com que as organizações produzam melhores resultados.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília /DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 31.680,00.

| DATA DA ENTREGA

26/09; 22/10 e 25/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de capacitação de gestores na tomada de decisão, liderança, gestão de equipe e inovação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Capacitação de alta qualidade para gestores do MInfra.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Identificação de restrições legais para movimentação de servidores entre órgãos.
Estabelecimento de critérios objetivos que possibilitem o recrutamento de forma eficiente.

| NOME DA AÇÃO

Capacitação de servidores.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Execução de 29 (vinte e nove) cursos de capacitação.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DF e outros Estados.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 125.574,74

| DATA DA ENTREGA

25/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de capacitação e desenvolvimento de competências de servidores e gestores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Capacitação de servidores do Minfra

| NOME DA AÇÃO

Processo Seletivo MInfra.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Processo Seletivo MInfra.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília /DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Constantemente, de acordo com a demanda.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Identificação histórica de ingerência política na indicação de servidores para ocupar cargos e funções no Ministério.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Maior transparência e eficiência na seleção e recrutamento de servidores para ocupar cargos e funções no Ministério.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Identificação de restrições legais para movimentação de servidores entre órgãos.
Estabelecimento de critérios objetivos que possibilitem o recrutamento de forma eficiente.

| NOME DA AÇÃO

Concurso temporário.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposta para realização de concurso temporário no âmbito do MInfra.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília /DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Escassez de servidores públicos para compor força de trabalho.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O órgão poderá contar com maior força de trabalho de servidores públicos com competência para assumir tarefas importantes que exigem responsabilização e uso de token.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Recurso Orçamentário.

| NOME DA AÇÃO

Exames periódicos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Disponibilizar a possibilidade da realização de exames periódicos para os servidores do órgão.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília /DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Recurso próprio.

| DATA DA ENTREGA

Outubro de 2019.

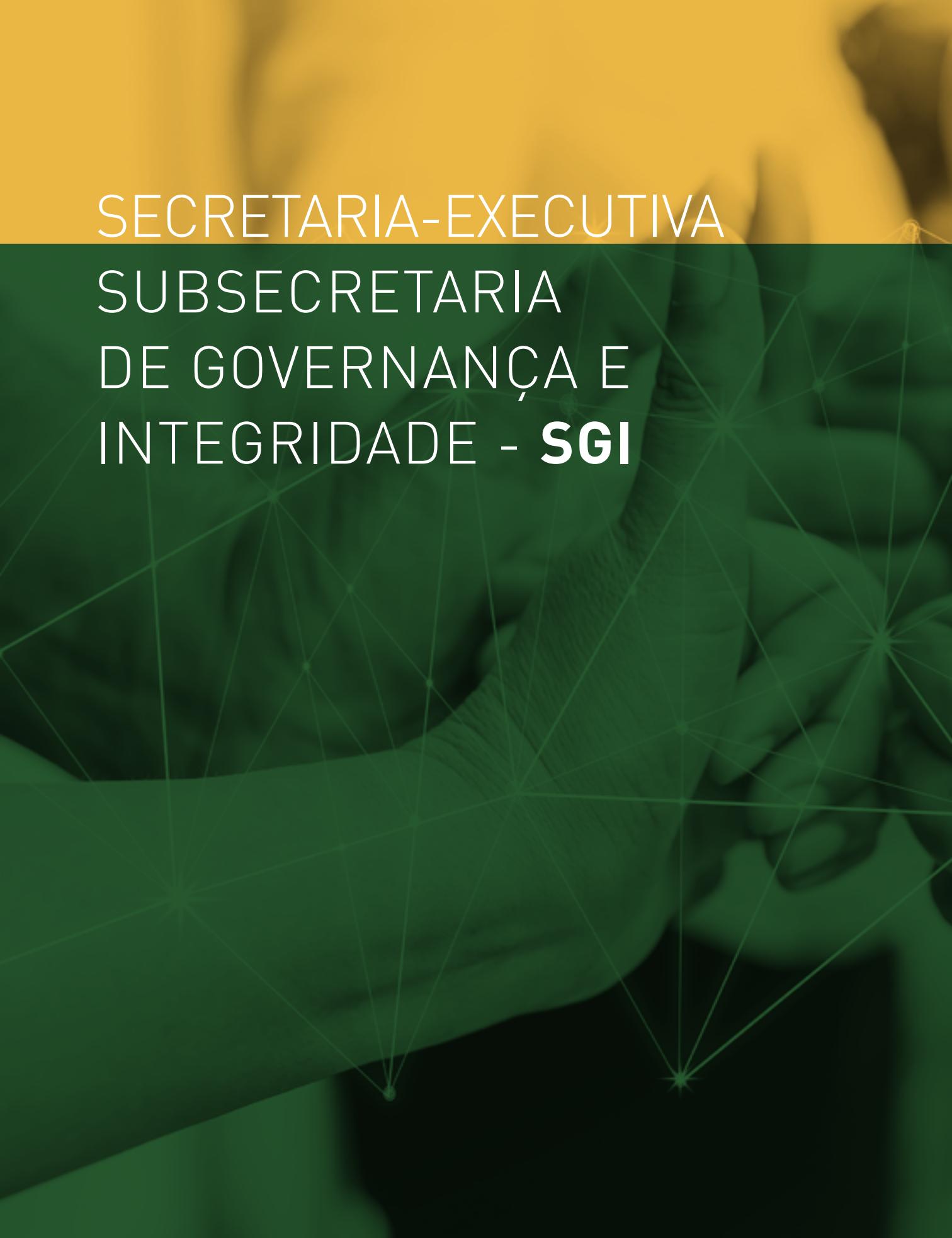
| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de implementação de um programa que traz benefício que é um direito do servidor público.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Conscientização dos servidores da importância dos cuidados com a saúde e, principalmente, prevenção de doenças.

SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE - **SGI**





| NOME DA AÇÃO**RADAR ANTICORRUPÇÃO.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

A fim de aprimorar a gestão pública e dificultar os desvios de conduta e de recursos públicos, bem como considerando o compromisso do GOVERNO FEDERAL de reforçar as linhas de defesa das suas instituições, o MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA lançou o PROGRAMA RADAR ANTICORRUPÇÃO, visando à adoção de ações voltadas à prevenção, à supervisão e ao enfrentamento de riscos de fraude e corrupção nesta pasta. Foram definidos, prioritariamente, 04 (quatro) pilares expondo os objetivos e as iniciativas necessárias para promover a detecção e o combate à corrupção, por meio do aperfeiçoamento e sistematização de ações de controle na estrutura do MINFRA: (1) Formalização de parceria com o MJSP, PF e CGU para o compartilhamento de informações; (2) Campanha de Fomento do Canal de Denúncia; (3) Guia Rápido de Conduta e (4) Regulamentação do Processo de Seleção e de Avaliação de Integridade.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Secretaria Executiva – Subsecretaria de Governança e Integridade.

| DATA DA ENTREGA

05 de maio de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

a) Ausência de canal próprio para troca de informações: formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre o MInfra, Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Polícia Federal - PF, Advocacia-Geral da União - AGU e Controladoria-Geral da União - CGU criando canal próprio para o encaminhamento de informações a serem utilizadas nos processos de seleção e avaliação de integridade dos candidatos a cargos em comissão e funções comissionadas como, por exemplo: (1) indiciamentos; (2) parentes em linha reta ou colateral até o terceiro grau (nepotismo); (3) sócio de pessoa jurídica que possua contrato com a administração pública; (4) condenação em procedimento administrativo disciplinar;

b) Pouca divulgação dos canais oficiais de denúncias do MInfra: fomento, por meio de propaganda e campanhas, da utilização dos canais oficiais de denúncias do Minfra;

c) Ausência de um Guia Rápido de Conduta Ética, com práticas a serem adotadas no âmbito do MInfra, e órgão vinculados, orientando o comportamento

dos servidores e gestores em situações da vida profissional, promovendo a disseminação dos princípios que regem a administração pública,

bem como prevenindo a prática de atos previstos no Código Penal Brasileiro: confecção, difusão e distribuição do Guia Rápido de Conduta Ética do MInfra.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- a) Compartilhamento de informações, visando o encaminhamento célere e direto pelo MInfra, e unidades vinculadas, de fatos que configurem irregularidades administrativas e/ou penais, que possam ensejar a inauguração de procedimentos de auditoria e/ou inquéritos policiais;
- b) Fomento, por meio de propaganda e campanhas, da utilização dos canais oficiais de denúncias do MInfra por pessoas que testemunhem ou tomem conhecimento de condutas que configurem irregularidades administrativas e/ou criminais, garantindo o absoluto sigilo e a confidencialidade do denunciante;
- c) Divulgação do compromisso do MInfra de resguardar o denunciante, bem como apurar e/ou encaminhar aos demais órgãos de fiscalização as comunicações formalizadas;
- d) Divulgação da proibição de qualquer forma de retaliação, ameaça ou intimidação a servidores ou terceiros que realizarem denúncias junto aos canais oficiais do MInfra.
- e) Fortalecimento do compromisso do MInfra de combater a corrupção e, ainda, consolidar a compreensão de quais são os atos que podem ser associados à prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública;
- f) Desenvolvimento de uma cultura ética e transparente entre todos os servidores, terceiros e parceiros que se envolvam com o MInfra;
- g) Difusão do uso do Guia Rápido de Conduta Ética, com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Ausência de efetivo da SGI, que até junho de 2019 contava com apenas dois servidores (01 Subsecretaria e 01 Assessor), responsáveis pela concepção e desenvolvimento do programa em referência.

| NOME DA AÇÃO

Regulamentação do Processo Seletivo e Indicação Para Provimento de Cargos em Comissão no MInfra.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração de Minuta de Portaria contendo a definição dos procedimentos referentes à indicação, seleção, nomeação e designação de ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do Ministério da Infraestrutura e estabelecimento de regra geral de governança para as empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Gabinete do Ministro da Infraestrutura aguardando assinatura da Minuta de Portaria proposta pela SGI.

| DATA DA ENTREGA

Julho/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

a) Necessidade de regulamentação do Processo de Seleção e de Avaliação de Integridade em face do Decreto nº 9.727/2019, que dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE;

b) Nomeações de pessoas que não apresentem requisitos técnicos, reputação ilibada e idoneidade moral.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

a) Implementação de rotina de análise curricular nos processos de nomeação, incluída a exigência de critérios para seleção e indicação no MInfra, órgãos e empresas vinculadas; b) Avaliação de integridade dos candidatos por meio de verificação de bases de dados e registros oficiais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

a) Implementação de rotina de análise curricular nos processos de nomeação, incluída a exigência de critérios para seleção e indicação no MInfra, órgãos e empresas vinculadas; b) Avaliação de integridade dos candidatos por meio de verificação de bases de dados e registros oficiais.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de Minuta de Portaria.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração de Minuta de Portaria contendo a definição dos parâmetros para análise do requisito de reputação ilibada, no âmbito do processo de seleção e de indicados para cargos em comissão e funções comissionadas no Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Gabinete do Ministro da Infraestrutura aguardando assinatura da Minuta de Portaria proposta pela SGI.

| DATA DA ENTREGA

Julho/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- a) Necessidade de regulamentação dos parâmetros para análise do requisito de reputação ilibada, no âmbito do processo de seleção e de indicados para cargos em comissão e funções comissionadas no Ministério da Infraestrutura.
- b) Nomeações de pessoas que não apresentem requisitos objetivos sobre reputação ilibada e idoneidade moral.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- a) Implementação de rotina de análise curricular nos processos de nomeação, incluída a exigência de critérios para seleção e indicação no MInfra e suas vinculadas.
- b) Avaliação objetiva de potencial e integridade dos candidatos por meio de verificação de bases de dados e registros oficiais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Ausência de efetivo da SGI, que até junho de 2019 contava com apenas dois servidores (01 Subsecretaria e 01 Assessor), responsáveis pela concepção e desenvolvimento do programa em referência.

| NOME DA AÇÃO

Gestão de Processos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A Subsecretaria de Governança e Integridade – SGI exercendo as atribuições de planejamento, orientação e coordenação das atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como para garantir a responsabilização de terceiros e reportar à Alta Administração do Ministério da Infraestrutura o andamento dessas ações, concebeu o fluxo de tratamento de processos e de denúncias, minuciosamente expostos em relatório anexo ao presente expediente: “Relatório Bimestral de Atividades da SGI”.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Subsecretaria de Governança e Integridade.

| DATA DA ENTREGA

Julho/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- Necessidade de tratamento de número elevado de informações na SGI que visam prevenir, detectar, punir e remediar atos de corrupção, fraudes e atos ilícitos ou antiéticos;
 - Necessidade de conhecer e sugerir possíveis melhorias nas ações de integridade incorporadas pelas unidades vinculadas do MInfra (análise de riscos, mapeamento de medidas de remediação dos riscos, existência de interlocução com órgão de fiscalização, tratamento de denúncia).
 - Necessidade de proceder a análise de integridade de candidatos à cargos no MInfra e vinculadas.
2. DADOS ANALISADOS:

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- Definição de fluxo de tratamento de denúncia no âmbito da SGI;
- Identificação de atos e riscos ligados às ações do MInfra e suas vinculadas, no que se refere às oportunidades de corrupção, fraudes e atos ilícitos ou antiéticos;
- Manutenção do controle de conformidade no tratamento de denúncias que envolvam o MInfra e unidades vinculadas;
- Aumento do processamento e controle das comunicações de ações irregulares que possam configurar ilícitos penais e/ou administrativos no âmbito das unidades vinculadas;

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Ausência de efetivo da SGI, que até junho de 2019 contava com apenas dois servidores (01 Subsecretaria e 01 Assessor), responsáveis pela concepção e desenvolvimento do programa em referência.

| NOME DA AÇÃO

Relatório Bimestral de Atividades da SGI - Nº 001/SGI/SE - SEI nº 50000.037194/2019-95 (SEI 1764492) vide documento .

1. INTRODUÇÃO:

A Subsecretaria de Governança e Integridade - SGI exercendo as atribuições de planejamento, orientação e coordenação das atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como para garantir a responsabilização de terceiros e reportar à Alta Administração do Ministério da Infraestrutura o andamento dessas ações, apresenta este Relatório Bimestral de Atividades da SGI visando informar ao Secretário-Executivo as ações adotadas por esta unidade ao longo do bimestre supramencionado.

2. DADOS ANALISADOS:

Nos meses de maio e junho de 2019 a SGI ocupou-se com um total de 202 processos. Deste total, os processos se subdividem nos seguintes temas:

- A) Administrativo : Quantidade 10 ; percentual : 4,94%;
- B) Análise de Integridade : Quantidade 151 ; percentual : 74,75%;
- C) Aditoria : Quantidade 1 ; percentual : 0,50%;
- D) Denúncia : Quantidade 36 ; percentual : 17,82%;
- E) Solicitação : Quantidade 3 ; percentual : 1,49%;
- f) Reclamação : Quantidade 1; percentual : 0,50%.

30

TRI
MES
TRE

SUBSECRETARIA DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE - SGI**| NOME DA AÇÃO**

Gestão de Processos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A SGI exercendo as atribuições de planejamento, orientação e coordenação das atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como para garantir a responsabilização de terceiros e reportar à Alta Administração do Ministério da Infraestrutura o andamento dessas ações, concebeu o fluxo de tratamento de processos e de denúncias, minuciosamente expostos em documento denominado: “Relatório de Atividades da SGI”.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação Bimestral.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- a) Necessidade de tratamento de número elevado de informações na SGI que visam prevenir, detectar, punir e remediar atos de corrupção, fraudes e atos ilícitos ou antiéticos;
- b) Necessidade de conhecer e sugerir possíveis melhorias nas ações de integridade incorporadas pelas unidades vinculadas do MInfra (análise de riscos, mapeamento de medidas de remediação dos riscos, existência de interlocução com órgão de fiscalização, tratamento de denúncia).
- c) Necessidade de proceder a análise de integridade de candidatos à cargos no MInfra e vinculadas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

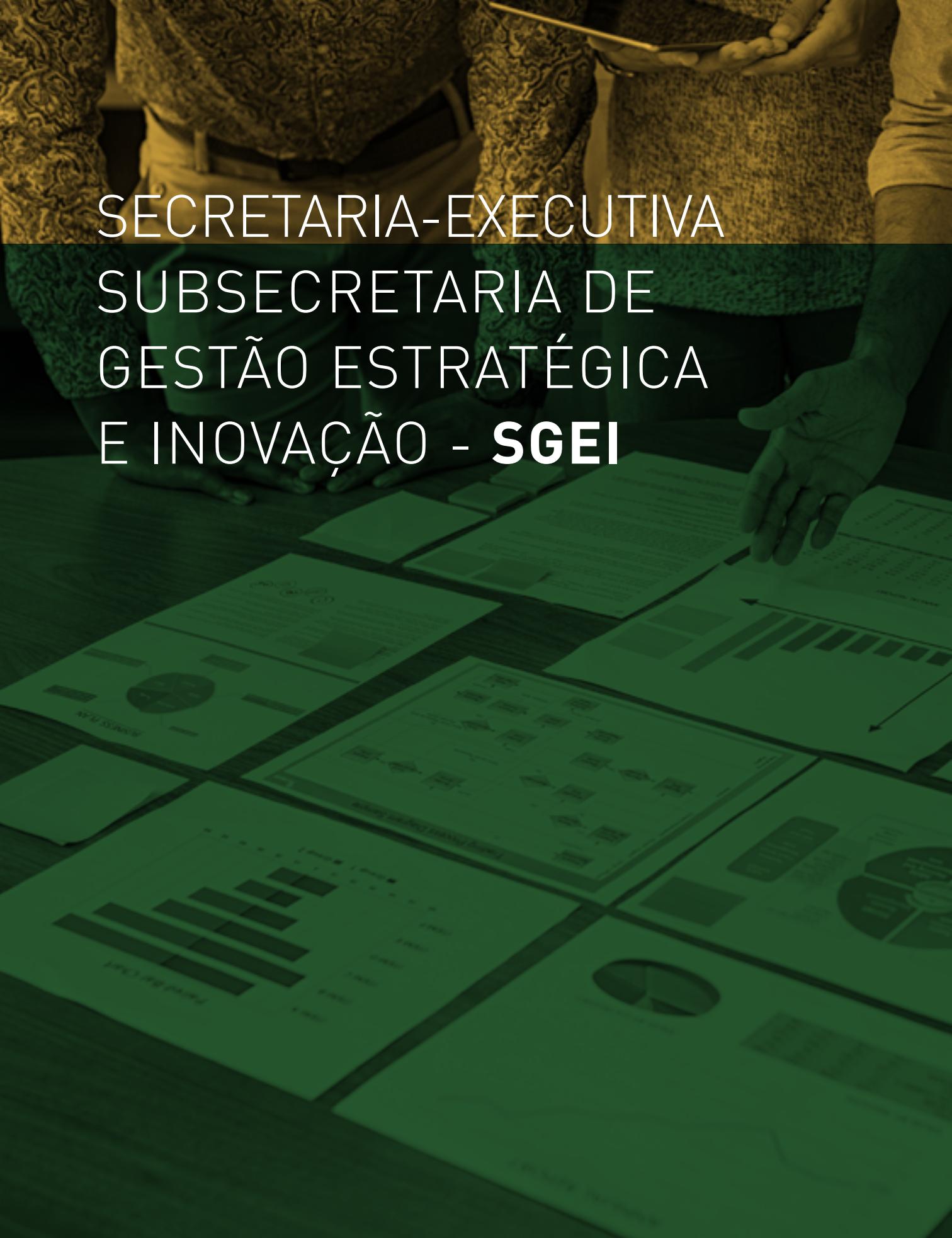
No ano de 2019 a SGI ocupou-se com um total de 446 processos.

Deste total, os processos se subdividem nos seguintes temas: ADMINISTRATIVO 34 processos (7,62%); ANÁLISE DE INTEGRIDADE 320 processos (71,75%); AUDITORIA 3 processos (0,67%); DENÚNCIA 81 processos (18,16%); SOLICITAÇÃO 7 processos (1,57%); e RECLAMAÇÃO 1 processo (0,22%).

Dos 446 processos que tramitaram na SGI, foram atribuídos os seguintes destinos: ENCERRADO 208 processos (46,64%); CGU 15 processos (3,36%); COMISSÃO DE ÉTICA 3 processos (0,67%); CORREGEDORIA 1 processo (0,22%); OUVIDORIA 9 processos (2,02%); POLÍCIA FEDERAL 27 processos (6,05%); EM PROCESSAMENTO 121 processos (27,13%); e OUTROS DESTINOS 62 processos (13,90%). Dentre os processos classificados com o destino “outros” encontram-se os enviados para: Advocacia-Geral da União (5 processos); Ministério da Justiça e Segurança Pública (2 processos); Tribunal de Contas da União (2 processos); Receita Federal do Brasil (1 processo); Ministério Público do Rio Grande do Norte (1 processo); Polícia Civil do Estado de Pernambuco (1 processo); Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (1 processo); e Polícia Civil do Distrito Federal (1 processo).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A solução de TI para auxiliar no controle dos processos está em fase de implementação por parte da CGTI/MInfra. Por enquanto o controle é feito manualmente pelos servidores lotados na SGI.



SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO - SGEI



OFÍCIO-CIRCULAR N° 836/2019/SE**| NOME DA AÇÃO**

Planejamento Estratégico do Ministério da Infraestrutura.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Planejamento Estratégico é um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à organização. A nova Estratégia do Ministério da Infraestrutura representa a consolidação das visões dos técnicos e da liderança alinhados à estratégia do novo Governo. O processo teve a participação de todas as Secretarias e Vinculadas para a construção do Mapa Estratégico. O novo Mapa Estratégico materializa onde o Minfra deseja chegar ao final do ciclo estratégico (visão) e a estratégia que adotaremos para transformar a visão de futuro em realidade, norteada pela missão e pelos nossos valores.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

08/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A atuação das organizações em ambientes dinâmicos, que exigem a percepção de contexto, acuidade e proatividade dos gestores e dos dirigentes em qualquer nível gerencial é o grande desafio de gestão. As demandas por um Estado mais eficiente, mais flexível, mais efetivo nas suas ações são cada vez mais reconhecidas. Tais demandas não podem ser respondidas com a improvisação e, por essa razão, o planejamento e a gestão, bem como ferramentas potentes para a sua realização como a gestão estratégica, tornam-se um instrumento eficaz.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Tendo em vista a complexidade e desafios de integração dos diferentes modos de transportes, o papel da infraestrutura de transporte no desenvolvimento competitividade do país, a adoção de um planejamento estratégico que envolve o Ministério e suas entidades vinculadas é um grande benefício. Ao final desse ciclo estratégico, vislumbra-se um país com mais produtividade e oportunidades, com regiões geoeconômicas mais integradas e desenvolvidas, além de uma economia

dinamizada, com reflexos na geração de empregos e redução de desigualdades. O público alvo dessa ação é a população brasileira e o setor produtivo representado pelos diversos atores do setor da infraestrutura de transportes e de trânsito.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Promover a integração e coordenação entre os diferentes órgãos viabilizando o alinhamento de ações.

| NOME DA AÇÃO

Programa de Transformação Digital.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A agenda de Transformação Digital é uma prioridade do Governo Federal e visa promover a simplificação na solicitação de serviços, que resultam na diminuição de tempo e de recursos gastos pelo cidadão e pelo setor produtivo em deslocamentos e transações desnecessárias. O Ministério da Infraestrutura, em parceria com o Ministério da Economia e a Presidência da República, está construindo o Plano de Transformação Digital dos Serviços de Transportes e Trânsito, sendo uma das prioridades desta gestão. O plano é monitorado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação da Secretaria Executiva no âmbito do Ministério da Infraestrutura, contando com o apoio de pontos focais nas Unidades Vinculadas em prol do aumento da produtividade brasileira e diminuição do custo Brasil.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Aprovação do Plano de Transformação Digital pelo Comitê de Transformação Digital, passando a ser Programa de Transformação Digital no dia 10 de abril de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Tempo elevado e recursos gastos pelo cidadão e pelo setor produtivo em deslocamentos e transações desnecessárias. Acesso aos serviços do Ministério da Infraestrutura e vinculadas de forma manual e burocrática, elevando custos e dificuldades ao cidadão e empresas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- Facilitar ao cidadão o acesso, o monitoramento e a avaliação dos serviços do setor;
- Reduzir custos de transação dos cidadãos e entidades que utilizam os serviços públicos do setor de transporte e trânsito;
- Proporcionar competitividade por meio da eliminação de entraves às empresas do setor nos processos de outorga, autorizações, licenças e certificações;
- Conferir ao Ministério da Infraestrutura e suas Entidades Vinculadas maior capacidade para transformar serviços e processos analógicos em digitais, numa visão de processos integrados e alinhados com a visão de valor do usuário final.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Os Órgãos envolvidos na mesma cadeia de serviços atuando de forma integrada no desenvolvimento das soluções de transformação digital.

| NOME DA AÇÃO

Programa de Desburocratização.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desenvolvimento de um ousado programa de inovação e desburocratização a partir da perspectiva de ganho de valor para a sociedade. O programa aborda a melhoria da qualidade regulatória, o uso de novas tecnologias, transformação digital e inovação de serviços, facilitando o transporte de cargas e pessoas, reduzindo custos e diminuindo o tempo de deslocamento.

O plano é monitorado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação da Secretaria Executiva no âmbito do Ministério da Infraestrutura, contando com o apoio de pontos focais nas Unidades Vinculadas em prol do aumento da produtividade brasileira e diminuição do custo Brasil.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

10 de junho de 2019- Evento de lançamento do Programa de Desburocratização.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- Menos burocracia - Diminuir o peso do estado sobre o cidadão e o setor produtivo é um objetivo do Governo Federal.
- Mais diálogo – Fortalecimento do diálogo com a sociedade e com os diversos atores do setor da infraestrutura de transportes e de trânsito, atuando para identificar e eliminar desequilíbrios.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Desonerar e aumentar a satisfação dos cidadãos, do setor produtivo e dos atores do setor em relação aos normativos e serviços públicos de Transporte e Trânsito.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

- Definição do questionário que visou coletar “DEMANDAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO (propostas e sugestões de alterações em normativos, serviços ou procedimentos que resultem na supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas) em atendimento à Lei nº 13.726, de 8 de Outubro de 2018, para, ao final, colaborar na construção do Plano de Desburocratização do MInfra.
- Identificação das entidades representativas.

30

TRI
MES
TRE

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO - SGEI**| NOME DA AÇÃO**

Programa de Desburocratização Infra +.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Ministério da Infraestrutura lançou o Programa de Desburocratização Infra +, que consiste em ouvir as entidades representativas do setor de transportes e trânsito, e de seus usuários, coletando propostas de desburocratização que proporcionem a simplificação de normas e processos, com consequente redução de custos e aumento de produtividade.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

03/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Programa de Desburocratização Infra + tem como objetivo desonerar e aumentar a satisfação dos cidadãos, do setor produtivo e dos atores do setor em relação aos normativos e serviços públicos de Transporte e Trânsito, visando ao aumento da competitividade do país e para isso, ouviu as entidades representativas do setor de transportes e trânsito e de seus usuários, coletando propostas de desburocratização que proporcionem a simplificação de normas e processos, com consequente redução de custos e aumento de produtividade. Foi concluída a análise preliminar de todas as propostas de desburocratização recebidas (45 propostas), buscando validar o objeto específico da simplificação (normativo ou serviço) e identificar se a demanda estava adequada ao escopo do Programa além disso, serão realizadas capacitações, seminários, workshops e ações de aculturamento do corpo técnico quanto aos novos conceitos envolvidos na Lei da Liberdade Econômica (Lei Nº 13.874, de 20 de setembro de 2019) e a Lei de que visa simplificar Normativos, Serviços e Processos relacionados aos serviços de Transportes e Trânsito. Cada proposta foi encaminhada para a área responsável e será tratada, tendo um encaminhamento específico, em função de sua complexidade. A Secretaria Executiva do MINFRA irá monitorar periodicamente o andamento das ações e dar retorno do status aos demandantes. Além disso, serão realizadas capacitações, seminários, workshops e

ações de aculturamento do corpo técnico quanto aos novos conceitos envolvidos na Lei da Liberdade Econômica (Lei Nº 13.874, de 20 de setembro de 2019) e a Lei de Desburocratização (Lei Nº 13.726 de 10 de outubro de 2018), visando quebrar os paradigmas que dificultam as transformações necessárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O Público alvo do Programa de Desburocratização Infra + são as entidades do Setor e os benefícios serão alcançados através da diminuição do fardo regulatório, revisão das normas e da possibilidade de alteração de procedimentos para desburocratizar e simplificar a vida dos regulados, impactando indiretamente também na vida do cidadão que recebe os serviços prestados pelos usuários do setor].

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Desenvolver e consolidar a cultura de utilização das melhores práticas contidas Lei da Liberdade Econômica (Lei Nº 13.874, de 20 de setembro de 2019) e a Lei de Desburocratização (Lei Nº 13.726 de 10 de outubro de 2018).

| NOME DA AÇÃO

Programa de Capacitação em Gestão de Projetos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação, lançou em agosto o Programa de Capacitação em Gestão de Projetos Estratégicos com a palestra “Liderando Projetos Estratégicos”, ministrada pelo professor Wankes Leandro. Este Programa tem por objetivo o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores envolvidos com os projetos estratégicos, para que possam adquirir novas habilidades e melhorar seu desempenho na implementação da estratégia da Pasta. O Programa será desenvolvido em 4 eixos: o Desenvolvimento de “soft skills”, a Modelagem de Projetos utilizando o “CANVAS”, Gestão de Projetos Estratégicos e a Gestão Ágil de Projetos no Minfra.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

02/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em tempos de restrições fiscais e baixo crescimento econômico, torna-se premente a atração de investimentos para o país. Nesse contexto, o tema da competitividade ganha relevância nas estratégias governamentais. Assim, o seminário teve como objetivo promover debates para subsidiar o desenvolvimento de estratégias assertivas para tornar o Brasil mais competitivo no cenário internacional e atrair investimentos para a área de infraestrutura.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Investir na capacitação profissional é importante não apenas para treinar e desenvolver as habilidades dos colaboradores, mas também para proporcionar motivação e fomentar a cultura de resultados na instituição. Os principais públicos atingidos pela ação são os servidores envolvidos na execução da estratégia do Ministério.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Promover a integração e coordenação entre as diferentes áreas e implantar uma metodologia comum de gerenciamento de programas e projetos.

| NOME DA AÇÃO

1º Digital Day.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura, por meio da sua Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação, promoveu, no dia 7/08/2019, o Digital Day, um dia dedicado ao Programa de Transformação Digital, que está em execução na Pasta e nas entidades vinculadas e tem como objetivo facilitar e simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos prestados pelo Ministério e Entidades Vinculadas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

07/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Ministério da Infraestrutura em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e com a Secretaria de Governo da Presidência da República, iniciou em abril de 2019 as ações referentes ao Programa de Transformação Digital do Ministério da Infraestrutura. O Programa tem por objetivos facilitar ao cidadão o acesso, o monitoramento e a avaliação dos serviços do setor reduzir custos de transação nos serviços públicos do setor de transporte e trânsito e proporcionar competitividade por meio da eliminação de entraves às empresas nos processos de outorga, autorizações, licenças e certificações.

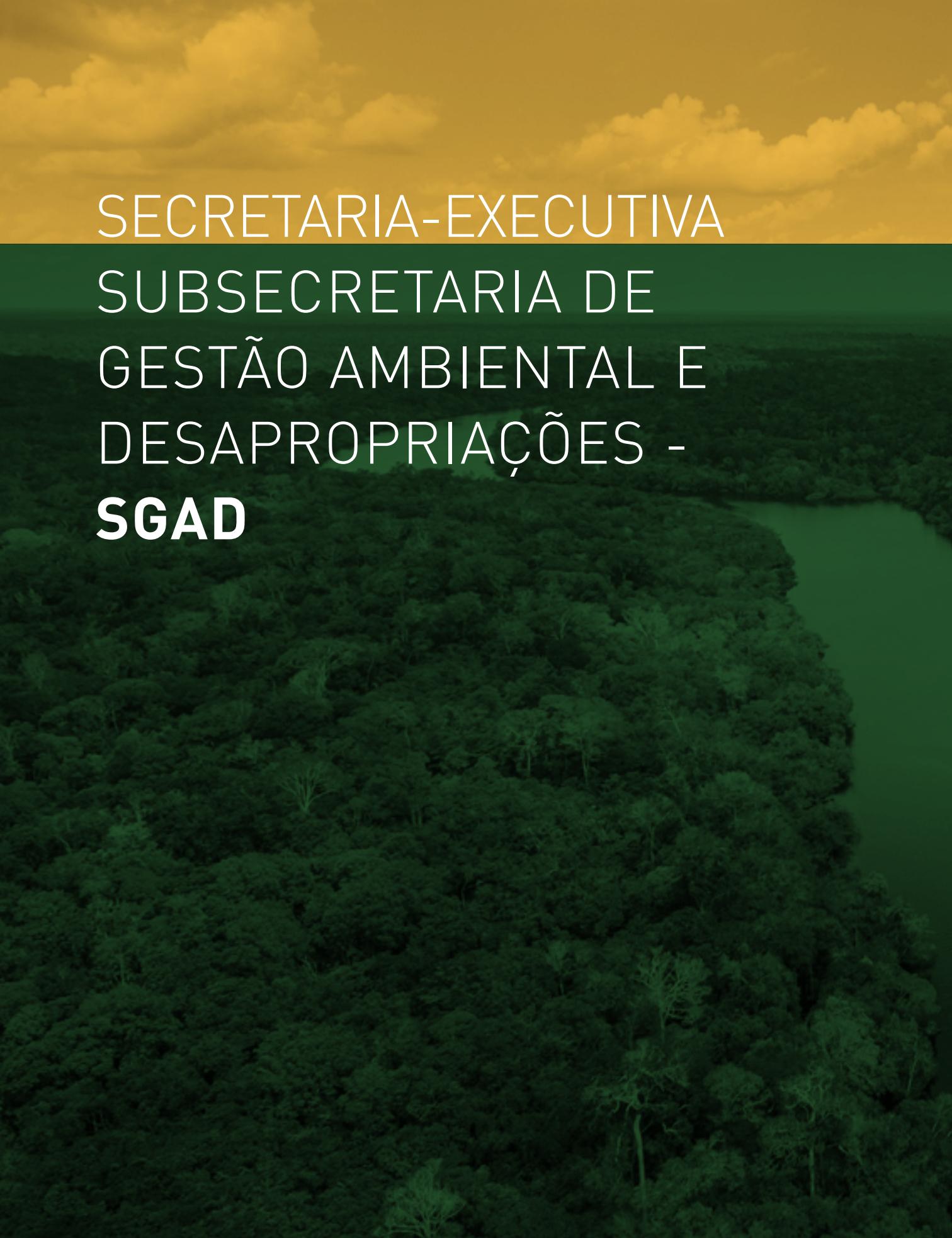
Além disso, a iniciativa busca conferir à Pasta e suas vinculadas maior capacidade para transformar serviços e processos analógicos em digitais, numa visão de processos integrados e alinhados com a praticidade do usuário final. O Programa está diretamente vinculado à visão estratégica do Ministério que é possibilitar que o Brasil se torne líder em termos de infraestrutura na América Latina e o objetivo é chegar ao final desse ciclo de gestão na primeira posição nos indicadores que medem a competitividade de infraestrutura na América Latina, e fazer com que o setor de transportes deixe de ser um gargalo e passe a ser um catalisador da competitividade no país. Para que esse objetivo seja possibilitado é indispensável a plena execução do Programa de Transformação Digital, pois mesmo que tenhamos uma infraestrutura física excelente, faz-se necessário inovar digitalmente para alavancarmos rumo aos objetivos do MInfra e este evento proporcionou aos servidores do Ministério e Vinculadas, diretamente ligados aos serviços prestados aos cidadãos, uma visão ampla sobre a importância do seu papel nesse Programa. Como o evento foi aberto a todos os servidores do Ministério e Vinculadas, esta visão pode ser ampliada à todos os participantes do evento, reverberando essa visão da importância da Transformação Digital.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A melhora da percepção de uso dos serviços do setor pelo cidadão e empresas usuárias que reflete diretamente na competitividade do país, corroborando decisivamente para o cumprimento da Visão do Ministério que é a de TORNAR-SE LÍDER DA AMÉRICA LATINA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. O Público alcançado pela ação foram os Servidores do Ministério da Infraestrutura e suas vinculadas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Desenvolver e consolidar a transformação digital nas organizações públicas, atendendo as mais recentes diretrizes do Governo Federal de forma a promover as soluções que busquem a transformação dos serviços públicos orientados pela perspectiva dos cidadãos e empresas.



The background of the image is a photograph of a lush green landscape. In the foreground, there's a dense area of green trees and bushes. To the right, a narrow, winding body of water, possibly a river or stream, is visible. The sky above is filled with large, white, puffy clouds against a bright blue sky.

SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE
GESTÃO AMBIENTAL E
DESAPROPRIACÕES -
SGAD



SUBSECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÃO - SGAD- SE**| NOME DA AÇÃO**

Criação Comitê de Gestão Ambiental - COGEA e do Comitê de Gestão Territorial - COGET.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O COGEA tem por objetivo garantir a implementação das Diretrizes Socioambientais e tratar de matérias relacionadas aos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental, execução e gestão de outras que melhor se enquadram no tema e o COGET tem por objetivo garantir programas, incluindo medidas compensatórias e mitigatórias, dentre outras que melhor se enquadram no tema e o COGET tem por objetivo garantir a implementação das Diretrizes Socioambientais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

28/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Propõem-se a dar encaminhamentos e/ou soluções para os problemas existentes no setor de infraestrutura de transportes, relativos às temáticas socioambientais e territoriais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Considerando a ampla pauta sob a responsabilidade desta Pasta, nos diferentes modais de transportes e o papel distinto exercido por cada unidade do Ministério e entidade vinculada, a criação desses espaços institucionais permitirão dar prosseguimento às discussões sobre esses relevantes temas e o atendimento conjunto às demandas ambientais e territoriais de interesse comum do MInfra.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Atendimento ao processo burocrático de criação e de indicação de representantes para a realização das reuniões, para dar início aos trabalhos relativos ao exercício 2019.

| NOME DA AÇÃO

Diretrizes Socioambientais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Documento de caráter orientativo, as Diretrizes Socioambientais do Ministério representam um compromisso do setor e são adotadas nas ações diárias do MInfra e de suas entidades vinculadas, sendo necessário como toda política pública, o monitoramento constante da sua aplicabilidade e efetividade, tanto no planejamento, como na construção, na manutenção, na operação e na exploração dos modos de transportes.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em elaboração.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ao longo dos dois anos de implantação dessa agenda de trabalho, outras iniciativas foram pontualmente adotadas, sendo necessário uma apuração mais sistemática dos resultados alcançados no âmbito do Ministério e de suas vinculadas para verificação das lacunas e dos desafios existentes para o atendimento dos objetivos preconizados pelo setor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As Diretrizes Socioambientais contribuem para a compreensão do contexto socioambiental relacionado ao setor de transportes. Além disso, visa fortalecer a capacidade de planejamento integrado, propor ações necessárias à promoção e ao aperfeiçoamento das políticas públicas, e, principalmente, formular a Política Nacional de Transportes com responsabilidade socioambiental.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Obtenção das informações de ações executadas.

| NOME DA AÇÃO

Instituir os Indicadores de Desempenho Ambiental – IDA para o setor de infra-estrutura de Transportes.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A criação dos Indicadores de Desempenho Ambiental - IDA tem como objetivo verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, devendo servir de parâmetro para avaliar eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em elaboração.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ferramenta contribuirá sobremaneira para a melhoria contínua da atuação do MInfra na gestão socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes, garantindo a sustentabilidade do setor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Disponibilização de informação qualificada para conhecimento do grau de atendimento das conformidades socioambientais pelos empreendimentos de infraestrutura de transportes no país.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Processo de criação dos indicadores, estabelecimento de atos normativos que garantam sua efetividade e garantia de compromisso das entidades vinculadas e empreendedores com a iniciativa.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, que Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Autores: Deputados Luciano Zica - PT/SP e outros. Relator: Deputado Kim Kataguiri - DEM/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O PL tem como objetivo formular a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em fase de contribuições na Câmara dos Deputados. Tramitando em regime de urgência.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O país ainda não conta com uma lei de normas gerais, de aplicação nacional, sobre o tema. A inexistência de uma lei com normas gerais para o licenciamento é uma grave lacuna no corpo de leis ambientais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Prover o país de uma base jurídica nacional mais sólida sobre o licenciamento ambiental, que assegure um mínimo de padronização nos processos a cargo dos entes federativos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Aprovar o Projeto de Lei - PL na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, atendendo os anseios e as demandas dos interessados e constituindo um quadro normativo correto do ponto de vista técnico e jurídico. Nesta seara, a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações - SGAD elaborou a Nota Técnica nº 21/2019/SGAD/SE (SEI 1583461) com análise sobre o respectivo Projeto de Lei de Licenciamento Ambiental.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Portaria SEP - Secretaria Especial de Portos nº 104/2009

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A aprovação do Decreto nº 9.676/2019 (de criação da estrutura regimental do MInfra) não trouxe em seu contexto a competência da coordenação do gerenciamento ambiental pela Secretaria de Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNTPA). Assim, o tema em tela passou a ser de responsabilidade da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD). Assim, o objetivo desta ação é de diminuir os entraves burocráticos e rever o normativo de acordo com a competência da SGAD, Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

10/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O procedimento de retificação ou revogação da Portaria SEP 104/2009 proporcionou à SGAD e à SNTPA uma clara percepção das competências de cada ente no âmbito deste normativo e quais os encaminhamentos deverão ser dados junto à ANTAQ.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A retificação da Portaria SEP 104/2009 fará com que este normativo defina em diferentes instrumentos as competências da SGAD e da SNTPA. Já a revogação do normativo, o que provavelmente acontecerá, irá retirar um normativo do mundo jurídico que está por natureza sem validade (em razão da Lei nº 12.815/2013 revogar a Lei nº 11.610/2007, cujo art. 6º era regulamentado pela Portaria SEP nº 104/2009). Assim, as competências relacionadas ao meio ambiente e à saúde do trabalhador portuário serão abrangidas em regulamentos já existentes na ANTAQ e em normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/

IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Identificação e formalização da absorção das competências da Portaria SEP nº 104/2009, nas questões pertinentes, junto aos normativos da ANTAQ já existentes.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de programas/planos ambientais padrões para o modal portuário.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A presente ação visa criar um modelo de programa/plano para os empreendimentos de infraestrutura portuários. Com isso, optou-se por trabalhar com aqueles programas e subprogramas descritos no Art. 7º da Portaria MMA nº 424, de 26/10/2011. Este normativo dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários (outorgados ou não às companhias docas). ambiental de portos e terminais portuários (outorgados ou não às Companhias Docas).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

01/10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação proporcionará o estabelecimento de um referencial para a condução da elaboração dos estudos ambientais para fins de regularização ambiental dos portos e terminais portuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício é o gerenciamento da priorização das obras de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA, agilizando as análises e liberações de obras, além de um acompanhamento mais próximo, evitando problemas supervenientes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio para o estabelecimento da ação em tela é cumprimento mensal das reuniões, atualização do status e atendimento das ações acordadas por cada ente envolvido no processo (VALEC Empresa de Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Empresa de Planejamento e Logística - EPL, Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações - SGAD, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Programa de Parcerias de Investimentos - PPI-PR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e outros).

| NOME DA AÇÃO

Fórum do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - Acompanhamento mensal dos empreendimentos de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A presente ação objetivou inicialmente estabelecer uma agenda de reuniões mensais para acompanhamento das obras de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA. Em um segundo momento foi feita uma priorização de empreendimentos em cada modal de transporte visando dar prioridade de análise do acompanhamento para estas obras.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

São entregas mensais com cronograma de reuniões estabelecidos até 19/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação proporcionou o conhecimento da situação ambiental das obras de infraestrutura e também possibilitou o gerenciamento dos empreendimentos prioritários junto ao IBAMA.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício é o gerenciamento da priorização das obras de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA, agilizando as análises e liberações de obras, além de um acompanhamento mais próximo, evitando problemas supervenientes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio para o estabelecimento da ação em tela é cumprimento mensal das reuniões, atualização do status e atendimento das ações acordadas por cada ente envolvido.

| NOME DA AÇÃO

Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis (PROFAS).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Alteração dos procedimentos propostos na Portaria Interministerial MMA/MT Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes nº 288/2013, referente ao PROFAS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Julho /2019 (entrega da minuta consolidada para apreciação da Presidência da República).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A presente ação visa solucionar as dificuldades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit para implementar as ações propostas na Portaria Interministerial MMA/MT nº 288/2013 e na Portaria MMA nº 289/2013, em especial, a ação de cumprir todas as cláusulas dos Termos de Compromisso de Regularização Ambiental (TCRAs) firmados com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Outro problema constatado ocorreu em razão do recebimento do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201802036, da Controladoria Geral da União – CGU, solicitando a reavaliação e rediscussão do PROFAS, no sentido de que as principais premissas sejam alteradas, de forma a se estabelecer um processo de regularização ambiental mais simplificado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Análise e discussão do PROFAS entre os entes envolvidos visando atender ao Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201802036, da CGU.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Achar um modelo de procedimento de licenciamento que seja exequível e eficiente em parceria com IBAMA, Dnit e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

| NOME DA AÇÃO

Instituir o Sistema de Informações Ambientais para Infraestrutura – SIAI no Planejamento Ambiental Estratégico na Empresa de Planejamento e Logística – EPL do MInfra.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desenvolver uma proposta de sistema para trazer uma mudança de paradigmas no que se refere à inserção da variável ambiental no planejamento estratégico do setor. Trata-se de ferramenta para fornecer subsídios às tomadas de decisão sobre os investimentos prioritários em infraestrutura de transportes.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Entrega realizada em 100 dias do Governo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ferramenta contribuirá sobremaneira para a melhoria contínua da atuação do MInfra na gestão socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes. Dentre essas contribuições, sua ferramenta para subsidiar as tomadas de decisão, como procedimentos diferenciados de institucionalização irá inserir os órgãos ambientais e envolvidos no processo de planejamento, transferindo responsabilidades e será importante ferramenta para subsidiar as tomadas de decisão, como procedimentos diferenciados de licenciamento ambiental.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Disponibilizar ferramenta para contribuir para a otimização do processo de gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes no país. Irá contribuir para a identificação de soluções para o tratamento das principais questões de risco socioambiental identificação de soluções para o tratamento das principais questões de risco socioambiental.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Consolidação dos mapeamentos de interesse para o meio ambiente na base georreferenciada da Empresa de Planejamento e Logística - EPL; Refinamento da plataforma georreferenciada da EPL com a inclusão de outros dados ambientais primários relevantes; Integração da plataforma com outras bases georreferenciadas e ferramentas de análise com a formalização de parcerias com instituições que produzem dados relevantes para a Plataforma.

| NOME DA AÇÃO

Análise do Projeto de Lei nº 11.277/2018.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Análise técnica do Projeto de Lei nº 11.277/2018, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. A SGAD promoveu reuniões e consultas às demais Secretarias e participou de discussões promovidas pelo Ministério da Economia - ME, SPPI, MDR e outros órgãos para consolidar uma “versão de governo” do PL.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Parecer Técnico enviado pela Secretaria Executiva - SE à Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacionais - AESINT em 10/03/2019. Consolidação da “versão de governo” em 05/07/19.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O PL nº 11.277/2018 aperfeiçoa a legislação de desapropriações por utilidade pública. Os principais pontos são: adequação aos novos modelos de obras públicas (concessões, Parcerias Público Privadas - PPPs, autorizações, operações urbanas consorciadas, etc); possibilidade de acordo entre entes, em substituição à autorização legislativa; inclusão de novos atores legitimados a promover desapropriações; desburocratização de trâmites judiciais e de procedimentos administrativos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A aprovação do PL 11.277/2018 proporcionará ganhos tanto aos entes expropriantes, quanto aos expropriados impactados pelas obras. Para o setor de infraestrutura, dispositivos do PL poderão proporcionar maior celeridade, transparência e redução de custos com desapropriações.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dada a abrangência e amplitude do tema, bem como a complexidade e impactos decorrentes conteúdo e discussões técnicas entre os envolvidos. rodovias e ferrovias.

| NOME DA AÇÃO

Análise do Projeto de Lei da Câmara nº 26/2018 (PL nº 5.851/2013 na origem) e do Projeto de Lei nº 693/2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Análise Técnica dos Projetos de Lei da Câmara nº 26/2018 (PL nº 5.851/2013 na origem) e do Projeto de Lei nº 693/2019, que alteram o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Para a conclusão da análise, a SGAD promoveu reuniões e consultas às demais Secretarias e entidades vinculadas. A equipe da SGAD também participou de reuniões com outros órgãos governamentais, como o Ministério da Economia - ME, Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, Ministério das Minas e Energia - MME, SPPI, AGU, entre outros. Ministério da Infraestrutura consagrou um consenso sobre a matéria com suas vinculadas, com posicionamento “favorável com sugestões” aos dois projetos de lei.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Projeto de Lei da Câmara nº 26/2018 - Nota técnica enviada à SE em 26/04/2019.

Projeto de Lei nº 693/2019 - Nota técnica enviada à SE em 09/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Projeto de Lei da Câmara nº 26/2018 propõe a alteração do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos. Tal projeto de lei visa observar a existênciadificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos. Tal projeto de lei visa observar a existência de diversas edificações implantadas na faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A ação promovida pela SGAD promoveu maior discussão da matéria no MInfra e vinculadas, com a discussão de eventuais controvérsas e a busca pela padronização de procedimentos. A aprovação dos Projetos de Lei nos moldes do sugerido pela SGAD promoverá a desoneração de ações de fiscalização de faixas não edificáveis pelo DNIT, ANTT e concessionárias.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dada a abrangência e amplitude do tema, bem como a complexidade e impactos decorrentes da aprovação do Projeto de Lei, houve a necessidade de vários momentos de troca de conteúdo e discussões técnicas entre os envolvidos. Os desafios a serem enfrentados na implementação do projeto dependerão do conteúdo final a ser aprovado no Congresso Nacional.

| NOME DA AÇÃO

Análise do Projeto de Lei do Senado nº 261/2018.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Análise Técnica de aspectos ambientais e de desapropriações dispostos no Projeto de Lei do Senado nº 261/2018, o qual Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Considerações encaminhadas em 02/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Projeto de Lei do Senado nº 261/2018 tem como objetivo é ampliar a participação do modo ferroviário no Brasil, por meio da exploração indireta, pela União, deste meio de transporte. O projeto busca trazer mais segurança a novos investidores, sem prejuízo aos atuais concessionários. Além disso, busca uma maior integração entre as ferrovias e o planejamento territorial, com distribuição de bônus entre os envolvidos.

A Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações - SGAD promoveu uma análise do PLs especificamente nos pontos de sua área de atuação, com ênfase nos aspectos de licenciamento ambiental, desapropriações e gestão fundiária. As considerações elencadas foram encaminhadas ao Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Infraestrutura para analisar e propor melhorias ao Projeto de Lei do Senado nº 261, de 25 de maio de 2018.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantir maior segurança jurídica às questões fundiárias e ambientais relacionadas à modelagem de ferrovias privadas proposta pelo PL 261/2018.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Especificamente do ponto de vista das desapropriações, área de atuação da SGAD, o PLs 261/2018 apresenta várias inovações, as quais dependem de alterações legislativas diversas e a participação dos entes municipais para o desenvolvimento dos projetos.

| NOME DA AÇÃO

Agenda propositiva para interpretação relativa à gestão da faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Agenda propositiva encaminhada à Consultoria Jurídica, no sentido de uniformizar entendimentos relativos à faixa não edificável prevista no art. 4º da Lei 6.766/1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, considerando que os requisitos urbanísticos para loteamentos referem-se exclusivamente ao município e não ao ente que possui a jurisdição sobre a rodovia ou ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Nota Técnica enviada à SE em 26/04/2019. Última reunião com CONJUR realizada em 05/07/19.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Demonstrar, por meio da legislação vigente, de que o órgão com jurisdição sobre a rodovia ou ferrovia não possui responsabilidade de fiscalização e manutenção da regularidade do espaço urbano de áreas não edificáveis localizadas ao longo e contíguas às faixas de domínio. Tal fiscalização onera substancialmente os órgãos que exercem diretamente a jurisdição sobre os trechos rodoviários e ferroviários, bem como os parceiros privados que assumem esses trechos por meio de contratos de concessão.

Tendo em vista os recorrentes casos e dúvidas da forma de atuação nas faixas não edificáveis, a SGAD demandou informações e realizou reunião com a SNTT, o DNIT, a ANTT e a VALEC, consagrando um consenso no sentido de que a gestão da faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias extrapola a competência dos órgãos com jurisdição sobre a via, quando estaduais ou da União, que a obrigação pela ampliação e zelo da faixa não edificável, neste caso, é cabível apenas ao próprio município.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A ação promovida pela SGAD promoveu maior discussão da matéria no MINFRA e vinculadas, com a discussão de eventuais controvérsias e a busca pela padronização de procedimentos. A aprovação de um parecer vinculante da Conjur - Consultoria Jurídica ou instrumento similar a ser observado pelo MInfra e vinculadas promoverá a desoneração de ações de fiscalização de faixas não edificáveis pelo DNIT, ANTT e concessionárias, bem como padronizará procedimentos de desapropriação que envolvam edificações situadas nessas áreas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A implementação da ação demanda esforços no sentido de padronização de entendimentos e ações por parte dos principais envolvidos: DNIT, ANTT, VALEC, concessionárias, AGU e Procuradorias especializadas.

| NOME DA AÇÃO

Procedimentos para publicação de declarações de utilidade pública para supressão de vegetação para instalações portuárias privadas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Consiste em entendimentos, entre SGAD, SNPTA e ANTAQ com vistas à simplificação de procedimentos para publicação de declarações de utilidade pública necessárias para supressão de vegetação do bioma mata atlântica e intervenções em área de preservação permanente para instalações portuárias privadas (TUPs).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não Aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Envio de proposta à SNPTA em abril de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O problema inicial consiste no excesso de trâmites e procedimentos para a publicação de declarações de utilidade pública para supressão de vegetação, especialmente para instalações portuárias da tipologia terminal de uso privado. A declaração de utilidade pública é um instrumento obrigatório exigido pelos órgãos ambientais para a concessão de autorização de supressão de vegetação protegida em lei.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Desburocratização de procedimentos. Terminais de uso privado.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Ação em andamento. Aguardando revisão dos outros itens da portaria pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA.

| NOME DA AÇÃO

Grupo de Trabalho para supervisionar e apoiar as ações do Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Criação de Grupo de Trabalho para supervisionar e apoiar as ações do Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA, criado em 2015 para promover a regularização das faixas de domínio integrantes do Sistema Nacional de Viação - SNV, com vistas à maior segurança para aqueles que trafegam nas vias, bem como para os que residem ou exercem atividades ao longo das margens das faixas de domínio, além de otimizar a fiscalização, especialmente quanto às ocupações irregulares porventura instaladas nas referidas faixas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Faixas de domínio de rodovias.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

GT criado por meio da Portaria nº 3.208 de 18/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Demarcar e regularizar as faixas de domínio das rodovias integrantes do SNV, em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.376/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A criação do Grupo de Trabalho PROFAIXA é passo fundamental para fortalecimento do Programa que objetiva atender o previsto no Decreto nº 8.376/2014. A resolução do passivo relacionado às faixas de domínio é medida que resultará em maior qualidade da infraestrutura, maior segurança para os usuários e para aqueles que residem ou exercem atividades ao longo das rodovias, bem como no aumento da segurança jurídica e consequentemente da eficiência da fiscalização no que tange às ocupações irregulares dessas áreas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Definição da metodologia, prazos e recursos necessários para implementação do Programa Profaixa.

| NOME DA AÇÃO

Diretrizes para a edição e publicação de atos declaratórios de utilidade pública pelo Ministério da Infraestrutura, seus órgãos e entidades vinculadas, necessários à implementação da política federal de infraestrutura de transportes.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Portaria a ser editada pelo Ministro da Infraestrutura, com o objetivo de estabelecer diretrizes para publicação de atos declaratórios de utilidade pública para desapropriações, bem como outros instrumentos para a instituição de servidão administrativa, o recebimento de bens por doação ou permuta, a afetação e a desafetação sobre bens móveis e imóveis, bem como o reconhecimento de utilidade pública para fins de supressão de vegetação. A discussão para elaboração do instrumento envolveu SGAD, SNTT, DNIT, VALEC, ANTT, SAC, ANAC, INFRAERO, SNPTA e ANTAQ.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não Aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Proposta consolidada a ser encaminhada para SE em 19/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Identificação de procedimentos diversos realizados pelo MInfra e entidades vinculadas no que concerne aos atos declaratórios de utilidade pública para desapropriações, bem como outros atos relativos à gestão patrimonial e afetação de bens imóveis por cada um dos modos de transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Uniformizar entendimentos divergentes e desburocratizar procedimentos no MInfra e entidades vinculadas, de modo a promover maior transparência, isonomia e celeridade aos processos, bem como melhorar a gestão territorial da infraestrutura.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Uniformizar entendimentos divergentes e desburocratizar procedimentos no MInfra e entidades vinculadas, de modo a promover maior transparência, isonomia e celeridade aos processos, bem como melhorar a gestão territorial da infraestrutura.

| NOME DA AÇÃO

Detalhamento socioambiental e territorial para concessão da BR-381/262/MG/ES.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Diretrizes do Ministério da Infraestrutura quanto à continuidade de ações desenvolvidas e de contratos geridos pelo DNIT referente as rodovias BR 381/MG e BR-262/MG/ES, tendo em vista a estruturação da concessão à iniciativa privada. A sistemática prevê um esforço inicial envolvendo o Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações - SGAD, Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT, Secretaria Nacional - SFPP, Empresa de Planejamento e Logística - EPL e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, para atualização e análise das informações socioambientais e territoriais dos trechos rodoviários a serem concedidos.

Num segundo momento busca-se a discussão e a definição conjunta de premissas e diretrizes que possam orientar o DNIT sobre como proceder até que ocorra a efetiva transferência de sensíveis que devem ser observados na modelagem, estruturação e celebração dos contratos jurisdicção, bem como nortear a EPL e a ANTT quanto a pontos sensíveis que devem ser observados na modelagem, estruturação e celebração dos contratos de concessão.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-381/262/MG/ES – Trecho da BR- 381/MG entre Belo Horizonte e Governador Valadares e BR-262/MG/ES entre o João Monlevade/MG e Viana/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Ofício Nº 685/2019/SE enviado ao DNIT com o resultado do detalhamento em 21/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os aspectos socioambientais são elementos sensíveis quando da transferência dos ativos aos parceiros privados por meio dos contratos de concessão. Em muitos casos, tais aspectos viabilizam ou ocasionam atrasos na execução dos empreendimentos concedidos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantir maior segurança jurídica para a realização dos leilões e minimizar possíveis reflexos negativos nos contratos de concessão, além de estabelecer melhores práticas para a transferência da administração do ativo para a iniciativa privada, bem como identificar eventuais oportunidades de melhoria na modelagem e estruturação desses projetos, antes que os mesmos sejam submetidos a leilão.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Levantamento de informações e estabelecimento de premissas específicas.

| NOME DA AÇÃO

Acompanhamento do reassentamento da Vila Nazaré, necessário para ampliação de pista do Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre/RS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Articulação de atores para promoção do reassentamento da Vila Nazaré, necessário para ampliação do Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre/RS, incluindo SGAD, SPPI, Secretaria de Aviação Civil - SAC, CAIXA, Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, MPF, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, entre outros. Apoio para defesa da União em Ação Civil Pública - ACP impetrada pelo Ministério Público Federal - MPF, Defensoria Pública Geral da União - DPU, Ministério Público Eleitoral - MPE e Departamento de Polícia Especializada - DPE.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vila Nazaré, Aeroporto Salgado Filho – Porto Alegre/RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Início das realocações em 21/06/2019. Ação em andamento. Subsídios para defesa da União na ACP entregues em 15/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A realocação das famílias é imprescindível para a obra de ampliação da pista do aeroporto, prevista no contrato de concessão. Para tanto, o Estado do Rio Grande do Sul, o Município e a União promoveram esforços, deste 2008, culminando na implantação de dois empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Tal reassentamento configura elemento importante para o setor aeroportuário, mas também representa melhoria na qualidade de vida da população atingida, uma vez que a área da Vila Nazaré apresenta precariedade de infraestrutura e insalubridade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Ampliação da pista do aeroporto e melhoria das condições de vida da população atingida.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Interferências externas ao processo e dependência de diversos atores para andamento do processo.

| NOME DA AÇÃO

Metodologia para definição do Indicador de Salubridade Ambiental - ISA (grau de facilidade ambiental e desapropriações) a ser adotado para priorização de investimentos em empreendimentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construção de critérios para tomada de decisão quanto a empreendimentos a serem priorizados pelo Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Carteira de empreendimentos de infraestrutura.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Planilhas com o preenchimento de critérios e envio à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP em 14/06/2019 – 1ª etapa e em 10/07/2019 – 2ª etapa.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de uma metodologia de priorização de investimentos comum a todos os empreendimentos geridos pelo MInfra e vinculadas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A metodologia permitirá a tomada de decisão pelos gestores, quanto aos investimentos a serem priorizados pelo MInfra e vinculadas, considerando diversos critérios, como orçamento, licenciamento ambiental, índices sociais, facilidade em desapropriações, entre outros.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Levantamento e consolidação das informações requeridas.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de diagnóstico e proposições para a otimização do Programa de Reassentamento relativo às obras da 2ª Ponte do Guaíba em Porto Alegre-RS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Diagnóstico e proposta para otimização do Programa de Reassentamento, por meio de compra assistida, para famílias residentes na Ilha Grande dos Marinheiros, em área a ser desocupada para a execução das obras da 2ª Ponte do Guaíba em Porto Alegre-RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2ª Ponte do Guaíba em Porto Alegre-RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Envio em 27/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A execução das obras da 2º Ponte do Guaíba teve, em seu processo de licenciamento, a inclusão da condicionante de reassentamento de 500 famílias da Ilha Grande dos Marinheiros e outras 400 no continente.

Em 2014, foi realizado o cadastramento socioeconômico das famílias impactadas pelas obras e a ação original previa a construção de unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em 2018 houve alteração da modalidade de reassentamento para compra assistida de imóveis, em função de dificuldades na aprovação dos projetos das unidades habitacionais. Havia risco de atraso ou paralisação da obra em função do prazo necessário para remoção das famílias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantia de direitos à população atingida; celeridade no processo de desocupação das áreas; evitar atraso ou paralisação das obras.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Articulação entre os diversos atores envolvidos.

30

TRI
MES
TRE

SUBSECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL -SGAD/SE**| NOME DA AÇÃO**

Atualização das Diretrizes Socioambientais e Territoriais do MINFRA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização das “Diretrizes Socioambientais” publicadas pelo então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em 2016 e criação de uma Agenda de Ações Ambientais e Territoriais para o período 2020 – 2022. No período de julho a setembro de 2019 foram realizadas oficinas envolvendo os membros do COGET e COGEA, além de outros dirigentes e técnicos dos diversos modos de transporte, bem como associações e representantes do setor privado, objetivando a construção da Agenda 2020-2022, supracitada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

12/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Após a conclusão do balanço das atividades desenvolvidas no Ministério, no âmbito das Diretrizes Socioambientais e após a aprovação pelo COGEA e COGET para a sua atualização, a nova proposta das Diretrizes Socioambientais e Territoriais do MINFRA irá suprir lacunas existentes e atender os desafios atuais para o atendimento dos objetivos preconizados pelo setor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As Diretrizes Socioambientais e Territoriais do MINFRA e da Agenda 2020-2022 contribuirão para a compreensão do contexto socioambiental e territorial relacionado ao setor de transportes. Além disso, irá fortalecer a capacidade de planejamento integrado, prevendo as ações necessárias ao aperfeiçoamento das políticas públicas setoriais.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Implementação das ações pelas Unidades e Entidades Vinculadas do MINFRA.

| NOME DA AÇÃO

Instituir os índice de Desempenho Ambiental - IDA para o setor de infraestrutura de transportes.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A criação dos Indicadores de Desempenho Ambiental - IDA tem como objetivo verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, devendo servir de parâmetro para avaliar eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. A ação foi iniciada no primeiro semestre, sendo que no período de julho a setembro de 2019 para todos os modos. Para o índice Aeroportuário durante o período, foi efetuada a elaboração da proposta inicial bem como reunião com as vinculadas e secretarias para apresentação da proposta. Para o índice Rodoviário, foi executada a apresentação da proposta e a ação encontra-se em fase de contribuições para ajustes. Por fim, para o índice ferroviário de julho a setembro, foi efetuada reunião com representantes do setor e segue em andamento a elaboração da apresentação da proposta.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em elaboração.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ferramenta contribuirá sobremaneira para a melhoria contínua da atuação do MINFRA na gestão socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes, garantindo a sustentabilidade do setor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Disponibilização de informação qualificada para conhecimento do grau de atendimento das conformidades socioambientais pelos empreendimentos de infraestrutura de transportes no país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Processo de criação dos indicadores, estabelecimento de atos normativos que garantam sua efetividade e garantia de compromisso das entidades vinculadas e empreendedores com a iniciativa.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Lei nº 3.729, de 2004 que Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Autores: Deputados Luciano Zica e outros. Relator: Deputado Kim Kataguiri.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Ação iniciada no primeiro semestre, no período de julho a setembro a SGAD participou de audiências públicas sobre o tema e conduziu diversas tratativas com o relator do PL na Câmara dos Deputados. Forneceu subsídios à AESCOM para elaboração de matéria e apoio às mídias sociais do MINFRA. O PL tem como objetivo formular a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em fase de contribuições na Câmara dos Deputados. Tramitando em regime de urgência.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O país ainda não conta com uma lei de normas gerais, de aplicação nacional, sobre o tema. A inexistência de uma lei com normas gerais para o licenciamento é uma grave lacuna no corpo de leis ambientais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Prover o país de uma base jurídica nacional mais sólida sobre o licenciamento ambiental, que assegure um mínimo de padronização nos processos a cargo dos entes federativos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Aprovar o PL na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, atendendo os anseios e as demandas dos interessados e constituindo um quadro normativo correto do ponto de vista técnico e jurídico. Nesta seara, a SGAD elaborou a Nota Técnica nº 21/2019/SGAD/SE (SEI1583461) com análise sobre o respectivo Projeto de Lei de Licenciamento Ambiental.

A SGAD acompanhou todas as dez audiências públicas de debate sobre o licenciamento ambiental promovida pelo Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados (1^a Audiência Pública [17/06/19] – Tema: Licenciamento para atividade agrossilvipastoril em solo de uso alternativo; 2^a Audiência Pública [18/06/19] – Tema: Licenciamento para manutenção, melhoria e ampliação de obras de infraestrutura; 3^a Audiência Pública [19/06/19] – Tema Vincular licenciamento a concessão de certidão do uso do solo, outorga de uso da água e outros atos normativos; 4^a Audiência Pública [25/06/19] – Licenciamento por adesão e compromisso; 5^a Audiência Pública [26/06/19] – Tema: Participação dos órgãos envolvidos no licenciamento; 6^a Audiência Pública [27/06/19] – Tema: Responsabilização de quem financia; 7^a Audiência Pública [02/07/19] – Tema: Segurança Jurídica e participação no licenciamento ambiental; 8^a Audiência Pública [03/07/19] – Tema: Avaliação de impacto ambiental, avaliação de risco, avaliação ambiental estratégica e zoneamento ecológico econômico; 9^a Audiência Pública [04/07/19] – Tema: Entes federativos no licenciamento; 10^a Audiência Pública [09/07/19] – Tema: Condicionantes e garantias no licenciamento ambiental). Esta Subsecretaria palestrou e participou dos debates, representando o MInfra, na 2^a Audiência Pública [18/06/19] e na 10^a Audiência Pública [09/07/19]. Além disso, tem feito interlocuções com outros Ministérios, com parlamentares e com outras organizações com interesse no assunto. Em 29/08/2019, por meio do Ofício nº 1948/2019/AESINT/GM, a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD) recebeu a demanda do Requerimento de Informação nº 1141/2019, de autoria do Deputado Kim Kataguiri. Em 01/10/2019, o MINFRA, por meio do Ofício nº 2307/2019/AESINT/GM, enviou resposta ao Requerimento do Deputado Kim.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Portaria SEP n° 104/2009.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Verifica-se a necessidade de retificação ou revogação da Portaria SEP n° 104/2009, tendo em vista que o objeto deste normativo envolve a gestão ambiental dos portos (competência hoje da SGAD) e a segurança e saúde dos trabalhadores dos portos (competência ainda com a SNTPA). Ademais, os temas em questão são abrangidos por outros normativos da ANTAQ e de normas trabalhistas. Ação iniciada no primeiro semestre, no período de julho a setembro o Processo n° 00045.004550/2015-76 retornou à SGAD após emissão do Parecer n° 00793/2019/CONJURMINFRA/CGU/AGU com indicação de regularidade formal e material da proposta de portaria de revogação Portaria n° 104/2009 (observando a sugestão do parágrafo 21 do citado parecer). O processo foi encaminhado à SE recomenda-se a publicação de portaria de revogação da Portaria SEP n° 104/2009.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

04/11/ 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O procedimento de retificação ou revogação da Portaria SEP 104/2009 proporcionou à SGAD e à SNTPA uma clara percepção das competências de cada ente no âmbito deste normativo e quais os encaminhamentos deverão ser dados junto à ANTAQ.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A retificação da Portaria SEP 104/2009 fará com que este normativo defina em diferentes instrumentos as competências da SGAD e da SNTPA. Já a revogação do normativo, o que provavelmente acontecerá, irá retirar um normativo do mundo jurídico que está por natureza sem validade (em razão da Lei n° 12.815/2013 revogar a Lei n° 11.610/2007, cujo art. 6º era regulamentado pela Portaria SEP n° 104/2009). Assim, as competências relacionadas ao meio ambiente e à saúde do trabalhador portuário serão abrangidas em regulamentos já existentes na ANTAQ e em normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Identificação e formalização da absorção das competências da Portaria SEP nº 104/2009, nas questões pertinentes, junto aos normativos da ANTAQ já existentes.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de programas/planos ambientais padrões para o modal portuário.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A presente ação visa criar um modelo de programa/plano para os empreendimentos de infraestrutura portuários. Com isso, optou-se por trabalhar com aqueles programas e subprogramas descritos no Art. 7 da Portaria MMA nº 424, de 26/10/2011. Este normativo dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários (outorgados ou não às companhias docas). Ação iniciada no primeiro semestre, no período de julho a setembro, no período as informações foram compiladas e revisadas. Está elaboração da minuta final dos planos e programas de regularização ambiental dos portos. A próxima etapa consiste em apresentar os documentos aos portos e ao Ibama.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

29/11/ 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação proporcionará o estabelecimento de um referencial para a condução da elaboração dos estudos ambientais para fins de regularização ambiental dos portos e terminais portuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Presente ação será os portos organizados, terminais portuários arrendados e os terminais privados (TUP, ETC, IP4 e IPTu

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio para o estabelecimento da ação em tela é o gerenciamento da participação de todos os atores (portos organizados, ANTAQ, SNPTA, ABTP e ATP) na confluência dos entendimentos para obtenção de um produto único (padronização de cada programa/plano do Art. 7º da Portaria MMA nº 424/2011).

| NOME DA AÇÃO

Fórum IBAMA - Acompanhamento mensal dos empreendimentos de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A presente ação objetivou inicialmente estabelecer uma agenda de reuniões mensais para acompanhamento das obras de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA. Em um segundo momento foi feita uma priorização de empreendimentos em cada modal de transporte visando dar prioridade de análise do acompanhamento para estas obras. Ação de caráter contínuo, no período de julho a setembro de 2019 foram realizadas 03 reuniões com o IBAMA para acompanhamento dos empreendimentos de infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

São entregas mensais com cronograma de reuniões estabelecidos até 19/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação proporcionou o conhecimento da situação ambiental das obras de infraestrutura e também possibilitou o gerenciamento dos empreendimentos prioritários junto ao IBAMA.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício é o gerenciamento da priorização das obras de infraestrutura (rodovia, ferrovia, portos e hidrovia) junto ao IBAMA, agilizando as análises e liberações de obras, além de um acompanhamento mais próximo, evitando problemas supervenientes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O principal desafio para o estabelecimento da ação em tela é cumprimento mensal das reuniões, atualização do status e atendimento das ações acordadas por cada ente envolvido no processo (Valec, EPL, SGAD, ANTT, DNIT, PPI, IBAMA e outros).

COORDENAÇÃO- GERAL

| NOME DA AÇÃO

Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis (PROFAS).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Alteração dos procedimentos propostos na Portaria Interministerial MMA/MT nº 288/2013, referente ao PROFAS. Ação iniciada no primeiro semestre, no período de julho a setembro de 2019 a SGAD apresentou proposta de revisão da Portaria e conduziu tratativas com o MMA e o IBAMA. Além disso foi efetuada consulta jurídica sobre marco temporal de atendimento aos termos de compromisso.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Julho/2019 (foi entregue a minuta consolidada para apreciação da Presidência na data indicada).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A presente ação visa solucionar as dificuldades do DNIT para implementar as ações propostas na Portaria Interministerial MMA/MT nº 288/2013 e na Portaria MMA nº 289/2013, em especial, a ação de cumprir todas as cláusulas dos Termos de Compromisso de Regularização Ambiental (TCRAs) firmados com o IBAMA. Outro problema constatado ocorreu em razão do recebimento do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201802036, da Controladoria Geral da União – CGU, solicitando a reavaliação e rediscussão do PROFAS, no sentido de que as principais premissas sejam alteradas, de forma a se estabelecer um processo de regularização ambiental mais simplificado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Análise e discussão do PROFAS entre os entes envolvidos visando atender ao Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201802036, da CGU.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Achar um modelo de procedimento de licenciamento que seja exequível e eficiente em parceria com IBAMA, DNIT e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

| NOME DA AÇÃO

Agenda propositiva para interpretação relativa à gestão da faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Agenda propositiva encaminhada à Consultoria Jurídica, no sentido de uniformizar entendimentos relativos à faixa não edificável prevista no art. 4º da Lei 6.766/1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, considerando que os requisitos urbanísticos para loteamentos referem-se exclusivamente ao município e não ao ente que possui a jurisdição sobre a rodovia ou ferrovia. Ação iniciada no primeiro semestre, no período de julho a setembro a SGAD conduziu tratativas com a CONJUR para a consolidação do parecer jurídico que uniformizará entendimentos acerca do tema.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Demonstrar, por meio da legislação vigente, de que o órgão com jurisdição sobre a rodovia ou ferrovia não possui responsabilidade de fiscalização e manutenção da regularidade do espaço urbano de áreas não edificáveis localizadas ao longo e contíguas às faixas de domínio. Tal fiscalização onera substancialmente os órgãos que exercem diretamente a jurisdição sobre os trechos rodoviários e ferroviários, bem como os parceiros privados que assumem esses trechos por meio de contratos de concessão. Tendo em vista os recorrentes casos e dúvidas da forma de atuação

nas faixas não edificáveis, a SGAD demandou informações e realizou reunião com a SNTT, o DNIT, a ANTT e a VALEC, consagrando um consenso no sentido de que a gestão da faixa não edificável ao longo das faixas de domínio de rodovias e ferrovias extrapola a competência dos órgãos com jurisdição sobre a via, quando estaduais ou da União, que a obrigação pela ampliação e zelo da faixa não edificável, neste caso, é cabível apenas ao próprio município.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A ação promovida pela SGAD promoveu maior discussão da matéria no MINFRA e vinculadas, com a discussão de eventuais controvérsias e a busca pela padronização de procedimentos. A aprovação de um parecer vinculante da Conjur ou instrumento similar a ser observado pelo MINFRA e vinculadas promoverá a desoneração de ações de fiscalização de faixas não edificáveis pelo DNIT, ANTT e concessionárias, bem como padronizará procedimentos de desapropriação que envolvam edificações situadas nessas áreas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A implementação da ação demanda esforços no sentido de padronização de entendimentos e ações por parte dos principais envolvidos: DNIT, ANTT, VALEC, concessionárias, AGU e Procuradorias especializadas.

| NOME DA AÇÃO

Grupo de Trabalho para supervisionar e apoiar as ações do Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Criação de Grupo de Trabalho para supervisionar e apoiar as ações do Programa Federal de Faixas de Domínio – PROFAIXA, criado em 2015 para promover a regularização das faixas de domínio integrantes do Sistema Nacional de Viação - SNV, com vistas à maior segurança para aqueles que trafegam nas vias, bem como para os que residem ou exercem atividades ao longo das margens das faixas de domínio, além de otimizar a fiscalização, especialmente quanto às ocupações irregulares porventura instaladas nas referidas faixas. Ação iniciada no primeiro semestre, com duração de 1 ano. No período de Julho a Setembro de 2017 foi formalizada a criação do GT, foram nomeados os membros e realizada a reunião de instalação do Grupo.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Faixas de domínio de rodovias.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

GT criado por meio da Portaria nº 3.208 de 18/07/19. Membros do GT foram nomeados em 27/08/19. Reunião de Instalação do GT foi realizada em 04/10/19.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Demarcar e regularizar as faixas de domínio das rodovias integrantes do SNV, em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.376/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A criação do Grupo de Trabalho PROFAIXA é passo fundamental para fortalecimento do Programa que objetiva atender o previsto no Decreto nº 8.376/2014. A resolução do passivo relacionado às faixas de domínio é medida que resultará em maior qualidade da infraestrutura, maior segurança para os usuários e para aqueles que residem ou exercem atividades ao longo das rodovias, bem como no aumento da segurança jurídica e consequentemente da eficiência da fiscalização no que tange às ocupações irregulares dessas áreas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/

IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Definição da metodologia, prazos e recursos necessários para implementação do Programa Profaixa.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL -SGAD/SE

| NOME DA AÇÃO

Diretrizes para a edição e publicação de atos declaratórios de utilidade pública pelo Ministério da Infraestrutura, seus órgãos e entidades vinculadas, necessários à implementação da política federal de infraestrutura de transportes.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Portaria a ser editada pelo Ministro da Infraestrutura, para estabelecer diretrizes para publicação de atos declaratórios de utilidade pública para desapropriações e outros instrumentos para a instituição de servidão administrativa, o recebimento de bens por doação ou permuta, a afetação e desafetação sobre bens móveis e imóveis, bem como o reconhecimento de utilidade pública para fins de supressão de vegetação. A discussão para elaboração do instrumento envolveu SGAD, SNTT, DNIT, VALEC, ANTT, SAC, ANAC, INFRAERO, SNPTA e ANTAQ. Ação iniciada no primeiro semestre, no período de julho a setembro a SGAD consolidou, com as áreas técnicas dos diversos órgãos e vinculadas, uma proposta de portaria. Também foi elaborado um cronograma de trabalho conjunto com a CONJUR.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

20/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Identificação de procedimentos diversos realizados pelo MINFRA e entidades vinculadas no que concerne aos atos declaratórios de utilidade pública para desapropriações, bem como outros atos relativos à gestão patrimonial e afetação de bens imóveis por cada um dos modos de transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Uniformizar entendimentos divergentes e desburocratizar procedimentos no MINFRA e entidades vinculadas, de modo a promover maior transparência, isonomia e celeridade aos processos, bem como melhorar a gestão territorial da infraestrutura.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Elaboração do instrumento único de modo a contemplar as peculiaridades de cada um dos modos de transporte.

| NOME DA AÇÃO

Acordo judicial para reassentamento na concessão da BR-381/262/MG/ES.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Tendo em vista o trabalho de detalhamento socioambiental realizado no primeiro trimestre, foi identificada a necessidade de mitigar o risco relacionado às atividades de reassentamento, a serem executadas pela futura concessionária. No período de julho a setembro de 2019 a SGAD conduziu tratativas com diversos setores do MINFRA e com a Justiça Federal a fim de consolidar uma minuta de acordo judicial. Também foi realizada visita ao MPF e à DPU para apresentar a proposta de acordo judicial. As tratativas continuam, com expectativa de celebração do acordo ainda no exercício 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-381/262/MG/ES – Trecho da BR- 381/MG entre Belo Horizonte e Gov. Valadares e BR262/MG/ES entre o João Monlevade/MG e Viana/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

As atividades de reassentamento materializam grande risco para o sucesso do leilão, uma vez que se trata da primeira concessão rodoviária a alocar esse tipo de obrigação para o parceiro privado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A celebração do acordo judicial estabelecendo critérios e regras objetivas para a execução das atividades de reassentamento trará maior estabilidade jurídica para os players interessados no leilão.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A celebração do acordo depende de anuênciam do MPF, DPU e Justiça Federal.

| NOME DA AÇÃO

Apoio à SAC no diagnóstico e determinação de diretrizes para as desapropriações do aeroporto de Viracopos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Apoio técnico à SAC para fins de diagnóstico e construção de soluções para as desapropriações do aeroporto de viracopos. Após análise das informações disponibilizadas pela INFRAERO a SGAD elaborou proposta de priorização das ações de desapropriação.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Campinas/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

19/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

As ações de desapropriação, sob responsabilidade da INFRAERO, vêm sendo objeto de alegações de atraso de obras por parte da concessionária.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A priorização racional das ações de desapropriações permitirá a liberação de áreas importantes do sítio aeroportuário, permitindo a execução de obras.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Obtenção de informações detalhadas acerca do status de cada ação de desapropriação.

| NOME DA AÇÃO

Detalhamento socioambiental e territorial para concessão da BR-153/080/414/T0/G0.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Diretrizes do Ministério da Infraestrutura quanto à continuidade de ações desenvolvidas e de contratos geridos pelo DNIT referente as rodovias da BR-153/080/414/T0/G0, tendo em vista a estruturação da concessão à iniciativa privada. A sistemática prevê um esforço inicial envolvendo o SGAD, SNTT, SFPP, EPL e o DNIT, para atualização e análise das informações socioambientais e territoriais dos trechos rodoviários a serem concedidos. Num segundo momento busca-se a discussão e a definição conjunta de premissas e diretrizes que possam orientar o DNIT sobre como proceder até que ocorra a efetiva transferência de jurisdição, bem como nortear a EPL e a ANTT quanto a pontos sensíveis que devem ser observados na modelagem, estruturação e celebração dos contratos de concessão.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-153/080/414/T0/G0, no trecho de Anápolis/GO a Aliança do Tocantins/T0

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

NOTA TÉCNICA Nº 46/2019/SGAD/SE encaminhada à Secretaria Executiva em 26/09/19.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os aspectos socioambientais são elementos sensíveis quando da transferência dos ativos aos parceiros privados por meio dos contratos de concessão. Em muitos casos, tais aspectos inviabilizam ou ocasionam atrasos na execução dos empreendimentos concedidos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantir maior segurança jurídica para a realização dos leilões e minimizar possíveis reflexos negativos nos contratos de concessão, além de estabelecer melhores práticas para a transferência da administração do ativo para a iniciativa privada, bem como identificar eventuais oportunidades de melhoria na modelagem e estruturação desses projetos, antes que os mesmos sejam submetidos a leilão.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/

IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Levantamento de informações e estabelecimento de premissas específicas para o empreendimento em estudo.

| NOME DA AÇÃO

Estudo para redução da faixa de domínio da BR-040/RJ, no município de Petrópolis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Cerca de 300 ações demolitórias relacionadas a 14 comunidades consolidadas que ocupam irregularmente áreas da faixa de domínio da BR-040/RJ, no município de Petrópolis, foram promovidas pela concessionária CONCER, ensejando mobilização social e ação civil pública movida pelo MPF e DPU. Pleito do município para solução intermediária datava de 3 anos sem solução. SGAD coordenou ação junto à ANTT e concessionária com o objetivo de realizar estudo para analisar a viabilidade técnica de redução pontual da faixa de domínio, nos locais onde existem comunidades consolidadas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-040/RJ, no município de Petrópolis.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

NOTA TÉCNICA Nº 38/2019/SGAD/SE encaminhada à Secretaria Executiva em 20/08/19.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O estudo concluído no mês de agosto analisou as possibilidades de redução da faixa de domínio preservando interesse rodoviário e de segurança de operação da via. Dessa forma, será possível avançar da regularização das áreas da faixa de domínio produzindo o menor impacto social possível.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Considerando que no caso concreto existem áreas que compõe a faixa de domínio que não são mais de interesse para a finalidade rodoviária, preservada a segurança de operação da via, uma vez que as obras prevêem a construção de binário, há a possibilidade de redução da faixa de domínio e regularização fundiária dos ocupantes, de modo a minimizar o impacto social e encerrar a ACP.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Articulação de diversos atores para viabilizar a solução proposta, com destaque para município, ANTT, concessionária, MPF, DPU e Justiça Federal.

SECRETARIA-EXECUTIVA OVIDORIA



OUVIDORIA

| NOME DA AÇÃO

Início de Execução do Projeto Atendimento Inteligente.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Formatação e desenvolvimento inicial da proposta de unificação, sistematização com inteligência e transformação digital do Atendimento do Ministério da Infraestrutura. Revisão da Proposta de Contratação de “Contact Center”. Início e desenvolvimento da solução de “ChatBot” de Atendimento para funcionamento junto ao Portal do Ministério.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MInfra.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

O Projeto tem data de conclusão prevista para dezembro de 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Reduzir a dispersão e as redundâncias da interface de atendimento do MInfra aos cidadãos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Aumentar a eficiência do atendimento, melhorar a qualidade do serviço prestado, gerar informações estratégicas para que a alta gestão formule e ajuste políticas públicas com a participação social bem como facilitar o acesso dos cidadãos às informações e outras demandas que queiram apresentar ao Ministério. O Projeto está sendo desenvolvido no âmbito do Programa Estratégico de Transformação Digital do MInfra.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Existência de diversos canais de contato e cultura de setorização na disponibilização do atendimento aos cidadãos.

| NOME DA AÇÃO

Edição, Aprovação e Publicação da Portaria de Tratamento de Denúncias do Ministério da Infraestrutura.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construção no âmbito do Comitê Técnico de Integridade – CTI/MInfra e assinatura pelo Ministro da Portaria nº 4.296/2019, que dispõe sobre a tramitação e o tratamento de denúncias no âmbito do Ministério da Infraestrutura. A referida Portaria define que a Ouvidoria é o canal único de registro de denúncias no âmbito da Pasta, as quais devem ser registradas junto ao Fala.BR e devidamente analisadas e tratadas pelos órgãos de integridade do MInfra. Define-se ainda que a Ouvidoria deve produzir relatórios com dados estatísticos sobre as denúncias, os quais já estão disponíveis e podem ser consultados no Painel de Monitoramento de Atendimento desenvolvido pela Ouvidoria e publicado na página: <https://www.infraestrutura.gov.br/ouvidoria>.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MInfra.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Outubro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de definição de critérios únicos no tratamento e tramitação das denúncias direcionadas ao MInfra.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de canal único de entrada para as denúncias direcionadas ao MInfra. Fortalecimento da Integridade institucional do Ministério.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Consolidação das discussões e propostas no âmbito do Comitê Técnico de Integridade do Ministério, concluídas com êxito.

| NOME DA AÇÃO

Divulgação dos Painéis de Monitoramento da Ouvidoria.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração e Publicização dos Painéis de Monitoramento da Ouvidoria com a utilização de tecnologia e recursos em “Business Intelligence” (BI), dinâmicos e Interativos. Já foram concluídos e publicados os Painéis de Atendimento da Ouvidoria e os Painéis de Avaliação , todos estão disponíveis para consulta e utilização na página: <https://www.infraestrutura.gov.br/ouvidoria>.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MInfra.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ativo - 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de análise qualitativa sistematizada mediante a consolidação, classificação, tratamento e resultados das manifestações apresentadas à Ouvidoria. Necessidade de afastamento da análise de senso comum, para outra voltada a evidências e dados analíticos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Visualização qualificada e produção de informações adequadas para a alta gestão a partir das manifestações destinadas ao MInfra, possibilitando assim um trabalho de inteligência ao apontar situações que possam ser sanadas. Possibilitar a análise e aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo MInfra com fundamento em dados estratégicos da participação social.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Catalogação e classificação do passivo na unidade. Inexistência de um sistema adequado para gestão e tratamento das demandas.

| NOME DA AÇÃO

Estruturação do Canal “Whatsapp” da Ouvidoria do Minfra.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Abertura e monitoramento de um canal de “whatsapp” para ampliar a comunicação do Ministério com públicos que não utilizam os sistemas ou outros meios de contato, especialmente junto aos Caminhoneiros, inicialmente planejado como “Fala Caminhoneiro”, recebendo, avaliando e classificando as respectivas interações para permitir uma análise sistematizada e inteligente dos temas mais relevantes para o setor.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MInfra Intranet.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ativo - 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Possibilidade de comunicação do MInfra com cidadãos que, por impossibilidade ou dificuldade, não tinham acesso ao registro de manifestações de Ouvidoria.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Em 2018, ano em que o Brasil enfrentou a maior paralização da categoria de caminhoneiros, foram registradas apenas 03 demandas desse público junto à Ouvidoria do MInfra. Entretanto, com a atual gestão e a utilização do Canal WhatsApp, apenas desse mesmo público já foram registradas interações com mais de 800 caminhoneiros distintos, permitindo uma análise adequada de suas demandas e contribuindo para o diálogo setorial e para as discussões nos Fóruns de Transportes Rodoviário de Cargas - TRC.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Limitações da ferramenta que ainda é alimentada manualmente e por isso demanda alocação de recursos humanos para monitoramento e resposta às interações.

| NOME DA AÇÃO

Pesquisa de Expectativas sobre Infraestrutura de Transporte.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Pesquisa elaborada com base na metodologia adotada pelo Fórum Econômico Mundial para avaliar a competitividade dos países, com o objetivo de contribuir com a identificação das expectativas sobre o setor e, assim, auxiliar o MInfra no alcance da visão estabelecida em seu Planejamento Estratégico para 2019 a 2022 de tornar o Brasil o país mais competitivo da América Latina. O Formulário da pesquisa está disponível através do link <https://bit.ly/35d9qyR>.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MInfra.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em coleta e divulgação permanentes.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Auxílio no mapeamento de prioridades das ações necessárias para o atingimento do objetivo estratégico de competitividade do MInfra.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Prover o MInfra de informações estratégicas que auxiliam nas tomadas de decisão, especialmente identificando as ações mais relevantes para melhorar a eficiência dos serviços e qualidade da infraestrutura, através do painel de resultado da pesquisa e disponível na página <https://www.infraestrutura.gov.br/ouvidoria>.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Obtenção da contribuição por líderes das empresas que atuam no Brasil, responsáveis pelas avaliações no Fórum.

| NOME DA AÇÃO

Realização da 1ª Reunião do Comitê Técnico de Ouvidorias das Entidades Vinculadas ao MInfra – CTO, Atualização da Portaria Normativa do Comitê e Divulgação do Painel de Monitoramento das manifestações em todo setor.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Em face da nova gestão transformadora do Ministério da Infraestrutura e as atribuições do CTO de promover estudos, debates, ações de aperfeiçoamento, alinhamento e otimização dos procedimentos relativos à atuação das ouvidorias foi realizada, nos dias 05 e 06 de junho, a 1ª Reunião de 2019 do Comitê Técnico de Ouvidorias vinculadas ao MInfra – CTO. A Reunião teve por tema “O Papel Estratégico das Ouvidorias do Setor de Infraestrutura: Participação Social, Avaliação e Fortalecimento Institucional”. Foi deliberada e aprovada a nova Portaria do CTO, posteriormente assinada pelo Ministro e publicada sob o nº 2.871/2019. Foi apresentada, também, pelo presidente do CTO, o Painel de Atendimento das Ouvidorias Vinculadas ao MInfra, que está disponível na página <https://www.infraestrutura.gov.br/ouvidoria>.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MInfra.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Junho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de alinhamento institucional das Ouvidorias setoriais, bem como atualização da portaria de constituição e funcionamento do Comitê. A necessidade, também, de se saber, de forma qualificada, como se apresentam e distribuem estatisticamente as manifestações apresentadas pelos cidadãos no âmbito de atuação do MInfra, seja diretamente à unidade do órgão central, seja a qualquer das entidades vinculadas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Alinhamento Institucional, Inteligência no Monitoramento da Participação Social no Setor; Fortalecimento das Ouvidorias e Integridade Institucional, identificação de soluções e boas práticas para as ouvidorias vinculadas ao Minfra

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Convergência de agendas dos diferentes representantes das ouvidorias vinculadas.

SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL -SAC





DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - DPG

| NOME DA AÇÃO

Desenvolvimento contínuo do Plano Aerooviário Nacional (PAN)

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desenvolvimento de ferramentas, métodos e aprimoramento de informações para o planejamento do setor de aviação civil.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Alguns produtos estão sendo desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018, junto à Universidade Federal de Santa Catarina, para o qual já foi desembolsado o valor de R\$ 11.020.029 desde sua celebração (junho de 2018) até junho de 2019. Outros produtos e a consolidação final são realizados pela equipe interna do DPG/SAC.

| DATA DA ENTREGA

O próximo PAN será publicado em 2020, com o horizonte 2020-2040, conforme trata a Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Plano Aerooviário Nacional é o principal instrumento de planejamento para o setor de transporte aéreo. Através dos resultados obtidos na primeira versão (PAN 2018-2038), foi possível traçar as diretrizes e objetivos para o setor de transporte aéreo, bem como propor os caminhos para o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. O PAN garante que este desenvolvimento seja eficiente, do ponto de vista dos gastos públicos e privados, e atinja os indicadores desejados de acessibilidade e conectividade para a população, bem como o desenvolvimento da indústria relacionada ao transporte aéreo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Toda a população brasileira, na medida em que o planejamento busca a forma mais eficiente para atender às demandas de acesso interurbano da população.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

No início do desenvolvimento do PAN não havia informações consolidadas, métodos estabelecidos e tampouco ferramentas para desenvolvimento. Por meio de um

projeto desenvolvido e coordenado pela equipe do Ministério, foi possível vencer os desafios um a um. Atualmente, os desafios são para a evolução do plano, como por exemplo, a utilização de informações de um Big Data da telefonia móvel para compor uma nova matriz Origem/Destino e identificar rotas potenciais para a aviação civil, dentre outros indicadores desenvolvidos e a serem monitorados para o PAN 2020-2040.

| NOME DA AÇÃO

Teca Digital.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Melhoria do setor da carga aérea, compreendendo três eixos de ação: (i) simplificação do processamento da carga - em apoio ao Ministério da Economia; (ii) segurança da carga aérea e (iii) planejamento estratégico do setor.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não houve, por parte da SAC, nenhum valor desembolsado até a presente data.

| DATA DA ENTREGA

Algumas etapas do eixo 'simplificação do processamento da carga foram entregues pela Receita Federal do Brasil - RFB (funcionalidades do Portal Único). As demais entregas ocorrerão ao longo de 2019 e 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O setor da carga aérea está muito defasado em relação aos demais modais, e mesmo em relação ao transporte aéreo de passageiros. Cargas tipicamente aéreas têm sido transportadas por outros modais, e os tempos de armazenamento nos aeroportos são muito superiores aos dos principais países do mundo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Todo o setor da carga aérea, que passará a ter processos mais ágeis e mais seguros, além de dotar o setor de um planejamento estratégico para o futuro.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenação entre os diferentes órgãos e entre os setores público e privado.

| NOME DA AÇÃO

Programa de Treinamento para profissionais de Aeroportos Regionais - TREINAR

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O programa, promovido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil e gerido pela Coordenação-Geral de Capacitação e Navegação Aérea - CGPN, vinculada à Diretoria de Planejamento e Gestão - DPG, consiste na promoção de ações de fomento à capacitação de profissionais do setor por intermédio de cursos oferecidos em diversas áreas de conhecimento relacionados à aviação civil. Trata-se de política pública que visa a profissionalização com a capacitação e formação dos profissionais que trabalham nos aeroportos públicos regionais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valores desembolsados anualmente: 2016 – R\$ 631.00,00, 2017 – R\$ 417.500,00, 2018 – R\$ 943.279,44, 2019 – (até junho) R\$ 777.916,36.

| DATA DA ENTREGA

A cada ano é realizado um balanço do número de profissionais da aviação civil regional que foram qualificados dentro do Programa TREINAR, a saber: 2016 – 193 profissionais capacitados 2017 – 120 profissionais capacitados 2018 – 295 profissionais capacitados 2019 – 111 profissionais capacitados (até junho 2019).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A capacitação dos profissionais do setor visa a buscar a profissionalização dos mesmos, considerando a deficiência de encontrar profissionais capacitados em Aeroportos Regionais, sobretudo considerando representar uma atividade de alta especialização, garantindo assim o desenvolvimento do sistema de aviação civil seguro e eficiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A qualificação dos profissionais que trabalham no setor de aviação civil regional é de grande importância, uma vez que o papel desempenhado pela aviação civil para o desenvolvimento sustentado e sustentável do país corrobora a grande necessidade de capacitar os profissionais atuantes nesses setor, sendo que suas atividades correspondem a verdadeiros “inssumos produtivos” para outras atividades econômicas, haja vista que o deslocamento ágil de pessoas e cargas facilita também a realização de negócios que contribuem para o desenvolvimento econômico do país, conferindo à aviação civil um caráter estratégico.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenação entre as diferentes entidades, Estados e Municípios, que possuem as outorgas dos aeroportos públicos regionais.

| NOME DA AÇÃO

Projeto Piloto - Embarque com Biometria Facial.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Implantação, no aeroporto de Brasília, de equipamentos que permitam ao viajante realizar todo o processo de embarque internacional utilizando biometria facial e, a partir dos resultados obtidos, incentivar mais aeroportos a também adotar essa iniciativa.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília/DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro de 2019 (especificações técnicas).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Diante do aumento da quantidade de passageiros nos aeroportos, verifica-se cada vez mais a necessidade do uso de tecnologias disruptivas que possibilitem o processamento de passageiros de forma mais rápida (melhoria da sua experiência) mantendo e/ou até mesmo aumentando a segurança dos processos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Diminuição do tempo de processamento do passageiro de viagens internacionais; aumento de capacidade do aeroporto; aumento da segurança dos processos e na identificação do passageiro.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenação das partes envolvidas (aeroporto, empresas aéreas, Polícia Federal, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e demais envolvidos), e desenvolvimento de projeto de implantação dos equipamentos no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek (SBBR).

| NOME DA AÇÃO

Carteira de Identidade Padrão ICAO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposta de alteração do Decreto nº 9278/2018, de forma a adequar os padrões estabelecidos para emissão e confecção da Carteira de Identidade brasileira aos padrões estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para documentos de viagem, proporcionando maior segurança ao processo de emissão e confiabilidade às informações contidas no referido documento. Dessa forma, os principais pontos da proposta são: a) alteração do layout do documento; b) adoção do documento em cartão de policarbonato com chip RFID - Radio-Frequency Identification integrado; c) adoção de campo de MRZ (Zona de leitura de máquina) no documento; d) Utilização de biometria como forma de evitar que o cidadão possua mais de uma identidade; e) Adoção de base de dados central para acesso pelos órgãos de identificação no processo de emissão do documento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Proposta concluída e encaminhada ao Ministério da Justiça para análise e manifestação.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O atual sistema de emissão de identificação brasileiro permite que um cidadão possua uma carteira de identidade emitida em cada ente da federação. Além disso, na legislação vigente, as especificações do layout do documento em si dão margem a interpretações que permitem a confecção de cédulas de identidade ligeiramente diferentes, facilitando falsificações e fraudes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução de possibilidade de fraudes utilizando-se documentos falsos, uma vez que se propõe a implantação de uma base de dados de identidades central que pode ser consultada para a verificação do documento; O novo documento conterá dados biométricos do portador, os quais podem ser usados para confrontar com a biometria da pessoa que o utiliza, evitando a utilização, por exemplo, de documentos roubados/ furtados; A base de dados central evitará que o cidadão possa ter mais de uma identidade, uma vez que os órgãos de identificação poderão consultar e verificar se o cidadão que faz a solicitação já possui um registro em algum outro ente da federação; O campo MRZ e o chip RFID possibilitam a leitura rápida e precisa dos dados contidos no documento, proporcionando o processamento de pessoas

de forma mais célere no tocante a preenchimento de cadastros em atendimentos em Bancos, hospitais, aeroportos, dentre outros; Os dados biométricos poderão ser utilizados para proporcionar aos passageiros agilidade nos atendimentos dos processos aeroportuários, pois permitem o uso das tecnologias de processamento de passageiros por biometria facial.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Alterações recentes na legislação que regulamenta o documento de identidade podem ser um entrave para a recepção de novas alterações; A proposta para o novo documento custa mais que o documento de papel, contudo contempla grandes melhorias de simplificação e desburocratização.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de melhoria contínua do índice de satisfação dos usuários apurado trimestralmente.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Monitoramento contínuo da eficiência operacional e da qualidade da prestação dos serviços aos passageiros nos principais aeroportos do país, por meio de Pesquisa de Satisfação dos Passageiros e Desempenho Operacional, composta de indicadores de desempenho e de satisfação dos passageiros, visando dar transparência da qualidade dos serviços aeroportuários para a população e proporcionar o acompanhamento dos parâmetros de desempenho em aeroportos, estabelecidos para os órgãos e entidades públicas pela Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); A Pesquisa consiste na coleta de dados por meio de execução de entrevistas presenciais, realizadas nas salas de embarque e desembarque dos aeroportos com passageiros de voos domésticos e internacionais, além da medição de indicadores relativos aos processos aeroportuários aos quais os passageiros são submetidos (tempos de espera em fila e de restituição de bagagens) no aeroporto; As coletas são realizadas nos 20 principais aeroportos do país (com representatividade de em torno de 87% do movimento de passageiros em embarque, conexão e desembarque), e seus resultados são apresentados à Secretaria Nacional de Aviação Civil-SAC na forma de relatórios mensais contendo o produto das coletas realizadas no mês anterior.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Guarulhos / Governador André Franco Montoro (SBGR) – Guarulhos/SP; São Paulo / Congonhas (SBSP) – São Paulo/SP; Brasília / Presidente Juscelino Kubitschek (SBBR)

- Brasília/DF; Rio de Janeiro / Antônio Carlos Jobim/Galeão (SBGL) – Rio De Janeiro/RJ; Confins / Tancredo Neves (SBCF) – Confins/MG; Campinas / Viracopos (SBKP) – Campinas/SP; Rio de Janeiro / Santos Dumont (SBRJ) – Rio de Janeiro/RJ; Porto Alegre / Salgado Filho (SBPA) – Porto Alegre/RS; Salvador / Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV) – Salvador/BA; Recife / Gilberto Freyre (SBRF)
- Guararapes/PE; Curitiba / Afonso Pena (SBCT) – São José dos Pinhais/PR; Fortaleza / Pinto Martins (SBFZ) – Fortaleza/CE; Florianópolis / Hercílio Luz (SBFL) – Florianópolis/SC; Belém / Val de Cans - Júlio Cesar Ribeiro (SBBE) – Belém/PA; Vitória / Eurico de Aguiar Salles (SBVT) – Vitória/ES; Goiânia / Santa Genoveva (SBGO) – Goiânia/GO; Cuiabá / Marechal Rondon (SBCY) – Várzea Grande/MT; Cuiabá / Marechal Rondon (SBCY) – Várzea Grande/MT; Manaus / Eduardo Gomes (SBEG) – Manaus/AM; Natal / Governador Aluízio Alves (SBNT) – São Gonçalo do Amarante/RN; e Maceió / Zumbi dos Palmares (SBMO) – Rio Largo/AL.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

2019 (até junho): R\$ 2.197.539,96 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos).

| DATA DA ENTREGA

Até o dia 10 de cada mês.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Além da transparência sobre a qualidade dos serviços e processos dos aeroportos pesquisados, a ação contribui significativamente para o acompanhamento da gestão aeroportuária, pois eventuais deficiências nas operações podem ser tempestivamente identificadas e corrigidas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Constituindo um importante referencial para administração dos aeroportos pesquisados e incentivando a competitividade entre estas unidades, a pesquisa também se presta a balizar a inserção de novos procedimentos que possam aprimorar o atendimento aos passageiros nesses aeroportos.

A partir da análise dos dados coletados desde 2013, é possível verificar como a avaliação positiva dos passageiros sobre a qualidade dos serviços oferecidos e processos conduzidos pelos aeroportos pesquisados evoluiu desde o início da pesquisa. Embora não seja possível afirmar que tal evolução se deva unicamente à apuração e divulgação dos resultados da pesquisa, é coerente afirmar que a mesma é fundamental para incentivar a melhoria da qualidade dos aeroportos,

bem como comprovar a avaliação positiva das políticas públicas implementadas no setor.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Sensibilização dos atores envolvidos acerca da importância da melhoria na qualidade dos serviços oferecidos e processos desempenhados nos aeroportos brasileiros, visando o aumento da satisfação do usuário do transporte aéreo no país.

| NOME DA AÇÃO

Fortalecimento da atuação da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias - CONAERO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão do Decreto nº 7.554/2011 que criou a CONAERO; Revisão do Regimento Interno da CONAERO; Revisão do Regimento Interno das Autoridades Aeroportuárias; Elaboração de Regimento Interno para os Comitês Técnicos da CONAERO.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Até dezembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Novas competências atribuídas ao Ministério da Infraestrutura e à Secretaria Nacional de Aviação Civil, através do Decreto nº 9.676/2019; adequação dos supracitados atos normativos à atual dinâmica de funcionamento da CONAERO e do setor de aviação civil.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Padronização/simplificação de procedimentos e maior transparência sobre o funcionamento da CONAERO, abrangendo todos os membros e convidados da Comissão, bem como toda a sociedade.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenar o trabalho entre os membros da Comissão, de modo que haja consenso entre as propostas de revisão/alteração apresentadas.

| NOME DA AÇÃO

Lista mínima de aeroportos internacionais brasileiros.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Coordenação entre os órgãos do setor para elaboração de uma lista mínima de aeroportos designados internacionais, considerando a importância em assegurar a rationalidade da habilitação de aeroportos para o tráfego internacional, sempre justificada com base na projeção de demanda, em estudos de viabilidade econômico financeira e em interesses estratégicos do País, fundamentada na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

2 de maio de 2019 (encerrado).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A instituição de lista de aeroportos internacionais decorre da obrigação da República Federativa do Brasil assumida internacionalmente, conforme consta da Convenção Internacional de Aviação Civil (CACI). A instituição ou atualização da lista de aeroportos internacionais consiste de formalização de um instrumento de planejamento por parte do Poder Público. Como previsto constitucionalmente, esta lista, na condição de um planejamento, passa a ser obrigatória para o Poder Público competente e um indicativo para o setor privado. A lista assume feições de um instrumento regulatório por incentivo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Uma vez fixada e posta em prática, a lista indica ao setor privado os aeroportos internacionais, e estes, uma vez atraentes ao capital privado, tornam-se instrumentos promotores do desenvolvimento local e regional. A definição de um aeroporto como internacional pode impactar em decisão de investimentos quanto à expansão da sua infraestrutura; se o aeroporto for internacional regular, internacional não regular, ou ainda internacional para uso alternado, essas classificações definem decisões de investimento por parte do operador aeroportuário. Além de favorecer decisões de investimentos do setor privado, a lista também favorece eventuais demandas dos órgãos e entidades atuantes nos aeroportos internacionais. Cite-se, por exemplo, pedido de recursos orçamentários para contratação de pessoal, investimentos em tecnologia, serviços de tratamento de informações antecipadas de passageiros, dentre outros.

| NOME DA AÇÃO

Planejamento e monitoramento do Setor de Aviação Civil para a Copa América CONMEBOL 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Plano de ação contendo informações e procedimentos relevantes para a execução e coordenação das ações dos órgãos e entidades públicas, bem como das ações dos agentes privados que mantenham vínculo com a prestação de serviços relacionados ao setor de aviação civil durante a Copa América CONMEBOL 2019, com os principais objetivos:

- a) Estabelecer as condições para o planejamento, execução e coordenação das ações a serem adotadas no âmbito do Governo Federal, para garantir o adequado tratamento aos participantes da Copa América de 2019;
- b) Estabelecer os procedimentos de chegadas e partidas dos Chefes de Estado, delegações e público específico da Copa América de 2019, incluindo os fluxos, ações e responsabilidades de cada órgão envolvido nos serviços de transporte de carga e passageiros, padronizando e harmonizando os procedimentos em todos os aeroportos envolvidos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Salvador/BA.

| DATA DA ENTREGA

7 de julho de 2019 (encerrado).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A realização da Copa América de 2019 trouxe consigo a necessidade de receber e acomodar, com um bom nível de conforto todo o público, bem como de garantir uma operação consistente, evitando imprevistos e alterações significativas com impactos negativos na operação e na prestação dos serviços aos usuários do transporte aéreo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

De acordo com a Pesquisa de Satisfação de Passageiros, a prestação dos serviços nos aeroportos teve avaliação positiva, registrando, numa escala de 1 a 5, a média de 4,41 nos aeroportos envolvidos. No período de 13/06/2019 a 08/07/2019, os aeroportos das cidades-sede registraram pontualidade média de 96,26% nos movimentos de aviação regular e voos charter.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Compatibilização dos procedimentos e rotinas de trabalho aos requisitos da CONMEBOL.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS- DPR -SAC

| NOME DA AÇÃO

5ª Rodada de Concessões de Aeroportos Federais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realização de concessão em blocos de aeroportos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre/PE; Aeroporto de Vitória - Eurico de Aguiar Salles/ES; Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares/AL; Aeroporto Internacional Santa Maria – Aracaju/SE; Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes/CE; Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon/MT; Aeroporto de Macaé/RJ; Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto/PB; Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna/PB; Aeroporto de Rondonópolis/MT, Aeroporto de Sinop/MT e Aeroporto de Alta Floresta/MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 7,8 bilhões (valor estimado) decorrentes da soma dos investimentos estimados a serem realizados pelos concessionários e de valores a serem recebidos a título de outorga ao longo da concessão.

| DATA DA ENTREGA

15 de março de 2019 (concluído).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de investimentos para a adequação e expansão da infraestrutura aeroportuária brasileira, tendo em vista o quadro de saturação dessa infraestrutura e a incapacidade de resposta rápida e efetiva de investimentos a serem realizados diretamente pelo Governo Federal, notadamente em decorrência da situação fiscal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Adequação da infraestrutura aeroportuária, expansão da capacidade da

infraestrutura aeroportuária, aumento da qualidade dos serviços prestados nos aeroportos aos passageiros, desoneração de investimentos a serem realizados diretamente pelo Estado, recolhimento de valores de outorga que comporão o Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, a serem usados para o desenvolvimento da aviação civil brasileira.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Modelagem da concessão dos aeroportos que compõem a quinta rodada de concessão aeroportuária, análise dos Estudos de Viabilidade Econômica e Ambiental - EVTEA e elaboração do edital e do contrato de concessão.

| NOME DA AÇÃO

6ª Rodada de Concessões de Aeroportos Federais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realização de concessão em blocos de aeroportos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto de Curitiba/PR – Afonso Pena; Aeroporto de Foz do Iguaçu/PR – Cataratas; Aeroporto de Navegantes/SC – Ministro Victor Konder; Aeroporto de Londrina/PR – Governador José Richa; Aeroporto de Joinville/SC – Lauro Carneiro de Loyola; Aeroporto Bacacheri/PR; Aeroporto de Pelotas/RS; Aeroporto de Uruguaiana/RS – Rubem Berta; Aeroporto de Bagé/RS – Comandante Gustavo Kraemer; Aeroporto Internacional de Manaus/AM – Eduardo Gomes; Aeroporto de Porto Velho/RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira; Aeroporto de Rio Branco/AC – Plácido de Castro; Aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC; Aeroporto de Tabatinga/AM; Aeroporto de Tefé/AM; Aeroporto de Boa Vista/RR – Atlas Brasil Cantanhede; Aeroporto de Goiânia/GO – Santa Genoveva; Aeroporto de São Luís/MA – Marechal Cunha Machado; Aeroporto de Teresina/PI – Senador Petrônio Portella; Aeroporto de Palmas/TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues; Aeroporto de Petrolina/PE – Senador Lino Coelho; Aeroporto de Imperatriz/MA – Prefeito Renato Moreira.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 4,99 bilhões (valor estimado) decorrentes da soma dos investimentos preliminarmente estimados a serem realizados pelos concessionários (sem contabilização dos valores de outorga que somente serão definidos no momento do leilão).

| DATA DA ENTREGA

2º semestre de 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de investimentos para a adequação e expansão da infraestrutura aeroportuária brasileira, tendo em vista o quadro de saturação dessa infraestrutura e a incapacidade de resposta rápida e efetiva de investimentos a serem realizados diretamente pelo Governo Federal, notadamente em decorrência da situação fiscal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Adequação da infraestrutura aeroportuária, expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária, aumento da qualidade dos serviços prestados nos aeroportos aos passageiros, desoneração de investimentos a serem realizados diretamente pelo Estado, recolhimento de valores de outorga que comporão o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC a serem usados para o desenvolvimento da aviação civil brasileira.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Modelagem da concessão dos aeroportos que compõem a sexta rodada de concessão aeroportuária, análise dos Estudos de Viabilidade Econômica e Ambiental - EVTEA e elaboração do edital e do contrato de concessão.

| NOME DA AÇÃO

7ª Rodada de Concessões de Aeroportos Federais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realização de concessão em blocos de aeroportos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto Internacional de Belém/PA - Val de Cans; Aeroporto Internacional de Macapá/AP - Alberto Alcolumbre; Aeroporto Internacional de Santarém/PA — Maestro Wilson Fonseca; Aeroporto de Marabá/PA - João Correia da Rocha; Aeroporto de Carajás - Parauapebas/PA; Aeroporto de Altamira/PA; Aeroporto Internacional de Belém/PA - Júlio Cesar Ribeiro; Aeroporto do Rio de Janeiro/RJ - Santos Dumont; Aeroporto de Uberlândia/MG - Ten. Cel. Aviador César Bombonato; Aeroporto Montes Claros/MG - Mário Ribeiro; Aeroporto de Belo Horizonte/MG Pampulha - Carlos Drummond de Andrade; Aeroporto de Jacarepaguá/RJ - Roberto Marinho; Aeroporto de Uberaba/MG - Mario de Almeida Franco; Aeroporto de Belo Horizonte/MG - Carlos Prates; Aeroporto de Paulo Afonso/BA; Aeroporto de São Paulo/Congonhas/ SP -

Deputado Freitas Nobre; Aeroporto Internacional de Campo Grande/MS; Aeroporto de São Paulo/SP - Campo de Marte; Aeroporto Internacional de Corumbá/MS; Aeroporto Internacional de São José dos Campos/SP - Professor Urbano Ernesto Stumpf; Aeroporto Internacional de Ponta Porã/MS.

| **VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO**

R\$ 5,8 bilhões (valor estimado) decorrentes da soma dos investimentos preliminarmente estimados a serem realizados pelos concessionários (sem contabilização dos valores de outorga que somente serão definidos no momento do leilão).

| **DATA DA ENTREGA**

2º semestre de 2022.

| **ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU**

Necessidade de investimentos para a adequação e expansão da infraestrutura aeroportuária brasileira, tendo em vista o quadro de saturação dessa infraestrutura e a incapacidade de resposta rápida e efetiva de investimentos a serem realizados diretamente pelo Governo Federal, notadamente em decorrência da situação fiscal.

| **PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO**

Adequação da infraestrutura aeroportuária, expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária, aumento da qualidade dos serviços prestados nos aeroportos aos passageiros, desoneração de investimentos a serem realizados diretamente pelo Estado, recolhimento de valores de outorga que comporão o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC a serem usados para o desenvolvimento da aviação civil brasileira.

| **PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Modelagem da concessão dos aeroportos que compõem a sétima rodada de concessão aeroportuária, análise dos Estudos de Viabilidade Econômica e Ambiental - EVTEA e elaboração do edital e do contrato de concessão.

| NOME DA AÇÃO

Eliminação da restrição do capital estrangeiro nas empresas aéreas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A ação teve como objetivo eliminar a restrição para investimento estrangeiro em empresas aéreas brasileiras. Foi publicada a Medida Provisória - MP nº 863, de 13 de dezembro de 2018, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. A MP foi convertida na Lei nº 13.842, de 17 de junho de 2019, que ampliou o limite de participação de capital estrangeiro com direito a voto em empresas aéreas brasileiras de 20 para até 100% e eliminou a exigência de que seus administradores sejam brasileiros.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional

| DATA DA ENTREGA

17 de junho de 2019 (concluído).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A indústria de transporte aéreo caracteriza-se por ser intensiva em capital, o que torna o mercado doméstico de passageiros muito concentrado. A medida tem potencial para diminuir a concentração do mercado doméstico de transporte aéreo, ampliar a competitividade no setor e trazer dinamismo ao mercado, minimizando impactos de eventuais descontinuidades na prestação dos serviços, tendo em vista a maior facilidade de acesso a fontes de financiamento pelas empresas incumbentes e a entrada de novas empresas no setor.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dentre os resultados esperados a partir da abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, incluem-se o aumento da competição e a desconcentração do mercado doméstico, o acesso a fontes de financiamento com crédito mais barato, aumento da quantidade de cidades e rotas atendidas pelo transporte aéreo regular, a redução do preço médio das passagens, o aprimoramento de técnicas gerenciais e a incorporação de novas tecnologias no processo de gestão das empresas, a diversificação de serviços e produtos e uma melhor conectividade da malha aérea doméstica com voos internacionais. Assim, a ação beneficia os passageiros, que terão acesso a mais opções de serviços, a preços e condições mais diversificadas, as empresas aéreas, tanto em atividade, como novos entrantes, e a sociedade brasileira como um todo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A ação encontrou resistência por parte do Congresso Nacional, tendo sido necessário esclarecer alguns pontos importantes: a alteração permite que os serviços aéreos sejam prestados por empresas instituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, independentemente da nacionalidade dos investimentos, não se confundindo com cabotagem; a ação não alterou em nenhuma medida os direitos dos aeronautas; os tributos permanecem sendo recolhidos segundo as leis brasileiras e as empresas submetidas à regulação técnica e econômica estabelecida pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

| NOME DA AÇÃO

7ª Liberdade para transporte aéreo internacional de cargas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do marco regulatório nacional para permitir a negociação de direitos de tráfego de até 7ª liberdade para serviços exclusivamente cargueiros no âmbito dos Acordos sobre Serviços Aéreos - ASA.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional

| DATA DA ENTREGA

Portaria MInfra pronta para assinatura.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O transporte aéreo de cargas vem se tornando cada vez mais importante para o comércio mundial e para o desenvolvimento econômico. A possibilidade de operações em 7ª liberdade tornou-se essencial para o tráfego de carga aérea, dada sua natureza unidirecional e o surgimento de uma série de operadores globais no setor de entrega expressa, com hubs em diferentes países.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A possibilidade de distribuir carga ponto a ponto, entre diversos países, sem a necessidade de voltar para seu país de origem, agrega ganhos logísticos e pode significar a viabilidade econômica de operações aéreas exclusivamente cargueiras. Além disso, essas operações podem ser integradas a outros modais para distribuição da carga dentro do território brasileiro, promovendo ganhos de intermodalidade no transporte. A medida tem potencial para reduzir os custos

dos fretes e do que é produzido e consumido internamente, ampliar o nível concorrencial das exportações brasileiras e promover o comércio de bens “de” e “para” o país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Venda da participação (49%) da Infraero nos aeroportos concedidos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor economizado: não há no momento estimativa do valor da alienação da participação da Infraero nos aeroportos concedidos, pois depende de estudo a ser realizado pela Infraero.

| DATA DA ENTREGA

2º semestre de 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de aportes financeiros significativos pela União nas Sociedades de Propósito Específico, nas quais a Infraero é acionista, em caso de decisão dos concessionários pelo aporte nos aeroportos concedidos. Como sócia minoritária, a Infraero não detém a governança dos aeroportos concedidos. Recursos decorrentes da alienação da participação da Infraero nos aeroportos concedidos podem ser utilizados para outras necessidades de investimentos a serem realizadas pelo Estado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Economia de recursos financeiros da União em decorrência da desobrigação de realizar novos aportes financeiros nos aeroportos concedidos. Utilização de recursos arrecadados com a alienação da participação da Infraero poderão ser utilizados em outras necessidades de investimentos pelo Estado.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Modelagem para a precificação da participação acionária da Infraero e estruturação do processo de alienação da participação acionária da Infraero.

DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS - DINV-SAC

| NOME DA AÇÃO

Aeroporto de Vitória da Conquista/BA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construção do novo aeroporto de Vitória da Conquista/BA. Execução do Convênio nº 769301/2012 - lado AR do Novo Aeroporto de Vitória da Conquista, intervenções concluídas em 8 de agosto de 2017, e do Convênio nº 8212719/2015 - construção do Terminal de Passageiros (TPS), aquisição e instalação dos equipamentos de auxílio à navegação, complemento da cerca operacional, reservatórios de água, iluminação de via de contorno, mobiliários e equipamentos do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio - SESCINC, iluminação do pátio de aeronaves e implantação de redes de telecomunicações do Novo Aeroporto de Vitória da Conquista.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória da Conquista/BA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Na 1^a etapa (Convênio nº 769301/2012), o investimento global foi de R\$ 53.070.407,02, sendo R\$ 47.763.366,32 valor de repasse da União e R\$ 5.307.040,70 o valor da contrapartida do Governo do Estado da Bahia. Na 2^a etapa (Convênio nº 8212719/2015), o valor de investimento perfez a quantia de R\$ 28.706.827,69, sendo R\$ 28.671.300,00 o valor de repasse da União e R\$ 35.527,69 o valor de contrapartida do Estado. Tal empreendimento foi concluído em abril de 2019.

| DATA DA ENTREGA

Abril/2019 (concluído).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Cancelamento dos voos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhoria da segurança operacional resultando na redução dos cancelamentos dos voos e com implantação de operação por instrumento não precisão. Públco alcançado: população dos municípios de Vitória da Conquista, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Itambé, Planalto, Poções e Tremedal, todos no Estado da Bahia.

| NOME DA AÇÃO

Aeroporto de Bonito/MT.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Execução do Convênio nº 839130/2016 - execução de serviços de recapeamento na pista de pouso e decolagem, pista de taxi e pátio de aeronaves, reforma e ampliação da SCI, aquisição e implantação do PAPI (indicador de percurso de aproximação de precisão) no Aeroporto de Bonito/MS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Bonito/MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Está previsto o numerário total de R\$ 5.538.653,06, sendo R\$ 3.877.057,14 o valor de Repasse da União e R\$ 1.661.595,92 o valor da contrapartida do Estado.

| DATA DA ENTREGA

Em julho de 2019, foi realizada a entrega parcial do objeto do convênio (reforma da pista de pouso e decolagem). A conclusão das demais intervenções está prevista para até dezembro de 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Cancelamentos dos voos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhoria da segurança operacional resultando na redução dos cancelamentos dos voos e com implantação de operação por instrumento não precisão, beneficiando a população do município e entorno.

| NOME DA AÇÃO

Aeroporto de Cacoal/RO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Execução do Convênio nº 839458/2016, que tem por objeto a Implantação de auxílios à navegação PAPI, EPTA (estação prestadora de serviço de telecomunicações e tráfego aéreo) e Estação Meteorológica do Aeroporto de Cacoal/RO para operação em IFR (Instrument Flight Rules).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cacoal/RO.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Para tal investimento está previsto o valor total de R\$ 2.336.732,89, sendo R\$ 2.103.059,60 o valor de repasse da União e R\$ 233.673,29 o valor da contrapartida do Estado de Rondônia.

| DATA DA ENTREGA

As obras e instalação dos equipamentos foram concluídas em maio de 2019, e a instalação do segundo PAPI com previsão de até outubro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Cancelamentos dos voos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhoria da segurança operacional resultando na redução dos cancelamentos dos voos e com implantação de operação por instrumento não precisão, beneficiando a população do município e entorno.

| NOME DA AÇÃO

Aquisição de Equipamentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Aquisição de Estações Meteorológicas de Superfície Automática (EMS-A), Sistema de Pouso por Instrumento (Instrument Landing System – ILS) e equipamentos contra atos de interferências ilícitas – AVSEC.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroportos Regionais.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

No ano de 2018 foram entregues 19 equipamentos, sendo, 17 equipamentos tipo pôrtico e 2 equipamentos tipo Raio-X, totalizando o investimento de R\$ 492.700,00. Em 2019, foram entregues 37 equipamentos, sendo 19 equipamentos tipo pôrtico e 18 equipamentos tipo Raio-X, totalizando o investimento R\$ 1.338.900,00.

| DATA DA ENTREGA

Estações Meteorológicas de Superfície Automática (EMS-A) e Sistema de Pouso por Instrumento (ILS): objeto do Termo de Execução Descentralizada celebrado entre este Ministério e o Comando da Aeronáutica (DECEA/CISCEA), em 2018 foram entregues 18 EMS-A: (Jacareacanga/PA, Itacoatiara/AM, Carolina/PA, Bom Jesus da Lapa/BA, Serra Talhada/PE, Angra dos Reis/RJ, Bagé/RS, Manicoré/AM, Conceição do Araguaia/PA, Tarauacá/AC, Barreiras/BA, Santo Ângelo/RS, Bonito/MS, Governador Valadares/MG, Feira de Santana/BA, Araxá/MG, Parintins/AM e Coari/AM); em 2019 foram entregues 02 EMS-A: (Coari/AM e Parintins/AM). Ressalta-se que o presente programa encontra-se em plena execução e prevê, ainda para 2019, mais 14 equipamentos para localidades ainda em fase de planejamento. Informa-se que foram iniciadas as tratativas com o CISCEA para endereçar, ainda em 2019, a aquisição do ILS previsto para Maringá/PR. Equipamentos contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC): em 2018 foram celebrados dois contratos, o primeiro para aquisição de equipamentos eletromagnéticos detectores de metais, tipo pôrtico (Contrato nº 05/2018) e o segundo para aquisição de equipamentos tipo Raio-x (Contrato nº 20/2018) visando atender os aeroportos regionais constantes no Plano Aerooviário Nacional – PAN com relação aos requisitos relativos a Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC).

No ano de 2018 foram entregues 17 equipamentos tipo pôrtico (Lençóis/BA, Aracati/CE, Divinópolis/MG, Governador Valadares/MG, Araxá/MG, São João Del Rei/MG, Alta Floresta/MT, Cabo Frio/RJ, Ji-Paraná/RO, Cacoal/RO, Vilhena/RO, Passo Fundo/

RS, Santo Ângelo/RS, Lages/SC, Araguaína/TO, Caxias do Sul/RS e São José do Rio Preto/SP) e 2 equipamentos tipo Raio-X (Ribeirão Preto/SP e Caxias do Sul/RS). Em 2019, foram entregues 19 equipamentos tipo pórtico (Bauru-Arealva/SP, Goianá/MG, Santana do Paraíso/MG, Porto Seguro/BA, Caldas Novas/GO, Varginha/MG, Bonito/MS, Dourados/MS, Cascavel/PR, Maringá/PR, Chapecó/SC, Jaguaruna/SC, Araçatuba/SP, Presidente Prudente/SP, São José do Rio Preto/SP, Teixeira de Freitas/BA, Ponta Grossa/PR, Marília/SP e Feira de Santana/BA) e 18 equipamentos tipo Raio-X (Bauru) Arealva/SP, Goianá/MG, Santana do Paraíso/MG, Porto Seguro/BA, Caldas Novas/GO, Varginha/MG, Bonito/MS, Dourados/MS, Cascavel/PR, Maringá/PR, Chapecó/SC, Jaguaruna/SC, Araçatuba/SP, Presidente Prudente/SP, São José do Rio Preto/SP, Teixeira de Freitas/BA, Marília/SP e Valença/BA). Destaca-se que os contratos encontram-se em execução, com 61 equipamentos a serem entregues, sendo 45 equipamentos tipo pórtico e 16 equipamentos tipo Raio-X, e as próximas localidades a serem contempladas estão em fase de planejamento.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de melhoria na infraestrutura e nas condições de “security” de aeroportos regionais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Adequação da infraestrutura e melhoria das condições de “security” de aeroportos regionais.

DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E PATRIMÔNIO - DEOUP - SAC**| NOME DA AÇÃO**

Assinaturas eletrônicas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Coleta de assinatura dos prefeitos municipais, secretários de Estado e governadores, bem como dos gestores públicos para, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI!, assinar e celebrar convênios, termos aditivos, termos de rescisão, termos de entrega e outros instrumentos jurídicos, em atendimento ao Decreto de 7 de março de 2017, que criou o Conselho Nacional de Desburocratização, o qual tem como objetivo a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a melhoria da prestação de serviços públicos, a partir das propostas de desburocratização elaboradas pelos ministérios.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Morosidade na tramitação processual e desperdício de material de consumo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Benefícios diretos como a desburocratização por meio das assinaturas eletrônicas, auxiliando a SAC e os entes federativos envolvidos a reduzir o tempo dispendido para formalização dos instrumentos celebrados, acompanhando, também, a tendência global de abandono do papel como meio de comunicação, utilizando-se, para tanto, os meios de comunicação informatizados, no caso, o SEI. Formalizou-se eletronicamente, ao longo do primeiro semestre de 2019, 5 convênios de delegação entre a União e Estados e Municípios, a saber, dos Aeroportos de Barra do Garças - MT (SBBW), de Ituverava - SP (SDIV), de Bela Vista - MS (SSBV), de Chapecó - SC (SBCH), e de Cachoeiro de Itapemirim - ES (SNKI), os quais podem ser encontrados no sítio eletrônico deste Ministério.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Para implementação encontraram-se diversas barreiras, principalmente por conta do costume de tramitação de processos via papel, tanto na esfera federal quanto nas estadual e municipal. Apesar do mundo apresentar-se cada vez mais digital, ainda há um certo receio e falta de prática para tratativas eletrônicas e procedimentos que utilizem apenas computadores, por exemplo.

| NOME DA AÇÃO

Convênios de delegação.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Transferência da implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos civis públicos aos demais entes federativos por meio de convênios de delegação, com base no art. 36, inciso III, da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) e no art. 1º, parágrafo único, inciso VII, c/c art. 19, ambos do Anexo I, do Decreto nº 9.676/19. Foram celebrados, no 1º semestre de 2019, 30 termos de convênio, por meio dos quais a União delegou a estados e município a exploração de aeródromos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Exploração direta pouco efetiva realizada pela União devido a um grande número de aeródromos de interesse regional e/ou local.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Busca-se, por meio dessa descentralização, a exploração mais efetiva das unidades aeroportuárias em parceria com os demais entes federativos, proporcionando a esses oportunidades de promoverem em seus respectivos aeródromos as atenções necessárias, sobretudo nos casos de aeródromos de interesse regional e/ou local.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Como barreira para tanto há, muitas das vezes, a falta de preparo dos entes para a devida administração aeroportuária, processo este acompanhado por esta Secretaria na busca do cumprimento das cláusulas dos instrumentos de delegação firmados.

| NOME DA AÇÃO

Rescisão de convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Como forma de acompanhamento dos convênios celebrados entre a União e os Estados e Municípios, avalia-se o devido cumprimento das cláusulas estabelecidas. Havendo o descumprimento imotivado e a ausência de correção das irregularidades apontadas, é dado início ao processo de rescisão unilateral do instrumento firmado. Neste sentido, foram rescindidos os convênios relativos à exploração dos Aeródromos de Cururupu - MA (SNCU), Chaves - PA (SNXW), Encruzilhada do Sul - RS (SSES) e de Planaltina - DF (SWPV). Encontram-se em tramitação também a rescisão dos convênios dos Aeródromos de Brejinho do Nazaré - TO (SWBH) e de Monte Carmelo - MG (SNTK).

É importante informar que se trata de aeródromos de interesse local/regional, nos quais os demais entes legalmente legitimados para assumirem essas infraestruturas não manifestaram interesse, após terem sido previamente questionados a tal respeito.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Descumprimento das cláusulas dos termos de convênio.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Busca-se por meio desse acompanhamento a verificação do cumprimento dos convênios de delegação da exploração de aeródromos firmados, por meio da observância das normas estabelecidas e evitando-se a inutilização das unidades aeroportuárias e a eventual responsabilização da União Federal pela manutenção dessas infraestruturas. Assim, são regularizadas essas situações, mesmo que seja fechando alguns aeródromos definitivamente ao tráfego aéreo.

| NOME DA AÇÃO

Exploração por meio de autorização.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Com fundamento no art. 36, inciso IV, do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA, e no Decreto nº 7.871/2012, este Ministério destina aos interessados em explorar comercialmente infraestruturas aeroportuárias de propriedade privada, a outorga da exploração por meio da modalidade autorização. Atualmente estão em trâmite os processos de exploração do Heliporto Maroum, localizado no Município de Ilhabela/SP e do Aeródromo de Ituiutaba/MG (SNYB), localizado naquele Município.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ausência de regulamentação e aplicação da modalidade de outorga denominada “autorização”, que foi suprida por meio do Decreto nº 7.871/2012.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Essa modalidade de exploração permite que particulares explorem aeródromos civis públicos, inclusive mediante recolhimento de tarifas, de modo a possibilitar maior quantidade de prestação de serviço aéreo, tudo de acordo com as normas legais vigentes e observada, principalmente, a restrição de utilização à aviação geral, vedada expressamente a aviação regular de passageiros e cargas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Um dos empecilhos ainda é o excesso de procedimentos, sendo que o processo de autorização pode demorar em torno de dois anos para sua efetiva conclusão. De fato, o ato de autorização previsto no Decreto nº 7.871/2012 é ato administrativo complexo, eis que decorre de decisão proferida pelo Ministro de Estado da Infraestrutura (Portaria de Plano de Outorgas Específico) e da ANAC (Termo de Autorização). Logo, enquanto o Ministério participa como órgão de política pública, elaborando e aprovando os Planos de Outorgas (art.1º, VII,do Anexo I ao Decreto nº 9.676/2019), a ANAC, após a aprovação do MInfra, efetivamente emite o Termo de Autorização da exploração do serviço (Art. 8º, inciso XXIV, da Lei nº 11.182/05).

I | NOME DA AÇÃO

Termos de Entrega.

I | DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Considerando o dever de executar o controle patrimonial dos imóveis da União afetados à infraestrutura aeroportuária civil, exceto aqueles relacionados às atividades de controle do espaço aéreo (art. 19, V, do Decreto nº 9.676/2019), iniciou-se o processo de transferência dos sítios aeroportuários, no sistema SPIUnet, para a Unidade de Gestão (UG) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA) em 2018.

O primeiro passo que viabiliza essa transferência é a assinatura do Termo de Entrega, elaborado nos termos da Instrução Normativa Conjunta MP-MPTA nº 01, publicada em 12 de maio de 2017. Em dezembro de 2018 a UG do MInfra já contava com 16 aeroportos entregues. Serão assinados mais 18 Termos de Entrega ainda em julho, referentes aos seguintes aeroportos, conforme Código ICAO: SBPN (Porto Nacional-TO); SSCI (Coxim-MS); SBDO (Dourados-MS); SBTG (Três Lagoas-MS); SNKN-RN (Currais Novos-RN); SBPP-MS (Ponta Porã-MS); SSMJ (Maracaju-MS); SSNQ (Nioaque-MS); SBLJ (Lages-SC); SNAG (Araguari-MG); SBPR (Carlos Prates em Belo Horizonte-MG); SBGV (Governador Valadares-MG); SNFE (Alfenas-MG); SNXB (Caxambu-MG); SBAX (Araxá-MG); SNVD (Divinópolis-MG); SBUR (Uberaba-MG); e SBSG (São Gonçalo do Amarante-RN).

I | LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

I | DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

I | ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de transferir para o MInfra o controle patrimonial dos imóveis da União afetados à infraestrutura aeroportuária civil, exceto aqueles relacionados às atividades de controle do espaço aéreo, que ainda se encontram formalmente entregues ao Comando da Aeronáutica pela então Secretaria do Patrimônio da União-SPU.

I | PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Considerando que se trata de imóveis federais afetados à aviação civil, a SAC deve gerir seu registro patrimonial. Esse procedimento é importante para que se possa manter atualizadas as informações sobre os sítios aeroportuários e efetivo controle desse patrimônio. Espera-se até o final do ano conseguir a transferência dos sítios elencados no sistema, bem como viabilizar a assinatura de mais 20 termos de entrega e alocação ao MInfra.

| NOME DA AÇÃO

Declaração de Utilidade Pública.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A infraestrutura aeroportuária tem caráter bastante dinâmico durante o tempo, não podendo restar inerte ante às necessidades de expansão dos serviços de transporte aéreo. Em vista disso, a União tem o dever de viabilizar a expansão dos sítios aeroportuários, sempre que requisitada pelo Gestor Aeroportuário, mediante projeto de expansão devidamente fundamento e chancelado pelas Autoridades Reguladoras. Nesse caso, nos termos do art. 19, VI do Decreto nº 9.676/2019, vigora entre as atribuições da SAC a edição de proposta de declaração de utilidade pública (DUP), que constitui o primeiro passo para viabilizar a expansão aeroportuária. Todavia tratar-se de atribuição recente e ainda não exercida, a SAC trabalha na proposta de DUP do Aeroporto de Confins-MG (SBCF) ,conforme solicitação da Concessionária BH Airports S/A, de área necessária para a construção da segunda pista de pouso e decolagens daquele aeroporto. Essa demanda, já em curso, deverá ser finalizada no segundo semestre de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de expansão de sítios aeroportuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A emissão do DUP constitui o primeiro passo para o desenvolvimento (implantação ou expansão) da atividade aeroportuária, pois viabiliza a manutenção da dimensão do sítio condizente com as demandas dos operadores aéreos. Por outro lado, o DUP vem carregado de responsabilidades, uma vez que há constrição do patrimônio particular, em prol de um empreendimento público. Por isso, no curso do processo administrativo, deve se formar a convicção e segurança de que os investimentos de expansão que justificam o Defensoria Pública da União - DUP são efetivamente viáveis e serão efetivados. Com o aumento do transporte aéreo e a consequente demanda por ampliação da infraestrutura aeroportuária, a demanda por novos DUPs deve se tornar recorrente, o que exigirá agilidade na análise desses processos. Para tanto, esta Secretaria vem contribuindo com a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD/SE) para a elaboração de uma portaria, que tratará dos procedimentos para emissão de DUPs no âmbito desta Pasta Ministerial.

I NOME DA AÇÃO

Regularização do Patrimônio Aeroportuário e Desafetação de Áreas Aeroportuárias

I DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Na qualidade de gerir o controle patrimonial da infraestrutura aeroportuária, bem como no acompanhamento dos convênios de delegação, incumbe à SAC tratar dos casos de ocupações irregulares nas áreas patrimoniais dos aeroportos federais.

Com isso, das mais diversas formas, a SAC vem participando de processos de regularização fundiária de aeroportos federais, muitos inclusive objeto de ações judiciais. Sob outra perspectiva, mas com a mesma intenção de ajustar o sítio aeroportuário, também se tem trabalhado em demandas voltadas a adequar esses sítios aos propósitos aeroportuários, algumas vezes com a liberação de áreas prescindíveis à infraestrutura aeroportuária, a fim de que a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União busque a regularização fundiária dessas áreas remanescentes.

Em muitos casos a atividade aqui realizada apoia-se na assessoria e trabalhos técnicos realizados pela Universidade Federal de Santa Catarina (Labtrans), conforme Termo de Execução Descentralizada nº 001/2018, publicado no DOU de 27 de abril de 2018, no sentido de delimitar as áreas necessárias à infraestrutura aeroportuária e apontar as áreas prescindíveis e passíveis de regularização fundiária ou nova definição de utilização.

Nesse sentido, estão em curso diversas ações para viabilizar ajustes e atualizações nos sítios aeroportuários, indicados por Código ICAO: SBPV (Porto Velho-RO); SBGO (Goiânia-GO); SBPJ (Palmas-TO); SBMQ (Macapá-AP); SBUR (Uberaba-MG); SNAG (Araguari-MG); SBKP (Campinas-SP); SSJA (Joaçaba-SC); SBFZ (Fortaleza-CE); SBVT (Vitória-ES); SBGL (Galeão, no Município do Rio de Janeiro-RJ) entre outros.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ocupações irregulares nas áreas patrimoniais dos aeroportos federais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As atividades de regularização fundiária, redimensionamento e desafetação são essenciais para compor o sítio aeroportuário, unificar o patrimônio público e liberar áreas prescindíveis para outros projetos públicos.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Complexo contexto fundiário brasileiro.

| NOME DA AÇÃO

Levantamento patrimonial para composição do Plano de Exploração Aeroportuária dos Contratos de Concessão.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A delimitação do sítio aeroportuário representa relevante elemento para a composição do objeto dos contratos de concessão dos aeroportos federais. Definido durante a fase de estudos para a concessão, essa determinação decorre de profunda pesquisa e levantamentos de campo, em razão da complexa situação patrimonial que incide no Brasil. Está entre as atribuições desta SAC, enquanto guardiã do patrimônio aeroportuário, a identificação precisa deste dado, que vem a compor o Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), anexo dos contratos de concessão de aeroportos.

O trabalho é feito em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (Labtrans), conforme Termo de Execução Descentralizada nº 001/2018, publicado no DOU de 27 de abril de 2018, e conta com a participação do COMAER no caso de aeroportos de uso compartilhado e eventual necessidade de novos zoneamentos civis/militares. Nesse sentido, está em curso o levantamento dos seguintes sítios, para subsidiar a 6ª Etapa de Concessões de Aeroportos Federais, indicados por Código ICAO: SBEG (Manaus-AM); SBTT (Tabatinga-AM); SBTF (Tefé-AM); SBPV (Porto Velho-RO); SBRB (Rio Branco-AC); SBCZ (Cruzeiro do Sul-AC); SBBV (Boa Vista-RR); SBGO (Goiânia-GO); SBPJ (Palmas-TO); SBTE (Teresina-PI); SBPL (Petrolina-PE); SBLZ (São Luís-MA); SBIZ (Imperatriz-MA); SBCT (São José dos Pinhais-PR); SBBI (Bacacheri/Curitiba-PR); SBLO (Londrina-PR); SBFI (Foz do Iguaçu-PR); SBJV (Joinville-SC); SBNF (Navegantes-SC); SBPK (Pelotas-RS); SBBG (Bagé-RS); e SBUG (Uruguaiana-RS).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Ação Contínua , enquanto durar o programa de concessões federais.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de delimitação do sítio dos aeroportos federais cuja exploração será concedida à iniciativa privada.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O levantamento dos sítios aeroportuários representa processo essencial no bojo das concessões de aeroportos. Além de compor o objeto da concessão, permite que se vislumbre as principais áreas de exploração operacional e comercial do aeroporto. Tema complexo que depende, muitas das vezes, do levantamento e análise das matrículas de diversas propriedades, que deve permanecer como atividade perene, enquanto durar o programa de concessões federais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dificuldade para o levantamento e análise das matrículas de diversas propriedades, em razão da complexa situação patrimonial que incide no Brasil.

30

TRI
MES
TRE

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - DPG

| NOME DA AÇÃO

Desenvolvimento do segundo ciclo de Planejamento do setor de Aviação Civil - PAN 2020-2040.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desenvolvimento de ferramentas, métodos e aprimoramento de informações para o planejamento do setor de aviação civil.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Alguns produtos estão sendo desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018, junto à Universidade Federal de Santa Catarina, para o qual já foi desembolsado o valor de R\$ 11.020.029 desde sua celebração (julho de 2018) até julho de 2019.

| DATA DA ENTREGA

O próximo Plano Aerooviário Nacional será publicado em 2020, com o horizonte 2020-2040, conforme trata a Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Plano Aerooviário Nacional é o principal instrumento de planejamento para o setor de transporte aéreo. Através dos resultados obtidos]na primeira versão (PAN 2018-2038), foi possível traçar as diretrizes e objetivos para o setor de transportem aéreo, bem com propor os caminhos para o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. O PAN garante que este desenvolvimento seja eficiente, do ponto de vista dos gastos públicos e privados, e atinja aos indicadores desejados de acessibilidade e conectividade para a população, bem como o desenvolvimento da indústria relacionada ao transporte aéreo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Toda a população brasileira, na medida que o planejamento busca a forma mais eficiente para atender às demandas de acesso interurbano da população.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

No início do desenvolvimento do PAN não havia informações consolidadas, métodos estabelecidos e tão pouco ferramentas para desenvolvimentos. Por meio de um projeto desenvolvido e coordenado pela equipe do Ministério foi possível vencer os

desafios. Atualmente, os desafios são para a evolução do plano, como por exemplo, a utilização de informações de um Big Data da telefonia móvel para compor uma nova matriz Origem/Destino e identificar rotas potenciais para a aviação civil, dentre outros indicadores desenvolvidos e a serem monitorados para o PAN 2020-2040.

| NOME DA AÇÃO

Teca Digital.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Fomentar o transporte aéreo de carga, alinhado às práticas e padrões internacionais. A ação será desenvolvida por meio de três eixos: (i) simplificação do processamento da carga - em apoio ao Ministério da Economia; (ii) segurança da carga aérea e (iii) planejamento estratégico do setor.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Para o eixo (iii), a SAC conta com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina por meio do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018.

| DATA DA ENTREGA

O eixo (i), referente à 'simplificação do processamento da carga, conforme cronograma apresentado pela RFB (funcionalidades do Portal Único), foi prorrogado para Junho/2020. As demais entregas ocorrerão ao longo de 2019 e 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Setor da carga aérea está muito defasado em relação aos demais modos de transporte, e mesmo em relação ao transporte aéreo de passageiros. Muita carga tipicamente aérea está sendo transportada por outros modos, e tempos de armazenamento nos aeroportos é muito superior aos principais países do mundo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Todo o setor da carga aérea, que passará a ter processos mais ágeis e mais seguros, além de dotar o setor de um planejamento estratégico para o futuro.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenação entre os diferentes órgãos, e entre os setores público e privado e recursos orçamentários.

| NOME DA AÇÃO

Programa de Treinamento para profissionais de Aeroportos Regionais - TREINAR .

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Promoção de ações de fomento à capacitação de profissionais do setor, por intermédio de cursos oferecidos em diversas áreas de conhecimento relacionadas à Aviação Civil, objetivando a profissionalização dos profissionais que atuam nos Aeroportos Públicos Regionais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

2019 (até JULHO/19): R\$ 420.916,36 (quatrocentos e vinte mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos);

- 2019 (até AGOSTO/19): R\$ 420.916,36 (quatrocentos e vinte mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos);
- 2019 (até SETEMBRO/19): R\$ 441.477,16 (quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos).

| DATA DA ENTREGA

- 2019 (até JULHO): 239 (duzentos e trinta e nove) profissionais inscritos;
- 2019 (até AGOSTO): 199 (cento e noventa e nove) profissionais inscritos;
- 2019 (até SETEMBRO): 193 (cento e noventa e três) profissionais inscritos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A capacitação dos profissionais do setor objetiva a sua profissionalização, considerando a deficiência de encontrar profissionais capacitados nesses Aeroportos Regionais, sobretudo em atividades de alta especialização, garantindo assim o desenvolvimento do sistema de aviação civil seguro e eficiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A qualificação dos profissionais que trabalham no setor de aviação civil regional é de grande importância, para a qualidade, a eficiência e o desenvolvimento do setor, uma vez que o recurso humano é um dos principais “insumos produtivos” para a prestação dos serviços aeroportuários, bem como para o desenvolvimento econômico do país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenação entre as diferentes entidades, governos estaduais e municipais, que possuem as outorgas dos aeroportos públicos regionais e fazem parte do público-alvo do Programa.

| NOME DA AÇÃO

Projeto Piloto - Embarque com Biometria facial.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Implantação, no aeroporto de Brasília, de equipamentos que permitam ao viajante realizar todo o processo de embarque internacional utilizando biometria facial e, a partir dos resultados obtidos, incentivar mais aeroportos a também adotar essa iniciativa. Dessa forma, os principais pontos da proposta são:

- a) Alteração do Layout do documento;
- b) Adoção do documento em cartão de policarbonato com chip RFID integrado;
- c) Adoção de campo de MRZ (Zona de leitura de máquina) no documento;
- d) Utilização de biometria como forma de evitar que o cidadão possua mais de uma identidade;
- e) Adoção de base de dados central para acesso pelos órgãos de identificação no processo de emissão do documento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Brasília/DF.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica no momento. Projeto em fase inicial de desenvolvimento.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro de 2019 (especificações técnicas).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Diante do aumento da quantidade de passageiros nos aeroportos, verifica-se cada vez mais a necessidade do uso de tecnologias disruptivas que possibilitem o processamento de passageiros de forma mais rápida (melhoria da sua experiência) mantendo e/ou até mesmo aumentando a segurança dos processos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Diminuição do tempo de processamento do passageiro de viagens domésticas e internacionais; aumento de capacidade do aeroporto; aumento da segurança dos processos e da identificação do passageiro.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenação das partes envolvidas (Aeroporto, Empresas Aéreas, Polícia Federal, ANAC e demais envolvidos); Desenvolvimento de projeto de implantação dos equipamentos no aeroporto em questão.

| NOME DA AÇÃO

Carteira de Identidade Padrão ICAO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposta de alteração do Decreto nº 9278/2018 de forma a adequar os padrões estabelecidos para emissão e confecção da Carteira de Identidade brasileira aos padrões estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para documentos proporcionando maior segurança ao processo de emissão e confiabilidade às informações contidas nele. Dessa forma, os principais pontos da proposta são:

- a) Alteração do Layout do documento;
- b) Adoção do documento em cartão de policarbonato com chip RFID integrado;
- c) Adoção de campo de MRZ (Zona de leitura de máquina) no documento;
- d) Utilização de biometria como forma de evitar que o cidadão possua mais de uma identidade;
- e) Adoção de base de dados central para acesso pelos órgãos de identificação no processo de emissão do documento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Proposta concluída e encaminhada ao Ministério da Justiça para análise e manifestação.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O atual sistema de emissão de identificação brasileiro permite que um cidadão possua uma carteira de identidade emitida em cada ente da federação. Além disso, na legislação vigente as especificações do layout do documento em si dão margem a interpretações que permitem a confecção de cédulas de identidade ligeiramente diferentes facilitando falsificações e fraudes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução de possibilidade de fraudes utilizando-se documentos falsos, uma vez que se propõe a implantação de uma base de dados de identidades central que pode ser consultada para a verificação do documento; O novo documento conterá dados biométricos do portador os quais podem ser usados para confrontar com a biometria

da pessoa que o utiliza evitando a utilização, por exemplo, de documentos roubados/ furtados; A base de dados central evitará que o cidadão possa ter mais de uma identidade, uma vez que os órgãos de identificação poderão consultar e verificar se o cidadão que faz a solicitação já possui um registro em algum outro ente da federação; O campo MRZ e o chip RFID possibilitam a leitura rápida e precisa dos dados contidos no documento proporcionando o processamento de pessoas de forma mais célere no tocante a preenchimento de cadastros em atendimentos em Bancos, hospitais, aeroportos, dentre outros; Os dados biométricos poderão ser utilizados para proporcionar aos passageiros agilidade nos atendimentos dos processos aeroportuários pois permite o uso das tecnologias de processamento de passageiros por biometria facial.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Alterações recentes na legislação que regulamenta o documento de identidade podem ser um entrave para a recepção de novas alterações; A proposta para o novo documento custa mais que o documento de papel, contudo contempla grandes melhorias de simplificação e desburocratização.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de melhoria contínua do índice de satisfação dos passageiros nos 20 principais aeroportos do país.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Monitoramento contínuo da eficiência operacional e da qualidade da prestação dos serviços aos passageiros nos principais aeroportos do país, por meio de Pesquisa de Satisfação dos Passageiros e Desempenho Operacional, composta de indicadores de desempenho e de satisfação dos passageiros, visando dar transparência da qualidade dos serviços aeroportuários para a população e proporcionar o acompanhamento dos parâmetros de desempenho em aeroportos, estabelecidos para os órgãos e entidades públicas pela Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO). A pesquisa consiste na coleta de dados por meio de execução de entrevistas presenciais, realizadas nas salas de embarque e desembarque dos aeroportos com passageiros de voos domésticos e internacionais, além da medição de indicadores relativos aos processos aeroportuários aos quais os passageiros são submetidos (tempos de espera em fila e de restituição de bagagens) no aeroporto. As coletas são realizadas nos 20 principais aeroportos do país (com representatividade de em torno de 87% do movimento de passageiros em embarque, conexão e desembarque), e seus resultados são apresentados à Secretaria na forma de relatórios mensais contendo o produto das coletas realizadas no mês anterior.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Guarulhos / Governador André Franco Montoro (SBGR) – Guarulhos/SP; São Paulo / Congonhas (SBSP) – São Paulo/SP; Brasília / Pres. Juscelino Kubitschek (SBBR) – Brasília/DF; Rio de Janeiro / Antônio Carlos Jobim/Galeão (SBGL) – Rio De Janeiro/RJ; Confins / Tancredo Neves (SBCF) – Confins/MG; Campinas / Viracopos (SBKP) – Campinas/SP; Rio de Janeiro / Santos Dumont (SBRJ) – Rio de Janeiro/RJ; Porto Alegre / Salgado Filho (SBPA) – Porto Alegre/RS; Salvador / Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV) – Salvador/BA; Recife / Gilberto Freyre (SBRF) – Guararapes/PE; Curitiba / Afonso Pena (SBCT) – São José dos Pinhais/PR; Fortaleza / Pinto Martins (SBFZ) – Fortaleza/CE; Florianópolis / Hercílio Luz (SBFL) – Florianópolis/SC; Belém / Val de Cans - Júlio Cezar Ribeiro (SBBE) – Belém/PA; Vitória / Eurico de Aguiar Salles (SBVT) – Vitória/ES; Cuiabá / Marechal Rondon (SBCY) – Várzea Grande/MT; Manaus / Eduardo Gomes (SBEG) – Manaus/AM; Natal / Governador Aluízio Alves (SBNT) – São Gonçalo do Amarante/RN; e Maceió / Zumbi dos Palmares (SBMO) – Rio Largo/AL.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

2019 (até setembro): R\$ 3.296.309,94.

| DATA DA ENTREGA

Até o dia 10 de cada mês.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Além da transparência sobre aqualidade dos serviços e processos dos aeroportos pesquisados, a ação contribui significativamente parao acompanhamento da gestão aeroportuária, pois eventuais deficiências nas operações podem ser tempestivamente identificadas e corrigidas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Constituindo um importante referencialpara administração dos aeroportos pesquisados e incentivando a competitividade entre estas unidades, a pesquisa também se presta a balizar a inserção de novos procedimentos que possam aprimorar o atendimento aos passageiros nesses aeroportos; A partir da análise dos dados coletados desde 2013, é possível verificar como a avaliação positiva dos passageiros sobre a qualidade dos serviços oferecidos e processos conduzidos pelos aeroportos pesquisados evoluiu desde o início da Pesquisa. Embora não seja possível afirmar que tal evolução se deva unicamente à apuração e divulgação dos resultados da pesquisa, é coerente afirmar que a mesma é fundamental para incentivar a melhoria da qualidade dos aeroportos, bem como comprovar a avaliação positiva das políticas públicas implementadas no setor.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Sensibilização dos atores envolvidos da importância da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e processos desempenhados nos aeroportos brasileiros, visando o aumento da satisfação do usuário do transporte aéreo no país.

| NOME DA AÇÃO

Fortalecimento e continuidade dos trabalhos da CONAERO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realização de duas reuniões da CONAERO no primeiro semestre de 2019;
 Revisão do Decreto nº 7.554/2011 que criou a CONAERO;
 Revisão do Regimento Interno da CONAERO;
 Revisão do Regimento Interno das Autoridades Aeroportuárias;
 Elaboração de Regimento Interno para os Comitês Técnicos da CONAERO.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Até dezembro 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Novas competências atribuídas ao Ministério da Infraestrutura e à Secretaria Nacional de Aviação Civil, através do Decreto nº 9.676/2019; Adequação dos citados atos normativos à atual dinâmica de funcionamento da CONAERO e do setor de aviação civil.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Padronização/simplificação de procedimentos e maior transparência sobre o funcionamento da CONAERO, abrangendo todos os membros e convidados da Comissão, bem como toda a sociedade.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenar o trabalho entre os membros da Comissão, de modo que haja consenso entre as propostas apresentadas.

| NOME DA AÇÃO

Definição do processo e da Lista de aeroportos internacionais brasileiros.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Coordenação entre os órgãos do setor para definição do processo de decisão e elaboração de uma lista de aeroportos designados internacionais, considerando a importância em assegurar a racionalidade da habilitação de aeroportos para o tráfego internacional, sempre justificada com base na projeção de demanda, em estudos de viabilidade econômico-financeira e em interesses estratégicos do País fundamentada na Política Nacional de Aviação Civil.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro de 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A instituição de lista de aeroportos internacionais decorre da obrigação da República Federativa do Brasil assumida internacionalmente conforme consta da Convenção Internacional de Aviação Civil (CACI). A instituição ou atualização da lista de aeroportos internacionais consiste de formalização de um instrumento de planejamento por parte do Poder Público. Como previsto constitucionalmente, esta lista, na condição de um planejamento, passa a ser obrigatória para o Poder Público competente e um indicativo para o setor privado. A lista assume feições de um instrumento regulatório por incentivo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Uma vez fixada e posta em prática, a lista indica ao setor privado os aeroportos internacionais, e estes, uma vez atraentes ao capital privado se tornam instrumentos promotores do desenvolvimento local e regional. A definição de um aeroporto como internacional pode impactar em decisão de investimentos quanto à expansão da sua infraestrutura; se o aeroporto for internacional regular, internacional não regular, ou ainda internacional para uso alternado, essas classificações definem decisões de investimento neles por parte do operador por ele responsável. Além de favorecer decisões de investimentos do setor privado, a lista também favorece eventuais demandas dos órgãos e entidades atuantes nos aeroportos internacionais. Cite-se, por exemplo, pedido de recursos orçamentários para contratação de pessoal,

investimentos em tecnologia, serviços de tratamento de informações antecipadas de passageiros, dentre outros.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coordenar o trabalho entre órgãos de controle de fronteiras e operadores aeroportuários no intuito de adequar os aeroportos para atendimento aos requisitos estabelecidos nos normativos vigentes.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS - DPR

| NOME DA AÇÃO

6ª Rodada de Concessões de Aeroportos Federais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realização de concessão em blocos de aeroportos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto de Curitiba/PR – Afonso Pena; Aeroporto de Foz do Iguaçu/PR – Cataratas; Aeroporto de Navegantes/SC – Ministro Victor Konder; Aeroporto de Londrina/PR – Governador José Richa; Aeroporto de Joinville/SC – Lauro Carneiro de Loyola; Aeroporto Bacacheri/PR; Aeroporto de Pelotas/RS; Aeroporto de Uruguaiana/RS – Rubem Berta; Aeroporto de Bagé/RS – Comandante Gustavo Kraemer; Aeroporto Internacional de Manaus/AM – Eduardo Gomes; Aeroporto de Porto Velho/RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira; Aeroporto de Rio Branco/AC – Plácido de Castro; Aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC; Aeroporto de Tabatinga/AM; Aeroporto de Tefé/AM; Aeroporto de Boa Vista/RR – Atlas Brasil Cantanhede; Aeroporto de Goiânia/GO – Santa Genoveva; Aeroporto de São Luís/MA – Marechal Cunha Machado; Aeroporto de Teresina/PI – Senador Petrônio Portella; Aeroporto de Palmas/TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues; Aeroporto de Petrolina/PE – Senador Lino Coelho; Aeroporto de Imperatriz/MA – Prefeito Renato Moreira.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor economizado: R\$ 4,99 bilhões (valor estimado) decorrentes da soma dos investimentos preliminarmente estimados a serem realizados pelos concessionários (sem contabilização dos valores de outorga que somente serão definidos no momento do leilão).

| DATA DA ENTREGA

2º semestre de 2020 - Em 14 de agosto de 2019, foi Publicado o Decreto nº 9.972/2019, que dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores portuário, aeroportuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de investimentos para a adequação e expansão da infraestrutura aeroportuária brasileira, tendo em vista o quadro de saturação dessa infraestrutura e a incapacidade de resposta rápida e efetiva de investimentos a serem realizados diretamente pelo Governo Federal, notadamente em decorrência da situação fiscal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Adequação da infraestrutura aeroportuária, expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária, aumento da qualidade dos serviços prestados nos aeroportos aos passageiros, desoneração de investimentos a serem realizados diretamente pelo Estado, recolhimento de valores de outorga que comporão o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC a serem usados para o desenvolvimento da aviação civil brasileira.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Modelagem da concessão dos aeroportos que compõe a sexta rodada de concessão aeroportuária, análise dos Estudos de Viabilidade Econômica e Ambiental - EVETEA e elaboração do edital e do contrato de concessão.

| NOME DA AÇÃO

7ª Liberdade para Transporte Aéreo Internacional de Cargas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do marco regulatório nacional para permitir a negociação de direitos de tráfego de até 7ª liberdade para serviços exclusivamente cargueiros no âmbito dos Acordos sobre Serviços Aéreos - ASA.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Publicação da Portaria MInfra nº 527, de 5 de agosto de 2019, no DOU nº 150, Seção 1, Página 25, que estabelece diretrizes referentes ao mercado internacional de serviços aéreos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O transporte aéreo de cargas vem se tornando cada vez mais importante para o comércio mundial e desenvolvimento econômico. A possibilidade de operações em 7ª liberdade tornou-se essencial para o tráfego de carga aérea, dada sua natureza unidirecional e o surgimento de uma série de operadores globais no setor de entrega expressa, com hubs em diferentes países.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A possibilidade de distribuir a carga ponto a ponto, entre diversos países, sem a necessidade de voltar para seu país de origem, agrega ganhos logísticos e pode significar a viabilidade econômica de operações aéreas exclusivamente cargueiras. Além disso, essas operações podem ser integradas a outros modais para distribuição da carga dentro do território brasileiro, promovendo ganhos de intermodalidade no transporte. A medida tem potencial para reduzir os custos dos fretes e do que é produzido e consumido internamente, ampliar o nível concorrencial das exportações brasileiras e promover o comércio de bens “de” e “para” o país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica .

| NOME DA AÇÃO

Venda da participação (49%) da Infraero nos aeroportos concedidos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Venda da participação (49%) da Infraero nos aeroportos concedidos, tendo em vista o novo modelo de concessão sem a participação daquela empresa pública. A referida ação está sendo conduzida pela própria Infraero.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro, Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) e Aeroporto Internacional de Confins - Tancredo Neves.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há no momento estimativa do valor da alienação da participação da Infraero nos aeroportos concedidos, pois depende de estudo a ser realizado pela Infraero.

| DATA DA ENTREGA

2º semestre de 2020. Atualmente, encontra-se publicado no site de licitações da Infraero o Processo n. 121/LALI-3/SEDE/2019, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a realização de estudos, apresentação de alternativas e apoio aos processos de venda das suas Participações Acionárias (49%) nos Aeroportos de Guarulhos, Galeão, Brasília e Confins (http://licitacao.infraero.gov.br/portal_licitacao/servlet/DetalheLicitacao?idLicitacao=153804).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de aportes financeiros significativos pela UNIÃO nas Sociedades de Propósito Específico, nas quais a Infraero é acionista, em caso de decisão dos concessionários pelo aporte nos aeroportos concedidos. Como sócia minoritária, a Infraero não detém a governança dos aeroportos concedidos. Recursos decorrente da alienação da participação da Infraero nos aeroportos concedidos podem ser utilizados para outras necessidades de investimentos a serem realizadas pelo Estado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Economia de recursos financeiros da União em decorrência da desobrigação de realizar novos aportes financeiros nos aeroportos concedidos. Utilização de recursos arrecadados com a alienação da participação da Infraero poderão ser utilizados em outras necessidades de investimentos pelo Estado.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Modelagem para a precificação da participação acionária da Infraero e estruturação do processo de alienação da participação acionária da Infraero.

DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS - DINV

| NOME DA AÇÃO

Aeroporto de Bonito/MS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Execução do Convênio nº 839130/2016 - execução de serviços de recapeamento na pista de pouso e decolagem, pista de taxi e pátio de aeronaves, reforma e ampliação da Seção Contra Incêndio -SCI, aquisição e implantação do PAPI no Aeroporto de Bonito/MS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Bonito/MS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Alguns produtos estão sendo desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018, junto à Universidade Federal de Santa Catarina, para o qual já foi desembolsado o valor de R\$ 11.020.029 desde sua celebração (julho de 2018) até julho de 2019.

| DATA DA ENTREGA

Durante o 3º trimestre de 2019 foi analisado o Projeto Básico da SCI do Aeroporto de Bonito/TO - 5º análise (não aprovado). Também foi liberada a 2ª parcela de recursos no valor de R\$2.070.623,07 no âmbito do Convênio nº 839130/2016.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Cancelamentos dos voos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhoria da segurança operacional, resultando na redução dos cancelamentos dos voos, beneficiando a população do município e entorno.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Aquisição de equipamentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Aquisição de Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A), Sistema de Pouso por Instrumento (Instrument Landing System – ILS) e Equipamentos Contra Atos de Interferências Ilícitas – Programa AVSEC.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroportos Regionais.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Pagamento de R\$ 123.100,00 referentes aos equipamentos destinados à Teixeira de Freitas/BA (Pórtico e Raio-X) e Valença/BA (Raio-X). Os equipamentos entregues para os demais Aeroportos Regionais estão em fase de Operação Assistida, etapa anterior e necessária para execução da liquidação da despesa.

| DATA DA ENTREGA

Entre julho a setembro de 2019, foram entregues 23 equipamentos do Programa AVSEC, sendo 13 equipamentos tipo pórtico detector de metais e 10 tipos Raio-x, para os seguintes aeroportos: Teixeira de Freitas/BA, Valença/BA, Serra Talhada/PE, Feira de Santana/BA, Fernando de Noronha/PE, Parintins/AM, Barcelos/AM, Coari/AM, Divinópolis/MG, Guarapuava/PR, Umuarama/PR, Barreiras/BA e Caçador/SC, bem como 1 Estação Meteorológica de Superfície para o Aeroporto de Ji-Paraná/RO. Em agosto foi emitida Ordem de Fornecimento para a entrega e instalação de mais 6 equipamentos tipo pórtico detector de metais para os aeroportos de São Gabriel da Cachoeira/AM, Barreiras/BA, Itaituba/PA, Guarapuava/PR, Umuarama/PR e Caçador/SC, e Ordem de Fornecimento para a entrega e instalação de mais 7 equipamentos tipo Raio-X para os aeroportos de São Gabriel da Cachoeira/AM, Barreiras/BA, Divinópolis/MG, Itaituba/PA, Guarapuava/PR, Umuarama/PR e Caçador/SC.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Melhoria na infraestrutura e nas condições de “security” dos Aeroportos Regionais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A adequação da infraestrutura e a melhoria das condições de “security” dos Aeroportos Regionais beneficia a população local e a do entorno dos municípios contemplados.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Análise de Projetos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Análise de projetos de Aeroportos Regionais que tenham instrumento de repasse formalizado, com vistas à execução obras de infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Governador Valadares/MG, Patos/PB, Teixeira de Freitas/BA, Cacoal/RO, Bonito/MS, Jataí/GO, Tangará da Serra/MT, Ribeirão Preto/SP, Araguaína/TO, Barreiras/BA e Cáceres/MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua. Durante o 3º trimestre de 2019, de um total de 13 projetos analisados, foram aprovados 4 (Súmulas de Anteprojetos dos Aeroportos de Governador Valadares/MG; Patos/PB e Teixeira de Freitas/BA e Projeto Básico de Reforma e Ampliação do TPS do Aeroporto de Cacoal/RO). Não foram aprovados o Projeto Básico da SCI do Aeroporto de Bonito/MS; o Projeto Básico e Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de Projeto Básico e Executivo para construção do novo aeroporto de Jataí/GO; o Projeto Básico para elaboração de projetos e execução de obras nos Aeroportos de Tangará da Serra/MT, Ribeirão Preto/SP e Araguaína/TO; o Termo de Referência do Projeto Básico e do Projeto Executivo para obras no Aeroporto de Barreiras/BA e o Projeto Executivo para o Aeroporto de Cáceres/MT.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A análise dos projetos tem por objetivo assegurar que os normativos e regulamentos para a execução de obras sejam atendidos, de modo a minimizar os problemas futuros com a licitação e execução das obras. Projeto aprovado, sinônimo de mais segurança jurídica nos processos com recursos da União.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução da incidência de problemas futuros com a licitação e execução das obras e, quando da finalização das obras, o atendimento da população da região de influência do aeroporto.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Baixa capacidade técnica dos estados e municípios para encaminhar projetos de engenharia e deficiência de engenheiros capacitados no modal aeroportuário.

| NOME DA AÇÃO

Repasso de Recursos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Recursos oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para a continuidade da execução dos instrumentos de repasse em andamento nos aeroportos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santa Maria/RS, Iauaretê/AM, Estirão do Equador/AM, Coari/AM, Lábrea/AM, Alcântara/MA, Linhares/ES, Moura/AM, Oiapoque/AM, Angra dos Reis/RJ, Bagé/RS, Bom Jesus da Lapa/BA, Carolina/MA, Conceição do Araguaia/PA, Itacoatiara/AM, Jacareacanga/PA, Manicoré/AM, Serra Talhada/PE, Tarauacá/AC, Barreiras/BA, Bonito/MS, Coari/AM, Feira de Santana/BA, Governador Valadares/MG, Parintins/AM, Santo Ângelo/RS, Bauru-Arealva/SP, Divinópolis/MG, Ipatinga/MG, Ji-Paraná/RO, Passo Fundo/RS, Teixeira de Freitas/BA, Valença/BA, Varginha/MG, Araguaína/TO, Eirunepé/AM, Guanambi/BA, Lençóis/BA, Paracatu/MG, Patos de Minas/MG, Rio Verde/GO, Umuarama/PR, Santa Rosa/RS, Oriximiná/PA, Ponta Grossa/PR, Barra do Garças/MT, Cacoal/RO e Patos/PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 85.851.993,07 desembolsados.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua (repasses referentes ao 3º trimestre de 2019).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação evitou a paralisação dos empreendimentos em curso.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Continuidade das obras/entregas e, quando da finalização das obras, o atendimento da população da região de influência do aeroporto.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se aplica

| NOME DA AÇÃO

Investimentos na Região Norte/Amazônia Legal (TED nº 2/2017 MINFRA - COMAER).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Investimentos, por meio do Comando da Aeronáutica, para a elaboração de estudos e projetos e construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos regionais situados na região norte.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Obras - Moura/AM, Iauaretê/AM, Estirão do Equador/AM, Coari/AM, Lábrea/AM, Oiapoque/AP, Oriximiná/PA. Estudos e projetos: Coari/AM, Lábrea/AM, Boca do Acre/AM, Breves/PA, Maraã/AM, Marechal Thaumaturgo/AC, Itaituba/PA, Paragominas/PA, Redenção/PA, Carauari/AM, Parintins/AM, Barcelos/AM, Eirunepé/AM, Humaitá/AM, Manicoré/AM, Juína/MT, Matupá/MT, São Félix do Araguaia/MT, Conceição do Araguaia/PA, Oriximiná/PA e Tarauacá/AC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 85.851.993,07 desembolsados.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua com previsão de encerramento do instrumento em 31/12/2022. Início do instrumento: 17/09/2017. Primeiro Termo Aditivo: 15/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Carência de investimentos na Região Norte e, consequentemente, na Amazônia Legal

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Contratação de mão de obra local, geração de emprego e acesso à população isolada por rios. Quando da finalização das obras, a ação alcançará a população da região de influência dos aeroportos atendidos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Logística de acesso às localidades, chegada de insumos e equipamentos por via fluvial, a depender da navegabilidade dos rios.

DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E PATRIMÔNIO - DEOUP

| NOME DA AÇÃO

Convênios de Delegação.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Transferência da implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos civis públicos aos demais entes federativos por meio de convênios de delegação, com base no art. 36, inciso III, da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) e no art. 1º, parágrafo único, inciso VII, c/c art. 19, ambos do Anexo I, do Decreto nº 9.676/19.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua. De julho a setembro de 2019, foram celebrados convênios de delegação para exploração dos Aeródromos de Maracaju/MS (SSMJ) e de Matão/SP (SDLY)[1], bem como o Termo Aditivo ao Convênio nº 5/2017, referente à exploração do Aeroporto de Unaí/MG (SNUN), prorrogando-se o prazo para reabertura desta unidade aeroportuária ao tráfego aéreo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A exploração direta pouco efetiva realizada pela União devido a um grande número de aeródromos de interesse regional e/ou local.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Busca-se, por meio da descentralização, a exploração mais efetiva das unidades aeroportuárias em parceria com os demais entes federativos, proporcionando a esses oportunidades de promoverem em seus respectivos aeródromos as atenções necessárias, sobretudo nos casos de aeródromos de interesse regional e/ou local.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A falta de preparo dos entes para a devida administração aeroportuária, processo que é acompanhado pela SAC na busca do cumprimento das cláusulas dos instrumentos de delegação firmados.

| NOME DA AÇÃO

Rescisão de convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Como forma de acompanhamento dos convênios celebrados entre a União e os Estados e Municípios, avalia-se o devido cumprimento das cláusulas estabelecidas no referido instrumento. Havendo o descumprimento imotivado e a ausência de correção das irregularidades apontadas, é dado início ao processo de rescisão unilateral do convênio.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua. Durante o 3º trimestre de 2019 foi iniciada a rescisão dos convênios dos Aeródromos de Ilhéus/BA, Vitória da Conquista/BA [SBQV] e Nova Iguaçu/RJ, bem como foram excluídos do Cadastro de Aeródromos mantido pela ANAC os Aeródromos de Monte Carmelo/MG e de Chaves/PA.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O descumprimento das cláusulas dos termos de convênio.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Esse acompanhamento busca verificar o cumprimento das cláusulas dos convênios de delegação firmados para exploração de aeródromos, evitando-se a inutilização das unidades aeroportuárias e a eventual responsabilização da União Federal pela manutenção dessas infraestruturas. Assim, são regularizadas essas situações, mesmo que seja fechando alguns aeródromos definitivamente ao tráfego aéreo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica .

| NOME DA AÇÃO

Exploração por meio de autorização.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Com fundamento no art. 36, inciso IV, do CBA, e no Decreto nº 7.871/2012, é possível a exploração comercial de infraestruturas aeroportuárias de propriedade privada, por meio da outorga da exploração na modalidade “autorização”.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua. Foram formalizados os planos de outorga específicos do Aeroporto Tito Teixeira (SNYB), localizado no Município de Ituiutaba/MG, e do Heliporto Maroum (SJDO), localizado no Município de Ilhabela/SP, por meio das Portarias nº 521, de 31 de julho de 2019, e nº 533, de 22 de agosto de 2019, respectivamente. No que tange a novos pedidos de outorga, foram solicitadas, pelos respectivos Municípios, as delegações das explorações do Aeródromo de Aripuanã/MT (SSOU) e do Heliporto do Farol de São Tomé (SBFS), localizado no Município de Campos dos Goytacazes/RJ. Também foi solicitada a delegação, por meio de autorização, da exploração do Aeródromo Lorenzo (SNCL), localizado no Município de Cairu/BA, pela empresa Agropecuária Casari.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ausência de regulamentação e aplicação da modalidade de outorga denominada “autorização”, que foi suprida por meio do Decreto nº 7.871/2012.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Essa modalidade de exploração permite que particulares explorem aeródromos civis públicos, inclusive mediante recolhimento de tarifas, de modo a possibilitar maior quantidade de prestação de serviço aéreo, tudo de acordo com as normas legais vigentes e observada, principalmente, a restrição de utilização à aviação geral, vedada expressamente a aviação regular de passageiros e cargas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

O excesso de procedimentos ainda é um desafio, sendo que o processo de autorização pode demorar em torno de dois anos para sua efetiva conclusão. De fato, o ato de autorização previsto no Decreto nº 7.871/2012 é ato administrativo complexo, pois decorre de decisão proferida pelo Ministro de Estado da Infraestrutura (Portaria de Plano de Outorga Específico) e pela ANAC (Termo de Autorização). Logo, enquanto o Ministério participa como órgão de política pública, elaborando e aprovando os Planos de Outorgas (art. 1º, VII, do Anexo I ao Decreto nº 9.676/2019), a ANAC, após a aprovação do MInfra, efetivamente emite o Termo de Autorização da exploração do serviço (Art. 8º, inciso XXIV, da Lei nº 11.182/05).

| NOME DA AÇÃO

Termos de Entrega.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Considerando o dever de executar o controle patrimonial dos imóveis da União afetados à infraestrutura aeroportuária civil, exceto aqueles relacionados às atividades de controle do espaço aéreo (art. 19, V, do Decreto nº 9.676/2019), iniciou-se o processo de transferência dos sítios aeroportuários, no sistema SPIUnet, para a Unidade de Gestão (UG) do Ministério da Infraestrutura em 2018. O primeiro passo que viabiliza essa transferência é a assinatura do Termo de Entrega, elaborado nos termos da Instrução Normativa Conjunta MP-MPTA nº 01, publicada em 12 de maio de 2017.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua. De julho a setembro de 2019, foram assinados 18 Termos de Entrega, bem como publicados seus extratos no Diário Oficial da União, referentes aos seguintes aeroportos, conforme Código ICAO: SBPN (Porto Nacional-TO); SSCI (Coxim-MS); SBDO (Dourados-MS); SBTG (Três Lagoas-MS); SNKN-RN (Currais Novos-RN); SBPP-MS (Ponta Porã-MS); SSMJ (Maracaju-MS); SSNQ (Nioaque-MS); SBLJ (Lages-SC); SNAG (Araguari-MG); SBPR (Carlos Prates

em Belo Horizonte-MG); SBGV (Governador Valadares-MG); SNFE (Alfenas-MG); SNXB (Caxambu-MG); SBAX (Araxá-MG); SNVD (Divinópolis-MG); SBUR (Uberaba-MG); e SBSG (São Gonçalo do Amarante-RN).

ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de transferir para o MInfra o controle patrimonial dos imóveis da União afetados à infraestrutura aeroportuária civil, exceto aqueles relacionados às atividades de controle do espaço aéreo, que ainda se encontram formalmente entregues ao Comando da Aeronáutica pela então Secretaria do Patrimônio da União-SPU.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Considerando que se trata de imóveis federais afetados à aviação civil, a SAC deve gerir seu registro patrimonial. Esse procedimento é importante para que se possa manter atualizadas as informações sobre os sítios aeroportuários e efetivo controle desse patrimônio. Espera-se até o final do ano conseguir a transferência dos sítios elencados no sistema, bem como viabilizar a assinatura de mais 20 termos de entrega e alocação ao MInfra.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Declaração de Utilidade Pública.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A infraestrutura aeroportuária tem caráter bastante dinâmico durante o tempo, não podendo restar inerte ante às necessidades de expansão dos serviços de transporte aéreo. Em vista disso, a União tem o dever de viabilizar a expansão dos sítios aeroportuários, sempre que requisitada pelo Gestor Aeroportuário, mediante projeto de expansão devidamente fundamentado e chancelado pelas Autoridades Reguladoras. Nesse caso, nos termos do art. 19, VI do Decreto nº 9.676/2019, vige entre as atribuições da SAC a edição de proposta de declaração de utilidade pública (DUP), que constitui o primeiro passo para viabilizar a expansão aeroportuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua. A Declaração de Utilidade Pública solicitada pela Administradora do Aeroporto Internacional de Confins/MG foi emitida, conforme Portaria nº 3.796, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2019, Seção 1, pg. 29, o que permitirá a expansão daquele sítio aeroportuário para construção da 2ª Pista de Pousos e Decolagens.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de expansão de sítios aeroportuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A emissão da DUP constitui o primeiro passo para o desenvolvimento (implantação ou expansão) da atividade aeroportuária, pois viabiliza a manutenção da dimensão do sítio condizente com as demandas dos operadores aéreos. Por outro lado, a DUP vem carregada de responsabilidades, uma vez que há constrição do patrimônio particular em prol de um empreendimento público. Por isso, no curso do processo administrativo, deve se formar a convicção e segurança de que os investimentos de expansão que justificam a DUP são efetivamente viáveis e serão efetivados. Com o aumento do transporte aéreo e a consequente demanda por ampliação da infraestrutura aeroportuária, a demanda por novas DUP's deve se tornar recorrente, o que exigirá agilidade na análise desses processos.

Para tanto, a SAC vem contribuindo com a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD/SE) para a elaboração de uma portaria, que tratará dos procedimentos para emissão de DUPs no âmbito desta Pasta Ministerial.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Constricção do patrimônio particular.

| NOME DA AÇÃO

Regularização do Patrimônio Aeroportuário e Desafetação de Áreas Aeroportuárias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Com o intuito de gerir o controle patrimonial da infraestrutura aeroportuária, bem como acompanhar os convênios de delegação, incumbe à SAC tratar dos casos de ocupações irregulares nas áreas patrimoniais dos aeroportos federais. Com isso, das mais diversas formas, a SAC vem participando de processos de regularização fundiária de aeroportos federais, muitos inclusive objeto de ações judiciais. Sob outra perspectiva, mas com a mesma intenção de ajustar o sítio aeroportuário, também se tem trabalhado em demandas voltadas a adequar esses sítios aos propósitos aeroportuários, algumas vezes com a liberação de áreas prescindíveis à infraestrutura aeroportuária, a fim de que a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União busque a regularização fundiária dessas áreas remanescentes. Em muitos casos, a atividade apoia-se na assessoria e trabalhos técnicos realizados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/ Labtrans), conforme Termo de Execução Descentralizada nº 001/2018, publicado no DOU de 27 de abril de 2018, no sentido de delimitar as áreas necessárias à infraestrutura aeroportuária e apontar as áreas prescindíveis e passíveis de regularização fundiária ou nova definição de utilização.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Ação contínua.

A solicitação para inclusão da Rodovia Hélio Schmidt, que integra o sítio aeroportuário de Guarulhos (SBGR), no Sistema Federal de Viação, está atualmente em análise.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ocupações irregulares nas áreas patrimoniais dos aeroportos federais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As atividades de regularização fundiária, redimensionamento e desafetação são essenciais para compor o sítio aeroportuário, unificar o patrimônio público e liberar áreas prescindíveis para outros projetos públicos.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Complexo contexto fundiário brasileiro.



SECRETARIA
NACIONAL DE PORTOS
E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS - **SNPTA**



COORDENAÇÃO-GERAL DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - CGGI-SNPTA**| NOME DA AÇÃO**

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Angra dos Reis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Angra dos Reis.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios enfrentados no desenvolvimento/implementação da ação: Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Areia Branca.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Areia Branca.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Belém Descrição.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Fortaleza.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Fortaleza.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Ilhéus.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ilheus.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Itaguaí.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaguaí.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Itajaí.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itajaí.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Maceió.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maceió.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Natal.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Natal.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Niterói.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Niterói.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Recife.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Recife.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Rio de Janeiro.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio de Janeiro.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Santarém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santarém.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de São Francisco do Sul.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Francisco do Sul.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de São Sebastião.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Sebastião.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Extinção da poligonal da área do porto organizado de Estrela.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Estrela.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Inexistência de autoridade portuária, e de interessados para exploração da instalação na modalidade de porto organizado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Aumento do número de formas para destinação da administração do porto a interessados.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principal desafio envolve o levantamento de subsídios para descaracterização do porto como organizado.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Imbituba.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Imbituba.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019 (previsão).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019 (previsão).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Rio Grande.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio Grande.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/03/2020 (previsão).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Suape.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ipojuca/Cabo de Santo Agostinho.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/03/2020 (previsão).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Angra dos Reis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Angra dos Reis.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

10/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Antonina.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Antonina.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

15/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Barra do Riacho.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aracruz.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

04/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Fortaleza.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Fortaleza.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

03/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Ilhéus.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ilhéus.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

19/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Itaguaí.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaguaí.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

04/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Niterói.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Niterói.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

03/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Porto Alegre.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Alegre.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

04/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Rio Grande.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio Grande/São José do Norte.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

07/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Santana.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santana.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

25/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Vitória.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória/Vila Velha.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

13/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Paranaguá.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Paranaguá.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

11/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Itajaí.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itajaí.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2019 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Imbituba.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Imbituba.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2019 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Pelotas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Pelotas.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de São Francisco do Sul.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Francisco do Sul.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado do Forno.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Arraial do Cabo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2020 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Porto Velho.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Velho.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2019 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Areia Branca.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Areia Branca.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2020 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Suape.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ipojuca/Cabo de Santo Agostinho.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2019 (previsto).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A atualização e a alteração dos PDZs envolve o cumprimento de uma infinidade de regras, que acabam por tornar o processo de revisão bastante demorado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Desburocratização do processo de revisão dos PDZs.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Discussão da proposta com diversos setores internos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA.

**GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS - SNPTA****| NOME DA AÇÃO**

Delegação de Competências para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Delegação de Competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias para a APPA – Portaria nº 574/2018.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Portos de Antonina e Paranaguá.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

A princípio a assinatura do convênio de delegação seria em 07/06/2019, mas aconteceram entraves que impediram a assinatura nesta data. A nova data provável será em 31/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Celebração do convênio de delegação entre a União e a APPA.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atrair investimento no porto, desenvolvimento dos Municípios, e, consequentemente, geração de renda e empregos para a população local.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Aguardando parecer da Comissão Técnica constituída pela Portaria MInfra nº 2.863/19, previsto para ser concluído em 05/08/2019.

| NOME DA AÇÃO

Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 002/1997 (Porto Fluvial de Cáceres - MT.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Pleito do governo do Estado do Mato Grosso para renovação antecipada do Convênio de Delegação de administração e exploração do Porto Fluvial de Cáceres. Reclassificação legal do porto.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Cáceres - MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão. A ação está dependendo do Estado definir o tipo de gestão que pretende empreender no porto.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Garantir aos futuros investidores segurança jurídica com a diliação do prazo da delegação por mais 25 anos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atrair investimento no porto, desenvolvimento do Município, e, consequentemente, geração de renda e empregos para a população local.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Reclassificação legal do porto, para permitir que o Estado busque parcerias para expansão das atividades do porto.

| NOME DA AÇÃO

Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 001/1997 (Porto de Cachoeira do Sul e outros porto do RS).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul não pretende continuar com a delegação do porto. O Município de Cachoeira do Sul pretende obter a delegação do porto. A classificação atual é a de porto organizado. Propõem-se a reclassificação do porto para Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cachoeira do Sul – RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão. A ação depende de formalização do pleito pelo Estado do RS.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atender ao pleito do Estado, por consequência delegar o porto ao Município.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O porto encontra-se ocioso como porto organizado. A delegação ao Município, na condição de IP4, traria benefícios à comunidade local, dada a função social a qual o IP4 se destina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Formaliza Termo Aditivo ao Convênio de Delegação com o Estado do RS, para exclusão do Porto de Cachoeira do Sul.

| NOME DA AÇÃO

Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 13/1998 (Porto de Corumbá – MS).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Pleito da Prefeitura de Corumbá – MS de redefinição da área do porto, com o objetivo de regularizar a situação criada a partir da construção de um Centro de Convenções explorado comercialmente para realização de eventos de natureza cultural, o que tem sido motivo de autuações pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Corumbá – MS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Até 31/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A área do porto a ser reduzida não detém relevância para as atividades portuárias. Retirando-a das “amarras” jurídicas do Convênio poderá dar, de forma célere, destinação mais adequada e rentável às instalações públicas subutilizadas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- a. Racionalização da área operacional do porto.
- b. Utilização da extraída do Convênio como espaço para eventos sócios/culturais da comunidade local.
- c. Redução das penalidades antes aplicadas pela ANTAQ ao Delegatário.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

- a. Devolução da área retirada do Convênio à SPU, para posterior cessão ao Município.
- b. Nota Técnica Concluída.
- c. Minuta de Termo Aditivo em fase final de elaboração.

| NOME DA AÇÃO

Investimento fora da poligonal – Porto Organizado de Imbituba - SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Solicitação de autorização para utilização dos dividendos provenientes da SCPar Imbituba S.A. na implantação de uma Área de Apoio Logístico Portuário – AALP no entorno do Porto Organizado de Imbituba.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Organizado de Imbituba - SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão. A ação está dependendo da resposta do Governo do Estado de Santa Catarina.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Negociação do Estado de Santa Catarina para a liberação da utilização de dividendos na criação de uma AALP, que teve os estudos para a implantação desta área realizados pelo LabTrans vinculado à Secretaria de Portos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar um aumento significativo no fluxo e na movimentação de cargas no recinto portuário, trazendo ganhos significativos para toda a cadeia logística da região; Contribuir para o desenvolvimento econômico-social do Estado de Santa Catarina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Aguardando a resposta do Governo do Estado de Santa Catarina, pois constitui entrave para a continuidade do processo, e deverá ser analisado pela Secretaria Nacional Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA o formato técnico/jurídico de como a SCPAR pretende implantar a AALP.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação para o Porto Organizado de Laguna.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Rescisão amigável do Convênio de Descentralização nº 01/2015, que transfere a administração e exploração do Porto Organizado de Laguna para a Companhia Docas do estado de São Paulo - CODESP, com a consequente celebração de Convênio de Delegação com o Estado de Companhia Docas do estado de São Paulo - SC, tendo o mesmo objeto.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Organizado de Laguna.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

A data provável após a resolução de entraves será em 15/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Restou deliberado que a CODESP realizará o inventário de bens do Porto Organizado de Laguna para posterior celebração de Termo de Rescisão Amigável e, consequentemente, Convênio de Delegação com o Estado de SC. A presente delegação não caracteriza, para todos os efeitos legais, sucessão empresarial.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A celebração de termo de rescisão amigável é instrumento apto a promover a desconstituição do Convênio de Descentralização nº 1/2015;

Seria possível a delegação do Porto organizado de Laguna para o Estado de Santa Catarina. Para tanto, recomenda-se que conste nos autos toda a motivação da referida decisão, apresentando inclusive um cronograma para implantação do porto organizado, isto é um cronograma para início de operações portuárias e atendimento aos requisitos legais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Aguardando resposta do Governo do Estado de Santa Catarina acerca da forma de gestão e exploração do Porto (Porto Organizado ou Terminal Pesqueiro) para que, em seguida, a Secretaria Nacional Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA dê encaminhamento à delegação ou destinação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

| NOME DA AÇÃO

Reclassificação do Porto Fluvial de Ladário – MS e destinação a ente para administração e exploração da instalação.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Reclassificação legal do Porto de Ladário – MS, em Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4. Autorizar a administração e exploração da instalação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, por meio da Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Ladário – MS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Previsão 30.09.2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- a) Regularizar a situação do porto, atualmente sem um órgão responsável legalmente constituído.
- b) Possibilitar ao Sindicato Rural de Corumbá retomar as operações de embarque de bovinos pelo porto.
- c) Regularizar a instalação dentre as classificações de instalações portuárias previstas na legislação portuária.
- d) Regularizar a ocupação de áreas do porto, por entes da administração pública (AHIPAR/DNIT).

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

1 AHIPAR/DNIT e Sindicato Rural de Corumbá.

2 Benefícios à comunidade local, dada a função social a qual o IP4 se destina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Finalizar Nota Técnica justificando a destinação do porto para administração da AHIPAR/DNIT, em detrimento à sua delegação ao Estado, e preparação de minuta de Portaria Ministerial para inclusão da instalação na relação de instalações portuárias do anexo da Portaria nº 24/2015, declarando-a IP4. Submeter o processo à CONJUR/MT.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação do Porto de Estrela.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Convênio de Delegação que entre si celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e o Município de Estrela/RS para administração e exploração do Porto Fluvial de Estrela/RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Estrela, estado do Rio Grande do Sul.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Revogação da poligonal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução de penalidades aplicadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ devido ao não cumprimento de exigências relativas a porto organizado.

Transformação de um estado de fato em estado de direito que leva ao desenvolvimento da economia local, do Município de Estrela e regiões adjacentes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Revogação da poligonal, que dependia de publicação por parte de instâncias superiores à esta pasta, sendo o atual entrave a cessão de uso da área, que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul, ao Município de Estrela, permitindo a delegação das benfeitorias que pertencem à União ao município.

| NOME DA AÇÃO

10º Termo Aditivo ao Convênio de Descentralização nº 1/2007-DC - UNIÃO e Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte - CODERN.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Porto de Maceió. Celebração do 10º Termo Aditivo - prorrogação do Convênio de Descentralização nº 1/2007-DC - UNIÃO e CODERN.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto de Maceió, município de Maceió, Estado de Alagoas.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Celebração do 10º Termo Aditivo - prorrogação do Convênio de Descentralização nº 1/2007-DC - UNIÃO e CODERN.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Regularização do Convênio de Descentralização após seu vencimento em 30/06/2019.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dificuldade de entendimentos entre a União e o Estado de Alagoas para a delegação do Porto Organizado de Maceió àquele Estado, com a finalização da situação por meio da prorrogação do Convênio de Descentralização do porto para a CODERN.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação do Porto Organizado de Manaus/AM.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Delegação do Porto Organizado de Manaus ao Estado do Amazonas em razão da liquidação da CODOMAR.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto de Manaus, município de Manaus, Estado de Amazonas.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Negociação com o Estado de Amazonas para a celebração do Convênio de Delegação do Porto Organizado de Manaus.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição da Autoridade Portuária do Porto Organizado de Manaus, tendo em vista que o prazo da descentralização do porto para a Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR se esgota e a empresa encontra-se em liquidação.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Dificuldade de entendimentos entre a União e o Estado do Amazonas, tendo em vista ao passivo financeiro e trabalhista deixado pelo próprio Estado de Amazonas em razão do Convênio de Delegação nº 007/1997.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação – Porto Organizado de São Francisco do Sul/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Celebração do 6º Aditivo ao Convênio de Delegação em razão da constituição da SPE (SCPPar São Francisco do Sul S.A.).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Organizado de São Francisco do Sul - SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão. A ação está dependendo do encaminhamento ao Estado de Santa Catarina para conhecimento do teor da Minuta do 6º Termo Aditivo do Convênio nº 001/2011.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Regularizou a situação do órgão interveniente do delegatário.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dar continuidade ao convênio de delegação 001/2011. Atualização das cláusulas do convenio de delegação, mediante a consolidação das cláusulas do convenio original e a do termo aditivo em um único instrumento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Aguardando resposta do Governo do Estado de Santa Catarina acerca da minuta do Convênio de Delegação aprovado pela CONJUR/MINFRA.

REALIZAÇÕES INICIADAS OU CONCLUÍDAS ATÉ JUNHO /2019 - DGCO-SNPTA**| NOME DA AÇÃO****ADM DO BRASIL LTDA - Contrato de Arrendamento Pres. 41/97.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Autorização para realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento Pres. 41/97, via 2º Termo de Risco de Investimento - TRI, firmado entre a empresa ADM do Brasil Ltda. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo –CODESP, assunto tratado no bojo do processo administrativo SEI nº 50000.047453/2017-24, publicado por intermédio da Portaria nº 003, de 26 de Junho de 2019, no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2019, Seção 1, página 163.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Paulo/SP, Porto de Santos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento: R\$ 69.290.977,92.

| DATA DA ENTREGA

26 de Junho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atraso das obras para implantação dos investimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Usuários do serviço portuário em geral, garantia de movimentação e minimização do risco de abastecimento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Brasil Terminal Portuário S.A - Contrato DP 24/2001.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Cumprimento do Acordão 2.029/2018 – TCU - para Reequilíbrio econômico financeiro do Contrato DP 24/2001 firmado entre Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e Brasil Terminal Portuário S.A – BTP, assunto objeto do processo administrativo SEI nº 50000.033907/2018-61, o qual encontra-se pendente de ato decisório.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Paulo/SP, Porto de Santos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Aguardando decisão de recurso na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se aplica, trata-se de cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se aplica, trata-se de cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Terminais de Armazenagens de Cabedelo Ltda. - Contrato nº 02/004/00.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Sexto termo aditivo ao Contrato nº 02/004/00, implantação de novos investimentos e unificação contratual ao Contrato de Arrendamento nº 02/004/00, firmado entre o Terminais de Armazenagens de Cabedelo Ltda - TECAB e o Porto de Cabedelo, matéria tratada no âmbito do processo administrativo SEI nº 50000.040528/2018-27, o qual encontra-se pendente de ato decisório.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

João Pessoa /PB, Porto de Cabedelo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento: R\$ 31.143.812,00.

| DATA DA ENTREGA

26 de junho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ajustes dos parâmetros econômicos e financeiros do contrato.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Usuários do serviço portuário em geral.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Sociedade Fogás LTDA - Contrato de Arrendamento CDP nº 14/2001.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Segundo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento CDP nº 14/2001 firmado entre a Companhia Docas do Pará - CDP e a empresa Sociedade Fogás LTDA para exploração de terminal no Porto de Santarém/PA, matéria tratada no âmbito do processo administrativo SEI nº 00045.003939/2015-02, o qual encontra-se pendente de ato decisório.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Pará/PA, Companhia Docas do Pará — CDP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não possuí investimento.

| DATA DA ENTREGA

Aguardando Consultoria Jurídica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ajustes dos parâmetros econômicos e financeiros do contrato.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Usuários do serviço portuário em geral.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Terminais Marítimos de Pernambuco S/A - Unificação contratual dos Contratos de Arrendamento sn/1996, nº 025/2000 e nº 072/2001.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Pleito de unificação contratual, prorrogação ordinária e novos investimentos dos Contratos de Arrendamento sn/1996, nº 025/2000 e nº 072/2001, celebrados entre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE e a empresa Terminais Marítimos de Pernambuco S/A – TEMAPE, assunto objeto do processo administrativo SEI nº 50000.052627/2017-71, o qual encontra-se pendente de ato decisório.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Pernambuco /PE, Porto de Suape.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento: R\$ 72.898.833,22.

| DATA DA ENTREGA

03 de julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de modernização da estrutura de armazenagem à ser disponibilizado para movimentação de graneis sólidos vegetal, em especial fertilizantes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Incremento do ganho de escala operacional pelo ganho marginal da unificação de áreas arrendadas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Granel Química LTDA - Contrato de Arrendamento Portuário nº 001/1999.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Prorrogação do Contrato de Arrendamento Portuário nº 001/1999, de titularidade da empresa Granel Química Ltda., no Porto do Itaqui/MA, assunto tratado no bojo do processo administrativo SEI nº 00045.001683/2016-71, publicado no Diário Oficial da União nº 70, de 11 de abril de 2019, Seção 3, página 94.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maranhão/MA, Porto de Itaqui.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do Investimento: R\$ 55.366.255,63.

| DATA DA ENTREGA

11 de abril de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade aperfeiçoamento e a modernização da tancagem à ser disponibilizado para movimentação e armazenagem de graneis líquidos combustíveis.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantia de movimentação e minimização do risco de abastecimento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

REALIZAÇÕES INICIADAS OU CONCLUÍDAS ATÉ JUNHO /2019 - DNOP-SNPTA

| NOME DA AÇÃO

Arrendamentos de 10 terminais portuários para a movimentação de granéis líquidos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A ação constituiu em arrendar, através de leilão, áreas localizadas em portos públicos para a exploração da iniciativa privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5 em Belém/PA; 1 em Vila do Conde/PA; 3 em Cabedelo/PB; e 1 em Vitória/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não houve desembolso ou valor economizado. Todavia, os investimentos projetados para as 10 áreas são da ordem de R\$ 695 milhões.

| DATA DA ENTREGA

22/03/2019 para as áreas de Cabedelo e Vitória; e 05/04/2019 para Belém e Vila do Conde.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação visa mitigar eventuais problemas relacionados à oferta de serviços portuários para as regiões envolvidas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício será ampliar a oferta de serviços portuários para as regiões sob influência dos portos públicos envolvidos, consequentemente melhorando a eficiência, a qualidade e diminuindo os custos aos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Como todo ciclo licitatório, os principais desafios estão na definição da modelagem dos estudos, nos debates com os órgãos de controle e na operacionalização do procedimento de licitação.

| NOME DA AÇÃO

Publicação do edital de licitação para o arrendamento de 3 terminais portuários para a movimentação de granéis líquidos, granéis sólidos e celulose.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A ação constituiu em publicar o edital e os demais documentos inerentes ao procedimento licitatório.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2 terminais em Santos/SP (um para granéis líquidos e outro para granéis sólidos) e 1 terminal em Paranaguá/PR (celulose).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não houve desembolso ou valor economizado. Todavia, os investimentos projetados para as 3 áreas são da ordem de R\$ 433 milhões.

| DATA DA ENTREGA

A publicação do edital foi em 12/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação visa mitigar eventuais problemas relacionados à oferta de serviços portuários para as regiões envolvidas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício será ampliar a oferta de serviços portuários para as regiões sob influência dos portos públicos envolvidos, consequentemente melhorando a eficiência, a qualidade e diminuindo os custos aos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Como todo ciclo licitatório, os principais desafios estão na definição da modelagem dos estudos, nos debates com os órgãos de controle e na operacionalização do procedimento de licitação.

| NOME DA AÇÃO

Autorização para a exploração de terminais portuários privados.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Celebração de 6 contratos de adesão para a exploração de terminais portuários privados e de 4 termos aditivos à contratos existentes.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os 6 novos terminais privados estão localizados em São João da Barra/RJ, Santana/AP, Almeirim/PA, Macau/RN, Bal. Camboriú/SC e Manaus/AM. Já os terminais que tiveram os atuais contratos aditivados estão localizados em Itajaí/SC, Santana/AP, Manaus/AM e Santarém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não houve desembolso ou valor economizado. Todavia, os investimentos projetados para as 10 áreas são da ordem de R\$ 1,34 bilhão.

| DATA DA ENTREGA

09/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação visa mitigar eventuais problemas relacionados à oferta de serviços portuários para as regiões envolvidas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício será ampliar a oferta de serviços portuários para as regiões sob influência dos terminais, consequentemente melhorando a eficiência, a qualidade e diminuindo os custos aos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

No procedimento de autorização os principais desafios enfrentados estão na apresentação dos documentos, notadamente na comprovação de titularidade da área.

**GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS - SNPTA****| NOME DA AÇÃO**

Dragagem no Porto de Rio Grande.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Readequação da Geometria do Canal de Acesso Aquaviário e dos Berços do Complexo Portuário de Rio Grande-RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio Grande/RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 368,63 milhões.

| DATA DA ENTREGA

meados de agosto/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Assoreamento elevado no canal interno do porto, limitações na navegabilidade de acesso ao porto em face do aumento das dimensões dos navios no comércio internacional.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Combate ao assoreamento no canal interno do porto, de forma a manter e aumentar a capacidade dos navios que frequentam o porto, e readequar a geometria visando uma melhor manobrabilidade e segurança no tráfego das embarcações, aprimorando a operação portuária.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Paralisação da obra em juízo devido ao surgimento de lama na Praia do Cassino. Demonstrar que a dragagem não foi a consequência do surgimento de lama na Praia do Cassino. Obtenção das licenças junto ao órgão ambiental. Atendimento das condicionantes ambientais, que oneraram a execução da obra.

| NOME DA AÇÃO

Dragagem no Porto de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Readequação da Geometria do Canal de Acesso Aquaviário e dos Berços de Acostagem do Complexo Portuário de Santos/SP, localizado no Estado de São Paulo, nas seguintes especificações: Canal Externo, Canal Interno e Acesso a Berços para profundidade de 15,70 m e Berços de Atração - Trecho 1, 2 e 3 cotas entre 7 e 15 m).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 325,36 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Depende da definição se será retirada as rochas ou não.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Assoreamento elevado no canal interno do porto, limitações na navegabilidade de acesso ao porto em face do aumento das dimensões dos navios no comércio internacional. O efetivo ganho operacional para o Porto de Santos está condicionado a resolução dos passivos identificados nesse contrato, sobretudo a remoção dos portos de rochas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Combate ao assoreamento no canal interno do porto, de forma a manter e aumentar a capacidade dos navios que frequentam o porto, e readequar a geometria visando uma melhor manobrabilidade e segurança no tráfego das embarcações, aprimorando a operação portuária. Canal de Acesso opera com calado de 13,5m desde julho de 2018, com previsão de expectativa de aumento para 14 metros para os anos seguintes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Impactos no cronograma decorrentes da espera para liberação de autorização ambiental por parte da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP para a dragagem dos berços 12A ao 23, para a dragagem da sobrelargura da entrada do canal externo e da remoção mecânica das rochas encontradas no canal interno. Atendimento das condicionantes ambientais, que oneraram a execução da obra.

| NOME DA AÇÃO

Construção do Terminal de Passageiros do Porto de Maceió/AL.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construção de edificação para a recepção de passageiros dos navios de cruzeiro.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maceió/AL.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 6,0 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em face da grande demanda turística do porto de Maceió/AL, verificou-se a necessidade de dotá-lo com um terminal turístico de passageiros para atendimento de navios de cruzeiro.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dotar o Porto de Maceió/AL com estrutura adequada para recepção de passageiros de cruzeiros.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Conflito da fundação da obra com a tubulação da Petrobras tem gerado atraso na execução da obra. Tubulação da Petrobrás só pode ser retirada após análise da Agência Nacional do Petróleo - ANP e acompanhamento de responsável da estatal.

| NOME DA AÇÃO

Alinhamento e Reforço dos Berços 3 e 4 no Porto de Itajaí/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Obra de engenharia para alinhamento e reforço dos berços 3 e 4 com 490m de comprimento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itajaí/SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 161,0 milhões.

| DATA DA ENTREGA

28/02/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O desalinhamento dos berços 3 e 4 impactava na atracação de navios, deixando de atender as atuais dimensões dos navios. Sua linha de atracação era toda facetada, restringindo o número de atracações no porto.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A obra de reforço e alinhamento permitiu uma nova linha de cais de atracação, partindo do início do berço 2 até o final do berço 4. Desta forma, o porto somará 490m de linha de atracação aos 520m já existentes, atendendo a demanda atual e projeções futuras das dimensões dos navios porta-contêineres.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Existência de escombros instáveis (concreto provenientes do berço que ruiu com a enchente de 1983), de pedra e enrocamento a partir da cota de 10m de profundidade.

| NOME DA AÇÃO

Construção dos berços nos Dolfins do Atalaia com Retroárea.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construção de cais corrido de 270 metros de comprimento e retroárea de 9.000 m², no berço 207 do Porto de Capuaba, Vila Velha/ES. Obra de engenharia para alinhamento e reforço dos berços 3 e 4 com 490m de comprimento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 185,0 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Julho/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de diversificar as cargas movimentadas no berço 207, que antes atendia apenas granéis líquidos, podendo atender carga geral e granéis sólidos e aumentar a profundidade do berço.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dotar o novo Berço 207 e retroárea de instalações adequadas para diversificação de cargas, uma vez que este local movimenta apenas granéis líquidos, com a utilização de guindastes portuários móveis sobre pneus para a movimentação de granéis sólidos, carga geral e de contêineres.

As novas instalações de acostagem permitirão receber navios de até 70.000 TPB, comprimento de até 242m, 32,4m de boca e calado máximo de 12,5m, como consequência do aumento da profundidade, junto ao cais de -9m para -14m.

A obra permitirá a readequação da logística do Porto de Vitória, uma vez que o cais comercial existente está se especializando em cargas ligadas à indústria do petróleo. A capacidade considerada para o novo berço é de 1,8 milhão de t/ano, sendo um milhão de toneladas de granéis líquidos e o restante de granéis sólidos e carga geral.

A taxa de ocupação de estabilização projetada do terminal é de 66%, a ser alcançada em 2021, gerando uma receita bruta de R\$15 milhões/ano para a CODESA, e de R\$136,0 milhões/ano de receita tributária.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Existência de escombros instáveis (concreto provenientes do berço que ruiu com a enchente de 1983), de pedra e enrocamento a partir da cota de 10m de profundidade.

| NOME DA AÇÃO

Porto de Santos/SP – Avenida perimetral - Margem Direita - Trecho Macuco/Ponta da Praia.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Readequação do sistema viário existente, lados interno e externo, em complementação ao trecho já revitalizado (prédio DIROP/Praça da Santa), visando a eliminação de gargalos rodoviários no acesso às instalações portuárias.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 110,0 milhões

| DATA DA ENTREGA

28/02/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A existência de muitos gargalos devido às intercessões das ferrovias e rodovias na região, geravam trânsito que impactava na operação portuária.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Visa a melhoria do sistema viário da margem direita do Porto de Santos – Canal 4 (Macuco) e a Ponta da Praia, gerando impactos econômicos e sociais em toda região: geração de emprego, famílias beneficiadas, ampliação da atividade econômica, aumento da capacidade operacional, ampliação de exportações e implementação de novas tecnologias, aumento de oportunidades para a atração de investimentos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Interferência com o trânsito e a operação portuária.

| NOME DA AÇÃO

Reflutuação e Remoção do Navio Haidar.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Salvatagem do Navio Haidar naufragado no Berço 302 do Porto de Vila do Conde, em Barcarena, estado do Pará.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Barcarena/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 44,6 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Março/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em 6 de outubro de 2015, a embarcação transportadora pecuária Haidar estava em processo de carregamento de uma carga completa de gado, aproximadamente 5000 bois, quando ela começou a adernar e virou em direção ao cais de carga no Porto de Vila do Conde, naufragando e danificando estacas da infraestrutura do píer. Todos os membros da tripulação foram resgatados com sucesso. O navio continua atualmente afundado ao longo do Berço 302. Relata-se que partes da embarcação estão se estendendo sob o cais, como resultado do acidente na sequência de ter adernado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Volta da operação do berço 302 do Porto de Vila do Conde/PA, e suas adjacências.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dificuldade da definição do serviço por ser fato novo no ambiente portuário brasileiro. Necessidade de afastamento do Navio Haidar da estrutura do Berço 302. Necessidade de colocar a embarcação na posição normal (isenta de inclinação no seu plano transversal) antes de promover a reflutuação. Necessidade de rebocar o Navio Haidar até o Porto de Belém. Garantia da flutuabilidade do Navio ancorado após salvatagem.

30

TRI
MES
TRE

GABINETE DA SNPTA

| NOME DA AÇÃO

Dragagem no Porto de Rio Grande.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Readequação da Geometria do Canal de Acesso Aquaviário e dos Berços do Complexo Portuário de Rio Grande-RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio Grande/RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 368,63 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Por volta de 15/12/2019, mais de 96,5% executado.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Assoreamento elevado no canal interno do porto, limitações na navegabilidade de acesso ao porto em face do aumento das dimensões dos navios no comércio internacional.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Combate ao assoreamento no canal interno do porto, de forma a manter e aumentar a capacidade dos navios que frequentam o porto, e readequar a geometria visando uma melhor manobrabilidade e segurança no tráfego das embarcações, aprimorando a operação portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Paralisação da obra em juízo devido ao surgimento de lama na Praia do Cassino. Demonstrar que a dragagem não foi a consequência do surgimento de lama na Praia do Cassino. Obtenção das licenças junto ao órgão ambiental. Atendimento das condicionantes ambientais, que oneraram a execução da obra.

| NOME DA AÇÃO

Dragagem no Porto de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Readequação da Geometria do Canal de Acesso Aquaviário e dos Berços de Acostagem do Complexo Portuário de Santos/SP, localizado no Estado de São Paulo, nas seguintes especificações: Canal Externo, Canal Interno e Acesso a Berços para profundidade de 15,70 m e Berços de Atração - Trecho 1, 2 e 3 cotas entre 7 e 15 m).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 325,36 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Considera-se 100% executada a dragagem, porém está em definição pelo DNIT se serão retirados altos fundos rochosos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Assoreamento elevado no canal interno do porto, limitações na navegabilidade de acesso ao porto em face do aumento das dimensões dos navios no comércio internacional. O efetivo ganho operacional para o Porto de Santos está condicionado a resolução dos passivos identificados nesse contrato, sobretudo a remoção dos portos de rochas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Combate ao assoreamento no canal interno do porto, de forma a manter e aumentar a capacidade dos navios que frequentam o porto, e readequar a geometria visando uma melhor manobrabilidade e segurança no tráfego das embarcações, aprimorando a operação portuária. Canal de Acesso opera com calado de 13,5m desde julho de 2018, com previsão de expectativa de aumento para 14 metros para os anos seguintes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Foram encontradas alto fundos rochosos não previstos no anteprojeto. Impactos no cronograma decorrentes da espera para liberação de autorização ambiental por parte da CODESP para a dragagem dos berços 12A ao 23, para a dragagem da sobrelargura da entrada do canal externo e da remoção mecânica das rochas encontradas no canal interno. Atendimento das condicionantes ambientais, que oneraram a execução da obra.

| NOME DA AÇÃO

Construção do Terminal de Passageiros do Porto de Maceió/AL.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construção de edificação para a recepção de passageiros dos navios de cruzeiro.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maceió/AL.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 6,0 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Maio /2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em face da grande demanda turística do porto de Maceió/AL, verificou-se a necessidade de dotá-lo com um terminal turístico de passageiros para atendimento de navios de cruzeiro.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dotar o Porto de Maceió/AL com estrutura adequada para recepção de passageiros de cruzeiros.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Conflito da fundação da obra com a tubulação da Petrobras tem gerado atraso na execução da obra. Tubulação da Petrobrás só pode ser retirada após análise da ANP e acompanhamento de responsável da estatal.

| NOME DA AÇÃO

Avenida Perimetral Margem Direita, Trecho Canal 4 (Macuco) à Ponta Da Praia no Porto de Santos/SP – Autoridade Portuária de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Inicia na região do Canal 4 (Macuco), passando pela Av. Mário Covas Jr. até o Mercado de Peixes no final da Avenida Perimetral, e internamente à área portuária pela via interna (até o Gate 16) e pelos ramais ferroviários até o Terminal de Grãos, sendo dividida em 3 partes: a) construção de 2 viadutos de acesso ao porto e pontilhões rodoviários, b) readequações viárias: das avenidas interna (alteração geométrica), externa – Mário Covas Jr. (adaptação geométrica) e relocação dos ramais ferroviários, c) remanejamento de interferências (redes de utilidades) e revitalização da avenida externa (recapeamento e ciclovias).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 72,4 milhões (executado 64,46%).

| DATA DA ENTREGA

12/07/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Intersecção das ferrovias e rodovias causando trânsito e atrasos nas operações portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Readequação do sistema viário existente, lados interno e externo, em complementação ao trecho já revitalizado (prédio DIROP/Praça da Santa), visando a eliminação de gargalos rodoviários no acesso às instalações portuárias.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Existência de escombros instáveis (concreto provenientes do berço que ruiu com a enchente de 1983), de pedra e enrocamento a partir da cota de 10m de profundidade.

| NOME DA AÇÃO

Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu/BA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Remoção da camada de asfalto deteriorado existente, aplicação da pintura de ligação e das novas camadas de asfalto.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aratu/BA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 11,36 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro/2019. (executado 34,35%).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Durante anos as vias internas do Porto Organizado de Aratu sofrem deterioração devido às intempéries e à passagem veículos pesados necessitando adequação das vias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Maior agilidade no trânsito de veículos permitindo uma operação mais célere no porto, aumentando a sua eficiência.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

A obra se encontra paralisada no momento, por má execução dos serviços pela Contratada.

| NOME DA AÇÃO

Adequação das Instalações Gerais e de Suprimentos no Terminal Salineiro de Areia Branca/RN.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Recuperação do Terminal Salineiro de Areia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Areia Branca/RN.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 63,3 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Sem estimativa.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em novembro de 2016, foram identificadas patologias na estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN. Pátio de estocagem sofreu afundamento o que o faz operar com 1/3 da capacidade instalada, ou seja, de 150.000t total, opera apenas com 50.000t. Problemas estruturais nos equipamentos, na estrutura de cais e no prédio administrativo.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Operação na capacidade plena do terminal que é responsável pelo escoamento do sal a granel, oriundo das salinas da região de Mossoró, Areia Branca, Grossos, Galinhos e Macau, localizadas no estado do Rio Grande do Norte, maior produtor brasileiro desse produto. O sal embarcado destina-se às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste do Brasil (mercado interno), bem como ao mercado externo dos EUA (para uso no degelo) e de países africanos para fins mercadológicos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Por ser um terminal offshore, os desafios são muito maiores que de um terminal com ligação terrestre com o continente. Recuperação de estruturas subaquáticas.

| NOME DA AÇÃO

Reflutuação e Remoção do Navio Haidar.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Barcarena/PA.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aratu/BA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 44,6 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Março/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em 6 de outubro de 2015, a embarcação transportadora pecuária Haidar estava em processo de carregamento de uma carga completa de gado, aproximadamente 5000 bois, quando ela começou a adernar e virou em direção ao cais de carga no Porto de Vila do Conde, naufragando e danificando estacas da infraestrutura do píer. Todos os membros da tripulação foram resgatados com sucesso. O navio continua atualmente afundado ao longo do Berço 302. Relata-se que partes da embarcação estão se estendendo sob o cais, como resultado do acidente na sequência de ter adernado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Volta da operação do berço 302 do Porto de Vila do Conde/PA, e suas adjacências.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Contrato firmado, porém, ainda não houve a emissão da ordem de serviço devido à necessidade de contratação do serviço de apoio à fiscalização. Dificuldade da definição do serviço por ser fato novo no ambiente portuário brasileiro. Necessidade de afastamento do Navio Haidar da estrutura do Berço 302. Necessidade de colocar a embarcação na posição normal (isenta de inclinação no seu planotransversal) antes de promover a reflutuação. Necessidade de rebocar o Navio Haidar até o Porto de Belém. Garantia da flutuabilidade do Navio ancorado após salvatagem.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA - DGMP

| NOME DA AÇÃO

Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Mobilização e integração das autoridades anuentes nos portos para a promoção de ações de desburocratização, padronização, melhoria da eficiência, medidas que promovam a facilitação do fluxo de embarcações, bens, produtos e pessoas e a ocupação dos espaços físicos nos portos organizados, para aumentar a qualidade, a segurança e a celeridade dos processos operacionais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – 14^a Reunião Ordinária, em 04/07/2019; Comitê de Estímulo à Cabotagem - Reuniões em 18/07/2019 e 21/08/2019; Comitê de Integração de Sistemas - Reuniões em 19/07/2019 e 21/08/2019; Comitê de Modernização e Parâmetros de Desempenho - Reuniões em 18/07/2019 e 20/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Sem se mobilizar regularmente desde novembro de 2015, a Conaportos foi retomada em março de 2019, juntamente com seus Comitês Técnicos e Comissões Locais para promover a discussão de medidas de eficiência, qualidade e segurança portuária. Destaca-se neste contexto a promoção das medidas de incentivo à cabotagem, de integração dos sistemas das autoridades anuentes, avaliação de indicadores de desempenho, promoção de eficiência, promoção da capacitação do trabalhador portuário, desburocratização, e de melhoria da segurança portuária. Comitê de Estímulo à Cabotagem, podemos destacar: Livre prática e Sistema de informação da Anvisa: Embarcações da cabotagem (mérito) e proposta de alteração da Norma RDC nº 125/2015, após a vigência do BR do MAR; Sistema Datavisa – tempo de compensação bancária; Reunião realizada em 18/09/2019, na ANVISA. Andamento dos trabalhos da Procomex para o aprimoramento dos processos burocráticos que envolvem a cabotagem: Busca de parceiros - Evento/Palestra realizada no DNHI em 26/09/2019. BR do MAR: Avanços de Tratativas do Comitê de Integração de

Sistemas, podemos destacar a contextualização das discussões realizadas: Portal Único do Comércio Exterior – conceitos e ganhos; Questionário PSP com intervenientes; Porto sem Papel – funcionamento e integrações; PROCOMEX – PCS x Prosperity Fund; Integração PSP x SISTUF; Base Única de Embarcações. O Comitê de Modernização e Parâmetros de Desempenho, é composto por diversos órgãos com intuito de uniformizar procedimentos de anuência para integração de indicadores de desempenho, aos quais podemos destacar: Nas reuniões realizadas nos dias 18/07 e 21/08 ocorreram apresentações dos órgãos integrantes do Comitê, dando ênfase à uniformização dos indicadores de desempenho, além de promover a discussão do aperfeiçoamento dos processos e da atuação dos anuentes portuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Maior harmonização da atuação do poder público federal, gerando eficiência e facilitação na utilização dos serviços e espaços portuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Alteração dos arcabouços normativos existentes e a complexidade envolvida nos processos de integração da atuação dos órgãos envolvidos.

COORDENAÇÃO-GERAL DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - CGGI**| NOME DA AÇÃO**

Revisão da poligonal da área do porto organizado de Angra dos Reis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Angra dos Reis.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do porto organizado de Areia Branca.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Areia Branca.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Fortaleza.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Fortaleza.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Ilhéus.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ilhéus.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Imbituba.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Imbituba.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

27/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Itaguaí.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaguaí.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Itajaí.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itajaí.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Maceió.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maceió/AL.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Niterói.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Niterói.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Recife.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Recife.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado do Rio de Janeiro.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rio de janeiro.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Santarém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santarém.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de São francisco do Sul.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Francisco do Sul.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de São Sebastião.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Sebastião.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Revisão da Poligonal da área do Porto Organizado de Estrela.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Modificação da área do porto organizado, que define a jurisdição da autoridade portuária.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Estrela.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Existência de imóveis privados, públicos, mas relacionados a ente que não tem vinculação ao porto, ou que não tenham relação com a atividade portuária pública na jurisdição das autoridades portuárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Clara definição do espaço de atuação do porto, respeitando o direito de terceiros. Medida alcança toda a comunidade portuária local, particulares com áreas outrora inseridas na poligonal do porto, e municipalidades.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Principais desafios envolveram a homogeneização dos tipos de imóveis que poderiam ser inseridos ou mantidos na jurisdição portuária, e a identificação da tipologia do imóveis, e a condução de consulta pública para a participação dos interessados no processo revisional.

| NOME DA AÇÃO

Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto Organizado de São Francisco do Sul .

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Atualização do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Francisco do Sul.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

18/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Alteração do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

16/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

| NOME DA AÇÃO

Alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Paranaguá.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Alteração do PDZ pela Autoridade Portuária, com verificação e aprovação do Poder Concedente.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Paranaguá.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

11/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ordenamento das áreas portuárias para os momentos atual, médio e longo prazos, nos termos da Lei 12.815/2013 e Portaria SEP 03/2014.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar a exploração planejada do patrimônio imobiliário do Porto Organizado, beneficiando a comunidade portuária.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Coleta de informações e levantamentos da base georreferenciada.

COORDENAÇÃO-GERAL DE DELEGAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO - CGDD**| NOME DA AÇÃO**

Delegação de Competências para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Delegação de Competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias para a APPA – Portaria nº 574/2018.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Portos de Antonina e Paranaguá.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

O convênio de delegação de Competências nº 001/2019 foi assinado dia 13/08/2019 entre a União e a APPA, e teve sua publicação no DOU nº 185, de 24/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Celebração do convênio de delegação entre a União e a APPA.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atrair investimento no porto, desenvolvimento dos Municípios, e, consequentemente, geração de renda e empregos para a população local.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Todos os desafios foram superados, uma vez que o convênio foi assinado.

| NOME DA AÇÃO

Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 002/1997 (Porto Fluvial de Cáceres - MT.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Pleito do governo do Estado do Mato Grosso para renovação antecipada do Convênio de Delegação de administração e exploração do Porto Fluvial de Cáceres. Reclassificação legal do porto.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Cáceres - MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão. A ação está dependendo do Estado definir o tipo de gestão que pretende empreender no porto.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Garantir aos futuros investidores segurança jurídica com a diliação do prazo da delegação por mais 25 anos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atrair investimento no porto, desenvolvimento do Município, e, consequentemente, geração de renda e empregos para a população local.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Reclassificação legal do porto, para permitir que o Estado busque parcerias para expansão das atividades do porto.

| NOME DA AÇÃO

Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 001/1997 (Porto de Cachoeira do Sul e outros porto do RS).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul não pretende continuar com a delegação do porto. O Município de Cachoeira do Sul pretende obter a delegação do porto. A classificação atual é a de porto organizado. Propõem-se a reclassificação do porto para Instalação Portuária Pública de Pequeno porte – IP4.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cachoeira do Sul – RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão. A ação depende de formalização do pleito pelo Estado do RS.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atender ao pleito do Estado, por consequência delegar o porto ao Município.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O porto encontra-se ocioso como porto organizado. A delegação ao Município, na condição de IP4, traria benefícios à comunidade local, dada a função social a qual o IP4 se destina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Formaliza Termo Aditivo ao Convênio de Delegação com o Estado do RS, para exclusão do Porto de Cachoeira do Sul; Revogação do Decreto que instituiu a área do Porto de Cachoeira do Sul, para enquadramento em IP4. Delegação da instalação para administração e exploração pelo Município. Nota Técnica concluída.

| NOME DA AÇÃO

Investimento fora da poligonal – Porto Organizado de Imbituba - SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Solicitação de autorização para utilização dos dividendos provenientes da SCPar Imbituba S.A. na implantação de uma Área de Apoio Logístico Portuário – AALP no entorno do Porto Organizado de Imbituba.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Organizado de Imbituba - SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Negociação do Estado de Santa Catarina para a liberação da utilização de dividendos na criação de uma AALP, que teve os estudos para a implantação desta área realizados pelo LabTrans vinculado à Secretaria de Portos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar um aumento significativo no fluxo e na movimentação de cargas no recinto portuário, trazendo ganhos significativos para toda a cadeia logística da região. Contribuir para o desenvolvimento econômico-social do Estado de Santa Catarina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Aguardando a resposta do Governo do Estado de Santa Catarina, pois constitui entrave para a continuidade do processo, e deverá ser analisado pela SNPTA o formato técnico/jurídico de como a SCPAR pretende implantar a AALP.O pedido para a utilização dos dividendos foi indeferido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias.

| NOME DA AÇÃO

Reclassificação do Porto Fluvial de Ladário – MS e destinação a ente para administração e exploração da instalação.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Reclassificação legal do Porto de Ladário – MS, em Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4. Autorizar a administração e exploração da instalação ao DNIT, por meio da Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Ladário – MS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Previsão para resolução dos entraves 31.11.2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Regularizar a situação do porto, atualmente sem um órgão responsável legalmente constituído. Possibilitar ao Sindicato Rural de Corumbá retomar as operações de embarque de bovinos pelo porto. Regularizar a instalação dentre as classificações de instalações portuárias previstas na legislação portuária. Regularizar a ocupação de áreas do porto, por entes da administração pública (AHIPAR/DNIT).

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

AHIPAR/DNIT e Sindicato Rural de Corumbá. Benefícios à comunidade local, dada a função social a qual o IP4 se destina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Finalização da Nota Técnica justificando a destinação do porto para administração da AHIPAR/DNIT, em detrimento à sua delegação ao Estado, e preparação de minuta de Portaria Ministerial para inclusão da instalação na relação de instalações portuárias do anexo da Portaria nº 24/2015, declarando-a IP4. Submeter o processo à CONJUR/MT.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação para o Porto Organizado de Laguna.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Rescisão amigável do Convênio de Descentralização nº 01/2015, que transfere a administração e exploração do Porto Organizado de Laguna para a CODESP, com a consequente celebração de Convênio de Delegação com o Estado de SC, tendo o mesmo objeto.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Organizado de Laguna - SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

O termo de Rescisão Amigável foi assinado no dia 17/09/2019. O convênio de delegação celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina foi assinado no dia 19/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Restou deliberado que a CODESP realizará o inventário de bens do Porto Organizado de Laguna para posterior celebração de Termo de Rescisão Amigável e, consequentemente, Convênio de Delegação com o Estado de SC. A presente delegação não caracteriza, para todos os efeitos legais, sucessão empresarial.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A celebração de termo de rescisão amigável é instrumento apto a promover a desconstituição do Convênio de Descentralização nº 1/2015; Seria possível a delegação do Porto organizado de Laguna para o Estado de Santa Catarina. Para tanto, recomenda-se que conste nos autos toda a motivação da referida decisão, apresentando inclusive um cronograma para implantação do porto organizado, isto é um cronograma para início de operações portuárias e atendimento aos requisitos legais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Todos os desafios foram superados, uma vez que tanto o Termo de Rescisão Amigável, como o Convênio de Delegação foram assinados.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação do Porto de Estrela/RS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Convênio de Delegação que entre si celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e o Município de Estrela/RS para administração e exploração do Porto Fluvial de Estrela/RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Município de Estrela, estado do Rio Grande do Sul.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

A data provável para assinatura do convênio de delegação é 31/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Revogação da poligonal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução de penalidades aplicadas pela Antaq devido ao não cumprimento de exigências relativas a porto organizado. Transformação de um estado de fato em estado de direito que leva ao desenvolvimento da economia local, do Município de Estrela e regiões adjacentes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

A Portaria Minfra nº 513 revogou a então área do Porto Organizado de Estrela.

Assinatura do Termo de Encerramento do Convênio de Delegação nº 03/2014.

| NOME DA AÇÃO

10º Termo Aditivo ao Convênio de Descentralização nº 001/2007-DC - UNIÃO e CODERN e Convênio de Delegação ao Estado de Alagoas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Celebração do 10º Termo Aditivo - prorrogação do Convênio de Descentralização nº 001/2007-DC - UNIÃO e CODERN e Convênio de Delegação ao Estado de Alagoas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto de Maceió, município de Maceió, Estado de Alagoas.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

O 10º Termo Aditivo foi assinado em 30/06/2019 e teve sua publicação no DOU nº 138 de 19/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Celebração do 10º Termo Aditivo - prorrogação do Convênio de Descentralização nº 1/2007-DC - UNIÃO e CODERN.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Regularização do Convênio de Descentralização após seu vencimento em 30/06/2019.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dificuldade de entendimentos entre a União e o Estado de Alagoas para a delegação do Porto Organizado de Maceió àquele Estado, com a finalização da situação por meio da prorrogação do Convênio de Descentralização do porto para a CODERN. Foi encaminhado ao Governo do Estado ofício informando sobre o fim da vigência do Convênio de Descentralização nº 001/2007 e a indagação sobre o interesse do Governo do Estado de Alagoas em figurar como delegatário do Porto de Maceió.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação do Porto Organizado de Manaus/AM.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Delegação do Porto Organizado de Manaus ao Estado do Amazonas em razão da liquidação da CODOMAR.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto de Manaus, município de Manaus, Estado de Amazonas.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

O convênio foi assinado dia 01/08/2019 entre a União e o Estado do Amazonas, e teve sua publicação no DOU nº 163 de 23/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Negociação com o Estado de Amazonas para a celebração do Convênio de Delegação do Porto Organizado de Manaus.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição da Autoridade Portuária do Porto Organizado de Manaus, tendo em vista que o prazo da descentralização do porto para a Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR se esgota e a empresa encontra-se em liquidação.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Dificuldade de entendimentos entre a União e o Estado do Amazonas, tendo em vista ao passivo financeiro e trabalhista deixado pelo próprio Estado de Amazonas, que permaneceu até então. Foi criada uma Comissão Especial de Atualização do Relatório de Inventário de que trata a Cláusula 8.1 do Convênio de Delegação nº 01/2019.

| NOME DA AÇÃO

Convênio de Delegação – Porto Organizado de São Francisco do Sul/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Celebração do 6º Aditivo ao Convênio de Delegação em razão da constituição da SPE (SCPPar São Francisco do Sul S.A.).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porto Organizado de São Francisco do Sul - SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Data de Assinatura 19/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Regularizou a situação do órgão interveniente do delegatário.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Dar continuidade ao convênio de delegação nº 001/2011. Atualização das cláusulas do convenio de delegação, mediante a consolidação das cláusulas do convenio original e a do termo aditivo em um único instrumento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Adequações na minuta do termo aditivo referente às sugestões feitas pela Consultoria Jurídica.

DEPARTAMENTO DE NOVAS OUTORGAS E POLÍTICAS REGULATÓRIAS - DNOP

| NOME DA AÇÃO

Arrendamentos de 3 terminais portuários. 1) Área de movimentação de sal e fertilizantes, localizada no Porto de Santos/SP; 2) Área destinada a granéis líquidos no Porto de Santos/SP; e 3) Área destinada à movimentação de carga geral (celulose) no Porto Organizado de Paranaguá/PR.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A ação constituiu em arrendar, através de leilão, áreas localizadas em portos públicos para a exploração da iniciativa privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2 empreendimentos no Porto de Santos/SP; e 1 Porto Organizado de Paranaguá/PR.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não houve desembolso ou valor economizado. Foram arrecadados na ordem de R\$ 148.500.000,00. Todavia, os investimentos projetados para as 3 áreas são da ordem de R\$ 417,95 milhões.

| DATA DA ENTREGA

STS20 no Porto de Santos a previsão de 02 (dois) anos para implantação; STS13A no Porto de Santos a previsão de 03 (três) anos para implantação; e PAR01 a previsão de 03 (três) anos para implantação.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação visa mitigar eventuais problemas relacionados à oferta de serviços portuários para as regiões envolvidas; necessidade de ampliação da capacidade estática existente; e necessidade de implantação de um único armazém e das instalações específicas em razão da existência de estruturas subutilizadas e sem produtividade operacional.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício é aumentar a competitividade e o desenvolvimento do país, promovendo expansão, modernização e otimização das infra e superestrutura que integram os portos organizados e instalações portuárias, incentivando a participação do setor privado e assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Os principais desafios estão na definição da modelagem dos estudos, nos debates com os órgãos de controle e na operacionalização do procedimento de licitação.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização da Companhia Docas de São Sebastião e do Porto de São Sebastião.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Ampliação, manutenção e exploração do porto, considerando as possibilidades de venda de ativos (privatização), concessão com a alienação da companhia ou somente concessão do porto e sua exploração;

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Sebastião/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Outubro ano 2021.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A gestão privada pode trazer mais eficiência e flexibilidade ao setor portuário que, por se tratar de setor logístico, resultará em externalidade positiva para toda a cadeia produtiva nacional. Outrossim, retirará a pressão orçamentária existente hoje sobre o Orçamento Geral da União e de outros entes federativos, como no caso do Estado de São Paulo em relação a operação e manutenção do porto de São Sebastião/SP, com a consequente liberação de recursos para outros investimentos prioritários. : Resolução nº 52, de 08 de maio de 2019, publicada em 21/05/2019, pela qualificação do empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI para fins de estudos de desestatização.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Desafio técnico-operacional pelo ineditismo da ação proposta e complexidade do mesmo, uma vez que não apenas os processos de desestatização de portos organizados como um todo, bem como a alienação de companhias docas são novidades no setor.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA e seus Portos Organizados.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desestatização da CODESA e seus portos para ampliação, manutenção e exploração dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, considerando a possibilidade de concessão com a alienação da companhia ou somente concessão dos portos e sua exploração.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Espírito Santo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há valor desembolsado ou economizado. Mas há projeção de investimento de R\$1,0 Bilhão.

| DATA DA ENTREGA

Maio de 2021.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A prestação de serviços de qualidade aos usuários, aliada à gestão operacional sustentável, resultando em impactos positivos tanto para os usuários e armadores como para a economia regional e nacional, funcionando assim como vetor de desenvolvimento local. Decreto nº 9.852, de 25 de junho de 2019, publicado em 25/06/2019, pela inclusão da CODESA e os Portos de Vitória e Barra do Riacho no Programa Nacional de Desestatização - PND. Em 15 de agosto de 2019 - Assinatura do Contrato com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para prestação de serviços técnicos de apoio na estruturação e na implementação do projeto de desestatização da CODESA, bem como da concessão dos serviços públicos inerentes aos Portos de Vitória e Barra do Riacho.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Desafio técnico-operacional pelo ineditismo da ação proposta e complexidade do mesmo, uma vez que não apenas os processos de desestatização de portos organizados como um todo, bem como a alienação de companhias docas são novidades no setor.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização do Porto Organizado de Santos/SP e da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Ampliação, manutenção e exploração do porto, considerando as possibilidades de venda de ativos (privatização), concessão com a alienação da companhia ou somente concessão do porto e sua exploração.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Paulo/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica

| DATA DA ENTREGA

Dezembro de 2021

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Por meio da desestatização do Porto Organizado de Santos/SP, bem como dos serviços públicos portuários a estes relacionados, e oportunamente da Codesp, a prestação de serviços de qualidade aos usuários, aliada à gestão operacional sustentável, resultando em impactos positivos tanto para os usuários e armadores como para a economia regional e nacional, funcionando assim como vetor de desenvolvimento local. Resolução nº 69, de 21 de agosto de 2019, publicada em 30/08/2019, pela qualificação do empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI para fins de estudos de desestatização.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Desafio técnico-operacional pelo ineditismo da ação proposta e complexidade do mesmo, uma vez que não apenas os processos de desestatização de portos organizados como um todo, bem como a alienação de companhias docas são novidades no setor.

| NOME DA AÇÃO

Autorização para a exploração ou regularização de terminais portuários privados.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Celebração de 9 contratos de adesão para a exploração de terminais portuários privados e de 10 termos aditivos para regularização de contratos existentes.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os 9 novos terminais privados estão localizados em Candeias/BA, Oriximiná/PA, Mossoró/RN, Porto Velho/RO, Autazes/AM, São Francisco do Sul/SC, Bal. Camboriú/SC, Paracuru/CE e São Simão/GO. Já os terminais que tiveram os atuais contratos aditivados estão localizados em Humaitá/AM, Itaituba/PA, Itaguaí/RJ, Itacoatiara/AM, Manaus/AM (2), Porto Velho/RO, Tailândia/PA, Oriximiná/PA e Anchieta/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não houve desembolso ou valor economizado. Todavia, os investimentos projetados para as 19 áreas são da ordem de R\$ 888 milhões.

| DATA DA ENTREGA

29/07/2019 e 25/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A ação visa mitigar eventuais problemas relacionados à oferta de serviços portuários para as regiões envolvidas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O principal benefício será ampliar a oferta de serviços portuários para as regiões sob influência dos terminais, consequentemente melhorando a eficiência, a qualidade e diminuindo os custos aos usuários.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

No procedimento de autorização os principais desafios enfrentados estão na apresentação dos documentos, notadamente na comprovação de titularidade da área.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS - DGCO**| NOME DA AÇÃO****ADM do Brasil Ltda. - Contrato de Arrendamento Pres.41/97.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Autorização para realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento Pres. 41/97, via 2º Termo de Risco de Investimento - TRI, firmado entre a empresa ADM do Brasil Ltda. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo –CODESP, assunto tratado no bojo do processo administrativo SEI nº 50000.047453/2017-24, publicado por intermédio da Portaria nº 003, de 26 de Junho de 2019, no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2019, Seção 1, página 163.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Paulo/SP, Porto de Santos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento: R\$ 69.290.977,92.

| DATA DA ENTREGA

01 de julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atraso das obras para implantação dos investimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Usuários do serviço portuário em geral, garantia de movimentação e minimização do risco de abastecimento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Terminais de Armazenagens de Cabedelo Ltda. - Contrato nº 02/004/00.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Reequilíbrio econômico financeiro do Contrato nº 02/004/00, com implantação de novos investimentos e unificação contratual ao Contrato de Arrendamento nº 02/004/00, firmado entre o Terminais de Armazenagens de Cabedelo Ltda - TECAB e o Porto de Cabedelo, matéria tratada no âmbito do processo administrativo SEI nº 50000.040528/2018-27, publicado o Extrato do Termo Aditivo, no Diário Oficial da União de 08 de agosto de 2019, Seção 3, página 104.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

João Pessoa /PB, Porto de Cabedelo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento: R\$ 31.143.812,00.

| DATA DA ENTREGA

08 de agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ajustes dos parâmetros econômicos e financeiros do contrato.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Usuários do serviço portuário em geral.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Terminais Marítimos de Pernambuco S/A - Unificação contratual dos Contratos de Arrendamento sn/1996, nº 025/2000 e nº 072/2001.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Aprovação preliminar do plano de investimentos referente ao pleito de unificação contratual, prorrogação ordinária e novos investimentos dos Contratos de Arrendamento sn/1996, nº 025/2000 e nº 072/2001, celebrados entre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE e a empresa Terminais Marítimos de Pernambuco S/A – TEMAPE, assunto objeto do processo administrativo SEI nº 50000.052627/2017-71, publicado por intermédio da Portaria nº 3.487, de 02 de agosto 2019, no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2019, Seção 1, página 25.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Pernambuco /PE, Porto de Suape.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento: R\$ 72.898.833,22.

| DATA DA ENTREGA

06 de Agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de modernização da estrutura de armazenagem a ser disponibilizada para movimentação de graneis sólidos vegetal, em especial fertilizantes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Incremento do ganho de escala operacional pelo ganho marginal da unificação de áreas arrendadas .

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Granel Química LTDA - Contrato de Arrendamento Portuário nº 001/1999.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Prorrogação do Contrato de Arrendamento Portuário nº 001/1999, de titularidade da empresa Granel Química Ltda., no Porto do Itaqui/MA, assunto tratado no bojo do processo administrativo SEI nº 00045.001683/2016-71, publicado no Diário Oficial da União nº 70, de 11 de abril de 2019, Seção 3, página 94.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maranhão/MA, Porto de Itaqui.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do Investimento: R\$ 55.366.255,63.

| DATA DA ENTREGA

11 de abril de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade aperfeiçoamento e a modernização da tancagem a ser disponibilizada para movimentação e armazenagem de graneis líquidos combustíveis

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantia de movimentação e minimização do risco de abastecimento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 012/2000 – Tecon Salvador S/A.
- Adaptação e prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 003/97 – J. Macêdo S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 009/2012. – Glencore Serviços S/A..
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 01/2017 - Contermas Arrendatária do Novo Terminal Marítimo de Salvador SPE S/A.
- Adaptação e prorrogação contratual do Contrato de Arrendamento PRES/049.97. - Fibria Celulose S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 39/1997. - Terminal Portuário de Paranaguá S/A.- TEAPAR.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento DP/25.2001 - Norfolk Distribuidora LTDA. (incorporada pela Braskem S/A.).
- Adaptação do Contrato de Arrendamento s/n de 1992. - Localfrio S.A. - Armazéns Gerais Frigoríficos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 012/2000 – Tecon Salvador S/A.
- Adaptação e prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 003/97 – J. Macêdo S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 009/2012. – Glencore Serviços S/A..
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 01/2017 - Contermas Arrendatária do Novo Terminal Marítimo de Salvador SPE S/A.
- Adaptação e prorrogação contratual do Contrato de Arrendamento PRES/049.97. - Fibria Celulose S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 39/1997. - Terminal Portuário de Paranaguá S/A.- TEAPAR.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento DP/25.2001 - Norfolk Distribuidora LTDA. (incorporada pela Braskem S/A.).
- Adaptação do Contrato de Arrendamento s/n de 1992. - Localfrio S.A. - Armazéns Gerais Frigoríficos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União -TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 002/1994. - Interalli Administração S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 008/2012 - Terminal Corredor Norte S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº PRES/049.97 - Fibria Celulose S/A.
- Adaptação Contrato de Arrendamento nº 32/1998 - Libra Terminais S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 013-2001. - Cargill Agrícola S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 14/2000. - Terminal Marítimo do Valongo LTDA.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 023/2002 – Bunge Alimentos S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 088/1998. - Terminal Portuários de Angra dos Reis S/A. – TPAR.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 27/93. - Braskem S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 012/13. - Porto Esportivo Itajaí Ltda.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº CA-SUPRG 01/2002. - Petrobras Transporte S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 003/2002. - Magnesita Refratários S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 010/1998. - Libra Terminal Rio S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 010/2012 - Corredor Logística e Infraestrutura S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 30/2001. - APM Terminals Itajaí S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 056/2002. - Terminal 12A S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 042/2000. - Companhia Bandeirante de Armazéns Gerais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União -TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 009/2000 - Ageo Norte Terminais e Armazéns Gerais S/A;
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 0001/1997. - Tecon Rio Grande S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 100/1997 - Píer Mauá S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 069/1998 - Sepetiba Tecon S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento s/nº - Santos Brasil Participações S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 004/1996. – Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 357/2002. - M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos - MDB.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 055/2002. - Cereal Sul Terminais Marítimo S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 025/2000. - Terminais Marítimos de Pernambuco S/A – TEMAPE.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 012/2007 – Top-log Transportes e Operações LTDA.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 009/2002. - Companhia Operadora Portuária do Itaqui – COPI.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 17/2/2012. - Fertilizantes Santa Catarina LTDA.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 016/1998. - Terminal de Vila Velha S/A;
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 003/1995. – Terminais Portuários da Ponta do Félix S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 025/1999 - Cargill Agrícola S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 045/2001. – Tecon Suape S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União -TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias : • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 018/1998. – Citrosuco Serviços Portuários S/A. • Adaptação e prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 99/004/00. - Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda. • Adaptação e prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 97/016/00 - Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda. • Adaptação Contrato de Arrendamento nº PRES/049.97 - Fibria Celulose S/A. Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 024/2001. - Brasil Terminal Portuário S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº DP-DC/02.2009. - Santos Brasil Terminal de Veículos de Santos S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº PRES/019.98. - NST Terminais e Logística S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias : •Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 031/1998. - T-Grão Cargo Terminal de Granéis S/A. •Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 022/1998. - Concais S/A Terminal de Passageiros. •Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 003/98. Adonai Química S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº PRES 05/96. - Elevações Portuárias S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº DP. DC/01-2010. - Terminal Exportador do Guarujá Ltda.- TEGA ; • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº PRES/ 039.96. - Terminal Exportador do Guarujá LTDA - TEAG. Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 02/2017/MTPA. - Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 041/1997. - ADM do Brasil Ltda.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº DP/16.2000. - Marimex Despachos, Transportes e Serviços Ltda.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 02/99. - Petróleo Sabbá S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 001/94. - Louis Dreyfus Company Brasil S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 14/2003. - Convicon - Contêineres de Vila do Conde S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 011/2012-EMAP. - Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Terminais Portuários S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 001/99. - Granel Química LTDA.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 054/1997. - CSN Mineração S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias: Adaptação do Contrato de Arrendamento nº C-DEPJUR nº 072/1997. - Triunfo Logística LTDA. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 058/2000. - Localfrio S/A - Armazéns Gerais Frigoríficos. • Adaptação dos Contratos de Arrendamento nº 011/1998 e nº 03/2001 - M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 029/2012. - Agrovia do Nordeste S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 715/1996. - Terminais Marítimos de Pernambuco S/A.- TEMAPE. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 01/2001. - Estação Hidroviária do Amazonas S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 002/01. - Empresa de Revitalização do Porto de Manaus. - SNPH. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 062/2001. - Decal Brasil S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias: Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 87/025/00. - Centro Sul Serviços Marítimos. • Adaptação Contratual de Arrendamento nº 013/1999. - Paraná Operações Portuárias S/A. – PASA. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 002/2016. - Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 96/001/00 - Hermasa Navegação da Amazônia S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento CT nº 058-2000. - Localfrio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 34/1998. - Peiú - Sociedade de Propósito Específico - SPE S/A. • Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 072/2001. - Terminais Marítimos de Pernambuco S/A.- TEMAPE.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 03/99. - Pérola S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 15/1996 - Terminal Santa Catarina S.A- TESC.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 03/99. - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A - TCP
- Adaptação do Contrato de Arrendamento C-SUPJUR nº 061 /2015. – Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 1/97.-Terminal Marítimo do Guarujá S/A.- TERMAG.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 115/2002. - Rocha Terminais Portuários e Logística S/A.
- Adaptação do contrato de arrendamento C-SUPJUR nº 060/2015. - Nitport Serviços Portuários S/A.
- Adaptação Contratual ao Contrato de Arrendamento nº 11/97 - Deicmar Armazenagem e Distribuição LTDA

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento S/N. - CRB Operações Portuárias S/A (Grupo Votorantim).
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 013/98 - Caboto Comercial Marítima Ltda.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 34/94 - Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S/A
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 009/2012. - Glencore Serviços S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento PRES/69.97. - Santos Brasil Participações S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 010/2001. - Ageo Terminais e Armazéns Gerais S/A
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 01/96-SUPRG. - Petróleo Brasileiro S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação do Contrato de Arrendamento S/N. - Santos Brasil Participações S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 09/95. - Ipiranga Produtos de Petróleo S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento PRES/028.98. - Ecoporto Santos S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento nº 001/2016. - Terminal Exportador de Santos S/A. – TES.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação dos Contratos de Arrendamento nº 013/1999,054/2002, 016/2004, 024/2002 e 44/2001. - Terminal Químico de Aratu S/A
- Adaptação do Contrato de Arrendamento PRES nº 26/96. - Localfrio - Porto de Santos/SP.
- Adaptação dos Contratos de Arrendamento nº 016/1999 e 044/2002. - Vopak Brasil S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento PRES 01/97-A. - Terminal XXXIX de Santos S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Indeferimento dos pedidos de adaptação ao Decreto nº 9.048/2017.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Indeferimento dos pleitos de adaptação ao Decreto 9.048 de 2017, diante das recomendações/determinações do Tribunal de Contas União –TCU explicitadas no Acórdão nº 1446/2018-Plenário, das seguintes arrendatárias:

- Adaptação dos Contratos de Arrendamento nº 013/1999,054/2002, 016/2004, 024/2002 e 44/2001. - Terminal Químico de Aratu S/A
- Adaptação do Contrato de Arrendamento PRES nº 26/96. - Localfrio - Porto de Santos/SP.
- Adaptação dos Contratos de Arrendamento nº 016/1999 e 044/2002. - Vopak Brasil S/A.
- Adaptação do Contrato de Arrendamento PRES 01/97-A. - Terminal XXXIX de Santos S/A.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se Aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se Aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se Aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Não se Aplica.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

RAÍZEN/PETRÓLEO SABBÁ S/A. - Contrato de Transição nº 07.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Pleito de autorização de investimentos imediatos, urgentes e emergenciais, para a construção e montagem do sistema de iluminação fixa nos tanques, passagens e escadas de acesso no terminal Petroquímico de Miramar, assunto tratado no âmbito do processo administrativo SEI nº 50000.018131/2019-30, aprovado por intermédio da Portaria nº 3.758, de 27 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2019, Seção 1, página 44.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA, Porto de Belém.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do Investimento: R\$ 770.500,00.

| DATA DA ENTREGA

12 de setembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade aperfeiçoamento e a modernização no sistema de Iluminação Fixa em substituição ao Sistema de Iluminação Provisório que fora adotado objetivando a desinterdição do terminal pelo então Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que ocorreu em decorrência de evidenciação do não cumprimento de normativos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Investimentos trazem benefícios para os usuários do serviço portuário em geral.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

| NOME DA AÇÃO

RAÍZEN/PETRÓLEO SABBÁ S/A. - Contrato de Transição nº 07.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

(Recurso Administrativo) Pedido de autorização para a realização de investimentos urgentes no sistema de combate a incêndio do Terminal Petroquímico de Miramar- áreas BEL02A e BEL02B, assunto objeto do processo administrativo SEI nº 50000.048187/2018-38, aprovado pelo Exmo. Ministro da Infraestrutura, por intermédio do Despacho do Ministro nº 40/2019/GM/Minfra, de 11 de setembro de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA, Porto de Belém.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do Investimento: R\$ 3.000.000 data base nov/2018.

| DATA DA ENTREGA

11 de setembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualização do Sistema de Combate a Incêndio (SCI) devido à reclassificação do enquadramento do terminal pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará - CBMPA de I-3 (Fábricas e atividades industriais) para M-2 (Tanques ou Parque de Tanques).

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Investimentos trazem benefícios para os usuários do serviço portuário em geral.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Por se tratar de procedimento administrativo em que dois órgãos detêm competências complementares é necessário que haja sinergia na atuação entre ambos.

DEPARTAMENTO DE NAVEGAÇÃO DE HIDROVIAS - DNHI

| NOME DA AÇÃO

ADM do Brasil Ltda. - Contrato de Arrendamento Pres.41/97.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Viabilizar um projeto de concessão hidroviária: Apresentar um plano de ações, não se restringindo a etapas de estruturação de projetos para concessões, a exemplo do que ocorreu nos procedimentos de manifestação de interesse - PMIs de rodovia e ferrovia, mas incluindo etapas anteriores como questões de melhor compreensão do escopo e, até mesmo qualificação de equipe.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Em análise.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Em análise.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro ano 2020 - Caracterização das hidrovias; Definição / escolha da hidrovia que será utilizada para o estudo de caso de concessões; Capacitação de Servidores;

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Possibilidade de melhoria da gestão hidroviária, a partir de parcerias com a iniciativa privada.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantir serviços de manutenção, operação e monitoramento da via, além de obras de melhoramentos que possibilitem a ampliação da capacidade do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Ineditismo do tema no Brasil; Legislação do setor é complexa; Questões de dominialidade de trechos hidroviários; Falta de informações de movimentação de mercadorias; Alocação do risco hidrológico; Conflitos de uso de água;

| NOME DA AÇÃO

Definição de nova política para a construção, gestão e exploração das Instalações Portuárias do DNIT, com possibilidade de parcerias com Estados, Municípios e a iniciativa privada.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desenvolver nova política para construção, operação, manutenção e encerramento das atividades das Instalações Portuárias, prevendo a possibilidade de transferência das atividades para outro ente da administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital, ou ainda para a iniciativa privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Junho de 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O DNIT, por meio de suas Administrações Hidroviárias faz a gestão e operação em cada uma das 44 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte-IP4 já concluídas devendo proporcionar o funcionamento de todo o empreendimento: retroporto - facilidades localizadas em terra - e estruturas de acostagem, adequadas às características de cada rio.

O DNIT também está atuando na construção de mais 18 IP4 e também constam 31 em projeto/planejamento. Deste modo, o DNIT passou a ser uma “grande” Autarquia que presta um serviço com características e atividades de mercado, onde usualmente o interesse é de um privado, pela questão econômica, ou do interesse público local (Estadual, Municipal ou Distrital). Além disso, por vezes chegam solicitações (de Senadores, Estados e Municípios) para que o DNIT construa mais uma ou outra IP4, gerando pressão por mais gastos nesta área.

A publicação de uma portaria contendo diretrizes e políticas irá trazer mais organização e orientações para melhor atuação do DNIT, definindo critérios mínimos para construção de novas Instalações Portuárias e, ao mesmo tempo, permitindo que ele foque nas Instalações Portuárias de Interesse Nacional.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhoria da gestão das instalações portuárias, com otimização do uso de recursos públicos e melhor alocação das atividades operacionais relativas às instalações portuárias. Espera-se beneficiar, assim, os usuários das instalações portuárias.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Identificar o problema, pois a legislação é complexa e já sofreu muitas alterações ao longo do tempo. Alinhamento com Estados e Municípios no sentido de transferência da operação das instalações, em ambiente com forte restrição orçamentária e grande dificuldade de gestão centralizada.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - SNTT





FISCALIZAÇÃO
ELETRÔNICA

110
km/h

VEÍCULOS
LEVES

90
km/h

VEÍCULOS
PESADOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL- CGGAT/SNTT**| NOME DA AÇÃO**

SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Módulo II (Processo de Licenciamento).

| DATA DA ENTREGA

30/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Antes da implementação do Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental – SIGESA, o controle dos dados era feito por intermédio de planilhas e muitas etapas deixavam de ser consideradas em relação às informações dos processos de licenciamento ambiental realizados pelas empresas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura. Com a implementação do SIGESA, foi suprida aquela lacuna e as informações passaram a ser completas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os principais benefícios alcançados pelas empresas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura são: (i) a melhoria da imagem das companhias, pois o mercado reconhece e valoriza organizações ambientalmente corretas; (ii) melhoria da competitividade, já que consumidores mais influentes começam a exigir critérios ambientais; e (iii) redução de custos, uma vez que o cuidado com meio ambiente não é apenas sinônimo de despesa, o gerenciamento ambiental também pode significar novas oportunidades de negócios e boa reputação para as empresas identificadas como ecologicamente corretas. O público alcançado, neste caso, são os consultores e gestores, do setor público e privado, envolvidos nos processos de licenciamento ambiental e os usuários dos portos, aeroportos e toda a infraestrutura de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

A implementação do SIGESA é complexa, pois apresenta alguns fatores que dificultam seu desenvolvimento na organização. Os principais desafios foram: dificuldade de mensurar os resultados da implementação do Sistema, visto que este é um tópico complexo e pouco abordado nas organizações; problemas de caráter econômico devido à falta de recursos financeiros para aquisição de tecnologias mais avançadas; dificuldades de implementação de procedimentos de avaliação periódica inerentes ao cumprimento da legislação ambiental aplicável.

| NOME DA AÇÃO

SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Módulo III (Alertas e Geoespecialização).

| DATA DA ENTREGA

30/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A 3^a fase de desenvolvimento do SIGESA diz respeito ao módulo de alertas, relatórios e geoespecialização. A funcionalidade de gerar relatórios já foi concluída e entregue aos usuários. O levantamento de requisitos dos alertas já foi iniciado. Quanto à Geoespecialização das informações, o processo está em fase inicial de definição de estratégia para a implementação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O controle de prazos de vencimento de licenças e autorizações são etapas críticas no processo de licenciamento ambiental, por isso a importância da emissão de alertas. Quanto à geoespecialização das informações, entende-se que trará grandes benefícios ao sistema, pois permitirá visualizar as informações ambientais por meio de mapas e painéis gerenciais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/

IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Integração do SIGESA com outros sistemas do Ministério, como o Sistema de Informações Ambientais para Infraestrutura - SIAI, desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística - EPL.

| NOME DA AÇÃO

Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes - Via Viva 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Artigos

| DATA DA ENTREGA

26/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proporcionar a divulgação de artigos técnicos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Divulgação de artigos técnicos sobre os temas do Via Viva de 2018 e 2019.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Organizar meio de divulgação. Formar banca examinadora. Promover retorno das informações aos autores.

| NOME DA AÇÃO

Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes - Via Viva 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Site.

| DATA DA ENTREGA

15/04/2019

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Divulgação do evento e ferramenta para inscrições do evento.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhor divulgação do evento. Facilidade para fazer as inscrições.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Alimentar o site com as informações necessárias (Programação, Apresentações, Avaliação do Evento, Fotos, Notícias).

| NOME DA AÇÃO

Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes - Via Viva 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Programação.

| DATA DA ENTREGA

26/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Em fase de definição de participantes.

| NOME DA AÇÃO

Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes - Via Viva 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Aquisições (manutenção site, contratação de mestre de cerimônia, coffee break, serviços gráficos, kit inscrição).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 57.710,60, (sendo R\$ 3.600,00 economizados em criação de arte e comunicação).

| DATA DA ENTREGA

27/11/2019

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Contato com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA para orientação e previsão de procedimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Antecipação e cumprimento do cronograma de execução do evento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Elaboração de Projetos Básicos e acompanhamento de processos.

| NOME DA AÇÃO

Revisão do PROFAS - Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposta de revisão da legislação relativa a regularização ambiental de rodovias.

| DATA DA ENTREGA

24/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Por definição legal, o Departamento Nacional de Infraestrutura DNIT precisa regularizar a situação ambiental das suas rodovias que foram construídas em período anterior a exigência de licença ambiental. Diversas tentativas foram feitas com a edição de portarias interministeriais do Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério da Infraestrutura - MInfra, porém nenhuma foi efetiva para a resolução do problema.

Para solucionar definitivamente essa pendência, vem sendo trabalhada uma proposta de medida provisória com solução para a regularização das rodovias federais. Participam desse processo MInfra, DNIT, MMA e Presidência da República - PR.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A regularização ambiental é um anseio de todos. Com a emissão das licenças de operação dos empreendimentos, o cuidado com os usuários e com o meio ambiente só aumentará.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO
DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Alinhamento entre todos os Órgãos interessados no assunto e aprovação da Medida Provisória pelo Congresso Nacional.

| NOME DA AÇÃO

Simplificação do licenciamento ambiental de obras na faixa de domínio.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposta de simplificação de procedimentos de licenciamento ambiental.

| DATA DA ENTREGA

24/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Na atualidade, uma grande dificuldade encontrada para a implementação de empreendimentos de transporte são os processos de licenciamento ambiental. Com uma legislação desatualizada, os processos demoram anos até a emissão das licenças ambientais, trazendo grandes prejuízos ao país.

A intenção ao propor procedimentos mais simples para o licenciamento de obras dentro da faixa de domínio já existente é alavancar o desenvolvimento das infraestruturas de transportes, mas sem implicar em prejuízos ao meio ambiente. Participam desse processo MInfra, DNIT, MMA e Presidência da República.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A criação de procedimentos mais efetivos e céleres, permitindo a emissão de licenças ambientais em tempo compatível com os dos projetos de infraestrutura.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Alinhamento entre todos os Órgãos interessados no assunto e aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Lei de licenciamento ambiental

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Edição de lei geral de licenciamento ambiental.

| DATA DA ENTREGA

Contínuo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Um dos pontos mais criticados da legislação ambiental brasileira é quantidade de normas infralegais que regem os processos de licenciamento ambiental. É antigo o anseio pela edição de uma lei geral que trate de licenciamento ambiental no país.

Desde 2004 tramita no congresso o PL nº 3729/2004, que propõe a edição de uma lei que passará a reger todos os processos de licenciamento. O MInfra acompanha de perto esse processo, atuando em parceria com outros Ministérios para alcançar um texto que traga regras claras e segurança jurídica aos empreendedores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Arcabouço legal sólido, trazendo segurança jurídica e técnica aos empreendedores.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO
DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Alinhamento entre todos os órgãos interessados no assunto e aprovação do Congresso Nacional.

| NOME DA AÇÃO

Termo de Referência Socioambiental de Concessões de Rodovias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão do Termo de Referência de Estruturação de Concessões Rodoviárias - ESAEC-R.

| DATA DA ENTREGA

12/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os estudos para estruturação das concessões rodoviárias são importantes instrumentos de auxílio à tomada de decisão dos gestores. Quanto à temática socioambiental, esses estudos trazem itens que podem ter grande impacto financeiro e trazer grandes riscos aos futuros concessionários.

Buscando trazer diretrizes para a elaboração desses estudos, foi elaborado o ESAEC-R. A 1ª versão do Termo de referências para elaboração dos estudos socioambientais de estruturação das concessões rodoviárias foi aprovado pela Comissão Permanente de Outorgas Rodoviárias - CPOR em 21/12/2017.

Em 12/06/2019, foi aprovada a primeira revisão deste documento, propondo mudanças da definição de cenários que subsidiam a tomada de decisão dos gestores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Diretrizes claras para a definição de cenários na elaboração dos estudos socioambientais de estruturação de concessões.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO
DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Lei de licenciamento ambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Edição de Lei Geral de licenciamento ambiental.

| DATA DA ENTREGA

Contínuo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Um dos pontos mais criticados da legislação ambiental brasileira é quantidade de normas infralegais que regem os processos de licenciamento ambiental. É antigo o anseio pela edição de uma lei geral que trate de licenciamento ambiental no país.

Desde 2004 tramita no congresso o PL nº 3729/2004, que propõe a edição de uma lei que passará a reger todos os processos de licenciamento. O MInfra acompanha de perto esse processo, atuando em parceria com outros Ministérios para alcançar um texto que traga regras claras e segurança jurídica aos empreendedores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Arcabouço legal sólido, trazendo segurança jurídica e técnica aos empreendedores.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO
DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Alinhamento entre todos os órgãos interessados no assunto e aprovação do Congresso Nacional.

| NOME DA AÇÃO

Termo de Referência Socioambiental de Concessões de Rodovias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão do Termo de Referência de Estruturação de Concessões Rodoviárias - ESAEC-R.

| DATA DA ENTREGA

12/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os estudos para estruturação das concessões rodoviárias são importantes instrumentos de auxílio à tomada de decisão dos gestores. Quanto à temática socioambiental, esses estudos trazem itens que podem ter grande impacto financeiro e trazer grandes riscos aos futuros concessionários.

Buscando trazer diretrizes para a elaboração desses estudos, foi elaborado o ESAEC-R. A 1ª versão do Termo de referências para elaboração dos estudos socioambientais de estruturação das concessões rodoviárias foi aprovado pela Comissão Permanente de Outorgas Rodoviárias - CPOR em 21/12/2017. Em 12/06/2019, foi aprovada a primeira revisão deste documento, propondo mudanças da definição de cenários que subsidiam a tomada de decisão dos gestores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Diretrizes claras para a definição de cenários na elaboração dos estudos socioambientais de estruturação de concessões.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Termo de Referência Socioambiental de Concessões Ferroviárias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração do Termo de Referência de Estruturação de Concessões Ferroviárias
- ESAEC-F.

| DATA DA ENTREGA

30/10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os estudos para estruturação das concessões ferroviárias são importantes instrumentos de auxílio à tomada de decisão dos gestores. Quanto à temática socioambiental, esses estudos trazem itens que podem ter grande impacto financeiro e trazer grandes riscos aos futuros concessionários. Buscando trazer diretrizes para a elaboração desses estudos, em parceria com a EPL, VALEC e ANTT foi elaborado o ESAEC-F.

A proposta encontra-se em fase final de elaboração e posteriormente será enviada para a aprovação da Comissão Permanente para o Acompanhamento e Implementação da Estruturação de Projetos Referentes à Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - CPFER.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Diretrizes claras para a elaboração dos estudos socioambientais de estruturação de concessões.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO
DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

A finalização de um texto que atenda aos anseios de todos os envolvidos.

| NOME DA AÇÃO

Participação no Fórum Permanente de Desempenho Socioambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Reuniões mensais com representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente- IBAMA , Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República - PPI, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, VALEC Empresa de Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações-SGAD e Secretaria Nacional de Transportes Terrestres -SNTT para acompanhamento do licenciamento de empreendimentos prioritários.

| DATA DA ENTREGA

Contínuo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Entraves no processo de licenciamento.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Detectar possíveis entraves no processo de licenciamento ambiental e buscar soluções, garantindo maior agilidade na análise dos estudos ambientais, diminuindo o prazo para obtenção das licenças ambientais.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO
DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Legislação ambiental e atual procedimento de manifestação dos órgãos envolvidos (Fundação Nacional do Índio- FUNAI, Fundação Cultural Palmares - FCP, Instituto Chico Mendes Conservação da Biodiversidades- ICMBio.

COORDENAÇÃO- GERAL DE GESTÃO E PROJETOS ESPECIAIS - CGPE/SNTT**| NOME DA AÇÃO**

Alterações nos procedimentos relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide-Combustíveis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposição de alterações nos normativos relacionados ao programa da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Cide-combustíveis, de forma a promover uma distribuição mais equânime dos recursos entre as Unidades da Federação e melhor disciplinar a participação do Ministério da Infraestrutura no processo.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades da Federação.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os critérios existentes para o cálculo dos percentuais da arrecadação da Cide a serem destinados a cada unidade da federação não estão adequados , haja vista que um pequeno grupo de estados concentra boa parte do valor repassado. Ademais, os normativos vigentes conferiram atribuições ao Ministério da Infraestrutura, a título de acompanhamento do programa, que estão em desacordo com suas competências e com as diretrizes de governo vigentes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Promoção de uma distribuição mais equânime dos recursos da Cide-combustíveis entre as Unidades da Federação; desburocratização e maior autonomia dos estados e Distrito Federal na utilização dos valores recebidos; e um melhor disciplinamento da participação do Ministério da Infraestrutura no processo , de forma a possibilitar que se concentre em suas funções precípuas de elaboração de políticas públicas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Restrições constitucionais aos limites alcançáveis pelas proposições legislativas e necessidade de tramitação e apoio do Congresso Nacional para que o Projeto de Lei seja promulgado.

COORDENAÇÃO- GERAL DE OUTORGAS RODOVIÁRIAS - CGOR/SNTT

| NOME DA AÇÃO

Assinatura do contrato de concessão da Rodovia de Integração Sul SA - VIASUL.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-101/116/290/448/RS entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (VIASUL), com extensão de 473,4 km, no trecho compreendido entre a divisa SC/RS e Carazinho/RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-101/RS - trecho compreendido entre a divisa dos estados de SC/RS, em Torres/RS, e o entroncamento com a BR-290, em Osório (87,90 km); Rodovia BR-290/RS - trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-101, em Osório, e após o final da ponte móvel sobre o rio Guaíba (98,10 km); Rodovia BR-386/RS - trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-285/377(b) (para passo fundo) e o entroncamento com a BR-116, em Canoas (265,80 km); Rodovia BR-448/RS - trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116, em Sapucaia do Sul, e o entroncamento com a BR-116/290, em Porto Alegre (21,60 km).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Capital Expenditure - Capex: R\$ 7,8 bilhões e Operational Expenditure - Opex: R\$ 5,6 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

11/01/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido. Ainda, o empreendimento gerará aproximadamente 4 mil empregos diretos e 8 mil empregos indiretos (estimativa para os 15 primeiros anos).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Publicação do edital de concessão da BR-364/365/GO/MG .

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-364/365/GO/MG com extensão de 437,0 km, no trecho compreendido entre Jataí/GO e Uberlândia/MG.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-365/MG do km 629 (entroncamento com a MG-479 - contorno oeste de Uberlândia) até o km 873,3 (divisa entre os estados de MG e GO), com 244,3 quilômetros de extensão; BR-364/GO do km 0 (divisa entre os estados de MG e GO) até o km 192,7 (entroncamento com a BR-060(a) em Jataí), com 192,7 quilômetros de extensão.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Capex: R\$ 2,1 bilhões e Opex: R\$ 2,5 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

05/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação do plano de outorga da BR-101/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-101/SC, com extensão de 220,4 km, no trecho compreendido entre Palhoça/SC e a divisa SC/RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-101/SC, entre os municípios de Paulo Lopes (km 244+680) e Passo de Torre (km 465+100).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Capex: R\$ 2,9 bilhões e Opex: R\$ 3,2 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

25/04/201.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Necessidade de aprovação dos estudos pelo Tribunal de Contas da União - TCU para publicação do edital.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação dos estudos de viabilidade da BR-262/381/ES/MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-262/381/ES/MG, com extensão de 672,0 km, nos trechos da BR-262 do entroncamento com a BR-381/MG em João Monlevade/MG até a divisa de MG/ES e da divisa de MG/ES até o entroncamento com a BR-101 em Viana/ES, e no trecho da BR-381/MG de Belo Horizonte/MG até governador Valadares/MG.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-381/MG trecho entrº BR-116/MG (Gov. Valadares) – entrº BR-262/MG (João Monlevade); Rodovia BR-381/MG trecho entrº BR-262/MG (João Monlevade) – entrº BR-262/MG (p/ Sabará); Rodovia BR-262/MG trecho entrº BR-381/MG (João Monlevade) – divisa MG/ES; Rodovia BR-262/ES trecho divisa ES/MG – entrº BR-101/ES (Viana).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Capex: R\$ 9,2 bilhões e Opex: R\$ 5,7 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

25/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido. Além disso, estima-se que a concessão do trecho, estimando a média dos primeiros 15 anos de concessão, gerará 5.487 empregos diretos, 2.491 empregos indiretos e ainda 8.290 empregos devidos ao “efeito renda” da presença da concessão, o que contribuirá para o aquecimento da economia do país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Necessidade de realização de audiência pública para apresentar o projeto à sociedade.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação dos estudos de viabilidade da BR-163/230/MT/PA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-262/381/ES/MG, com extensão de 672,0 km, nos trechos da BR-262 do entroncamento com a BR-381/MG em João Monlevade/MG até a divisa de MG/ES e da divisa de MG/ES até o entroncamento com a BR-101 em Viana/ES, e no trecho da BR-381/MG de Belo Horizonte/MG até Governador Valadares/MG.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-163/MT – no trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia MT-220, em Sinop/MT e a divisa dos estados MT/PA, em Guarantã do Norte/MT (262,80 km) Rodovia BR-163/PA – no trecho compreendido entre a divisa dos estados MT/PA, em novo progresso/PA e o entroncamento com a BR-230/PA, em Itaituba/PA (674,40 km); Rodovia BR-230/PA – no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA em Itaituba/PA e o início da travessia do rio Tapajós, no distrito de Miritiuba, em Itaituba/PA (33,00 km).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Capex: R\$ 1,7 bilhões e Opex: R\$ 1,0 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

30/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido. Além disso, estima-se que a concessão do trecho, estimando a média dos primeiros 15 anos de concessão, gerará 5.487 empregos diretos, 2.491 empregos indiretos e ainda 8.290 empregos devidos ao “efeito renda” da presença da concessão, o que contribuirá para o aquecimento da economia do país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Necessidade de realização de audiência pública para apresentar o projeto à sociedade.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação dos estudos de viabilidade da BR-080/153/414/GO/TO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-080/153/414/GO/TO, com extensão de 851,0 km, no trecho compreendido entre Anápolis/GO e Aliança do Tocantins/TO.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-153/TO/GO: trecho compreendido entre Aliança do Tocantins (TO) e Anápolis (GO); Rodovia BR-080/GO: trecho compreendido entre Uruaçu e o entroncamento com a rodovia BR-414; Rodovia BR-414/GO: trecho compreendido entre Anápolis (GO) e o entroncamento com a BR-080/GO.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Capex: R\$ 7,6 bilhões e Opex: R\$ 4,2 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

18/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido. Considerando a média dos primeiros 15 anos de concessão, estima-se que a nova concessão poderá gerar 2.760 empregos diretos, 1.250 empregos indiretos e ainda 4.160 empregos devidos ao “efeito renda”, o que contribuirá para o aquecimento da economia do país.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Necessidade de realização de audiência pública para apresentar o projeto à sociedade.

COORDENAÇÃO- GERAL DE GESTÃO RODOVIÁRIA - CGGR /SNTT

| NOME DA AÇÃO

Painel para acompanhamento de obras públicas rodoviárias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Disponibilização de painel para acompanhamento de obras públicas com informações gerenciais acerca dos empreendimentos rodoviários conduzidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de forma a subsidiar as necessidades de informação da Agenda do Departamento de Transporte Rodoviário - DTRod para desempenho de suas competências e atendimento a demandas do Ministério.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não aplicável

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

03 de maio de 2019 (primeira versão). Versão aprimorada do painel com ajustes e correções previstas para final de julho/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Alto tempo gasto para consolidação de informações sobre os empreendimentos conduzidos pelo DNIT e acompanhados pelo Departamento de Transporte Rodoviário - DTRod. Dificuldade para consolidar informações de vários contratos atrelados a cada empreendimento. Falta de agilidade para obtenção de informações atualizadas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Informações atualizadas e estruturadas, obtidas diretamente dos sistemas do DNIT. O painel tornou-se uma das ferramentas de gestão usadas pela Coordenação-Geral de Projetos e Acompanhamento Rodoviário - CGAR e sua implementação proporcionou maior integração com o DNIT, tirando o máximo proveito das iniciativas e sistemas já desenvolvidos pela vinculada, além de reduzir significativamente o tempo gasto pela equipe da CGAR na consolidação das informações sobre os empreendimentos acompanhados pelo departamento.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Mapeamento das informações desejadas pela área finalística cliente do painel. Documentação das informações a serem apresentadas no painel e conciliação com a agenda da área desenvolvedora no DNIT. Solução de inconsistências de algumas informações.

| NOME DA AÇÃO

Levantamento dos sistemas de informação do DNIT referentes a obras públicas e implantação do envio automatizado das informações ao Departamento de Transporte Rodoviário - DTRod.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Após conhecer os diversos sistemas em uso no âmbito do DNIT, foi obtido acesso ao Sistema de Informações e Monitoramento do DNIT-SIMDNIT, um Data Warehouse (DW) por meio do qual foi possível conceber relatórios customizados com informações orçamentárias, financeiras e referentes à gestão de contratos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

26/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de agilidade na consolidação de informações dos empreendimentos rodoviários conduzidos pelo DNIT e acompanhados pelo departamento. Dificuldade ou demora para aquisição de informações específicas para demandas diversificadas de curto prazo para o departamento.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Foi possível conceber relatórios customizados com diversas informações de interesse do departamento, os quais são enviados semanalmente de forma automatizada para alimentar a base de informações do DTRod. Tais informações podem ser utilizadas no desenvolvimento de painéis gerenciais em ferramentas de Business Intelligence (BI).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Concepção e correto relacionamento entre as diversas tabelas extraídas do SIMDNIT. Entendimento conceitual das informações disponíveis no SIMDNIT. Dificuldades técnicas para implementação do envio automatizado do DNIT ao DTRod via mensagem eletrônica.

| NOME DA AÇÃO

Elaboração de painel piloto de informações de acidentes em rodovias federais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaborou-se um painel com informações estatísticas de acidentes, utilizando-se da nova ferramenta de Business Intelligence (Microsoft Power bi), em processo de aquisição pelo ministério. O painel foi elaborado a partir dos dados abertos sobre acidentes em rodovias federais registrados pela Polícia Rodoviária Federal - PRF.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Junho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de conhecimento acerca do Microsoft Power bi. Esta ferramenta é a solução de Business Intelligence escolhida pela coordenação geral de tecnologia da informação para uso pelo ministério. Ainda não havia sido disponibilizado treinamento para a ferramenta no âmbito do MInfra e concluiu-se que a utilização de informações públicas e de fácil compreensão facilitaria o aprendizado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A construção do painel permitiu aprendizado para ofertar treinamento interno no uso do Microsoft Power bi a partir de julho/2019, disseminando conhecimento na equipe. O painel desenvolvido pode eventualmente ser aprimorado e utilizado para subsidiar políticas públicas para melhorar a segurança nas rodovias.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Utilização de uma ferramenta sem conhecimento prévio ou treinamento sobre a mesma. Necessidade de estruturação e análise dos dados obtidos da PRF.

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO RODOVIÁRIO - CGAR/SNTT**| NOME DA AÇÃO**

Painéis de Monitoramento e Gestão – Integra/DNIT.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Os painéis de monitoramento e gestão dos empreendimentos rodoviários consistem no acompanhamento gerencial dos mesmos, visando o aprimoramento da gestão dos empreendimentos rodoviários, incluindo informatização das informações. Por meio de reuniões periódicas com as autarquias vinculadas, são analisados e supervisionados pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT os programas e empreendimentos prioritários. Na ocasião são identificados pontos críticos e em seguida atua-se visando à eliminação de gargalos.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Abril de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O monitoramento de empreendimentos não possuía base de dados informatizada com acesso pela SNTT, o que dificultava o acompanhamento das obras públicas, trazendo a necessidade de comunicação via telefone ou mesmo presencial, para obtenção de informações fundamentais, o que demandava servidor/empregado do ministério e do DNIT e deixava o processo moroso e muitas vezes informal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Com a implementação do painel a informação já está disponível para os setores afins do ministério, bem como reduziu a necessidade de comunicação via telefone e presencial, dando maior transparência ao processo de monitoramento das obras públicas, e tornou possível a realização de reuniões estruturadas e periódicas com maior efetividade. Como benefício principal, foi possível realizar monitoramento eficiente dos empreendimentos elencados como prioritários em 2019, conforme descrito: a) duplicação Guaíba-Pelotas na BR-116/RS ; b) ponte sobre o rio Guaíba na BR-392/RS; c) ponte sobre o rio Abunã, na BR-364/R0;d) BR-381/MG ,e BR-163 MT/PA. Destes empreendimentos, destaca-se que serão liberados 15km da BR-381/MG no dia 19/07/2019, especificamente do lote 3, que tem extensão total de 28km, ou seja, aproximadamente 50% do trecho liberado.Também foi possível iniciar o acompanhamento das obras constantes dos contratos de com de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes, sob regulação, supervisão e fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Estabelecimento de fluxo de informações em quantidade adequada, prazo razoável e conteúdo consistente.

| NOME DA AÇÃO

Acompanhamento de rodovias delegadas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Acompanhamento de rodovias delegadas aos estados, exercendo o efetivo acompanhamento para impedir ações que possam lesar o patrimônio público federal delegado, obedecendo inclusive aos apontamentos de órgãos de controle.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Paraná: BR-369; BR-153; BR-158; BR-369; BR-376; BR-277; BR-373; BR-476; BR-163; E BR-116. Mato Grosso do Sul: Ponte na localidade de Porto Morrinho na BR-262/MS e pleito de denúncia do convênio de delegação na BR-436/MS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Em andamento.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Falta de acompanhamento das rodovias delegadas ao estado, o que deu margem para apuração de irregularidades por órgãos de controle.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Zelo ao interesse público, pela preservação do patrimônio delegado e pela atuação proativa do ministério.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Falta de padronização e parâmetros para acompanhamento de rodovias delegadas.

| NOME DA AÇÃO

Análise e subsídios para elaboração do Plano Plurianual - PPA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Por meio da análise histórica dos contratos (avanço físico-financeiro, desempenho, interferências etc.) Realizada no monitoramento de obras públicas, foi realizada proposta de alocação de recursos subsidiando a elaboração do plano plurianual - PPA.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Junho a julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O país encontra-se em uma situação econômica que dispõe recursos limitados para infraestrutura. Baseado nisso, foi identificada a necessidade de racionalizar os recursos, apesar da capacidade executora em obras públicas no modal rodoviário estar além da previsão de disponibilização orçamentária prevista, porém, a situação demanda adequação no ritmo das obras de rodovias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Racionalização na utilização de recursos públicos, empregando-os em empreendimentos que se tornem funcionais, considerando a situação econômica do País e a capacidade de execução das vinculadas.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não aplicável.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - COORDENAÇÃO -GERAL DE PLANEJAMENTO , GESTÃO E CONTROLE - CGPGC/SNTT**| NOME DA AÇÃO**

Revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de Trânsito -CONTRAN.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração de Minuta de novo Regimento Interno do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que culminou na publicação da Resolução nº 776, de 13 de junho de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

13/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de alteração da Lei nº 9.503, de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Foi definido pela MPV 882/2019 que o CONTRAN será presidido pelo Ministro da Infraestrutura e composto pelos Ministros de Estado das seguintes pastas: 1) Infraestrutura (presidente) ; 2) Justiça e Segurança Pública ; 3) Defesa; 4) Relações Exteriores ; 5) Economia; 6) Educação 7) Saúde; 8) Ciência , Tecnologia, Inovações e Comunicações e 9) Meio Ambiente .

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que fortalece a atuação do CONTRAN.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Estudo da matéria; Aprovação da Medida Provisória.

| NOME DA AÇÃO

Multas para pedestre e ciclistas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revogar a Resolução CONTRAN nº 706/2017 e 731/2018, que trata das multas para pedestres e de ciclistas, previstas nos artigos 253 e 254 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB – Combinada com a Campanha Nacional de Trânsito 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

20/02/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A medida tem a necessidade de levar em consideração o fato do assunto ser mais discutido nos temas engenharia, educação e fiscalização de trânsito, que antes de estabelecer sanções, tem a necessidade de promover campanhas educativas para o trânsito.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Órgãos de trânsito e sociedade em geral.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

1) Estudo da matéria; 2) Tempo de desenvolvimento ; 3) Elaboração do normativo ; 4) reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO

Identificação do MINFRA nos documentos do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Alterar a expressão “MINISTÉRIO DAS CIDADES” para “MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA” nos documentos de porte obrigatório expedidos pelo DENATRAN (Certificado de Registro do Veículo - CRV, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Permissão Internacional para Dirigir - PID e Autorização para Conduzir Ciclomotores - ACC), tendo em vista a extinção do antigo órgão e a vinculação do DENATRAN ao Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

20/02/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de substituir o texto nos seguintes documentos: CRV, CRLV, CNH e PID, Resolução CONTRAN nº 16/1998, 187/2006, 310-2009, e 718/2017. Alterar a expressão “Ministério das Cidades” para “Ministério da Infraestrutura”.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atualização dos normativos, dando maior celeridade na conclusão dos processos de trabalho.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

1) Tempo de Desenvolvimento e 2) Elaboração do normativo .

360

| NOME DA AÇÃO

Aumento da Pontuação para suspensão da CNH para 40 pontos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Estudo para identificar a influência da pontuação sobre a accidentalidade de trânsito e a possibilidade de aumentar de 20 para 40 a quantidade de pontos para fins de suspensão do direito de dirigir. Contido no Projeto de Lei 3267/2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de se observar a realidade nacional. A atual complexidade do trânsito brasileiro cada vez mais gera a possibilidade do condutor levar uma autuação de trânsito, ainda que não tenha a intenção de cometê-la. No caso dos condutores que exercem a atividade de motoristas profissionais, o problema é ainda mais grave, já que a carteira de habilitação é o seu instrumento de trabalho, sem o qual não tem condições de exercer a sua profissão.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Adequar-se às necessidades e a realidade do cidadão brasileiro. Alcançou a sociedade em geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

1) Estudo sobre o tema e 2) Aprovação do Projeto Lei.

| NOME DA AÇÃO

Campanha Nacional de Trânsito.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Estabelecer o tema e o cronograma, conforme previsto no art. 75 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, para promover o Lançamento da Campanha Nacional de Trânsito 2019. Culminou na publicação da Resolução CONTRAN nº 771, de 28 de fevereiro de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

10/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A Resolução estabeleceu o tema e o cronograma das campanhas educativa de trânsito a ser realizada de abril de 2019 a maio de 2020, bem como a mensagem a ser utilizada nacionalmente em todas as peças publicitárias destinadas à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A Resolução foi formulada para regulamentar as campanhas de trânsito, para uma maior conscientização da população, aumentando a segurança viária no País.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

1) Tempo de desenvolvimento; 2) Elaboração do normativo e 3) Reunir todos os atores para discussão do tema .

| NOME DA AÇÃO

Proposta de Reestruturação das Câmaras Temáticas do CONTRAN.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposta de reestruturação das Câmaras Temáticas do CONTRAN, estabelecendo requisitos de escolhas dos representantes das Câmaras, dando maior transparência ao processo seletivo. Culminou na publicação da Resolução CONTRAN nº 777, de 13 de junho de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

28/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A Resolução CONTRAN nº 777/2019 estabeleceu a composição das câmaras temáticas do CONTRAN, seus componentes e competências.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

1. Câmara Temática de Assuntos Veiculares e Ambientais (CTAV);
2. Câmara Temática de Educação e Saúde para o Trânsito (CTES);
3. Câmara Temática de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito (CTET);
4. Câmara Temática de Esforço Legal (CTEL);
5. Câmara Temática de Transporte Rodoviário (CTTR).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

1) Tempo de desenvolvimento; 2) Elaboração do normativo e 3) Reunir todos os atores para discussão do tema .

| NOME DA AÇÃO

Mapear as ações de educação para o Trânsito.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Mapear as ações de educação para o trânsito previstas para 2019/2020 no Sistema Nacional de Trânsito. Estabelecer interlocução entre Maio Amarelo, Semana Nacional de Trânsito e Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

30/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A necessidade de criação de força tarefa, para aumentar a efetividade na educação e conscientização para a educação do trânsito.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Chamar a atenção da sociedade sobre a importância da educação e segurança no trânsito.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

1) Tempo de desenvolvimento e 2) Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO

Formação do Condutor.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Simplificação do processo de formação para obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor - ACC, tornar o Simulador de Direção Facultativo e reduzir a aula noturna de 4h/aulas para 1h/aula. Culminou na publicação da Resolução CONTRAN nº 778, de 13 de junho de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Altera as Resoluções CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, e nº 358, de 13 de agosto de 2010, para dispor sobre aula prática noturna, carga horária para obtenção da ACC e tornar facultativo o uso de simulador de direção veicular no processo de formação de condutores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Estabeleceu normativo para simplificação para a obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotores - ACC, tornou facultativo o simulador de direção e reduziu a aula noturna para 1 h/aula.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

1) Tempo de desenvolvimento e 2) Elaboração do normativo e 3) Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO

Nova Placa de Identificação Veicular.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Avaliar a segurança do processo de emplacamento, o impacto econômico e social, modelo de credenciamento e aspectos técnicos da placa. Culminou na Resolução CONTRAN nº 780/2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

26/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aprimorar os requisitos técnicos e de segurança da placa de identificação veicular e adequar o modelo de placa de acordo com o padrão estabelecido pelo MERCOSUL.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Maior segurança no processo de emplacamento.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

a) Disponibilidade de recursos logísticos e humanos; b) Reunir todos os representantes de fabricantes e c) prazo de SERPRO e dos Estados a ser definido.

| NOME DA AÇÃO**RECALL (Revisão do Normativo)****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Aumentar a efetividade de atendimento aos chamamentos de recalls. Culminou na publicação da Portaria Conjunta nº 03, de 1º de julho de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não aplicável.

| DATA DA ENTREGA

02/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aprimorar a eficiência nos chamamentos de recall (substituição de um real defeito) de tal forma a permitir que toda a sociedade atenda a esses chamados de risco, permitindo maior segurança no trânsito.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Aprimorar a eficiência nos chamamentos de recall de tal forma a permitir que toda a sociedade atenda a esses chamados de risco, permitindo maior segurança no trânsito.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/**IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Disponibilidade de recursos (logísticos, humanos, orçamentários e financeiros) para realização das Interações Sistêmicas. Reunir todos os representantes do setor para discussão do tema.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS - DTFER/SNTT

| NOME DA AÇÃO

Leilão de subconcessão da FERROVIA NORTE-SUL – FNS – EF-151.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

As obras da Ferrovia Norte-Sul – FNS eram executada pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.. Com a realização do Leilão de subconcessão da Ferrovia Norte-Sul – EF-151 a empresa vencedora do certame ficará responsável pela conclusão das obras remanescentes e assumirá a operação do trecho por um período de 30 anos. A assinatura do contrato de subconcessão está prevista para ocorrer no dia 31 de julho de 2019.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Ferrovia Norte-Sul EF-151 compreende o trecho que vai de Porto Nacional (TO) a Estrela d'Oeste (SP), com 1.537 quilômetros de extensão.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor arrecadado no leilão: R\$ 2.719.530.000, o que representa um ágio de 100,29% sobre o lance mínimo de R\$ 1.353.550.000,00, tendo como vencedor o grupo Rumo S.A . CAPEX da ordem de 2.724.100.000,00.

| DATA DA ENTREGA

Data do leilão: 28 de março de 2019 - Data da assinatura do contrato: 31 de julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O início da operação da FNS entre Porto Nacional (TO) a Estrela D'Oeste (SP) contribuirá para o equilíbrio da matriz de transportes de cargas no Brasil, além de promover uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade, como os portos localizados em Santos/SP e São Luís/MA.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- Reduzir os custos de comercialização no mercado interno
- Reduzir os custos de transportes
- Reduzir a emissão de poluentes
- Reduzir o número de acidentes em estradas
- Melhorar o desempenho econômico de toda a malha ferroviária;
- Aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior;
- Incentivar os investimentos, a modernização e a produção agrícola;

- Melhorar a renda e a distribuição da riqueza nacional.
- Serão beneficiados pela ação: empresas produtoras de grãos e carga geral e geração de empregos para a sociedade.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Aprovação do processo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação do processo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da ESTRADA DE FERRO VITÓRIA-MINAS - EFVM.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Processo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da EFVM foi aprovado pelo Ministro da Infraestrutura em 1º de julho de 2019, e submetido para análise do Tribunal de Contas da União – TCU na mesma data.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Estrada de Ferro Vitória-Minas – EFVM, com 895 km de extensão.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX da ordem de R\$ 8,8 bilhões ; Outorga da ordem de R\$ 1,5 bihão .

| DATA DA ENTREGA

Data de aprovação do processo no MINFRA: 1º de julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Quando aprovada pelo TCU, a prorrogação antecipada do contrato de concessão da EFVM proporcionará ao concessionário antecipar investimentos na ferrovia.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- Segurança jurídica ao investidor;
- Antecipação de investimentos;
- Aumento da capacidade de transporte;
- Equilíbrio da matriz de transporte de cargas;
- Aperfeiçoamento regulatório do contrato de concessão;
- Construção do trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Construção do modelo jurídico para investimentos cruzados.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação do processo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da ESTRADA DE FERRO CARAJÁS - EFC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Processo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da EFC foi aprovado pelo Ministro da Infraestrutura em 1º de julho de 2019, e submetido para análise do Tribunal de Contas da União – TCU na mesma data.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Estrada de Ferro Carajás – EFC, com 977 km de extensão.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX da ordem de R\$ 8,2 bilhões; Outorga da ordem de R\$ 231 milhões .

| DATA DA ENTREGA

Data de aprovação do processo no MINFRA: 1º de julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Quando aprovada pelo TCU, a prorrogação antecipada do contrato de concessão da EFC proporcionará ao concessionário antecipar investimentos na ferrovia.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- Segurança jurídica ao investidor;
- Antecipação de investimentos;
- Aumento da capacidade de transporte;
- Equilíbrio da matriz de transporte de cargas;
- Aperfeiçoamento regulatório do contrato de concessão;
- Construção do trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO.

**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES TERRESTRES -
CGPLAT-DPLAN/SNTT****| NOME DA AÇÃO**

Corredores Logísticos Estratégicos - Transporte de Passageiros.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto tem por objetivo apresentar uma visão panorâmica e diagnóstica do momento atual da infraestrutura, de forma a fortalecer o planejamento integrado, buscando fornecer subsídios para aprimorar a infraestrutura, a operação e os serviços de transporte de passageiros no país com a utilização do conceito de Corredor Logístico como instrumento de planejamento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Âmbito Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Devido às dimensões continentais do Brasil e aos escassos recursos para a infraestrutura, conhecer a malha estratégica é essencial na medida em que pode aprimorar e aperfeiçoar a alocação de recursos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A identificação de Corredores Logísticos no Brasil poderá subsidiar a priorização de investimentos setoriais, bem como elencar os entraves e as ações do Governo Federal nos sistemas de transportes e logística, de forma a melhorar a infraestrutura, a operação e os serviços de transporte no país. Assim, a iniciativa poderá ser revertida em benefícios para toda a sociedade a partir das políticas públicas setoriais fomentadas.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Equipe técnica reduzida, ausência de um profissional especialista em geoprocessamento, computadores com reduzida capacidade de processamento.

| NOME DA AÇÃO

Sistema Nacional de Viação – Aperfeiçoamento de Procedimentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto tem por objetivo analisar e revisar os procedimentos relacionados ao Sistema Nacional de Viação (subsistemas rodoviário e ferroviário), bem como definir a posição institucional ministerial acerca do PL 7.227/2017, que visa alterar a Lei nº 12.379/2011.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Âmbito Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ante a situação imposta pela revogação de alguns dispositivos da Lei nº 12.379/11, sobretudo os que se referem à relação descriptiva dos componentes viários federais, faz-se necessário um ajuste da lei questão, especialmente neste momento em que tramita, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei (PL 7.227/17) que visa proceder a alterações significativas no âmbito do Sistema Nacional de Viação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A iniciativa poderá instigar a uma discussão setorial abrangente acerca do Sistema Nacional de Viação e da legislação que o disciplina. Nesse sentido, esta iniciativa possui uma natureza institucional, de modo que o principal público refere-se ao próprio Setor de Transportes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Para o sucesso da iniciativa, há a necessidade de envolvimento de diversas esferas setoriais (SE, SNPTA, SFPP, SAC), uma vez que a legislação em comento extrapola as competências da SNTT.

| NOME DA AÇÃO

Ciclo de Planejamento e Estruturação de Empreendimentos (1ª etapa).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Mapear os macroprocessos vigentes (AS IS - hoje) relacionados aos instrumentos de implementação da Política Nacional de Transportes, a saber: Planejamento Estratégico Organizacional, Planejamento Estratégico Orçamentário e Planejamento Estratégico de Transportes.

| DATA DA ENTREGA

Maio de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Mapeamento pioneiro dos instrumentos de implementação da Política Nacional de Transportes, de forma a conhecer as atividades, seus executores e os produtos relacionados aos macroprocessos de planejamento estratégico do Setor de Transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Com o mapeamento da situação atual (AS IS), será possível realizar o redesenho dos macroprocessos de planejamento, de forma a implementar melhorias nos processos existentes.

| NOME DA AÇÃO

Ciclo de Apresentações – Integração do Planejamento Setorial

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Avaliar a opinião dos especialistas de transportes acerca do futuro dos planos setoriais e demais questionamentos levantados no âmbito do primeiro Ciclo de Apresentações que teve como foco os planos e planejamentos setoriais de transportes.

| DATA DA ENTREGA

Agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de nivelamento de conhecimento entre os especialistas de planejamento do Setor de Transportes no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, bem como necessidade e oportunidade de melhorias (complementação, detalhamento, revisão e validação) das políticas públicas, práticas e ações estratégicas relativas aos subsistemas de transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Com esta iniciativa, foi possível realizar a integração e uma melhor interação entre os técnicos e os dirigentes do Ministério e das entidades vinculadas, buscando o desenvolvimento de uma maior eficiência e sinergia na implementação do planejamento de infraestrutura de transportes.

| NOME DA AÇÃO

Mapeamento de Competências

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realizar o mapeamento das competências das unidades do Ministério e das entidades vinculadas à luz do Decreto 9676/2019 com o objetivo de identificar sobreposições e lacunas.

| DATA DA ENTREGA

Março de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Diante da reestruturação e do estabelecimento de novas competências setoriais, foram verificadas sobreposições e/ou lacunas na legislação, sobretudo no Decreto nº 9.676/19, sendo necessário, portanto, a identificação de tais pontos com vistas a evitar os sombreamentos de competências.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elencar as principais competências dos órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta no âmbito do Setor de Transportes, de modo a evidenciar possíveis sobreposições e lacunas no que tange à proposição, desenvolvimento, gestão e avaliação da política e planejamento setorial.

| NOME DA AÇÃO

Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas – Fórum TRC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Realização da 32^a e da 33^a Reunião do Fórum TRC, o qual tem como principal função contribuir para o debate e a unificação de esforços entre o governo federal e as entidades de apoio e representação nacional em prol do aperfeiçoamento do transporte rodoviário de cargas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Âmbito Nacional.

| DATA DA ENTREGA

Maio e julho de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A manutenção do caráter permanente e participativo do fórum permite instaurar um ambiente de ampla negociação entre o Governo Federal e os representantes dos caminhoneiros e dos transportadores rodoviários de cargas, de modo a mitigar as dissonâncias entre o setor público e este importante segmento social.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Esta ação contínua e permanente configura-se como uma instância de negociação e deliberação das políticas públicas federais quanto ao transporte rodoviário de cargas, de modo a ensejar maior legitimidade, participação pública e transparência nas decisões setoriais e no planejamento do transporte rodoviário.

30

TRI
MES
TRE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E PROJETOS ESPECIAIS - DPLAN**| NOME DA AÇÃO**

Alterações nos procedimentos relativos à Cide-Combustíveis , por meio da aprovação de Projeto Lei.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposição de Alterações nos normativos relacionados ao programa de Cide-Combustíveis , de forma a promover uma distribuição mais equânime dos recursos entre as Unidades da Federação e melhor disciplinar a participação do Ministério da Infraestrutura no processo .

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades da Federação.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/08/2019. Ação Concluída. O processo SEI 50000.027478-73 foi analisado pela CONJUR/Minfra e encaminhado ao Gabinete do Ministro do Minfra.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Os critérios existentes para o cálculo dos percentuais da arrecadação da Cide a serem destinados a cada Unidade da federação não estão adequados , haja vista que um pequeno grupo de estados concentra boa parte do valor repassado. Ademais , os normativos vigentes conferiram atribuições aos Minsitório da Infraestrutura, a título de acompanhamento do programa , que estão em desacordo com suas compet{ências e com as diretrizes de governo vigentes .

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Promoção de uma distribuição mais equânime dos recursos da Cide-Combustíveis entre as Unidades da federaçän ; desburocratização e maior autonomia dos Estados e Distritio Federal na utilização dos valores recebidos; e um melhor disciplinamento da participação do ministério da Infraestrutura no processo , de forma a possibilitar que se concentre em suas funções precípuas de elaboração de políticas públicas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Restições constitucionais aos limites alcançáveis pela proposições legislativas e necessidades de tramitação e apoio do Congresso Nacional par que o Projeto de Lei seja promulgado.

| NOME DA AÇÃO

Reincorporação dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Participação por meio de elaboração de documentação e monitoramento das etapas do processo de reincorporação de trechos de rodovias federais inicialmente transferidos aos governos do estado por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002 e retomados ao domínio do Governo Federal por força da Lei 13.298 de 20 de junho de 2016.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

14 unidades da Federação.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Garantia de manutenção por parte do Dnit dos trechos reincorporados à malha federal e mitigação de demandas judiciais envolvendo impasses acerca da jurisdição de trechos de rodoviários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Melhoria das condições das vias reincorporadas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Demora no envio de documentação por parte dos entes federados.

| NOME DA AÇÃO

Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões Mortes - PNATRANS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Estudo para desenvolvimento das ações do PNATRANS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades da Federação.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

31/12/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões Mortes - PNATRANS, tem como meta a redução pela metade no mínimo do índice nacional de mortos por grupo de veículos e por grupo de habitantes nos próximos 10 anos partindo de 2019 . Estudo para desenvolvimento das ações do PNATRANS , em acordo com DENATRAN, vem corroborar para a execução das ações constantes do PNATRANS, para mitigação do número de mortes no trânsito.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução do número de acidentes , mortes e lesões no trânsito, com a melhoria da segurança no sistema de trânsito de forma geral. Alcançando toda a sociedade.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Complexidade das muitas ações descritas pelo PNATRANS , para execução das quais será necessário o desenvolvimento de vários projetos robustos e dispendiosos. Envolvendo diversos atores do próprio ministério, como de outros Ministérios e Poderes.

| NOME DA AÇÃO

Alterações nos procedimentos relativos à Cide-Combustíveis , por meio da publicação de Portaria do Ministro da Infraestrutura.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposição de atualização da Portaria nº 228/2007 objetivando descentralizar atividades da CIDE para as unidades da Federação enquanto tramita o Projeto de Lei que atualizará o texto da Lei nº 10.336/2004, o que melhor disciplinará a participação do Ministério da Infraestrutura no processo.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades da Federação.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

20/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A aplicação dos recursos da CIDE a serem destinados a cada Unidade da Federação deverão atender aos seguintes critérios: 1 . Aplicação em Programas de Infraestrutura de Transportes ; 2. Impossibilidade de aplicação de recursos em trechos municipais, delegados, ou sob concessão; 3. 50% dos recursos devem ser aplicados em atendimento aos seguintes critérios : ações de diferentes modais , ligações intermodais, e não incluir a temática de trânsito, mobilidade urbana e operação de modais de transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

AS atribuições do governo Federal deverão se concentrar em suas funções precípuas de formulação e implementação da política nacional de transportes e de planejamento setorial, em detrimento de exercer controle sobre o uso de recursos que não são de titularidade da União.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Conscientizar as Unidades da Federação na aplicação mais otimizada dos recursos da CIDE, privilegiando as políticas públicas.

| NOME DA AÇÃO

Alterações nos procedimentos relativos à Cide-Combustíveis , por meio da publicação de Portaria do Ministro da Infraestrutura.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Proposição de atualização da Portaria nº 228/2007 objetivando descentralizar atividades da CIDE para as unidades da Federação enquanto tramita o Projeto de Lei que atualizará o texto da Lei nº 10.336/2004, o que melhor disciplinará a participação do Ministério da Infraestrutura no processo.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Todas as Unidades da Federação.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

20/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A aplicação dos recursos da CIDE a serem destinados a cada Unidade da Federação deverão atender aos seguintes critérios: 1 . Aplicação em Programas de Infraestrutura de Transportes ; 2. Impossibilidade de aplicação de recursos em trechos municipais, delegados, ou sob concessão; 3. 50% dos recursos devem ser aplicados em atendimento aos seguintes critérios : ações de diferentes modais , ligações intermodais, e não incluir a temática de trânsito, mobilidade urbana e operação de modais de transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As atribuições do governo Federal deverão se concentrar em suas funções precípuas de formulação e implementação da política nacional de transportes e de planejamento setorial, em detrimento de exercer controle sobre o uso de recursos que não são de titularidade da União.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Conscientizar as Unidades da Federação na aplicação mais otimizada dos recursos da CIDE, privilegiando as políticas públicas.

COORDENAÇÃO- GERAL DE PLANEJ. DE TRANSPORTES TERRESTRES - CGPLAT

| NOME DA AÇÃO

Corredores Logísticos Estratégicos - Transportes de Passageiros.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto tem por objetivo apresentar uma visão panorâmica e diagnóstica do momento atual da infraestrutura, de forma a fortalecer o planejamento integrado, buscando fornecer subsídios para aprimorar a infraestrutura, a operação e os serviços de transporte de passageiros no país com a utilização do conceito de Corredor Logístico como instrumento de planejamento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Âmbito Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Fevereiro/ 2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Devido às dimensões continentais do Brasil e aos escassos recursos para a infraestrutura, conhecer a malha estratégica é essencial na medida em que pode aprimorar e aperfeiçoar a alocação de recursos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A identificação de Corredores Logísticos no Brasil poderá subsidiar a priorização de investimentos setoriais, bem como elencar os entraves e as ações do Governo Federal nos sistemas de transportes e logística, de forma a melhorar a infraestrutura, a operação e os serviços de transporte no país. Assim, a iniciativa poderá ser revertida em benefícios para toda a sociedade a partir das políticas públicas setoriais fomentadas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Equipe técnica reduzida, ausência de um profissional especialista em geoprocessamento, computadores com reduzida capacidade de processamento.

| NOME DA AÇÃO

Sistema Nacional de Viação – Aperfeiçoamento de Procedimentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto tem por objetivo analisar e revisar os procedimentos relacionados ao Sistema Nacional de Viação (subsistemas rodoviário e ferroviário), bem como definir a posição institucional ministerial acerca do PL 7.227/2017, que visa alterar a Lei nº 12.379/2011.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Âmbito Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Agosto /2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Ante a situação imposta pela revogação de alguns dispositivos da Lei nº 12.379/11, sobretudo os que se referem à relação descritiva dos componentes viários federais, fez-se necessário um ajuste da lei questão, especialmente neste momento em que tramita, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei (PL 7.227/17) que visa proceder a alterações significativas no âmbito do Sistema Nacional de Viação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A iniciativa poderá instigar a uma discussão setorial abrangente acerca do Sistema Nacional de Viação e da legislação que o disciplina. Nesse sentido, esta iniciativa possui uma natureza institucional, de modo que o principal público se refere ao próprio Setor de Transportes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Para o sucesso da iniciativa, há a necessidade de envolvimento de diversas esferas setoriais (SE, SNPTA, SFPP, SAC), uma vez que a legislação em comento extrapola as competências da SNTT.

| NOME DA AÇÃO

Ciclo de Apresentações – Consulta Estruturada.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Avaliar, por meio de uma consulta estruturada, a opinião dos especialistas de transportes acerca do futuro dos planos setoriais e demais questionamentos levantados no âmbito do primeiro Ciclo de Apresentações, que teve como foco os planos e planejamentos setoriais de transportes.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Agosto/ 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de nivelamento de conhecimento entre os especialistas de planejamento do Setor de Transportes no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, bem como necessidade e oportunidade de melhorias (complementação, detalhamento, revisão e validação) das políticas públicas, práticas e ações estratégicas relativas aos subsistemas de transportes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Com esta iniciativa, foi possível realizar a integração e uma melhor interação entre os técnicos e os dirigentes do Ministério e das entidades vinculadas, buscando o desenvolvimento de uma maior eficiência e sinergia na implementação do planejamento de infraestrutura de transportes. Ademais, com a consulta estruturada em questão, tornou-se possível delinear um perfil estatística das opiniões dos especialistas em transportes quanto ao futuro dos planos setoriais, bem como quanto à gestão da informação do Setor de Transportes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se Aplica.

| NOME DA AÇÃO

Pontos de Parada e Descanso – PPD.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Identificar locais para a parada, repouso e descanso dos motoristas profissionais do transporte rodoviário de cargas e passageiros ao longo das rodovias federais, com vistas a reconhecê-los como Ponto de Parada e Descanso – PPDs.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Âmbito Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A Lei nº 13.103/2015 estabeleceu a necessidade, por parte do poder público, de ampliar a disponibilidade de locais adequados para parada, descanso e repouso dos motoristas profissionais do transporte rodoviário de cargas e passageiros, impondo a obrigatoriedade de reconhecimento destes locais por parte dos órgãos competentes com circunscrição sobre a via.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Com o estabelecimento de Pontos de Parada e Descanso ao longo das rodovias federais, os motoristas profissionais do transporte rodoviário de cargas e passageiros poderão realizar o tempo de descanso obrigatório por Lei em locais com condições sanitárias, de segurança e conforto adequadas. Ademais, espera-se que o trânsito nas vias com PPDs se tornem mais seguro, reduzindo o número de acidentes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Alteração da legislação pertinente ao tema, sobretudo: (i) Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 944/2015 e; (ii) Portaria do Ministério dos Transportes nº 326/2015.

COORDENAÇÃO- GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL - CGGAT

| NOME DA AÇÃO

SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

- a. Módulo II (Processo de Licenciamento) - Etapa concluída não será apresentada novamente.
- b. Módulo III (Alertas e Geoespecialização).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

- a. (Concluída em 30/06/2019).
- b. 30/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- a. Anteriormente ao SIGESA, as vinculadas ao Ministério da Infraestrutura não possuíam sistema para gestão dos processos de licenciamento ambiental. O controle das informações era feito por meio de planilhas. Com a implementação do SIGESA, todas as etapas do processo de licenciamento ambiental podem ser controladas por meio do sistema.
- b. A 3^a fase de desenvolvimento do SIGESA diz respeito ao módulo de alertas, relatórios e geoespecialização. A funcionalidade de gerar relatórios já foi concluída e entregue aos usuários. O levantamento de requisitos dos alertas já foi concluído. Quanto a Geoespecialização das informações, o processo está em fase inicial de definição de estratégia para a implementação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O SIGESA, atualmente, é utilizado pelo DNIT, VALEC, ANTT (concessionárias de ferrovias e rodovias) e EPL. Em maio/19, foi realizada capacitação com os 55 usuários do sistema. Além de gerenciar as informações ambientais e permitir uma visão integrada do licenciamento, o SIGESA possibilita a identificação dos entraves do licenciamento ambiental, indicando os pontos nos quais o Ministério da Infraestrutura pode atuar para melhorar o andamento dos processos de licenciamento ambiental das obras de infraestrutura de transportes. b. . O controle de prazos de vencimento de licenças e autorizações é etapa crítica no processo de licenciamento ambiental, por isso a importância da emissão de alertas. Quanto à geoespecialização das informações, entende-se que trará grandes benefícios ao sistema, pois permitirá visualizar as informações ambientais por meio de mapas e painéis gerenciais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

a) O desenvolvimento de um sistema tão completo como o SIGESA é sempre complexo. Primeiramente, por envolver duas coordenações técnicas (área requisitante e coordenação de tecnologia da informação). Durante o processo, houve trocas das empresas contratadas para desenvolver o sistema, trazendo grandes atrasos. Além disso, por ser um sistema construído com foco no usuário, diversas reuniões de levantamento de requisitos e validação foram realizadas com as vinculadas ao Ministério. Um dos maiores desafios encontrados, porém, é relacionado à institucionalização do sistema. As mudanças ocorridas na direção dos órgãos ocasionaram verdadeiros retrocessos ao processo. b) Integração do SIGESA com outros sistemas do Ministério, como o SIAI, desenvolvido pela EPL.

| NOME DA AÇÃO

Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes - Via Viva 2019.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

- a. Artigos.
- b. Site, Arte e Comunicação.
- c. Mestre de Cerimônia.
- d. Brindes.
- e. Confecção de display de mesa.
- f. Coffe-break.
- g. Diárias Palestrantes.
- h. Passagens Nacionais Palestrantes.
- i. Impressora Etiquetas Crachás.
- j. Material Gráfico.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Evento será realizado no Auditorio Prof. Lourenço Chehab – Ministério da Infraestrutura – Esplanada dos Ministérios, nos dias 26 e 27 de novembro de 2019.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

- a) Sem desembolso; b) Economizou R\$ 3.600,00. Trabalho realizado em conjunto com a CGTI, CGGAT e AESCOM; c) Em processo de contratação na SPOA. Custo de R\$ 980,00. Economizado R\$ 3.820,00 do custo estimado. d) Em processo de contratação na SPOA; e) O Apoio da SNTT dispõe de material suficiente. Economizado R\$ 480,00. f) Em processo de contratação na SPOA. Contratação por meio de adesão a ata de registro de preço. g) Em processo de contratação na SPOA. h) Em processo de contratação na SPOA. i) Em processo de contratação na SPOA. j) Em processo de contratação na SPOA.

| DATA DA ENTREGA

- a) 26/11/2019.
- b) Contínuo.
- c) 26/10/2019.
- d) 27/11/2019.
- e) Para o evento.
- f) Para o evento.
- g) Até o evento.
- h) Até o evento.
- i) Para o evento.
- j) Para o evento.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

- a. Proporcionar a divulgação de artigos técnicos. Artigos já foram aprovados. A minuta da publicação já está em andamento.
- b. Divulgação do evento e ferramenta para inscrições. Atualização das informações do evento como Programação, Palestrantes, Apresentações, Avaliação do evento e Fotos.
- c. Contratação do profissional abaixo do orçado. Provavelmente, devido a antecedência do pedido a SPOA.
- d. Ainda sem análise.
- e. Buscou-se utilizar materiais existentes na SNTT.
- f. Ainda sem análise.
- g. Ainda sem análise.
- h. Ainda sem análise.
- i. Ainda sem análise.
- j. Ainda sem análise.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

- a) Divulgação de artigos técnicos sobre os temas do Via Viva de 2018 e 2019.; b) Melhor divulgação do evento. Facilidade de acesso as informações. c)Economia de recursos.
- d) Participantess do evento; e) Economia de recursos; f) Participantess do evento.
- g) Participantess do evento. h)Participantess do evento. i) Participantess do Evento. j) Participantess do evento.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

- 8.a) Organizar meio de divulgação. Formar banca examinadora. Promover retorno das informações aos autores. Publicação.
- 8.b) Compreender os atores envolvidos e articular com profissionais.
- 8.c) Não identificado.

- 8.d) Não identificado.
- 8.e. Pesquisa.
- 8.f. Não identificado.
- 8.g. Não identificado.
- 8.h. Não identificado.
- 8.i. Não identificado.
- 8.j. Não identificado.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Lei de licenciamento ambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Edição de Lei Geral de licenciamento ambiental.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Contínuo.

| DATA DA ENTREGA

Dezembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Um dos pontos mais criticados da legislação ambiental brasileira é quantidade de normas infralegais que regem os processos de licenciamento ambiental. É antigo o anseio pela edição de uma lei geral que trate de licenciamento ambiental no país. Desde 2004 tramita no Congresso o PL nº 3729/2004, que propõe a edição de uma lei que passará a reger todos os processos de licenciamento. O MInfra acompanha de perto esse processo, atuando em parceria com outros Ministérios para alcançar um texto que traga regras claras e segurança jurídica aos empreendedores. Minuta de PL elaborada.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Arcabouço legal sólido, trazendo segurança jurídica e técnica aos empreendedores.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Alinhamento entre todos os órgãos interessados no assunto e aprovação do Congresso Nacional.

| NOME DA AÇÃO

Participação no fórum permanente de desempenho socioambiental.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Reuniões mensais com representantes do IBAMA, PPI, DNIT, ANTT, VALEC, SGAD e SNTT para acompanhamento do licenciamento de empreendimentos prioritários.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Contínuo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Entraves no processo de licenciamento.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Detectar possíveis entraves no processo de licenciamento ambiental e buscar soluções, garantindo maior agilidade na análise dos estudos ambientais, diminuindo o prazo para obtenção das licenças ambientais.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Legislação ambiental e atual procedimento de manifestação dos órgãos envolvidos (FUNAI, FCP, ICMBio).

COORDENAÇÃO- GERAL DE OUTORGAS RODOVIÁRIAS - CGOR

| NOME DA AÇÃO

Sessão Pública do Leilão da concessão da BR-364/365/GO /MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-364/365/GO/MG com extensão de 437,0 km, no trecho compreendido entre Jataí/GO e Uberlândia/MG. Obs. : Algumas ações da CGOR foram conduzidas diretamente pelo DTRod/SNTT, outras em conjunto com outros setores do MInfra ou entidades vinculadas (EPL e ANTT).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-365/MG do km 629 (entroncamento com a MG-479 - contorno oeste de Uberlândia) até o km 873,3 (divisa entre os estados de MG e GO), com 244,3 quilômetros de extensão; • BR-364/GO do km 0 (divisa entre os estados de MG e GO) até o km 192,7 (entroncamento com a BR-060(a) em jataí), com 192,7 quilômetros de extensão.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX: R\$ 2,1 bilhões e OPEX: R\$ 2,5 bilhões. Tarifa-teto: R\$ 7,02000/100 km (junho/19). Tarifa vencedora: R\$ 4,69364/100 km (deságio de 33,14 %).

| DATA DA ENTREGA

27/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação dos estudos de viabilidade da BR-101/SC pelo TCU.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-101/SC, com extensão de 220,4 km, no trecho compreendido entre palhoça/SC e a divisa SC/RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-101/SC, entre os municípios de Paulo Lopes (km 244+680) e passo de torres (km 465+100).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX: R\$ 2,9 bilhões e OPEX: R\$ 3,2 bilhões. Tarifa-teto: R\$ 8,02100/100 km (novembro/2016).

| DATA DA ENTREGA

Ac. nº 2.195/2019-TCU-P, de 11/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação da modalidade operacional da concessão da BR-101/SC pelo CPPI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-101/SC, com extensão de 220,4 km, no trecho compreendido entre palhoça/SC e a divisa SC/RS.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-101/SC, entre os municípios de Paulo Lopes (km 244+680) e passo de torres (km 465+100).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX: R\$ 2,9 bilhões e OPEX: R\$ 3,2 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

Resolução PPI nº 69, de 21 de agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Qualificação de empreendimentos rodoviários pelo PPI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Qualificação dos seguintes empreendimentos: BR-262/381/MG/ES e BR163/230/MT/PA.

Qualificação dos seguintes empreendimentos para realização de estudos:

- Rodovias do Paraná, sendo 2.806,7 km de rodovias federais e 1.308 km de rodovias estaduais, totalizando 4.114,7km de extensão;
- 7.213 km de rodovias federais estratégicas, divididas em 15 lotes que atravessam 13 Estados.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

BR-262/381/MG/ES e BR-163/230/MT/PA: vide ações 6 e 7; • Rodovias do Paraná: abrangendo os trechos das rodovias BR153/158/163/272/277/369/373/376/476/PR e PR0 92/151/158/170/180/182/280/317/323/407/408/411/427/444/445/483/ 508/577/804/862/PR; • 7.213 km de rodovias federais: BR-101/BA/SE/AL/PE/PB/RN; BR116/304/CE/RN; BR-116/BA/PE; BR-364/MT/RO; BR-230/PB; BR116/MG; BR-251/MG; BR-020/DF/GO/BA; BR-116/290/RS; BR158/392/RS; BR-232/PE; BR-452/GO; BR- 364/060/MT/GO; BR235/SE e BR-282/SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

BR-262/381/MG/ES e BR-163/230/MT/PA: vide ações 6 e 7; • Rodovias do Paraná:

CAPEX estimado de R\$ 33,6 bilhões (fonte: SFPP); • 7.213 km de rodovias federais: CAPEX estimado de R\$ 53,6 bilhões (fonte: SFPP).

| DATA DA ENTREGA

Resolução PPI nº 52, de 08 de maio de 2019 e Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Inclusão de trechos de rodovias federais, no âmbito do PND, pelo PPI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Inclusão de trechos de rodovias federais, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização: BR-040/MG/RJ; BR-495/RJ; BR-116/RJ; BR-493/RJ; BR-080/GO; BR-414/GO; BR-116/RJ/SP; BR-101/RJ; BR-163/MT e BR230/PA.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

I. BR-040/MG/RJ: trecho Entr. Ant. União e Indústria (B. Triunfo) -m Entr. BR-116(A)/493/RJ-109; II. BR-495/RJ: trecho Teresópolis (estrada Francisco Smolka) - Entr. 040ARJ10(A) (Itaipava); III. BR-116/RJ: trecho Div. MG/RJ (Além Paraíba) – Entr. BR040(A)/493(B)/RJ-109 “e” trecho Entr. BR-101(B) (Trevo das Margaridas) - Entr. BR-465; IV. BR-493/RJ: trecho Entr. BR-101 (Manilha) - Entr. BR-116(A) (Santa Guihermina); V. BR-080/GO: trecho Entr. BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) - Entr. BR-153(A)/GO-342(B); VI. BR-414/GO: trecho Entr. BR-080/GO-230(A)/324 (Dois Irmãos) – Entr. BR-153/GO-222/330 (Anápolis); VII. BR-116/RJ/SP: trecho Entr. BR-101(B) (Trevo das Margaridas) - Entr. BR-050/272/374/381 (São Paulo); VIII. BR-101/RJ: trecho Entr. BR-465(A)/RJ-095 – Entr. BR-465(B) (Santa Cruz) - [Av. Padre Guilherme Decaminada]; IX. BR-163/MT: trecho Entr. MT-220 (p/Porto dos Gaúchos) – Entr. BR-230(A) (fim trecho pavimentado Campo Verde); e X. BR-230/PA: trecho Entr. BR-163(B) (Campo Verde) – início travessia R. Tapajós (Miritituba).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Resolução PPI nº 52, de 08 de maio de 2019 e Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A inclusão dos referidos trechos no PND permite dar celeridade ao processo licitatório dos empreendimentos rodoviários qualificados pelo PPI.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A inclusão dos referidos trechos no PND permite dar celeridade ao processo licitatório dos empreendimentos rodoviários qualificados pelo PPI.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Abertura da Audiência Pública da BR-262/381/ES/MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-262/381/ES/MG, com extensão de 672,0 km, nos trechos da BR-262 do entroncamento com a BR-381/MG em João Monlevade/MG até a divisa de MG/ES e da divisa de MG/ES até o entroncamento com a BR-101 em Viana/ES, e no trecho da BR-381/MG de Belo Horizonte/MG até governador Valadares/MG.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-381/MG trecho entr. BR-116/MG (Gov. Valadares) – entr. BR-262/MG (João Monlevade); • Rodovia BR-381/MG trecho entr. BR-262/MG (João Monlevade) – entr. BR-262/MG (p/ Sabará); • Rodovia BR-262/MG trecho entr. BR-381/MG (João Monlevade) – divisa MG/ES; • Rodovia BR-262/ES trecho divisa ES/MG – entr. BR-101/ES (Viana).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX: R\$ 9,2 bilhões e OPEX: R\$ 5,7 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

17/07/2019 a 02/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Necessidade de análise das contribuições recebidas durante a Audiência Pública para ajustes dos estudos de viabilidade. Necessidade de tratamento adequado do reassentamento das famílias socioeconomicamente vulneráveis ao longo do trecho da BR-381/MG Norte.

| NOME DA AÇÃO

Aprovação dos estudos de viabilidade da BR-163/230/MT/PA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-163/230/MT/PA, com extensão de 970,6 km, nos trechos da BR-163 do entroncamento com a MT-220/MT em Sinop/MT até a divisa de MT/PA e da divisa de MT/PA até o entroncamento com a BR230/PA em Itaituba/PA, e no trecho da BR-230/PA do entroncamento com a BR-163/PA até o início da travessia do rio Tapajós em Itaituba/PA.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-163/MT – no trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia MT-220, em Sinop/MT e a divisa dos estados MT/PA, em Guarantã do Norte/MT (262,80 km); • Rodovia BR-163/PA – no trecho compreendido entre a divisa dos estados MT/PA, em novo progresso/PA e o entroncamento com a BR230/PA, em Itaituba/PA (674,40 km); • Rodovia BR-230/PA – no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA em Itaituba/PA e o inicio da travessia do Rio Tapajós, no distrito de Miritiuba, em Itaituba/PA (33,00 km).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX: R\$ 1,7 bilhão e OPEX: R\$ 1,0 bilhão.

| DATA DA ENTREGA

28/08/2019 a 18/10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade, equalidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Necessidade de análise das contribuições recebidas durante a Audiência Pública para ajustes dos estudos de viabilidade.

| NOME DA AÇÃO

Abertura da Audiência Pública da BR-080/153/414/GO/TO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão da BR-080/153/414/GO/TO, com extensão de 851,0 km, no trecho compreendido entre Anápolis/GO e aliança do Tocantins/TO.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-153/TO/GO: trecho compreendido entre aliança do Tocantins (TO) e Anápolis (GO); Rodovia BR-080/GO: trecho compreendido entre Uruaçu e o entroncamento com a rodovia BR-414; Rodovia BR-414/GO: trecho compreendido entre Anápolis (GO) e o entroncamento com a BR-080/GO.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

CAPEX: R\$ 7,6 bilhões e OPEX: R\$ 4,2 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

31/07/2019 a 13/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prestação de serviço público de transporte que garanta a regularidade e]qualidade da oferta de infraestrutura, que possibilite a fluidez do trânsito com segurança e conforto ao usuário do sistema rodoviário, além da compatibilização da concessão ao meio ambiente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obras de ampliação da capacidade e melhorias, manutenção, conservação, operação e monitoramento do trecho concedido.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Necessidade de análise das contribuições recebidas durante a Audiência Pública para ajustes dos estudos de viabilidade..

| NOME DA AÇÃO

Treinamento no uso da ferramenta Microsoft Power BI com informações de transporte rodoviário .

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Treinamento de Microsoft Power BI oferecido pela CGGR com apoio da CODEPEem parceria com o DNIT. Material didático próprio e estudos de caso práticosdesenvolvidos pelos instrutores da CGGR. Processo SEI nº 50000.035807/2019-50.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Sala de treinamento do DNIT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

1ª Turma em 11 de julho de 2019; 2ª Turma em 27 e 28 de agosto de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de capacitação do corpo técnico do Departamento de Transporte Rodoviário (DTRod) para uso de ferramenta de Business Intelligence, na análise e gestão das informações de empreendimentos rodoviários conduzidos pelo DNIT e pela ANTT, acompanhados pelo DTRod.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Foram realizados treinamentos distribuídos em duas turmas para integrantes da SNTT, Valec, DNIT e SPOA, capacitando um total de 35 servidores/empregados.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

O software Microsoft Power BI é uma ferramenta recém adquirida pelo Ministério da Infraestrutura, cujo conhecimento de uso ainda não está disseminado. A equipe que ofereceu o treinamento não possuía experiência de uso do novo software. Foi necessário um aprendizado autodidata, pesquisa e preparo do material didático e do treinamento.

| NOME DA AÇÃO

Subsídio no fornecimento de informações rodoviárias para desenvolvimento do Banco de Projetos para Emendas Impositivas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A CGGR atuou, no âmbito da SNTT, na organização das informações de rodovias necessárias para alimentar o banco de dados estruturado de projetos para Emendas Impositivas, levando-se em conta as regras de formatação e conteúdo estabelecidos pela área demandante (Câmara dos Deputados). A CGGR também apresentou proposições de adequação na estrutura de dados de forma a atender as especificidades do transporte rodoviário.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não Aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Meses de Agosto e Setembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de informações estruturadas acerca de empreendimentos rodoviários para alimentar sistema Banco de Projetos para Emendas Impositivas em desenvolvimento pela Câmara dos Deputados.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Trata-se de uma iniciativa da Câmara dos Deputados que irá subsidiar os parlamentares com projetos que estão em andamento e necessitam de recursos para continuarem em execução ou iniciativas novas que são demandadas pelos Ministérios, Estados e Municípios e necessitam de recursos. O DTRod proporcionou subsídio para as informações rodoviárias demandadas pela equipe desenvolvedora do sistema, cujo ponto focal no MINFRA foi a Secretaria Executiva.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estabelecimento de leiaute de dados aderente às especificidades do transporte rodoviário.

| NOME DA AÇÃO

Acompanhamento de Empreendimentos Prioritários do DNIT.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A CGAR desenvolve a atividade constante de acompanhar os principais empreendimentos do DNIT, desta forma, participou de várias reuniões visando apoio a SNTT e as demais secretarias do Minfra no que se refere às obras, projetos e programas em desenvolvimento no âmbito do DNIT. Também realiza mensalmente os Painéis de Monitoramento e Gestão – PMG do DNIT onde são monitoradas 47 obras prioritárias, avaliando o desenvolvimento físico e financeiro das obras e ainda identificando ações junto aos entraves das obras visando a liberação de frentes de serviços. Também é monitorado o desempenho orçamentário-financeiro dos contratos, visando a racionalização de utilização dos recursos. Também foram desenvolvidas atividades tecnologia visando aprimorar e informatizar o acompanhamento ministerial junto ao DNIT, sendo que tal tarefa consta do Planejamento Estratégico, onde no presente trimestre foi estruturado projeto visando a estruturação deste acompanhamento, o que culminará em ferramentas institucionalizadas para a gestão e execução do monitoramento. Fomento ao entrosamento e harmonia de ações comuns entre o DNIT e ANTT.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não Aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Meses de Agosto e Setembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Identificação de gargalos e fomentar ações visando suas eliminações, tais como interferências e restrições orçamentárias.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Trata-se maior efetividade das atividades de supervisão ministerial e cumprimento das diretrizes e políticas de transporte. Traduzindo-se em eficiência na utilização de recursos públicos. Contribuição também para o aprimoramento e gestão dos serviços públicos, tanto do DNIT quanto do Ministério.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Dificuldades de articulação junto ao DNIT, principalmente no que se refere ao orçamento público.

| NOME DA AÇÃO

Acompanhamento das Concessões de Rodovias Federais.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A CGAR desenvolve a atividade constante de acompanhar os principais empreendimentos das concessões sob a responsabilidade da ANTT e também o desenvolvimento da gestão contratual, desta forma. Além da interação com a ANTT, a CGAR também participou de várias reuniões visando apoio à SNTT e às demais secretarias do Minfra no que se refere às concessões. Alguns empreendimentos emblemáticos são Planejamento Estratégico, onde no presente trimestre foi estruturado projeto visando a estruturação deste acompanhamento, o que culminará em ferramentas institucionalizadas para a gestão e execução do monitoramento. Foram desenvolvidas atividades de desenvolvimento de sistema visando o acompanhamento dos contratos de concessões. Fomento ao entrosamento e harmonia de ações comuns entre o DNIT e ANTT.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não Aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Meses de Agosto e Setembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aprimorar o acompanhamento ministerial no que se refere às concessões de rodovias federais.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Trata-se maior efetividade das atividades de supervisão ministerial e cumprimento das diretrizes e políticas de transporte. Traduzindo-se em eficiência na utilização de recursos públicos. Contribuição também para o aprimoramento e gestão dos serviços públicos, tanto da ANTT quanto do Ministério.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Dificuldades de obtenção de informações estruturadas da ANTT que permitam a obtenção de indicadores de desempenho.

| NOME DA AÇÃO

Acompanhamento das Concessões de Rodovias Federais Delegadas ao Paraná .

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A CGGR atuou junto aos atores envolvidos nas rodovias federais delegadas ao Paraná. Fomentando ações de harmonia entre as atuais concessões e os estudos que se iniciaram para novas concessões. Desenvolvimento de atividades visando o cumprimento de Plano de Ação firmado junto ao TCU relacionado às atividades do Ministério junto às delegações. Também foram desenvolvidas do Planejamento Estratégico, onde no presente trimestre foi estruturado projeto visando a estruturação deste acompanhamento, o que culminará em ferramentas institucionalizadas para a gestão e execução do monitoramento.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não Aplicável.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não Aplicável.

| DATA DA ENTREGA

Meses de Agosto e Setembro/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aprimorar o acompanhamento ministerial no que se refere às rodovias delegadas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Trata-se maior efetividade das atividades de supervisão ministerial e cumprimento das diretrizes e políticas de transporte. Traduzindo-se em eficiência na utilização de recursos públicos. Contribuição também para o aprimoramento e gestão das rodovias federais delegadas.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Faltas de recursos financeiros para realizar viagem visando reuniões em Curitiba e acompanhamento dos trabalhos de campo que estão sendo realizadas pela ANTT.

DENATRAN COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO , GESTÃO E CONTROLE

| NOME DA AÇÃO

Implementação do PNATRANS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Avaliação Im///plementação do que prevê a Resolução CONTRAN nº 740, de 12 de setembro de 2018, que dispõe sobre as metas de redução dos índices de mortos por grupo de veículos e dos índices de mortos por grupo de habitantes para cada um dos Estados da Federação e para o Distrito Federal, de que trata a Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, que criou o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Sem ônus.

| DATA DA ENTREGA

30/12/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de avaliação da Resolução CONTRAN nº 740/2019, para que as ações constantes nela sejam readequadas para uma nova realidade, fazendo com que sejam mais eficientes e que sejam cumpridas nos prazos estabelecidos. Necessidade de revisão das metas e alinhamento às diretrizes do Governo Federal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Modelo de Plano de Ações para atuação do DENATRAN que resulte na redução do número de acidentes de trânsito. Públco geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema. Número reduzido da força de trabalho do DENATRAN. Necessidade de alinhamento às diretrizes do Governo Federal.

| NOME DA AÇÃO

Procedimentos para o acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Restabelecer critérios e procedimentos para o acesso e disponibilização de dados dos sistemas e subsistemas informatizados do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com consequente revisão dos normativos afetos ao tema.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Sem ônus.

| DATA DA ENTREGA

30/12/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Permitir maior transparência quanto aos procedimentos para o acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Transparência no processo de autorização para uso da base de dados do DENATRAN e disponibilização das informações aos diversos usuários. Aprimorar os critérios e procedimentos para o acesso e disponibilização de dados dos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN, com o objetivo de garantir a integridade e a segurança da informação. Público geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema. Número reduzido da força de trabalho do DENATRAN. Estar em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

| NOME DA AÇÃO

Educação e Cidadania para o Trânsito: Caminhos de Trânsito.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto “Caminhos do Trânsito 2019” - Subprojeto: IV Encontro Nacional de Educadores para o Trânsito 2019 - Data do Evento: Dias 20 e 21 de agosto – [Status: Concluído] - Estimativa de Custos: Sem ônus Subprojeto: Semana Nacional de Trânsito 2019 - Data do Evento: De 18 a 25 de setembro de 2019 – [Status: Concluído] - Estimativa de Custos: Sem ônus Subprojeto: Seminário “Existe vida sobre duas rodas” - Data do Evento: Dias 03 e 04 de dezembro de 2019 - Status: Em execução (42,12%) - Estimativa de Custos: R\$ 15.000,00.

Convite para 05 pessoas para formação de Grupos de trabalhos temáticos com pagamento de diárias (3,5 para cada participante) e passagens aéreas. Projeto “Caminhos do Trânsito 2020” - Subprojeto: “Maio amarelo Kids” - Data do Evento: De 01 a 31 de maio de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: Em estudo – Sem valor estimativo nesta data. - Subprojeto: “Educar DENATRAN – Escola Pública de Trânsito” - Data do Evento: De 01 a 31 de dezembro de 2020, Data do Evento: De 01 a 31 de dezembro de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: Em estudo – Sem valor estimativo nesta data. Subprojeto: “I Simpósio de Educação para o Trânsito – MINFRA” - Data do Evento: De 11 a 13 de março de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Subprojeto: “Cursos EAD DENATRAN” - Estimativa de Custos: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) Convite para até 4 com pagamento de Diárias palestrantes (2,5 para cada um) e Passagens aéreas. Subprojeto: “Cursos EAD DENATRAN” - Período do projeto: De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020 - Período do projeto: De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Cinco reuniões com duração de uma semana cada com participação de até três pessoas especialistas que comporão GT para o projeto. Projeto “Educação e Cidadania para o Trânsito 2020” - Subprojeto: “Maio Amarelo 2020” - Período do projeto: De 01 a 31 de maio de 2020 - Status : Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: Em estudo – Sem valor estimativo nesta data.

Subprojeto: “Prêmio DENATRAN 2020” - Data do Evento: De 18 a 25 de setembro de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Pagamentos dos Prêmios. Subprojeto: “Semana Nacional de Trânsito 2020” - Data do Evento: De 18 a 25 de setembro de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: Em estudo – Sem valor estimativo nesta data. Subprojeto: “Campanhas de Educação para o Trânsito CONTRAN” - Período do projeto: De 01 a 31 de dezembro de 2020 - Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: Em estudo – Sem valor estimativo nesta data. Status: Em iniciação (0%) - Estimativa de Custos: Em estudo – Sem valor estimativo nesta data.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

2019: R\$ 50.000,00 e 2020: R\$ 200.000,00 (Estimativa inicial, faltando estudo sobre outros projetos).

| DATA DA ENTREGA

29/12/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de criar modelos de integração e educação para o trânsito para atender todas as categorias de usuários de transportes no país.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Formação da sociedade e dos condutores para um trânsito mais seguro e eficiente; e disseminação de conhecimento de educação para o trânsito. Público Geral.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Reunir todos os responsáveis para elucidação do referido tema. Envolvimento ativo e colaborativo de todos os integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e da sociedade civil organizada.

| NOME DA AÇÃO

Nova Placa de Identificação Veicular.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão dos procedimentos e normativos relativos a nova placa de identificação veicular, para adequação do modelo de placa de acordo com o padrão estabelecido pelo Mercosul. Avaliar a segurança do processo de emplacamento, o impacto econômico e social, modelo de credenciamento e aspectos técnicos da plac.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

28/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Edição de Nova Placa de Identificação Veicular (Resolução CONTRAN nº 780, de 2019), implicando em redução de custos e retirada de exigências desnecessárias que havia na regulamentação anterior.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que atenda a realidade dos diversos Estados e da sociedade como um todo. Aprimorar os requisitos técnicos e de segurança da placa de identificação veicular.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os representantes de fabricantes e estampadores para discussão dos requisitos; Prazo de adequação do SERPRO e dos Estados ao modelo a ser definido; Aprovação do CONTRAN. Disponibilidade de recursos logísticos e humanos.

| NOME DA AÇÃO

Nova Placa de Identificação Veicular.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão dos procedimentos e normativos relativos a nova placa de identificação veicular, para adequação do modelo de placa de acordo com o padrão estabelecido pelo Mercosul. Avaliar a segurança do processo de emplacamento, o impacto econômico e social, modelo de credenciamento e aspectos técnicos da plac.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

28/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Edição de Nova Placa de Identificação Veicular (Resolução CONTRAN nº 780, de 2019), implicando em redução de custos e retirada de exigências desnecessárias que havia na regulamentação anterior.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que atenda a realidade dos diversos Estados e da sociedade como um todo. Aprimorar os requisitos técnicos e de segurança da placa de identificação veicular.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os representantes de fabricantes e estampadores para discussão dos requisitos; Prazo de adequação do SERPRO e dos Estados ao modelo a ser definido; Aprovação do CONTRAN. Disponibilidade de recursos logísticos e humanos.

| NOME DA AÇÃO

Novos Regimentos Internos do CONTRAN e das Câmaras Temáticas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão e edição de Regimentos Internos do CONTRAN e das Câmaras Temáticas do CONTRAN.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

17/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Definição dos novos regimentos para o CONTRAN e as Câmaras Temáticas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Trazer maior clareza e eficiência ao CONTRAN, coordenador do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e órgão máximo normativo e consultivo, que tem como missão coordenar e supervisionar as ações e atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades de trânsito, de forma articulada e integrada. Garantir um trânsito em condições seguras para todos com a promoção, valorização e preservação da vida, notadamente por meio do exercício das competências e atribuições previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e outras normas em vigor. Além disso, permitir a maior participação da sociedade por meio da participação na Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho, nos termos do art. 13 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO

Novos Regimentos Internos do CONTRAN e das Câmaras Temáticas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão e edição de Regimentos Internos do CONTRAN e das Câmaras Temáticas do CONTRAN.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

17/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Definição dos novos regimentos para o CONTRAN e as Câmaras Temáticas.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Trazer maior clareza e eficiência ao CONTRAN, coordenador do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e órgão máximo normativo e consultivo, que tem como missão coordenar e supervisionar as ações e atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades de trânsito, de forma articulada e integrada. Garantir um trânsito em condições seguras para todos com a promoção, valorização e preservação da vida, notadamente por meio do exercício das competências e atribuições previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e outras normas em vigor. Além disso, permitir a maior participação da sociedade por meio da participação na Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho, nos termos do art. 13 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO**REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS EM ESTOQUE - RENAVE.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

O RENAVE tem como objetivo registrar e controlar os veículos nos estoques dos lojistas, promovendo a formalização do mercado de compra e venda de veículos nas concessionárias e lojas multimarcas, bem como o controle dos veículos nas oficinas e empresas de reparo.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

30/01/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Diminuição significativa da informalidade presente no setor de compra, venda e transferência de veículos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que fortalece a atuação do DENATRAN proporcionando transparência e segurança no processo de compra, venda e transferência de veículos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO**REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS EM ESTOQUE - RENAVE.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

O RENAVE tem como objetivo registrar e controlar os veículos nos estoques dos lojistas, promovendo a formalização do mercado de compra e venda de veículos nas concessionárias e lojas multimarcas, bem como o controle dos veículos nas oficinas e empresas de reparo.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

30/01/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Diminuição significativa da informalidade presente no setor de compra, venda e transferência de veículos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que fortalece a atuação do DENATRAN proporcionando transparência e segurança no processo de compra, venda e transferência de veículos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO**REGISTRO NACIONAL DE GRAVAMES - RENAGRAV.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Desenvolver subsistema do RENAVAM para permitir que as instituições financeiras realizem os apontamentos e disponibilizem para registro os contratos de garantias de alienação fiduciária em operações financeiras ou consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor para anotação do Gravame no campo de observações do Certificado de Registro de Veículos (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) sejam físicos ou digitais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

28/02/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Necessidade de estabelecer e padronizar os procedimentos para o Registro de Contratos com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor e anotação do gravame no CRV.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que fortalece a atuação do DENATRAN proporcionando transparência aos processos de registro de gravame e contratos, estabelecendo uma interface de comunicação entre a instituição financeira, RENAVAM e DETRAN, em benefício do cidadão.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO

NOVO APLICATIVO Carteira Digital de Trânsito Total.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Possibilitar a substituição das Carteiras Nacionais de Habilitação impressas por CNHs digitais e a revisão da Portaria DENATRAN nº 1515/2018, que trata da captura biométrica e implantar interface digital única do cidadão com o segmento de trânsito através de aplicativo informatizado.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Diminuir o processo de produção e emissão de CNH por meios físicos, permitindo a utilização da CNHe (digital) como documento válido no trânsito.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Definição de um modelo que fortalece a atuação do DENATRAN e que possibilite ao cidadão o acesso a CNH em meio digital permitindo que os proprietários e condutores de veículos tenham um canal eficiente e digital para interagir com o sistema trânsito em todos os seus níveis, federal, estadual e municipal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO**INTEGRAÇÃO DOS DADOS DA CNH e ao DNI.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Possibilitar a integração das informações da Carteira Nacional de Habilitação eletrônica (CNHe) no Documento Nacional de Identificação (DNI).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Disponibilização no Documento Nacional de Identificação - DNI das informações constantes da Carteira Nacional de Habilitação por meio do batimento da base de dados biométrica/facial do sistema RENACH (Registro Nacional de Condutores Habilitados) do DENATRAN com a base de dados biométrica do Tribunal Superior Eleitoral.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Redução do número de documentos que o cidadão precisa ter em mãos para se identificar, bem como possibilitar ao cidadão a utilização do Documento Nacional de Identificação como carteira nacional de habilitação – CNH e também prover a base de dados do TSE com informações da base de dados biométrica/facial do sistema RENACH (Registro Nacional de condutores Habilitados) do DENATRAN composta de aproximadamente 22.000.000 de registros atualizados.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Prazo para envio dos dados da Base de Dados do DENATRAN via SERPRO ao TSE. Capacidade de Análise / processamento / validação e integração dos dados recebidos pelo TSE referentes a base de dados do DENATRAN. Restrições de ordem financeira que inviabilizem o cumprimento do cronograma previsto para a conclusão do projeto.

| NOME DA AÇÃO**SISTEMA DE RECALL.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Desenvolver procedimento para o envio de comunicação de recall ao atual proprietário de veículo avisando o aumento da eficiência do atendimento do chamado.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aumento da efetividade de atendimento aos Recalls.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Desenvolvimento de normativo que permita o envio de comunicação do DENATRAN ao atual proprietário do veículo a partir da comunicação de recall apresentado pelo fabricante.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO**DA AÇÃO.**

Estudo da matéria; Tempo de desenvolvimento; Elaboração de normativo; Reunir todos os atores para discussão do tema; Disponibilidade de Recursos Humanos na Coordenação; Desenvolvimento realizado pelo SERPRO; Apresentação de Propostas do Setor (ANFAVEA, FENABRAVE, SERPRO, UNB).

| NOME DA AÇÃO

Desenvolvimento e implantação do Sistema Nacional de Emissão do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (SISCAT).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Adotar procedimentos mais sustentáveis, céleres e robustos para emissão de certificado de adequação a legislação de trânsito – CAT.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não há custos.

| DATA DA ENTREGA

30/06/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Desenvolver e implantar um sistema informatizado de homologação veicular que atenda a necessidade do público alvo e proporcione a desburocratização do processo de acordo com a portaria vigente.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O atual modelo de obtenção de CAT's vem se tornando inadequado a atual realidade, com isso a necessidade de proporcionar celeridade e desburocratização no processo de homologação veicular no Brasil, apontando para a informatização e transformação digital do processo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO**MELHORIA DE SEGURANÇA VIÁRIA PARA MOTOCICLISTAS.****| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO**

Adotar regulamentos que visem aprimorar a segurança de motociclistas nas vias brasileiras.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Sem ônus.

| DATA DA ENTREGA

01/11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proibição do uso de tinta com baixo coeficiente de atrito na sinalização horizontal de trânsito ou para o recobrimento desta e Regulamentar o uso de defensas metálicas com dispositivo de proteção ao motociclista.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Adoção de soluções de engenharia que visem a redução da ocorrência e da severidade dos acidentes com esse tipo de veículo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.

| NOME DA AÇÃO

PESOS E DIMENSÕES DE VEÍCULOS E CARGAS.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Revisão da Resolução CONTRAN nº 663/2017 e Resolução CONTRAN nº 640/2016 estabelecendo requisitos para a emissão de AET para esse tipo de CVC; no que trata sobre Peso e dimensões de veículos de carga: análise das CVCs de 91 toneladas, 30 metros e 11 eixos.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nacional.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Sem ônus.

| DATA DA ENTREGA

03/03/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Revisão da Resolução nº 663/2017 por meio estudos e ensaios específicos em uma pista de teste e a Resolução CONTRAN nº 640/2016 para fins de atender a determinação judicial por meio de ensaios técnicos em pista de testes.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Necessidade de realização de testes de segurança viária e veicular que identifique o impacto do aumento do PBT no pavimento, nas obras-de-arte e na geometria das vias, bem como ensaios de segurança dos veículos (frenagem, estabilidade, rampa).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Estudo da matéria. Tempo de desenvolvimento. Elaboração de normativo. Reunir todos os atores para discussão do tema.



SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCEIRIAS-SFPP



DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E ARTICULAÇÃO E PARCERIAS - DEAP-SFPP

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Várzea Grande -MT (Cuiabá) - 5ª Rodada de concessões: Bloco Centro-Oeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Várzea Grande –MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 40 milhões de reais para todo o Bloco Centro Oeste.

Valor do investimento a ser realizado: 539 milhões de reais para este aeroporto.

Consórcio Aeroeste

Prazo do contrato: 30 anos

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 3,3 milhões passageiros/ano Bloco Centro Oeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Sinop -MT - 5ª Rodada de concessões: Bloco Centro-Oeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Sinop-MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 40 milhões de reais para todo o Bloco Centro Oeste.

Valor do investimento a ser realizado: 85 milhões de reais para este aeroporto.

Consórcio Aeroeste

Prazo do contrato: 30 anos

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 3,3 milhões passageiros/ano Bloco Centro Oeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Sinop -MT - 5ª Rodada de concessões: Bloco Centro-Oeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais. Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rondonópolis-MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 40 milhões de reais para todo o Bloco Centro Oeste.

Valor do investimento a ser realizado: 73 milhões de reais para este aeroporto.

Consórcio Aeroeste

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 3,3 milhões passageiros/ano Bloco Centro Oeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Alta Floresta - MT - 5ª Rodada de concessões: Bloco Centro-Oeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Alta Floresta-MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 40 milhões de reais para todo o Bloco Centro Oeste.

Valor do investimento a ser realizado: 72,5 milhões de reais para este aeroporto.

Consórcio Aeroeste

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 3,3 milhões passageiros/ano Bloco Centro Oeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Recife-PE - MT - 5ª Rodada de concessões: Bloco Nordeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Recife-PE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 1,9 Bilhões de reais para todo o Bloco Nordeste.

Valor do investimento a ser realizado: 865,2 milhões de reais para este aeroporto.

Aena Desarrollo Internacional

Prazo do contrato: 30 anos

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Nordeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Maceió-AL - 5ª Rodada de concessões: Bloco Nordeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maceió-AL.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 1,9 Bilhões de reais para todo o Bloco Nordeste.

Valor do investimento a ser realizado: 411,8 milhões de reais para este aeroporto.

Aena Desarrollo Internacional

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Nordeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de João Pessoa-PB - 5ª Rodada de concessões: Bloco Nordeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

João Pessoa-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 1,9 Bilhões de reais para todo o Bloco Nordeste.

Valor do investimento a ser realizado: 271,4 milhões de reais para este aeroporto.

Aena Desarrollo Internacional

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Nordeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Aracaju-SE - 5ª Rodada de concessões: Bloco Nordeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aracaju-SE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 1,9 Bilhões de reais para todo o Bloco Nordeste.

Valor do investimento a ser realizado: 255,1 milhões de reais para este aeroporto.

Aena Desarrollo Internacional

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Nordeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

**Concessão do Aeroporto de Juazeiro do Norte-CE - 5ª Rodada de concessões:
Bloco Nordeste.**

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Juazeiro do Norte-CE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 1,9 Bilhões de reais para todo o Bloco Nordeste.
Valor do investimento a ser realizado: 193,5 milhões de reais para este aeroporto.
Aena Desarrollo Internacional
Prazo do contrato: 30 anos.
Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Nordeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Campina Grande-PB - 5ª Rodada de concessões: Bloco Nordeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Campina Grande-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 1,9 Bilhões de reais para todo o Bloco Nordeste.

Valor do investimento a ser realizado: 155,7 milhões de reais para este aeroporto.

Aena Desarrollo Internacional

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Nordeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Vitória-ES - 5ª Rodada de concessões: Bloco Sudeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória-ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 437 milhões de reais para todo o Bloco Sudeste.

Valor do investimento a ser realizado: 323,6 milhões de reais para este aeroporto.

Zurich Airport

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

Movimentação: (2017) 3,2 milhões passageiros/ano Bloco Sudeste.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Sudeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Aeroporto de Macaé-RJ - 5ª Rodada de concessões: Bloco Sudeste

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura aeroportuária, a fim de que o concessionário possa realizar atividades operacionais e comerciais.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Macaé-RJ.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 437 milhões de reais para todo o Bloco Sudeste.

Valor do investimento a ser realizado: 268,1 milhões de reais para este aeroporto.

Zurich Airport

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 16/09/19.

Movimentação: (2017) 3,2 milhões passageiros/ano Bloco Sudeste.

| DATA DA ENTREGA

15/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros/ano Bloco Sudoeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal AE-10 – Granéis líquidos do Porto de Cabedelo-PB.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cabedelo-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Nova Capacidade dinâmica: estimada em 337 mil m³.

| DATA DA ENTREGA

22/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários. Nova capacidade dinâmica , estimada em 337 mil m³.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento das cargas e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal AE-11 – Granéis líquidos do Porto de Cabedelo-PB

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cabedelo-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 54,5 milhões de reais para os terminais AE-10, AE-11 e AI-01. Valor do investimento a ser realizado: 34,93 milhões de reais.

Consórcio Nordeste

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 26/08/19.

| DATA DA ENTREGA

22/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/

IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal AI-01 – Granéis líquidos do Porto de Cabedelo-PB.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cabedelo-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 54,5 milhões de reais para os terminais AE-10, AE-11 e AI-01. Valor do investimento a ser realizado: não há previsão de investimentos a serem realizados, uma vez que os ativos estão operacionais e pertencem ao Porto. Consórcio Nordeste

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 26/08/19.

| DATA DA ENTREGA

22/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

Nova Capacidade dinâmica: estimada em 268 mil m³.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal VIX30 – TGL Capuaba – Terminal de Movimentação de Combustíveis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória-ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 165 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: 128 milhões de reais.

Consórcio Navegantes Logística

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 26/08/19.

| DATA DA ENTREGA

22/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL02A – Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém-PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: R\$ 40 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: R\$ 48,3 milhões de reais.

Consórcio Latitude

Prazo do contrato: 15 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 04/09/19.

| DATA DA ENTREGA

05/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL02B – Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém-PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: R\$ 60 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: R\$ 27,4 milhões de reais.

Petróleo Sabbá/Socopa Corretora Paulista S/A

Prazo do contrato: 15 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 04/09/19.

| DATA DA ENTREGA

05/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL04– Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém-PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: R\$ 87,12 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: R\$ 11,6 milhões de reais.

Ipiranga Produtos de Petróleo SA/Ativa SA

Prazo do contrato: 15 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 04/09/19.

| DATA DA ENTREGA

05/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL08– Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém-PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: R\$ 50 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: R\$ 89,6 milhões de reais.

Petrobras Distribuidora S/A

Prazo do contrato: 20 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 04/09/19.

| DATA DA ENTREGA

05/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL09– Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém-PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: R\$ 30,2 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: R\$ 128,9 milhões de reais.

Transpetro

Prazo do contrato: 20 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 04/09/19.

| DATA DA ENTREGA

05/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal VDC 12 – Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Vila do Conde.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém-PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: R\$ 180,5 milhões de reais.

Valor do investimento a ser realizado: R\$ 126 milhões de reais.

Terminal Químico de Aratu (Tequimar)

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 04/09/19.

| DATA DA ENTREGA

05/04/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI-03 – Terminal de Movimentação de Granéis Líquidos no Porto de Itaqui.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Luís-MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 58,7 milhões

Prazo do contrato: 25 anos.

Capacidade estática ao final do contrato: 28.039 m³ - exige-se que o arrendatário construa inicialmente 7.633 m³ de capacidade estática totalizando 28.039 m³ até o final do prazo do arrendamento.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 15/09/19.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI-11 – Terminal de Movimentação de Granéis Líquidos no Porto de Itaqui.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Luís-MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 63,7 milhões

Prazo do contrato: 20 anos.

Estima-se que o arrendatário amplie em 30.000 m³ a capacidade estática, alcançando mais de 63.000 m³ até o final do prazo do arrendamento.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 15/09/19.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI-12 – Terminal de Movimentação de Granéis Líquidos no Porto de Itaqui.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Luís-MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 177,3 milhões

Prazo do contrato: 20 anos.

Estima-se que o arrendatário construa 78.722 m³ de capacidade estática suficiente até o final do prazo do arrendamento.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 15/09/19.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI-13 – Terminal de Movimentação de Granéis Líquidos no Porto de Itaqui.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Luís-MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 178,5 milhões

Prazo do contrato: 20 anos.

Estima-se que o arrendatário construa 78.722 m³ de capacidade estática suficiente até o final do prazo do arrendamento.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 15/09/19.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal PAR-01 – Terminal de Movimentação de Celulose no Porto de Paranaguá.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Paranaguá-PR.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 87 milhões.

Valor de arrendamento mensal previsto: R\$ 171.700/mês.

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: Leilão previsto para 09/08/19. Prazo para solicitação de esclarecimentos até 08/07/2019 e para impugnação ao edital 24/07/2019.

| DATA DA ENTREGA

09/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal STS-13A – Terminal de Movimentação de Granéis Líquidos no Porto de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos-SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 110,74 milhões.

Valor de arrendamento mensal previsto: R\$ 158.000/mês.

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: Leilão previsto para 09/08/19. Prazo para solicitação de esclarecimentos até 08/07/2019 e para impugnação ao edital 24/07/2019.

| DATA DA ENTREGA

09/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal STS-20 – Terminal de Movimentação de Fertilizantes e Sal no Porto de Santos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos-SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 219,52 milhões.

Valor de arrendamento mensal previsto: R\$ 776.000/mês.

Prazo do contrato: 25 anos.

Status: Leilão previsto para 09/08/19. Prazo para solicitação de esclarecimentos até 08/07/2019 e para impugnação ao edital 24/07/2019.

| DATA DA ENTREGA

09/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Trecho Rodoviário BR-101/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho rodoviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na rodovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Concessão do Trecho Rodoviário BR-101/SC

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimento: R\$ 2,9 bilhões.

Extensão: 220,42 km.

Status: em análise pelo TCU previsto para 26/08/2019 a publicação do acórdão.

| DATA DA ENTREGA

10/05/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão do trecho rodoviário objetiva redução de acidentes e de congestionamentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A concessão do trecho rodoviário objetiva a realização de obras que possibilitarão ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, bem como significativa contribuição para o desenvolvimento econômico da região.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Concessão do Trecho Rodoviário BR 364/365/GO/MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho rodoviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na rodovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Jataí/GO até Uberlândia/MG.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimento: R\$ 2,06 bilhões. OPEX: R\$ 2,51 bilhões.

Extensão: 437 km. Tráfego: 4,4 mil veículos/dia no 1º ano da concessão.

Relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano e Triângulo Mineiro – conecta trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado do Sudeste e ao Porto de Santos. Status: Leilão previsto para 18/09/2019.

| DATA DA ENTREGA

05/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão do trecho rodoviário objetiva a redução de acidentes e de congestionamentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A concessão do trecho rodoviário objetiva a realização de obras que possibilitarão ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, bem como significativa contribuição para o desenvolvimento econômico da região.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

A concessão do trecho rodoviário objetiva a realização de obras que possibilitarão ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, bem como significativa contribuição para o desenvolvimento econômico da região.

| NOME DA AÇÃO

Concessão da EF-151 – Ferrovia Norte-Sul.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho ferroviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de transporte de cargas na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Região Centro-Oeste.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 2,72 bi

Outorga fixa efetiva: R\$ 2,719 bilhões – Rumo S.A.

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: previsão de assinatura do contrato até 10/08/19.

Movimentação de carga prevista: 1,7 milhões de toneladas em 2020 e 22,7 milhões em 2055 (granéis líquidos, sólidos e carga geral).

| DATA DA ENTREGA

28/03/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Criação de eixo ferroviário central de escoamento da produção e recebimento de cargas do Arco Norte.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A concessão do trecho ferroviário objetiva redução de acidentes, melhor capacidade de circulação de composições de vagões na ferrovia e melhor sinalização.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho ferroviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de transporte de cargas na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Minas Gerais e Espírito Santo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 6,08 bilhões.

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 02/09/19.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja solução de continuidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A concessão do trecho ferroviário objetiva redução de acidentes, melhor capacidade de circulação de composições de vagões na ferrovia e melhor sinalização.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho ferroviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de transporte de cargas na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferroviária entre Carajás e Itaqui.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 8,22 bilhões.

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 02/09/19.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja solução de continuidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A concessão do trecho ferroviário objetiva redução de acidentes, melhor capacidade de circulação de composições de vagões na ferrovia e melhor sinalização.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da ferroviária da MRS Logística S.A.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho ferroviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de transporte de cargas na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferroviária entre as capitais de SP/MG/RJ.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 10,79 bilhões.

Prazo do contrato: 30 anos.

Status: Fim da audiência pública e protocolo de documentos no TCU previstos para 30/10/19.

| DATA DA ENTREGA

13/06/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja solução de continuidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A concessão do trecho ferroviário objetiva redução de acidentes, melhor capacidade de circulação de composições de vagões na ferrovia e melhor sinalização.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

DEPARTAMENTO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA - DEFOM - SFPP

| NOME DA AÇÃO

Debêntures Incentivadas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Analisar pleitos para a aprovação de projetos de investimento como prioritário na área de infraestrutura, no setor de logística e transporte, para fins de emissão de Debêntures Incentivadas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Maranhão - MA, Mato Grosso - MT, Mato Grosso do Sul - MS, Minas Gerais - MG, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Paraná - PR.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O valor total previsto de emissão de debêntures incentivadas dos projetos aprovados de 01.01.2019 a 31.07.2019, é de R\$ 3.219.517.000,00. (O Ministério da Infraestrutura aprovou 10 projetos de investimentos como prioritários para emissão de debêntures incentivadas, sendo 05 no setor rodoviário, 02 no setor ferroviário e 03 no setor portuário).

| DATA DA ENTREGA

31/07/2019 (Data referente aos projetos aprovados de 01/01/2019 a 31/07/2019).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proporcionar o acesso das Empresas a recursos com menor custo de captação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Pessoas jurídicas de direito privado e investidores . Incentivar a emissão de títulos de dívida (Debêntures) em ofertas públicas, com intuito de minimizar o custo de captação do emissor, e consequentemente fomentar o investimento e ajudar o desenvolvimento da infraestrutura do País.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Analisar pleitos para aprovação de enquadramento de projetos para implantação de obras de infraestrutura de transportes , para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Bahia-BA, Goiás-GO, Espírito Santo-ES, Maranhão-MA, Minas Gerais -MG, Paraná-PR, Rio de Janeiro-RJ, Rio Grande do Sul -RS,Santa Catarina-SC e São Paulo-SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O valor total estimado do impacto do benefício fiscal dos projetos aprovados de 01/01/2019 a 31/07/2019, é de R\$ 470.996.538,48. (Foram aprovados 12 (doze) projetos para implantação de obras de infraestrutura, para fins de habilitação ao REIDI, sendo oito no setor rodoviário e quatro no setor portuário, que abrangeram investimentos de aproximadamente R\$ 9,97 bilhões).

| DATA DA ENTREGA

31/07/2019 (Data referente aos projetos aprovados de 1º /01/2019 a 31/07/2019).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proporcionar às Empresas a diluição do custo relacionado aos investimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Pessoas jurídicas; diminuir o custo dos investimentos e reduzir o custo dos serviços para o usuário final.

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Em conformidade com o monitoramento que vem sendo realizado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação - Fomento para o Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileira.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Em julho de 2019, foi computada a conclusão de 2 projetos com apoio financeiro do Fundo de Marinha Mercante - FMM, totalizando R\$46,25 milhões em projetos .

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ambos em São Paulo-SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Em julho de 2019, foram repassados R\$.437,837,77 do FMM aos projetos que receberam prioridade deste Fundo.

| DATA DA ENTREGA

13/02/2019 e 05/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prover recursos para modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem, de apoio de navegação interior, e o parque nacional de estaleiros. Foi concluída a docagem para reparo de um rebocador azimutal, além da conclusão da construção de mais um rebocador azimutal de 90 TTE, ambos operando no apoio portuário para atracação de embarcações maiores.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os rebocadores azimutais promovem o apoio portuário necessário para a atracação dos navios maiores e movimento das cargas nos portos .

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Desde 2014, o FMM tem observado uma relevante queda no ritmo de financiamentos. Podemos listar as seguintes causas: i) conclusão de diversas obras, com entrega de navios e plataformas, e ausência de novos contratos; ii) crise na economia brasileira e na Petrobras , com a paralisação das atividades em diversos estaleiros; e iii) dificuldade de contratação do financiamento , em virtude das garantias exigidas pelos agentes financeiros.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO INTEGRADO - DPPI - SFPP**| NOME DA AÇÃO**

ANÁLISE E PUBLICAÇÃO DE PLANOS MESTRES DE COMPLEXOS PORTUÁRIO A Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento e Logística, a responsabilidade de atualizar tanto os Planos Mestres dos Complexos Portuários, quanto o Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, sob as diretrizes do Planejamento Integrado de Transportes.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

A luz da Metodologia vigente de Planos Mestres foi realizada análise, crítica, aprovação e publicação de 13 (treze) Relatórios de Planos Mestres de Complexos Portuários, quais sejam: do Porto de Santos; Porto de Maceió; Porto de Natal; Porto de Areia Branca; Porto de Salvador; do Porto de Aratu; Porto de Ilhéus; Porto de Forno; Porto de Vitória; Porto de Angra dos Reis; Porto de Recife; do Porto de Suape e do Porto de Barra do Riacho.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os Planos Mestres dos Complexos Portuários compreendem os 36 portos organizados do país e mais o Complexo Industrial e Portuário de Pecém/CE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O contrato deste Ministério com o Laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC teve o valor total de R\$1.793.128,40 (hum milhão, setecentos e noventa e três mil, cento e vinte e um reais e quarenta centavos).

| DATA DA ENTREGA

1º semestre de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Redução significativa da falta de planejamento estruturado para horizontes de curto, médio e longo prazo nos portos, correspondendo, respectivamente, aos períodos de 4 (quatro), 10 (dez) e 20 (vinte) anos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Ações com fins de sanar ou mitigar os gargalos ou deficiências encontradas nos portos, para fins de adequação do Complexo Portuário, no sentido de atender, com elevado nível de serviço, a demanda do momento atual, bem como no futuro. O público alvo da ação são todas as Unidades afetas ao tema e o desenvolvimento do país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Trata-se de um trabalho de análise e síntese baseadas na abordagem de Matriz SWOT, identificando forças e fraquezas quanto ao Ambiente Interno da Autoridade Portuária e oportunidades e ameaças quanto ao seu Ambiente Externo, vinculando manifestações externas, levadas em consideração para fins de eventuais correções e aprimoramentos dos documentos de Plano Mestre.

CRITÉRIO DE PRIORIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

| NOME DA AÇÃO

Critério de Priorização de Empreendimentos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração de metodologia multicritério de priorização de empreendimentos, sob os aspectos de performance, facilidade de execução e caráter estratégico, visando formular a carteira de empreendimentos prioritários para o exercício do PPA 2020-2023.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nao se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Nao se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

Entregue - 100 dias.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Conforme a atual conjuntura econômica que passa o Brasil, faz-se necessária a realização de ações e instrumentos que subsidiem a tomada de decisão, visando otimizar os recursos públicos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A priorização de empreendimentos está aderente aos objetivos estratégicos do MInfra, de Sustentabilidade Econômica.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dados, patrocínio.

| NOME DA AÇÃO

Avaliação da Política Nacional de Transportes – PNT.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Adequar as diretrizes fundamentais, objetivos e estratégias governamentais inseridas na PNT, com foco na infraestrutura viária integrada, visando aumentar a eficiência do transportes de bens e pessoas no Brasil, bem como, reduzir o custo do serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nao se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Nao se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Adequar a Política Nacional dos Transportes – PNT a nova visão de integração viária, redução do custo de transporte e competitividade da logística nacional.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A-Melhora da eficiência logística de bens e pessoas; B-Sustentabilidade econômica da infraestrutura viária; C-Melhora do nível dos serviços de transportes. D-Otimização da oferta de infraestrutura; E-Viabilização da operação do transporte multimodal; F-Redução dos custos de transporte , G-Promoção da segurança dos usuarios .

**| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO**

Tempo, apoio dos patrocinadores.

| NOME DA AÇÃO

Metodologia de Elegibilidade de Projetos para Estruturação de Parcerias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Criar uma ferramenta para poder detectar, em fases preliminares, o potencial de um projeto para ser estruturado através de Parceria, visando subsidiar a proposta de Qualificação de Projetos do Minfra, no PPI, antes de prosseguir para etapas de maior detalhe e, portanto, uso de recursos para arcar com custos de estruturação mais elevados.

Proposta para fase de transição, até que os projetos possam ser avaliados pelo Value for Money (VfM) e priorizados pela metodologia do Infraestructure Prioritization Framework - IPF (Banco Mundial), em andamento na EPL.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nao se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Nao se Aplica.

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A estimativa do Value for Money (VfM) implementada em estágios avançados, além de implicar um maior nível de detalhe, pode acarretar custos de transação por rejeitar projetos quando eles não cumprem os requisitos essenciais para ser executados através de Parcerias. A experiência internacional mostra que é desejável realizar uma análise no início do processo, que permita afastar, confirmar ou recomendar áreas de reformulação do projeto que se procura implementar por meio de Parceria.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Uma análise inicial tem como vantagem, uma potencial poupança de recursos que seriam alocados a estudos, caso o projeto seja descartado ou reformulado.

Criar uma ferramenta para poder detectar, em fases preliminares, o potencial de um projeto para ser estruturado através de uma Parceria, visando subsidiar a proposta de Qualificação de Projetos do Minfra, no PPI, antes de prosseguir para etapas de maior nível de detalhe e, portanto, uso de recursos para arcar com custos de estruturação mais elevados.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/ IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

Dados, patrocínio, quantificação do VfM.

30

TRI
MES
TRE

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS - DEAP

| NOME DA AÇÃO

**5ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos
- Bloco Centro-Oeste**

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 04 aeroportos localizados na região Centro-Oeste do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Várzea Grande/MT, Sinop/MT, Rondonópolis/MT Alta-Floresta/MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O Consórcio Aeroeste foi o consórcio vencedor e pagou R\$ 40 milhões pelos quatro aeródromos, com ágio de 4.739% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 800 mil. O valor do investimento a ser realizado será de 770 milhões. O prazo do contrato é de 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

O Leilão foi realizado em 15/03/2019. Contrato assinado em 04/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários. Movimentação: (2017) 3,3 milhões passageiros/ano Bloco Centro Oeste.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

5ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção de exploração de aeroportos – Bloco Nordeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 06 aeroportos localizados na região Nordeste do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Recife/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Juazeiro do Norte/CE, Campina Grande/PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Foi arrematado pela AENA Desarrollo Internacional SME S/A por R\$ 1,9 bilhão, com ágio de 1.010% em relação ao lance mínimo inicial (R\$ 171 milhões). O valor do investimento a ser realizado será de 2,15 bilhões. O prazo do contrato é de 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

O Leilão foi realizado em 15/03/2019. Contrato assinado em 05/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários. Movimentação: (2017) 13,2 milhões passageiros.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

5ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos -Bloco Sudeste.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 02 aeroportos localizados na região Sudeste do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória/ES e Macaé/RJ.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Teve como vencedor a ZURICH Airport Latin America LTDA, com ágio de 830% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 46,9 milhões. O grupo ofereceu R\$ 437 milhões pelos dois aeroportos do bloco. O valor do investimento a ser realizado será de 592 milhões. O prazo do contrato é de 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

O Leilão foi realizado em 15/03/2019. Contrato assinado em 05/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão se propõe à expansão da Infraestrutura Aeroportuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários. Movimentação: (2017) 3,2 milhões passageiros.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de voos, aumento da velocidade de processamento de passageiros, melhoria no atendimento realizado nos balcões de check-in e maior disponibilidade de estabelecimentos comerciais para atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas.

| NOME DA AÇÃO

6ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos - Bloco Sul.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 09 aeroportos localizados na região Sul do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto Afonso Pena em Curitiba/PR, Aeroporto de Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Aeroporto Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Aeroporto Governador José Richaem Londrina/PR, Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, Aeroporto Bacacheri em Curitiba/PR, Aeroporto de Pelotas/RS, Aeroporto Rubem Berta em Uruguaiana/RS e Aeroporto Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 2.232,19 milhões, a Outorga estimada está em estudos. O Prazo do contrato será de 30 anos, com uma TIR de 8,86%.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 12 milhões de passageiros, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elevará o potencial para o turismo de eventos, turismo de negócios bem como transporte de cargas para exportação e importação. A região sedia importantes polos industriais e nos setores de saúde e de tecnologia. Os dois maiores portos secos da América Latina localizam-se nos municípios de Foz do Iguaçu e em Uruguaiana.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas. Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste MInfra, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

| NOME DA AÇÃO

**6ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos
- Bloco Norte I**

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 09 aeroportos localizados na região Sul do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Aeroporto Eduardo Gomes em Manaus/AM, Aeroporto Governador Jorge Teixeira de Oliveira em Porto Velho/RO, Aeroporto Plácido de Castro em Rio Branco/AC, AeroportoAtlas Brasil Cantanhede em Boa Vista/RR, Aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC, Aeroporto de Tabatinga/AM e Aeroporto de Tefé/AM.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 1.086 milhões, a Outorga estimada está em estudos. O Prazo do contrato será de 30 anos, com uma TIR de 8,86%.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 4,4 milhões de passageiros, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elevará o potencial econômico voltado ao turismo ecológico, turismo de negócios, táxi aéreo, transporte de cargas para exportação e como base de apoio aos municípios vizinhos, contribuindo para a integração regional e nacional.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas. Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste MInfra, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

| NOME DA AÇÃO

**6ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroporto
– Bloco Central**

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 07 aeroportos localizados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santa Genoveva em Goiânia /GO, Marechal Cunha Machado em São Luís/MA, Senador Petrônio Portella em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE e Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 1.673 milhões, a Outorga estimada está em estudos.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 7,3 milhões de passageiros, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elevará o potencial econômico voltado ao turismo de eventos, turismo de negócios e para integração regional. Os aeroportos internacionais de Goiânia, Palmas, São Luís, Teresina e Petrolina localizam-se em regiões também integradas por meio de infraestrutura rodoviária e ferroviária, com elevado potencial para interligar as diversas regiões do país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas. Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste MInfra, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

| NOME DA AÇÃO

Aeroporto Internacional de Viracopos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield que visa a manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Campinas/ São Paulo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

N/A.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Possibilidade de decretação imediata de falência da companhia e possíveis riscos à continuidade da prestação dos serviços.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Garantir a manutenção dos serviços prestados e possibilitar a realização de melhorias na estrutura e na gestão do aeroporto.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Processo judicial em curso sobre o pagamento de indenizações pelos investimentos realizados.

| NOME DA AÇÃO

Alienação da participação da Infraero nas concessionárias dos Aeroportos Internacionais de Guarulhos/SP, Brasília/DF, Galeão/RJ e Confins/MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Propõe-se que a alienação das participações acionárias da Infraero nas concessionárias dos Aeroportos Internacionais de Guarulhos/SP, Brasília/DF, Galeão/RJ e Confins/MG.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Guarulhos/ São Paulo, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Em estudos.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Deficiência de infraestrutura e gestão verificada em alguns aeroportos, ora agravada pela escassez de recursos orçamentários direcionados à estatal.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Atrair investimentos privados em infraestrutura; garantir a qualidade dos serviços e níveis de conforto aos usuários; fomentar a concorrência tanto nos serviços aeroportuários quanto nos aéreos (a expansão da capacidade aeroportuária favorece maior entrada de novos voos e empresas aéreas); transferir recursos ao FNAC (outorgas), à Infraero (PDV) e à União, Estados e Municípios (tributos).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Riscos técnicos: Na hipótese dos EVTEAs confirmarem a opção pela concessão em blocos, há que se adaptar o sistema regulatório para alinhar os incentivos.

Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste Ministério, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

| NOME DA AÇÃO

7ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos – Bloco Norte II.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 07 aeroportos localizados na região Norte do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA, Belém-Júlio César/PA, Santarém/PA, Marabá/PA, Carajás/PA, Altamira/PA e Macapá/AP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 1.180 milhões, a Outorga estimada está em estudos.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 4,6 milhões de passageiros, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elevará o potencial econômico voltado ao turismo ecológico, turismo de negócios, táxi aéreo, transporte de cargas para exportação e como base de apoio aos municípios vizinhos, contribuindo para a integração regional e nacional.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas. Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste MInfra, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

| NOME DA AÇÃO

7ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos
- Bloco RJ-MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 07 aeroportos localizados na região Sudeste do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos Dumont/RJ, Jacarepaguá/RJ, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG, Pampulha/MG, Carlos Prates/MG, Uberaba/MG.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 1.699 bilhões, a Outorga estimada está em estudos.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 11,17 milhões de passageiros, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elevará o potencial econômico voltado ao turismo, táxi aéreo, transporte de cargas para exportação, contribuindo para a integração regional e nacional.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas. Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste MInfra, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

| NOME DA AÇÃO

7ª Rodada de concessões para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos – Bloco SP-MS

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Projeto de concessão brownfield dividido em blocos, que compreendem 05 aeroportos localizados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país, que visa a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Congonhas/SP, Campo de Marte/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 2.408 bilhões, a Outorga estimada está em estudos.

| DATA DA ENTREGA

Sem entregas previstas para 2019. Em fase de Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 23,55 milhões de passageiros, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Elevará o potencial econômico voltado ao turismo de negócios, táxi aéreo, transporte de cargas para exportação, contribuindo para a integração regional e nacional.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de transporte de passageiros e cargas. Riscos de descumprimento do cronograma: o cronograma possui variáveis fora do controle deste MInfra, em especial as fases conduzidas por órgãos/entidades de Estado independentes, como o TCU e ANAC.

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS - DEAP

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 364/365/GO/MG.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho rodoviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na rodovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Localizado entre os municípios de Jataí/GO e Uberlândia/MG com 437 km de extensão.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 2,06 bilhões, com OPEX de R\$ 2,51 bilhões. O licitante vencedor foi a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, com tarifa de R\$ 4,69 representando um deságio de 33,14%.

| DATA DA ENTREGA

Leilão de Concessão realizado em 27/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão do trecho rodoviário objetiva assegurar maior fluidez e confiabilidade, impactará também favoravelmente na segurança do transporte de carga e de passageiros, reduzindo a ocorrência acidentes, bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico entre o Centro Oeste e o Sudeste do Brasil.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano e Triângulo Mineiro – conecta trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado do Sudeste e ao Porto de Santos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 101/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho rodoviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na rodovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Localizado no Sul de Palhoça/SC a divisa SC/RS com extensão de 220,42 km.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 2,9 bilhões. O Prazo de concessão será de 30 anos e será e para critério de leilão a menor tarifa de (R\$ 4,42) e TIR de 9,2%.

| DATA DA ENTREGA

Publicação do Acórdão do TCU autorizando a publicação do Edital – 23/09/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 25,6 milhões veículos/dia, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As obras possibilitarão a ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, proporcionando redução de acidentes, melhor fluidez, melhoria na trafegabilidade e segurança do transporte de cargas e de passageiros. A concessão impactará diretamente 17 municípios do estado de Santa Catarina.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 381/262/MG/ES.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho rodoviário, a fim de que o concessionáriopossa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na rodovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-262/ES, no trecho entre o entroncamento com a BR-101(B) – Viana/ES - até a divisa ES/MG; BR-262/MG, no trecho entre Divisa ES/MG até o entroncamento com a BR381/MG – João Monlevade/MG; e BR-381/MG, no trecho entre Belo Horizonte/MG até Governador Valadares/MG.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em CAPEX R\$ 9,1 bilhões e OPEX: R\$ 5,6 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos Estudos em – 17/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Atualmente possui uma movimentação de aproximadamente 112 mil veículos/dia, com isso há a necessidade de uma melhor estrutura e capacidade para escoar a produção industrial, produtos agrícolas e pecuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As obras possibilitarão a ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, proporcionando redução de acidentes, melhor fluidez, melhoria na trafegabilidade e segurança do transporte de cargas e de passageiros. A concessão impactará o principalmente o Vale do Aço.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 153/080/414/GO/TO.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho rodoviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na rodovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-153/T0/GO, entre Aliança do Norte e Anápolis; Rodovia BR-080/GO, entre Gurupi (BR-153) até Assunção de Goiás (BR-414); Rodovia BR-414/GO, entre Assunção de Goiás até Anápolis.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em CAPEX R\$ 7,56 bilhões e OPEX: R\$ 4,24 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos Estudos em – 31/07/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A rodovia BR-153 já esteve concedida no passado, porém foi devolvida para a gestão do Governo Federal devido à declaração de caducidade (em 15/8/2017), por inexecução contratual. Possibilitará maior fluidez e confiabilidade, redução de acidentes bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico entre o Meio-Norte e a Região Centro-Sul do país.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Concessão impactará diretamente em 38 municípios dos estados de Tocantins e Goiás, sendo a maioria deles cortados pelas três rodovias e alguns deles inseridos no “losango” formado entre Urucuá/GO e Anápolis/GO. Esse investimento proporcionará a geração de aproximadamente 14.352 mil empregos diretos e indiretos.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 163/230/MT/PA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-163/MT, entre a Divisa PA/MT ao Entroncamento MT-220, no Município de Sinop; Trecho da Rodovia BR-163/PA, entre o Entroncamento com a BR-230/PA e a Divisa PA/MT; Trecho da Rodovia BR-230/PA, entre o Entroncamento com a Rodovia BR163/PA e a Travessia do Rio Tapajós.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em CAPEX R\$ 1,69 bilhão e OPEX: R\$ 1,01 bilhão. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

28/08/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Constitui eixo fundamental para escoamento da produção da parte paraense da Região Norte e norte da Região Centro-Oeste, além da ligação ao Porto de Mirituba/PA ou ao terminal ferroviário de Rondonópolis/MT.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Obter um modelo atrativo e com tratamento adequado dos riscos, dotar a rodovia de condições perenes de trafegabilidade, de condições para o escoamento de grãos compatível com a estrutura portuária existente, reduzir os custos operacionais e dos tempos de viagem dos veículos, propor soluções de engenharia para os elementos do sistema rodoviário no longo prazo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 470/282/153/SC.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia BR-470, entre Navegantes/SC, até a divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Rodovia BR-282, entre o entroncamento com a BR-470, até o entroncamento com a BR-153; Rodovia BR-153/SC, entre o entroncamento com a Rodovia BR-282, no Município de Irani, até a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e SC-412, no trecho entre Itajaí, BR-101 até a entrada do Município de Gaspar.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em 8 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão de entregas para 2019. Está na fase de estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A Rodovia BR 470, principal trecho do sistema viário em estudo, é de extrema importância para a logística da distribuição de carga no Estado de Santa Catarina, escoa mercadorias do Porto de Itajaí e abastece cidades importantes do Paraná, além de fomentar o turismo da região

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Com a execução do projeto pretende-se ampliar a capacidade da via, reduzindo o custo do transporte e o tempo de viagem entre o leste e o oeste do Estado de Santa Catarina, além de proporcionar a ligação do Porto de Itajaí ao interior do Estado e a países do Mercosul.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 040/495/MG/RJ (Concer).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Faz a ligação entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora/MG.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em 2,6 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão de entregas para 2019. Está na fase de estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A concessão atual vencerá em 1º de março de 2021 e esta rodovia junto com outras duas rodovias (BR-116/RJ e BR-116/RJ/SP) são estratégicas pela extensão e pelo volume de tráfego e devem ser estudadas conjuntamente de maneira a se definir o modelo que gere maior valor aos ativos. Outro aspecto é a construção da nova subida da Serra de Petrópolis, quando finalizado será o maior túnel rodoviário do país (4,60 km).

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os investimentos decorrentes da nova concessão resultarão na melhoria do nível do serviço ofertado, assegurando maior fluidez e confiabilidade. Ainda, impactarão favoravelmente na segurança do transporte de carga e de passageiros, reduzindo a ocorrência de avarias e acidentes, bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 116/465/101/SP/RJ (Dutra).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O projeto do trecho da BR-116/RJ/SP (Nova Dutra) tem 402 km de extensão e faz a ligação entre as duas maiores regiões metropolitanas do País (São Paulo e Rio de Janeiro).

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em 10,9 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão de entregas para 2019. Está na fase de estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O volume médio diário de veículos é de aproximadamente 42 mil, sendo realizadas, em média, 666 ocorrências operacionais por dia entre atendimentos de socorro médico emecânicos. É a maior concessão rodoviária do país em termos de volume diário de tráfego.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os investimentos decorrentes da nova concessão resultarão na melhoria do nível do serviço oferecido, assegurando maior fluidez e confiabilidade. Ainda, impactarão favoravelmente na segurança do transporte de carga e de passageiros, reduzindo a ocorrência de avarias e acidentes, bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão da BR 116/493/RJ/MG (CRT).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Localizado na região onde estão os municípios de Duque de Caxias (a partir do entroncamento com a BR-040/RJ), Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia, indo até a divisa com Minas Gerais, próximo à cidade de Além Paraíba, está implantado numa extensão de 142,5 km.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em 7,9 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão de entregas para 2019. Está na fase de estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O volume médio diário de veículos é de aproximadamente 23.000, sendo realizadas, em média, 40 ocorrências, entre médicas e mecânicas, por dia. Ao longo da via, 40,4 km são de pistas duplas, na Baixada Fluminense; 14 km de pistas simples, na Serra dos Órgãos e outros 88 km de pistas simples, entre Teresópolis e Além Paraíba.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os investimentos decorrentes da nova concessão resultarão na melhoria do nível do serviço ofertado, assegurando maior fluidez e confiabilidade. Ainda, impactarão favoravelmente na segurança do transporte de carga e de passageiros, reduzindo a ocorrência de avarias e acidentes, bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão Rodovias Integradas do Paraná.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os eixos selecionados para estudos somam mais de 4.100 km e interligam o porto de Paranaguá, a Região Metropolitana de Curitiba (29 municípios), as regiões oeste e norte do Estado e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em 33,6 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão de entregas para 2019. Está na fase de estudos

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O convênio de delegação do Governo Federal ao Estadual, a vencer em 2021, não ser renovado. Os estudos deverão comparar cenários para indicação da melhor conformação de lotes a serem concedidos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os investimentos decorrentes da nova concessão resultarão na melhoria do nível do serviço ofertado, assegurando maior fluidez e confiabilidade. Ainda, impactarão favoravelmente na segurança do transporte de carga e de passageiros, reduzindo a ocorrência de avarias e acidentes, bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

| NOME DA AÇÃO

Projeto de Concessão Rodovias 7.200km.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O projeto consiste na proposta de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os trechos a serem concedidos englobam 15 estados brasileiros são eles: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em 53,6 bilhões. TIR 9,2% a.a.

| DATA DA ENTREGA

Sem previsão de entregas para 2019. Está na fase de estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Integração entre as regiões do país onde concentram os maiores polos do agronegócio e industrial.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os investimentos decorrentes da nova concessão resultarão na melhoria do nível do serviço ofertado, assegurando maior fluidez e confiabilidade. Ainda, impactarão favoravelmente na segurança do transporte de carga e de passageiros, reduzindo a ocorrência de avarias e acidentes, bem como influenciando no tempo de viagem e no custo logístico.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de veículos.

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS - DEAP**| NOME DA AÇÃO**

Projeto de Subconcessão da EF-151 – Ferrovia Norte-Sul.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Subconcessão da infraestrutura de trecho ferroviária, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de cobrança de pedágio para circulação na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trecho com extensão de 1.537 km, ligando Estrela d’Oeste, em São Paulo, a Porto Nacional, no Estado de Tocantins.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 2,72 bi (R\$ 1,82 bi em material rodante e R\$ 894,6 mi em obras complementares e sinalização), com Carga prevista: 1,7 milhões de toneladas em 2020 e 22,7 milhões em 2055 (granéis líquidos, sólidos e carga geral). Prazo de subconcessão será de 30 anos. O Leilão realizado em 28/03/2019 na B3 teve como vencedora a Rumo Multimodal, com outorga de R\$ 2,719 bilhões, ágio de 100,92%. Outorga fixa efetiva: R\$ 2,719 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

Contrato assinado em 31/07/2019. Projeto finalizado.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Criação de eixo ferroviário central de escoamento da produção e recebimento de cargas do Arco Norte.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A EF-151 também conhecida como Ferrovia Norte-Sul foi projetada para se tornar a espinha dorsal do transporte ferroviário no Brasil, integrando de maneira estratégica o território nacional e contribuindo para a redução do custo logístico do transporte de carga no país.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica.

| NOME DA AÇÃO

Concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho ferroviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de transporte de cargas na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL (EF-334) tem extensão de 1.527 quilômetros, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. Trecho I: Ilhéus/BA – Caetité/BA, com extensão de 537 km.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos é de R\$ 3,3 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão para conclusão das obras. TIR: 11,04%.

| DATA DA ENTREGA

Está na fase de Audiência Pública. Previsão de Conclusão da Audiência Pública: 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Dificuldade em viabilizar o escoamento da produção de minério de ferro produzido na região (onde se encontra a Bahia Mineração – BAMIN), através do Porto Sul (importante complexo portuário a ser construído nas imediações de Ilhéus);

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

O escoamento das cargas será feito prioritariamente por meio dos TUPs Porto Sul e Bahia Mineração S.A. (BAMIN), ambos localizados na região de Aritágua, município de Ilhéus. Os dois empreendimentos constituirão o Complexo Portuário Porto Sul, com retroárea de 1.224 ha, ponte de acesso marítimo e píer com quebra-mar a 3.500 metros da costa.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e concretização da estimativa de demanda por cargas.

| NOME DA AÇÃO

Concessão da Ferrovia EF-170 – MT/PA - Ferrogrão.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Concessão de toda a infraestrutura do trecho ferroviário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente os serviços de transporte de cargas na ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos é de R\$ 12,7 bilhões. TIR: 11,04%

| DATA DA ENTREGA

Está na fase de Audiência Pública. Previsão de Conclusão da Audiência Pública: 12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Dificuldade no escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, por meio de conexão ao Porto de Miritituba, no estado do Pará.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Quando finalizada, a Ferrogrão terá alta capacidade de transporte e competitividade, papel esse que, hoje, é desempenhado pela rodovia BR-163. O corredor a ser consolidado pela EF-170 e a rodovia BR-163 abrirá uma nova rota para a exportação da soja e do milho no Brasil. O empreendimento aliviará as condições de tráfego nessa rodovia, com o objetivo de diminuir o fluxo de caminhões pesados e os custos com a conservação e a manutenção.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário, licenciamentos ambientais e resistência dos moradores das áreas afetadas.

| NOME DA AÇÃO

Renovação de Concessão - Rumo Malha Paulista.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A ferrovia conta com uma extensão de 1.989 km, localizada no estado de São Paulo/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos é de R\$ 5,78 bilhões. Outorga prevista: R\$ 2,2 bilhões.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de Conclusão: 12/2019 Está na fase de Análise pelo TCU.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Dificuldade no escoamento da produção de minérios, produtos agrícolas e combustíveis.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados a partir da prorrogação do contrato atual, por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trecho com extensão de 895 km entre Minas Gerais e Espírito Santo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

A previsão de Investimentos está estimada em R\$ 8,81 bilhões Incluso R\$ 2,73 bilhões da construção parcial da FICO. O Prazo de prorrogação será de 30 anos. Outorga fixa efetiva: R\$ 1,52 bilhão.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura de contrato está para 11/2019. Está na fase de análise pelo TCU.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja descontinuidade.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados, ampliando o contrato por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela ANTT.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferroviária entre Carajás e Taqui.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 8,22 bilhões. Prazo do contrato: 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura de contrato está para 11/2019. Está na fase de análise pelo TCU.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja descontinuidade do serviço.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados, ampliando o contrato por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela ANTT.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Ferrovia da MRS Logística S.A.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferroviária entre as capitais de SP/MG/RJ.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 10,79 bilhões. Prazo do contrato: 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de conclusão da Audiência Pública: 11/2019. Está na fase de Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja descontinuidade do serviço.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados, ampliando o contrato por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela ANTT.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Ferrovia Centro Atlântica S.A (FCA).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferr viária entre Minas Gerais/Sergipe/Goiás/Espírito Santo/Distrito Federal/Rio de Janeiro/Bahia/São Paulo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: N/A Prazo do contrato: 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de conclusão da Audiência Pública: 10/2019. Está na fase de Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja descontinuidade do serviço.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados, ampliando o contrato por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela ANTT.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Ferrovia de Integração (FICO).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferroviária entre Mara Rosa/GO e Água Boa/ MT.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: 2,73 bilhões (Investimento cruzado prorrogação antecipada da EFVM) Prazo do contrato: 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

Execução: deverá ser colocada como contrapartida pelo valor de outorga na prorrogação antecipada da EFVM.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja descontinuidade do serviço.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados, ampliando o contrato por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela ANTT.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

| NOME DA AÇÃO

Renovação da concessão da Ferrovia Rio-Vitória.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Renovação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Ligaçāo ferroviária entre Nova Iguaçú/RJ e Vila Velha/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 6,5 bilhões (mar/2014) em estudos. Prazo do contrato: 30 anos.

| DATA DA ENTREGA

Não se aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Manutenção do nível serviço na estrada de ferro sem que haja descontinuidade do serviço.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Os benefícios esperados, ampliando o contrato por mais 30 anos, serão a obrigatoriedade de investimentos em segurança e o aumento de capacidade, que serão pactuados pela ANTT.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de concessão no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo concessionário e a liberação pelo órgão de controle.

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS - DEAP**| NOME DA AÇÃO**

Arrendamento do Terminal VIX30 – TGL Capuaba – Terminal de Movimentação de Combustíveis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória/ES.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 165 bilhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 128 milhões de reais. Consórcio Navegantes Logística Prazo do contrato: 25 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato 11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal. Nova Capacidade dinâmica: 4,3 milhões toneladas/ano.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal AE-10 – Granéis líquidos do Porto de Cabedelo-PB.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cabedelo-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 54,5 milhões de reais para os terminais AE-10, AE-11 e AI-01. Valor do investimento a ser realizado: 36,5 milhões de reais. Consórcio Nordeste. Prazo do contrato: 25 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato 11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento das cargas e modernização do terminal. Nova Capacidade dinâmica: estimada em 337 mil m³.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal AE-11 – Granéis líquidos do Porto de Cabedelo-PB.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cabedelo-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 54,5 milhões de reais para os terminais AE-10, AE-11 e AI-01. Valor do investimento a ser realizado: 34,93 milhões de reais. Consórcio Nordeste. Prazo do contrato: 25 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato 11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal AI-01 – Granéis líquidos do Porto de Cabedelo-PB.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Cabedelo-PB.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 54,5 milhões de reais para os terminais AE-10, AE-11 e AI-01. Valor do investimento a ser realizado: não há previsão de investimentos a serem realizados, uma vez que os ativos estão operacionais e pertencem ao Porto. Consórcio Nordeste. Prazo do contrato: 25 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato até 11/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal. Nova Capacidade dinâmica: estimada em 268 mil m³.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL02A- Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 40 bilhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 48,3 milhões de reais. Consórcio Latitude Prazo do contrato:15 anos

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato: 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL02B – Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 60 milhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 27,4 milhões de reais. Consórcio Sebbá/Socopa Corretora Paulista S/A Prazo do contrato: 15 anos

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato até 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL04- Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 87 milhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 11,6 milhões de reais. Consórcio Ipiranga Produtos de Petróleo S/A Prazo do contrato:15 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato até 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL08- Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 50 milhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 89,6 milhões de reais. Petrobrás Distribuidora S/A. Prazo do contrato:20 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato até 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal BEL09– Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Belém.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 30,2 milhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 128,9 milhões de reais. Transpetro Distribuidora S/A Prazo do contrato: 20 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato até 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal VDC– Terminal de Movimentação de Combustíveis no Porto de Vila do Conde/PA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Belém/PA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor da outorga efetiva: 180,5 milhões de reais. Valor do investimento a ser realizado: 126 milhões de reais. Terminal Químico de Aratu (Tequimar) Prazo do contrato:25 anos.

| DATA DA ENTREGA

Previsão de assinatura do contrato até 10/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal PAR01– Terminal de Celulose no Porto de Paranaguá/PR.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Paranaguá/PR.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 87 milhões de reais. Prazo do contrato: 25 anos TIR: 9,38% Valor de arrendamento mensal: R\$ 171.700/mês. Licitante Vencedor: Klabin S/A Outorga Efetiva: 1 milhão.

| DATA DA ENTREGA

Leilão realizado: 13/08/2019 Previsão de assinatura do contrato 12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal STS13A- Terminal de Granéis Líquidos no Porto de Santos/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 110,74 milhões de reais. Prazo do contrato: 25 anos Valor de arrendamento mensal: R\$ 158.000/mês TIR: 9,38% Licitante Vencedor: Aba Infraestrutura e Logística S/A Outorga Efetiva: 35 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Leilão realizado: 13/08/2019. Previsão de assinatura do contrato 12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal STS20 – Terminal de Fertilizantes e Sal no Porto de Santos/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 219,52 milhões de reais. Prazo do contrato: 25 anos
Licitante Vencedor: Consórcio Hidrovias do Brasil Holding Norte S/A
Efetiva: 112,5 milhões.

| DATA DA ENTREGA

Leilão realizado: 13/08/2019. Previsão de assinatura do contrato 12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal SUA05 – Contêineres no Porto de Suape/PE.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Suape/PE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 1,2 bilhão de reais. Prazo do contrato: 35 anos.

| DATA DA ENTREGA

Projeto Suspenso por prazo indeterminado.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI03 – Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaqui /MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 58,7 milhões de reais. Prazo do contrato: 25 anos.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: 01/07/2019. Em Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI11 – Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaqui /MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 63,7 milhões de reais. Prazo do contrato: 20 anos.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: 01/07/2019. Em Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI12 – Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaqui /MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 177,3 milhões de reais. Prazo do contrato: 20 anos.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: 01/07/2019. Em Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal IQI13 – Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Itaqui /MA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Valor do investimento a ser realizado: 178,5 milhões de reais. Prazo do contrato: 20 anos.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: 01/07/2019. Em Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal STS14 – Carga Geral (Celulose) Santos/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

OPEX = R\$ 37,75 milhões/ano; Prazo do contrato: 25 anos (em estudos)

Valor de arrendamento fixo = R\$ 819 mil/mês Valor de arrendamento variável = R\$ 8,38/ton; WACC: 9,38%; TIR: 9,38%.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: 10/09/2019. Em Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal STS14A – Carga Geral (Celulose) Santos/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

OPEX = R\$ 47,67 milhões/ano; Prazo do contrato: 25 anos (em estudos) Valor de arrendamento fixo = R\$ 1.270 mil/mês. Valor de arrendamento variável = R\$ 9,85/ton; WACC: 9,38%; TIR: 9,38%.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: 10/09/2019. Em Audiência Pública.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal ATU12 – Granéis Sólidos de Aratu-Candeias/BA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Candeias/BA.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 230 milhões (em estudos). Valor de arrendamento mensal: Aproximadamente R\$ 96 mil/mês (em estudos). Valor de arrendamento variável: Aproximadamente R\$ 0,7209/ton (em estudos). TIR: 9,38%
Prazo do contrato: 25 anos (em estudos). Critério do Leilão: Maior Outorga.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: prevista para 10/2019. Em Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento do Terminal PAR12 – Veículos Paranaguá/PR.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Paranaguá/PR.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 80,1 milhões. Área do Terminal: 170,2 mil m². Prazo do contrato: 25 anos. Critério do Leilão: Maior Outorga.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: prevista para 10/2019. Em Estudos.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização Complexo Industrial Portuário SUAPE/PE.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Suape/PE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: em estudos. Prazo do contrato: em estudos. Critério do Leilão: em estudos

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: Sem previsão.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Vitória/Espírito Santo.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 1,00 bilhão. Prazo do contrato: 35 anos (depende do resultado dos estudos). Critério do Leilão: Maior Outorga

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: Sem previsão de entregas para 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização do Porto Organizado de São Sebastião/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

São Sebastião/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 574,37 milhões. Prazo do contrato: 35 anos. Critério do Leilão: Maior Outorga.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: Sem previsão de entregas para 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Desestatização do Porto Organizado de Santos e CODESP/SP.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Santos/SP.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 1,5 bilhão (em estudos). Prazo do contrato: 35 anos
Critério do Leilão: Maior Outorga.

| DATA DA ENTREGA

Entrega dos estudos: Sem previsão de entregas para 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

| NOME DA AÇÃO

Arrendamento de veículos no Porto de Suape / PE.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Arrendamento de toda a infraestrutura do terminal portuário, a fim de que o concessionário possa explorar economicamente as atividades operacionais do terminal.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Suape/PE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Investimentos estimados: R\$ 7,6 milhões. Prazo do contrato: 35 anos. Critério do Leilão: Maior Outorga.

| DATA DA ENTREGA

O projeto está adiado sem data prevista para retomada.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O arrendamento se propõe à expansão da Infraestrutura Portuária e melhoria das condições de atendimento dos usuários.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Expansão da capacidade de processamento de cargas, aumento da velocidade de processamento e modernização do terminal.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Cumprimento do contrato de arrendamento no que diz respeito à obrigação de investimentos pelo arrendatário e concretização da estimativa de demanda por serviços de processamento de cargas.

DEPARTAMENTO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA- DEFOM**| NOME DA AÇÃO**

Debêntures Incentivadas.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Analisar pleitos para aprovação de projetos de investimento como prioritários na área de infraestrutura de transportes, para fins de emissão de Debêntures Incentivadas.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Bahia-BA, Goiás-GO, Maranhão-MA, Minas Gerais-MG, São Paulo-SP, Pará-PA, Paraná-PR e Tocantins-TO.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O valor total previsto de emissão de debêntures incentivadas dos projetos aprovados de 01/07/2019 a 30/09/2019, é de R\$ 5.039.981.000,00. (O Ministério da Infraestrutura aprovou 08 projetos de investimentos como prioritário para emissão de debêntures incentivadas, sendo 03 no setor rodoviário, 02 no setor ferroviário, e 03 no setor portuário).

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019 [Data referente aos projetos aprovados de 01.07.2019 a 30.09.2019].

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proporcionar o acesso das Empresas a recursos com menor custo de captação.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Pessoas jurídicas de direito privado e investidores. Incentivar a emissão de títulos de dívida (Debêntures) em ofertas públicas, com intuito de minimizar o custo de captação do emissor, e consequentemente fomentar o investimento e ajudar o desenvolvimento da infraestrutura do País.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica .

| NOME DA AÇÃO

Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Analisar pleitos para aprovação de enquadramento de projetos para implantação de obras de infraestrutura de transportes, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Amazonas-AM e Santa Catarina-SC.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

O valor total estimado do impacto do benefício fiscal dos projetos aprovados de 01.07.2019 a 30.09.2019, é de R\$ 59.210.577,95. (Foram aprovados 02 projetos para implantação de obras de infraestrutura, para fins de habilitação ao REIDI, ambos no setor portuário, que abrangeram investimentos de aproximadamente R\$ 1,18 bilhão).

| DATA DA ENTREGA

30/09/2019 (Data referente aos projetos aprovados de 01.07.2019 a 30.09.2019).

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Proporcionar às Empresas a diluição do custo relacionado aos investimentos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Pessoas Jurídicas; Diminuir o custo dos investimentos e reduzir o custo dos serviços para o usuário final.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Não se aplica .

| NOME DA AÇÃO

Em conformidade com o monitoramento que vem sendo realizado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação - Fomento para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

No terceiro trimestre de 2019, foram registradas as conclusões de 12 empreendimentos com apoio financeiro do Fundo de Marinha Mercante, que somam R\$ 115,43 milhões em projetos, distribuídos (vide tabela 1).

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Tipo de Projeto por UF do Estaleiro : Rio de Janeiro (1) – R\$ 8,17 milhões; São Paulo (2) - 19,22 milhões _ Apoio Off Shore : 3 Projetos concluídos no terceiro trimestre de 2019 : Valor Total : 27,39 milhões ; Apoio Portuário : São Paulo (2) - 46,25 milhões e Carga Interior : Belém – PA : R\$ 41,79 milhões. Total Geral: 12 projetos concluídos no terceiro trimestre de 2019: 12 (doze) valor dos projetos em milhões R\$ 115,43.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

No terceiro trimestre de 2019, o FMM injetou R\$ 67,75 milhões em financiamentos à indústria naval brasileira bilhão).

| DATA DA ENTREGA

Não se aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Prover recursos para modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem, de apoio e de navegação interior, e o parque nacional de estaleiros. Foi concluída a docagem de 3 PSVs e um rebocador azimutal, além da conclusão da construção de mais um rebocador azimutal de 80 TTE, um empurrador fluvial e 6 barcaças graneleiras. Os rebocadores azimutais operam no apoio portuário para atracação de embarcações maiores. Os PSVs atuam no apoio offshore. Já os comboios de empurradores com barcaças fazem o escoamento de produtos através da navegação interior.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

As embarcações concluídas promovem maior eficiência à logística de transportes brasileira, contribuindo para o desenvolvimento nacional, além de promoverem a geração de empregos no setor naval.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Desde 2014, o FMM tem observado uma relevante queda no ritmo de financiamentos. Podemos listar as seguintes causas:

- i. Conclusão de diversas obras, com entrega de navios e plataformas, e ausência de novos contratos;
- ii. Crise na economia brasileira e Petrobras, com a paralisação das atividades em diversos estaleiros;
- iii. Dificuldade de contratação do financiamento, em virtude das garantias exigidas pelos agentes financeiros.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO INTEGRADO - DPI

| NOME DA AÇÃO

Análise e Publicação de Planos Mestres de Complexos Portuários.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

O Plano Mestre é definido como instrumento de planejamento de Estado voltado à unidade portuária, considerando as perspectivas do setor, constantes no Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, instrumento que visa direcionar as ações, melhorias e investimentos de curto, médio e longo prazo no Porto e em seus acessos terrestres e aquaviário. À luz da Metodologia vigente de Planos Mestres foi realizada pela CGPLAN, análise crítica, aprovação e publicação de 15 (quinze) Relatórios de Planos Mestres de Complexos Portuários, quais sejam: do Porto de Santos; Porto de Maceió; Porto de Natal; Porto de Areia Branca; Porto de Salvador; do Porto de Aratu; Porto de Ilhéus; Porto de Forno; Porto de Vitória; Porto de Angra dos Reis Porto de Recife; do Porto de Suape, do Porto de Barra do Riacho, Porto do Rio de Janeiro e Niterói e do Porto de Itaguaí.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os Planos Mestres dos Complexos Portuários compreendem os 36 portos organizados do país e mais o Complexo Industrial e Portuário de Pecém/CE.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Em 2019, foi assinado 4º Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada TED 01/2015 entre o Ministério e Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, no valor total de R\$ 1.793.128,40 (hum milhão, setecentos e noventa e três mil, cento e vinte e um reais e quarenta centavos).

| DATA DA ENTREGA

Durante o ano de 2019, até 26/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Redução significativa da falta de planejamento estruturado, para horizontes de curto, médio e longo prazo nos portos, correspondendo, respectivamente, aos períodos de 4 (quatro), 10 (dez) e 20 (vinte) anos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Sanar e mitigar gargalos ou deficiências encontradas nos portos, para fins de adequação dos Complexos Portuários, no sentido de atender e desenvolver, com elevado nível de serviço, a demanda do momento atual e futuro nos Portos Organizados, além de disseminar o incremento ao desenvolvimento do país, via transporte marítimo. O público alvo da ação são todas as Unidades afetas ao tema e a Nação como um todo.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Trata-se de um trabalho de direcionamento de ações, verificação in loco, diagnóstico e prognóstico, com análise e aprovação de cenários; análise de Matriz SWOT, identificando forças e fraquezas quanto à coleta de dados do Ambiente Interno da Autoridade Portuária, de suas oportunidades e ameaças quanto ao Ambiente Externo, exame de manifestações de usuários e trabalhadores, levando em consideração o banco de dados, para fins de eventuais correções e aprimoramentos dos documentos de entrega dos Planos Mestres. Os principais desafios encontrados são os cumprimentos de prazos de respostas aos questionários aplicados aos operadores portuários e a qualidade das informações enviadas pelas Autoridades Portuárias e os respectivos operadores.

| NOME DA AÇÃO

Definição das Diretrizes de Planejamento Integrado do MInfra.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Estabelecer, em Portaria Ministerial, as diretrizes para a governança, estruturação, elaboração, atualização, monitoramento e avaliação do Planejamento Nacional de Transportes, de competência da União. Porto de Recife; do Porto de Suape, do Porto de Barra do Riacho, Porto do Rio de Janeiro e Niterói e do Porto de Itaguaí.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

A minuta da portaria foi entregue em 30 de julho de 2019, juntamente com a Nota Técnica nº 21/2019/DPI/SFPP e fluxo do processo integrado de planejamento. Após as discussões com as diferentes áreas envolvidas, espera-se publicar a portaria até dezembro de 2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O projeto se insere em um contexto de necessidade de aprimorar a integração dos instrumentos do planejamento nacional de transportes, conforme apontado pelo TCU em diversas oportunidades, e também propõe a estruturação e retomada da atividade de planejamento dedicada ao Setor de Transportes no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Como resultado da implementação da sistemática proposta, será estabelecido um processo técnico, lógico e estruturado que vincula as diretrizes de política pública, o planejamento em si e as ações efetivas de execução sob responsabilidade do Ministério e suas entidades vinculadas, tanto por meio de inversões diretas da União, através dos respectivos orçamentos anuais, quanto por meio de qualificação de empreendimentos voltados às parcerias com o setor privado. Dentre as atividades previstas, consta a realização de consulta pública online.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Institucionalizar o planejamento integrado de transportes no MInfra e criar padrão acerca dos procedimentos propostos na minuta de Portaria; Implementar junto à EPL a sistemática proposta, incluindo a alocação dos recursos técnicos e financeiros necessários para a implementação do novo processo de planejamento de transportes no MInfra.

| NOME DA AÇÃO

Plano Nacional de Logística – PNL.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Desenvolver a primeira revisão do Plano Nacional de Logística publicado em 2018, no denominado PNL 2035, que encontra-se em elaboração pela EPL.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Em andamento, com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2021.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A primeira revisão do PNL faz parte do processo de transição do Planejamento Nacional de Transportes, previsto na Minuta de Portaria de Regulamentação das Diretrizes do Planejamento Integrado do MINFRA. O processo de revisão visa fazer as complementações e ajustes da primeira versão do PNL, considerando aprimoramentos metodológicos, atualização das projeções de demandas, ajustes na oferta de sistemas de transporte e incorporando aspectos demandados no processo de consulta pública.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A revisão do PNL contribuirá para a melhoria das condições gerais de movimentação de carga em todo o País, considerando os diferentes modos de transporte. Com base no diagnóstico da infraestrutura de transportes, são analisadas soluções que propiciem condições capazes de proporcionar a redução de custos, a melhoria do nível de serviço para os usuários e o aumento da eficiência dos diferentes modos de transporte. O PNL possui ainda papel fundamental contribuir para a diminuição da assimetria de informações e permitir aos investidores privadores melhores condições para análise de oportunidades de investimento no setor, contribuindo para incrementar o fluxo de capitais na área de infraestrutura de transportes.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Alocação dos recursos técnicos necessários para cumprimento do cronograma originalmente proposto.

| NOME DA AÇÃO

Metodologia de Priorização de Empreendimentos Públicos.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Elaboração de metodologia multicritério de priorização de empreendimentos, sob os aspectos de performance, facilidade de execução e caráter estratégico, visando subsidiar a formulação da carteira de empreendimentos prioritários para o exercício do PPA 2020-2023.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Entregue nos 100 primeiros dias do governo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Conforme a atual conjuntura econômica que passa o Brasil, faz-se necessária a realização de ações e instrumentos que subsidiem a tomada de decisão, visando otimizar os recursos públicos.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

A priorização de empreendimentos está aderente aos objetivos estratégicos do MInfra, de Sustentabilidade Econômica. Metodologia de Priorização de Empreendimentos concluída e encaminhada à Secretaria Executiva.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Convencimento das diferentes áreas do Ministerio sobre a importância do projeto e envolvimento ativo, e a confiabilidade dos dados disponíveis para valorar as análises.

| NOME DA AÇÃO

Metodologia de Elegibilidade de Projetos para Estruturação de Parcerias.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Criar uma ferramenta para poder detectar, em fases preliminares, o potencial de um projeto para ser estruturado através de Parceria, visando subsidiar a proposta de Qualificação de Projetos do Minfra, no PPI, antes de prosseguir para etapas de maior detalhe e, portanto, uso de recursos para arcar com custos de estruturação mais elevados (EVTEAs). Proposta alinhada com a Metodologia de Estruturação de Projetos de Infraestrutura (MEPI), em andamento na EPL.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Entregue nos 100 primeiros dias do governo.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

A experiência internacional mostra que é desejável realizar uma análise no início do processo, que permita afastar, confirmar ou recomendar áreas de reformulação do projeto que se procura implementar por meio de Parceria. Uma análise inicial tem como vantagem, uma potencial poupança de recursos que seriam alocados a estudos, caso o projeto seja descartado ou reformulado.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Criar uma ferramenta para poder detectar, em fases preliminares, o potencial de um projeto para ser estruturado através de uma Parceria, visando subsidiar a proposta de Qualificação de Projetos do Minfra, no PPI, antes de prosseguir para etapas de maior nível de detalhe e, portanto, uso de recursos para arcar com custos de estruturação mais elevados. Avanço: Concluídas as entrevistas com as Secretarias Finalísticas, EPL e BNDES.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Convencimento das diferentes áreas do Ministério sobre a importância do projeto e envolvimento ativo, e a confiabilidade dos dados disponíveis para e valorar as análises.

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO- CGINF**| NOME DA AÇÃO**

Definição das Diretrizes da Gestão da Informação.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Definir e regulamentar os princípios, os objetivos, as diretrizes, os instrumentos e demais elementos típicos de normatização voltados à elaboração e implementação, em nível estratégico, da Gestão da Informação de Transportes, com fins de estruturar e coordenar a integração das informações do Setor.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aprimorar a geração, estruturação, tratamento, disponibilização e consumo de dados e informações sobre transportes. Há informações geradas por diferentes fontes, não estruturadas ou estruturadas, que não estão compatíveis ou que não passam de confiabilidade. Esse contexto dificulta e causa impeditâncias indesejáveis ao tomador de decisão, aos órgãos de controle e à sociedade em geral, que precisa acessar o que existe de mais atual e oficial.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Qualidade da informação: informações estruturadas, padronizadas, acessíveis, tempestivas, confiáveis, atualizadas e certificadas; Redução de esforços; Redução de gastos e custos para tomada de decisão qualificada. Avanço: Até o período, foi realizado o planejamento do projeto e iniciada as pesquisas para identificação de referências de diretrizes de gestão da informação nos sites de outros órgãos, também foi iniciada as leituras de material. No âmbito no projeto, está previsto para ser entregue até dezembro/2019: Mapa do processo (metodologia, estado da arte, benchmarking).

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Equipe do projeto reduzida.

| NOME DA AÇÃO

ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Promover a integração dos sistemas de informações do setor de transportes em articulação com as secretarias do Ministério e entidades vinculadas, com fins de aprimorar os mecanismos de disponibilização das informações do setor de transportes, conferindo qualidade, confiabilidade, tempestividade e publicidade.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

01/07/2022.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Aprimorar a geração, estruturação, tratamento, disponibilização e consumo de dados e informações sobre transportes. Há informações geradas por diferentes fontes, não estruturadas ou estruturadas, que não estão compatíveis ou que não passam confiabilidade. Esse contexto dificulta e causa impedâncias indesejáveis ao tomador de decisão, aos órgãos de controle e à sociedade em geral, que precisa acessar o que existe de mais atual e oficial.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Qualidade da informação: informações estruturadas, padronizadas, acessíveis, tempestivas, confiáveis, atualizadas e certificadas; Redução de esforços; Redução de gastos e custos para tomada de decisão qualificada. Avanço: Até o presente, foi realizado o planejamento do projeto com o mapeamento das iniciativas/necessidades de cada secretaria, bem como foi realizada reuniões técnicas para detalhamento de cada iniciativa. No âmbito no projeto, está previsto para ser entregue até dezembro/2019: Nota Técnica referente ao planejamento do projeto, instituição da Rede de Informação (Comitê Técnico), Painel Gerencial do Anuário de Transportes 2019, Painel Gerencial do documento InfoTransportes e Painel da Agenda Parlamentar.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Indisponibilidade de infraestrutura tecnológica (Ex: servidores, espaço em disco), Não obtenção dos dados necessários para o banco de dados.

| NOME DA AÇÃO

Projeto Corredores Logísticos de Petróleo e Combustíveis.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Identificar e caracterizar os principais Corredores Logísticos Estratégicos responsáveis pelo escoamento da produção dos diversos setores da economia no âmbito do território nacional. O presente estudo identificará os corredores logísticos de escoamento dos combustíveis derivados de petróleo e biocombustíveis.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

R\$ 43.800,00

| DATA DA ENTREGA

Não se aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O projeto de Corredores Logísticos Estratégicos se traduz em uma ferramenta diagnóstica de suporte à consolidação do processo de planejamento estratégico da distribuição da produção dos diversos setores da economia nacional para os diversos centros de consumo interno e também para a exportação. Em consonância com a diretriz de eficiência logística estabelecida no novo Mapa Estratégico, lançado em 08 de março de 2019, para a gestão de 2019 a 2022 do Minfra.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Fornecer subsídios para o desdobramento do planejamento e auxiliar os processos de priorização de ações e tomada de decisão do Governo. Avanço: Até o presente, foi realizado as seguintes etapas do projeto: planejamento do projeto, coleta e avaliação de dados e informações, realização do levantamento dos volumes de carga, elaboração das matrizes de origem-destino, identificação dos fluxos de carga. No presente, encontra-se em desenvolvimento a definição da rede viária. Com previsão do relatório técnico final em dezembro/2019.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Dificuldade no recebimento das informações pelo setor público e privado; Equipe do projeto reduzida.

| NOME DA AÇÃO

Projeto Corredores Logísticos Estratégicos (Diagnóstico para elaboração de 3 corredores).

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Identificar e caracterizar os principais Corredores Logísticos Estratégicos responsáveis pelo escoamento da produção dos diversos setores da economia no âmbito do território nacional. Este projeto identificará os corredores logísticos de escoamento de produtos que ainda serão selecionados.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

Não se aplica.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

O projeto de Corredores Logísticos Estratégicos se traduz em uma ferramenta diagnóstica de suporte à consolidação do processo de planejamento estratégico da distribuição da produção dos diversos setores da economia nacional para os diversos centros de consumo interno e também para a exportação. Em consonância com a diretriz de eficiência logística estabelecida no novo Mapa Estratégico, lançado em 08 de março de 2019, para a gestão de 2019 a 2022 do Minfra.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Fornecer subsídios para o desdobramento do planejamento e auxiliar os processos de priorização de ações e tomada de decisão do Governo. Avanço: Realizado o planejamento preliminar do projeto.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Dificuldade no recebimento das informações pelo setor público e privado; Equipe do projeto reduzida.

| NOME DA AÇÃO

Plano de dados Abertos - PDA.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Publicar o documento Plano Aberto de Dados, com o objetivo de divulgar à sociedade o cronograma e ações que nortearão as atividades de abertura de dados no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

01/12/2019.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Garantir a disponibilidade, tempestividade e transparência de dados do MInfra.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Incremento do controle social diante das ações do Governo. Geração de novos negócios. Transparência na prestação de contas dos resultados e ações da gestão pública. Avanço: Até o presente, foi realizado as seguintes etapas do projeto: planejamento do projeto, criação do grupo de trabalho, apresentações e reuniões técnicas. No presente, encontra-se em desenvolvimento o levantamento do inventário de dados pelas secretarias do MInfra. Com previsão de entre o relatório final em dezembro/2019.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Levantamento do inventário de dados.

| NOME DA AÇÃO

Agenda Parlamentar.

| DESCRIÇÃO BREVE DA AÇÃO

Construir Painel Gerencial com ferramentas de inteligência geográfica e Business Intelligence para cruzar as informações dos empreendimentos com as informações do Tribunal de Superior Eleitoral – TSE, sobre as eleições de 2018. O resultado é a visão da importância, para as bases eleitorais dos parlamentares federais da atual legislatura, dos empreendimentos tecnicamente classificados como prioritários.

| LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Não se aplica.

| VALOR DESEMBOLSADO OU ECONOMIZADO

Não se aplica.

| DATA DA ENTREGA

2020.

| ANÁLISE DO PROBLEMA QUE A AÇÃO SOLUCIONOU OU MITIGOU

Não se aplica.

| PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PÚBLICO ALCANÇADO PELA AÇÃO

Possibilitar, de forma transparente, a análise de quais empreendimentos prioritários e estratégicos para infraestrutura federal de transportes, contribuem para o desenvolvimento dos estados e municípios que se situam as bases eleitorais dos Senadores e Deputados Federais. Avanço: Até o presente, foi construído e entregue a primeira versão do painel gerencial da Agenda Parlamentar e, no presente, aguarda-se novas diretrizes que vão gerar necessidades de melhorias e incrementos no painel.

| PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO DESENVOLVIMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO.

Dificuldade no recebimento das informações.

| MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

COORDENAÇÃO E REVISÃO

Secretaria Executiva

WAGNER DE LIMA OLIVEIRA

Assessor Especial da Secretaria Executiva

HERCÍLIA MARIA CAMINHA SOARES

Chefe de Divisão

Informações Técnicas

Secretaria-Executiva

- . Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- . Subsecretaria de Governança e Integridade
- . Subsecretaria de Gestão Estratégia e Inovação
- . Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações

Secretaria Nacional de Aviação Civil

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Assessoria Especial de Comunicação

FELIPE LINS DA COSTA CAMPOS

Chefe da Assessoria

LAIS VITA MERCÊS DE SOUZA

Coordenadora de Comunicação

Imagens - Acervo de fotos do Ministério da Infraestrutura